

ORGANIZADORES

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Rodrigo Nascimento Reis

Roseane Arcanjo Pinheiro

Thays Assunção Reis

JORNALISMO, MÍDIA E SOCIEDADE: AS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TOCANTINA



EDUFMA

ORGANIZADORES

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Rodrigo Nascimento Reis

Roseane Arcanjo Pinheiro

Thays Assunção Reis

JORNALISMO, MÍDIA E SOCIEDADE: AS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TOCANTINA



Aos estudantes e professores
do Curso de Jornalismo da
UFMA/CCSST

Copyright © 2017 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho

Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos

Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin

Prof. Dr. Jadir Machado Lessa

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima

Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire

Profa. Dra. Maria Mary Ferreira

Profa. Dra. Raquel Gomes Noronha

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

COORDENADOR DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Carlos Alberto Claudino Silva

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Rodrigo Nascimento Reis

Roseane Arcanjo Pinheiro

Thays Assunção Reis

PROJETO GRÁFICO

Marco Antônio Gehlen e Marizé Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jornalismo, mídia e sociedade: as experiências na região Tocantina. Org. Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Rodrigo Nascimento Reis; Roseane Arcanjo Pinheiro; Thays Assunção Reis - Imperatriz: EDUFMA, 2017.

294 p.

ISBN: 978-85-7862-614-3

1. Radiojornalismo. 2. Jornalismo Impresso. 3. Telejornalismo & Webjornalismo. 4. O profissional e as reportagens. Brito, Nayane Cristina Rodrigues de. II. Reis, Rodrigo Nascimento. III. Pinheiro, Roseane Arcanjo; IV. Reis, Thays Assunção. V. Título.

SUMÁRIO

Prefácio	06
Apresentação	08
PARTE I - ESTUDOS EM RÁDIO	11
■ A participação da mulher nas rádios de Imperatriz - Sara Cristina da Silva Ribeiro	11
■ Rádio Missão FM: pioneirismo e fé nas ondas comunitárias - Ângela Maria Barros Almeida	27
■ O que eles lembram? Rádio Imperatriz e a memória dos ouvintes - Nayane Cristina Rodrigues de Brito	41
PARTE II - JORNALISMO IMPRESSO	57
■ A conotação no fotojornalismo: o impeachment de Jackson Lago no Jornal O Progresso - Marcus Túlio Borowski Lavarda e Layane do Nascimento Ribeiro	59
■ Igreja Católica e questão agrária: a representação das fontes no jornal Sinais dos Tempos - Denise Cristina Ayres Gomes e Pollyana da Silva Galvão	77
■ Infâncias de papel: perfis de infância no jornal O Progresso - Leide Silva Oliveira Alves	91
■ Família, trabalho e fama: a representação da mulher nas revistas de colonismo social de Imperatriz-MA - Marcos Fábio Belo Matos e Letícia Maciel do Vale	107
■ Apontamentos sobre as primeiras revistas de Imperatriz-MA - Lorrane Maria Clemente de Araújo Alvarenga, Margaret Valente Pereira, Thays Assunção Reis e Irisvânia Pinheiro da Silva	129
■ Entre a realidade e o jornalismo: a construção do homicídio no jornal O Progresso - Denise Cristina Ayres Gomes e Larissa Pereira Santos	141
■ Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985 - Marco Antônio Gehlen e Alanna Ferreira Guimarães	155
PARTE III - TELEJORNALISMO E CIBERJORNALISMO	177
■ TV Difusora Sul: as práticas jornalísticas na década de 1990 - Roseane Arcanjo Pinheiro e Paula de Társsia de Sousa Santos	179
■ Jornal da Diocese: A produção da notícia na TV católica de Imperatriz - Marcelli Alves e Douglas da Silva Aguiar	191
■ Plugado na rede: levantamento apresenta os primórdios da mídia de Imperatriz na Internet - Thaísa Bueno e Sara Batalha	207
■ Vida breve: trajetória e análise do site Do Minuto - Rodrigo Nascimento Reis, Esaú Maia Moraes e Paula de Társsia Santos	219
PARTE IV - O PROFISSIONAL E AS REPORTAGENS	235
■ O perfil do jornalista de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso - William Castro Moraes	237
■ O que é que o Mercadinho tem - Alexandre Zarate Maciel e André Wallyson Ferreira da Silva	251
■ Piquiã de Baixo: luta pela dignidade, luta pela vida - Deylanne da Silva Santos e Jhene Silva Assis	263
■ Morro das Ilusões: a chegada do sinal de TV em Imperatriz - Walison Silva Reis e Maria das Dores de Almeida Silva	281

PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E ACADÊMICAS

Esta publicação, sob forma de e-book, registra a produção científica de docentes e graduados em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. São dezenove os capítulos que compõem a obra, divididos em quatro partes, com textos que seguem a proposta de refletir sobre experiências midiáticas - rádio, impressos, televisão e Internet – e rotinas de profissionais que produziram reportagens, documentários e outros tipos de programas. Os temas estudados nas mídias variam entre a participação da mulher, fé, recepção, memória, política, questão agrária, infância, feira, até as lutas sócio-ambientais da região e do seu entorno.

A maior parte do conteúdo deste livro vem de pesquisas realizadas durante os Trabalhos de Conclusão de Curso ou da Iniciação Científica junto à linha de pesquisa Mídia, Jornalismo e Memória, que integra o Grupo de Pesquisa Estudos de Mídia Jornalística – GMídia, registrado no Conselho Nacional de Pesquisa. Os percursos metodológicos são diversos, a abordagem é qualitativa e fundamentada na bibliografia do campo da Comunicação, principalmente. Muitos dos artigos estão amparados por fontes documentais ou em técnicas da História Oral, como a entrevista em profundidade; há ainda Estudo de Caso e Observação Participante, esta indicadora do envolvimento dos sujeitos-autores/orientadores com seus objetos de estudo.

Considerando que a investigação acadêmica requer determinadas qualidades intelectuais e sociais dos pesquisadores, adiantamos aos leitores: nas próximas páginas é possível encontrar produtos da imaginação disciplinada, da perseverança e da paciência daqueles que se deixaram guiar pela curiosidade e pela criatividade. Qual a intenção? Alargar as fronteiras do conhecimento!

Deste modo este livro tem relevância para os campos da Comunicação e da História, concretizando-se justo na ocasião em que o curso de Jornalismo da UFMA/ Campus Imperatriz completa dez anos.

Saudamos a comunidade acadêmica desejando que as práticas jornalísticas aqui retratadas encontrem leitores atentos. Que estas referências motivem e sirvam de inspiração para outros docentes e estudantes interessados pela pesquisa.

Vida longa e produtiva a todos!

Maria Berenice da Costa Machado

Docente e Pesquisadora da Fabico/UFRGS
Integrante da Associação Brasileira de
Pesquisadores de História da Mídia (Alcar)

Porto Alegre, novembro de 2015

Esta obra é resultado de um esforço coletivo para colaborar com as pesquisas sobre o jornalismo na cidade de Imperatriz-MA, localizada no sudoeste do Estado. O objetivo é identificar as práticas jornalísticas e documentar as memórias desses homens e mulheres que apostaram nas notícias enquanto parâmetro para a sociedade conhecer o mundo.

É uma iniciativa que busca empreender uma jornada mais crítica e abrangente rumo ao fenômeno jornalístico no século XXI. Entendemos que os rótulos atribuídos ao campo, ora como uma forma de narrar ou um simplório processo comunicacional, não contemplavam a natureza complexa da área, permeada por conhecimento, jogo de forças e múltiplos discursos. Apreendemos o Jornalismo como um modo de desvelar o presente, de traduzir para os públicos certa movimentação de um mundo intenso e contraditório a ser transformado permanentemente. Sabemos, por outro lado, que o Jornalismo não abarca a totalidade da realidade, como tanto projetam falsamente os empresários no afã de acondicioná-lo à lógica da mercadoria.

Conhecer o Jornalismo, de forma crítica e alargada, nos obriga a pesquisar e dominar seus caracteres específicos, à luz de outros saberes das áreas da Política, Antropologia, Filosofia, Linguagem e da História, entre outras. Nenhum conhecimento se desvela isoladamente, porque a vida não pode ser explicada sob um feixe, a vida é multiplicidade, é imbricamento. Essa travessia é árdua, talvez uma das mais difíceis, a natureza dos processos comunicacionais é interdisciplinar, uma ação que nem sempre é fácil e compreendida no mundo acadêmico, acostumados a disciplinas isoladas e a diálogos que pouco se concretizam.

Por isso, convidamos o leitor a desbravar os achados das pesquisas, aqui transformadas em artigos científicos. Professores e estudantes do Curso de Jornalismo/UFMA Imperatriz, ao longo dos primeiros dez anos daquela graduação, objetivaram entender a realidade local e o Jornalismo que foi se efetivando através de ações isoladas, empreendimentos empresariais, demandas políticas e interesses coletivos, em um Estado atravessado por desigualdade social e lutas históricas.

Desde já agradecemos a todos os que colaboraram com esta iniciativa e reforçamos o convite: vamos pesquisar e estudar cada vez mais os fenômenos jornalísticos, de forma aprofundada, sejam nas capitais ou nas cidades menores, com suas singularidades e embates. É um compromisso permanente e desafiador. Enquanto profissionais e pesquisadores, nos cabe apreender e aprimorar o campo jornalístico em meio aos desafios da universidade e aos dilemas do contexto contemporâneo.

Nayane Cristina Rodrigues de Brito
Rodrigo Nascimento Reis
Roseane Arcanjo Pinheiro
Thays Assunção Reis



PARTE I
ESTUDOS DE RÁDIO





A participação da mulher nas rádios de Imperatriz

Sara Cristina da Silva Ribeiro

Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

Este artigo é parte de uma análise da contribuição da mulher nas rádios de Imperatriz-MA, desde a inauguração do rádio na cidade, em 1978, com a primeira emissora - a Rádio Imperatriz AM, que proporcionou a inserção da primeira mulher na comunicação radiofônica em 1982 e o sonho de outras mulheres com o rádio. Para a obtenção das informações deste trabalho foi realizado uma pesquisa de abordagem qualitativa que utilizou a metodologia de entrevista em profundidade, assim como entrevistas semi estruturadas com nove mulheres que atuaram ou ainda atuam como radialistas, além das pesquisas bibliográfica e documental. Através da análise das entrevistas realizadas, destaca-se neste artigo o início da mulher no rádio sob o contexto nacional, bem como na cidade de Imperatriz e os motivos da escolha profissional.

Palavras-chave: Rádio; Mulher; História; Imperatriz.

A MULHER NO RÁDIO BRASILEIRO

Considera-se como início do rádio no Brasil, o dia 07 de setembro de 1922, durante o centenário da independência do país. Oficialmente, contudo, a radiodifusão está datada em 20 de abril de 1923, por Roquette Pinto e Henry Morize com a instalação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Mas “o Brasil entra, em definitivo na era do Rádio no dia 1º de maio quando eles começaram suas transmissões” (FERRARRETO, 2001, p.96).

Logo após a experiência de Roquette Pinto e Henry Morize com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, surge a primeira participação feminina na radiodifusão brasileira. Segundo Veloso (2004), foi ainda no ano de 1923 que aconteceu a inauguração da segunda rádio do país, tendo como responsável uma mulher chamada Elba Dias. Ela foi a profissional que, ainda na capital carioca, levou ao ar a Rádio Clube do Brasil, possibilitando o primeiro registro de interação entre rádio e mulher.

Segundo Rodrigues (2006), as emissoras da época organizavam-se com nomenclaturas como “clube” ou “sociedade”, denominações simbólicas da restrição do grupo formado pelos idealistas dessa mídia composta em sua maior parte de homens da classe média. As primeiras transmissões seguiam um gênero mais educativo, com música clássica, ópera e leituras de livros. O público que acompanhava o rádio era ainda muito seletivo devido ao alto custo dos aparelhos.

Em 1923, Elba Dias vivia ainda em um cenário onde a figura da mulher era vista como frágil, dócil, responsável pela reprodução e por cuidar da casa, filhos e marido. Contudo, Beauvoir (1967) certifica que a condição de mulher frágil, reprodutora e dócil foi imposta pela sociedade e são normas que não foram instituídas a priori. Segundo a autora, a mulher se deixou dominar pelo homem de forma que perdeu sua autonomia para viver em função do outro e das representações determinadas pela sociedade.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o cadáver que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Beauvoir (1970) afirma ainda que a mulher tem a capacidade de transformar-se, redefinir-se e ir em busca de melhores condições de vida nos campos social, profissional e particular. E Elba Dias se firma como exemplo ao dar início ao seu empreendimento numa época em que as dinâmicas empresarial, financeira e comercial eram regidas por uma participação masculina bem mais atuante.

Após Elba Dias, é somente em 1930 que a mulher novamente cria um elo com o veículo, como cantoras de rádio. De acordo com Fonseca (2008), até esse novo contato a mulher estava ligada ao rádio somente como público, aquele que sustentava o veículo por passar mais tempo em casa, em função das tarefas domésticas.

A década de 1940 ficou conhecida como a “época de ouro” do rádio. A mídia radiofônica com a renda comercial passa a produzir diferentes programações, em busca de audiências cada vez maiores. Um dos grandes sucessos foram as radionovelas.

O decênio de 40 vê o surgimento da primeira radionovela – em 1942, ia ao ar pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, “Em Busca da Felicidade”. O gênero prolifera rapidamente, fazendo parte da programação da maioria das emissoras da época e dos anos seguintes. Em 1945, só a própria Rádio Nacional transmitia 14 novelas diariamente (ORTRIWANO, 1985, p.20).

Também começam a produzir no rádio apresentações de textos teatrais e programas de auditórios com participação de artistas. “Os programas de auditórios foram os grandes descobridores de talentos da música. Foram responsáveis por uma fase que marcou a música popular brasileira” (CÉSAR, 2009, p. 52).

Os programas de auditórios e as radionovelas marcam a participação da mulher nos microfones do rádio com atuações artísticas como atrizes e cantoras.

As mulheres tiveram grande destaque como “cantoras do rádio” nesse período. As maiores expoentes foram Carmen Miranda, Silvinha Mello, Dalva de Oliveira, Araci de Almeida, Hebe Camargo, Emilinha Borba e as clássicas Bidu Saião e Cristina Maristany. A inserção delas limitava-se às novelas e aos musicais (VELOSO, 2004, p.6).

E assim foram surgindo outras mulheres no rádio seguindo, na maioria das vezes, o mesmo perfil da mulher atriz e cantora. O sucesso conquistado como artista contrastava com a fraca participação da mulher nos processos operacionais, como: locução, operacionalização, produção, administração dos veículos de comunicação e sem nenhum indício de participação na produção da notícia.

Foi no século XX, com o movimento feminista, que surgiram mudanças significantes a respeito da mulher no contexto social, especificamente no mercado de trabalho, na sociedade e na mídia em relação meio radiofônico. Sobre este assunto, Soares (1996) conceitua tal movimento como uma ação política das mulheres e que engloba teoria e prática éticas, enfatizando a ação da mulher no movimento feminista como sujeito histórico de transformação de sua própria condição social. Segundo a autora, as mulheres dessa conjuntura partem para a transformação de si mesmas e do mundo.

O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. Todos aqueles que têm uma posição subalterna nas relações de poder existentes são chamados a transformá-las (SOARES, 1996, p. 32).

Com os anos, as emissoras de rádio passam a exercer uma atividade específica, especializam-se em determinado conteúdo. Umas preferiam Esporte, Política, Serviços de Utilidade Pública, e com o surgimento da Frequência Modulada – FM, outras rádios que utilizavam a nova frequência optavam pelos programas musicais. Contudo, em 12 de maio de 1969, na cidade de São Paulo, é criada a Rádio Mulher. A emissora foi a primeira no país a especializar-se e tratar somente de assuntos femininos. A tendência já era utilizada em países norte-americanos e europeus. “A base da programação eram assuntos como moda, horóscopo, música romântica, consultórios etc” (ORTRIWANO, 1985, p. 24).

Com formato diferenciado de todos os programas veiculados na época ao público feminino, em 1970 a Rádio Nacional de Brasília colocava no ar, das 9 às 12 horas, o programa Viva Maria. Veloso (2004, p.6), explica que o programa foi:

[...] um dos primeiros a mobilizar as ouvintes contra a violência doméstica e para a defesa da qualidade no atendimento à saúde sexual e reprodutiva das mulheres pelas unidades públicas de saúde. O Viva Maria apostava na interação com o público, que comemorava o Dia Internacional da Mulher (8 de março) em transmissões realizadas da rodoviária ou da Praça do Povo, em Brasília.

Com o passar dos anos a mulher foi traçando caminhos sempre em busca de vez e voz na sociedade. Na década de 1980, a organização não governamental em Comunicação, Educação e Informação em Gênero – ONG, Cemina, cede mais um espaço para as mulheres na radiodifusão. A ONG começa a traçar sua história como entidade a partir do programa Fala Mulher que foi ao ar em 8 de março de 1988, pela Rádio Guanabara e Rede Bandeirantes do Rio de Janeiro² com a finalidade de promover iniciativas políticas, sociais e culturais de mulheres.

O Cemina atuava em defesa da mulher, dos direitos humanos, combatendo preconceitos e lançando no meio público debates sobre políticas públicas que restrinjam as desigualdades. Uma das propostas da ONG foi a criação de um curso de formação em rádio para mulheres. O projeto deu certo e a partir dele foi criada a Rede de Mulheres no Rádio. O projeto abrangia todo o território nacional e tentava fortalecer seus trabalhos e instigar a troca de conhecimentos no âmbito do rádio.

Ao todo, o projeto abrange cerca de 400 comunicadoras de todas as regiões do país, o que inclui apresentadoras, produtoras, capacitadoras e lideranças locais. Essas mulheres são oriundas de lugares distintos, nível social, áreas de atuação e percepções diferenciadas, que fazem programas veiculados em emissoras educativas, comerciais e comunitárias.

Com as ações realizadas por entidades como o Cemina, que criam projetos que focam a presença feminina no campo radiofônico foi possível notar um aumento da participação feminina no rádio.

A MULHER NO RÁDIO DE IMPERATRIZ

A ideia de implantar uma emissora de rádio na cidade de Imperatriz partiu do Senador e Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, que na época era candidato a deputado federal. Este convidou o empresário

² CEMINA, site. Disponível em: < <http://www.cemina.org.br/> >. Acesso em: 28 nov. 2011.

Moacyr Spósito Ribeiro, que era do meio radiofônico, a conhecer a região no ano de 1977. Segundo Brito (2010), o empresário, ao perceber as potencialidades de crescimento da região, decidiu concorrer a uma licitação de rádio que estava em transação na época. Obtida a concessão, o empresário muda-se da cidade de Fernandópolis no Estado de São Paulo para a cidade de Imperatriz.

E assim inicia a trajetória radiofônica na cidade, na qual possibilitou também a inserção de mulheres no Rádio, das quais, através de suas narrativas, pôde-se compor esta pesquisa. Ao todo, nove mulheres que trabalharam ou trabalham em emissoras de rádio da cidade desde a inauguração da radiodifusão em Imperatriz, em 1978, recontaram sua participação no Rádio imperatrizense.

No primeiro passo, o diagnóstico mais importante foi detectar quem foram às mulheres do Rádio, em Imperatriz. A pesquisa nos revelou nove personagens, na qual, destacam-se: Maria Perpétua Socorro Oliveira Marinho, que atuou como primeira radialista na Rádio Imperatriz AM; Maria José (Zezé) Marconcine, ex-recepcionista da Rádio Imperatriz AM; Luzia de Sousa, ex-apresentadora de radiojornal na extinta Rádio Cultura AM; Denise Araújo, radialista na Rádio Difusora Sul FM; Dilze Braga e Neide Oliveira, radialistas da Rádio Nativa FM; Dina Prado, ex-radialista da Rádio Nativa FM; Cristina Trautmann, radialista na Rádio Mirante FM e Angra Nascimento, primeira mulher a atuar como operadora de áudio na Rádio Imperatriz AM. Todas essas mulheres participaram do rádio em épocas distintas.

Dentre as nove entrevistadas, cinco compartilhavam o “sonho de fazer rádio”, afirmando, no passado, terem sonhado em poder algum momento da vida inserir-se na profissão e fazer parte do meio radiofônico. As que apontaram esse perfil na pesquisa foram: Angra Nascimento, Cristina Trautmann, Dilze Braga, Dina Prado e Neide Oliveira.

Para muitas mulheres que hoje fazem parte do meio radiofônico na cidade, a mídia rádio não passava de um sonho que, talvez, nunca pudesse ser realizado. Para elas, a vida cotidiana só permitia simplesmente fazer uma idealização do sonho, contudo, depois efetivaram o desejo de trabalhar nas rádios de Imperatriz.

Todas essas mulheres nasceram em lugares distintos, com culturas diferentes, mas que tinham um sonho em comum: a comunicação por ondas eletromagnéticas. Hoje, a similaridade entre as mesmas vai além do sonho, elas compartilham a realização de um desejo - o rádio; a cidade

em que vivem e o público que as acompanham, afinal, são todas colegas de profissão.

Parte dessas mulheres não consegue esclarecer de onde brotou a vontade de ser radialista, mas tentam através de algum fato relembrar quais foram os motivos. A radialista Neide Oliveira, por exemplo, revela que tudo começou nos anos de 1990, quando ainda era uma adolescente e ouvia a programação de uma rádio na cidade onde nasceu, Rondon - Pará, no sul do Estado. Esse despertar aconteceu a partir de um programa que ela ouvia, sendo apresentado por uma mulher, algo que achou interessante. Segundo ela: “quando ouvia a locutora da minha cidade, eu ouvia e tentava imitá-la, tudo começou quando estava com uns 13 ou 14 anos”³.

Outras mulheres já viam no rádio um meio de comunicação que pudesse expressar opiniões e mudar todas as diferenças e desigualdades existentes, que fosse capaz de transformar o pensamento e as atitudes do indivíduo de forma positiva. A jornalista Dilze Braga era uma delas. “Geralmente quando alguém sonha em fazer rádio tem uma mente diferente. Eu faço rádio há 21 anos e você entra com a ilusão que você pode mudar o mundo, que você pode falar e que você pode gritar, eu mesma tinha essa ilusão”⁴.

E, como tudo na vida é feito de escolhas, a jornalista Dina Prado que também partilhava o sonho do rádio se viu obrigada a fazer uma opção logo no início da carreira. Prado começou a trabalhar na mídia de Imperatriz por meio do telejornalismo, porém, havia também a intenção de ingressar no rádio. No entanto, sem espaço para atuar nas duas mídias, teve que optar por uma das atividades, ficando assim, com o telejornalismo. Prado, apesar disso, sempre manteve a esperança de um dia ingressar no meio radiofônico, conforme declara:

O rádio ficou no meu coração, ficou aquela paixão por eu não ter feito rádio. Então, eu segui ao longo de todo esse tempo e não mudei mais o meu foco de trabalho, permaneci sempre na área da comunicação, mas sempre apaixonada pelo rádio, sempre esperando uma oportunidade e essa oportunidade surgiu no Sistema Nativa de Comunicação em 2008⁵.

³ Entrevista concedida por Neide Oliveira: radialista da Rádio Nativa FM, em Novembro de 2011.

⁴ Entrevista concedida por Dilze Braga: radialista da Rádio Nativa FM, em Outubro de 2011.

⁵ Entrevista concedida por Dina Prado: jornalista do Sistema Nativa de Comunicação, em Julho de 2011.

Outra que não sabe explicar de onde aflorou o desejo pela radiodifusão é a radialista Cristina Trautmann. Ela acredita que, por gostar tanto da profissão, acabou por aceitar o efeito que o rádio exercia até na sua vida pessoal. Segundo ela, o rádio foi o responsável pelo seu primeiro matrimônio, realizado na década de 1990 com um também radialista. “Eu acredito que eu casei com radialista mais pela influência da paixão pela profissão...”⁶.

E foi a busca pela realização profissional que a fez escolher à cidade de Imperatriz para viver. Sua vinda acontece em meados dos anos de 1990, encontrando uma cidade em pleno desenvolvimento socioeconômico. De acordo com Franklin (2008), Imperatriz era considerada o maior polo econômico e comercial da região, atuando como base para as atividades comerciais numa extensão que incluía desde as cidades de Goiânia, Brasília até a cidade de Belém e o Estado do Tocantins.

Cristina Trautmann, ao chegar a Imperatriz, logo foi à procura de ingressar em um dos veículos de comunicação da cidade. Ela afirma: “To-me a iniciativa de vir no Sistema Mirante de Comunicação e de meter a cara mesmo, de correr atrás do que eu queria”⁷. Para a radialista, trabalhar no rádio sempre foi seu objetivo, achava que tinha inclinação para a carreira de radialista e vislumbra os momentos de diversão e felicidade, proporcionados pelo mesmo.

Já a programadora de áudio da Rádio Mirante AM, Angra Nascimento, também antevia, desde criança, uma carreira no rádio ainda quando residia na cidade de Amarante do Maranhão, interior do Estado. Segundo ela, até as brincadeiras de infância com os irmãos eram em torno do sonho de fazer rádio. Essa revelação é feita ao comentar que: “Desde criança já brincava com meus irmãos de fazer programa de rádio e era uma paixão que eu tinha, o meu sonho era trabalhar numa rádio”⁸.

Projetando tornar a brincadeira com os irmãos uma realidade, Angra Nascimento mudou-se para Imperatriz em 2003 com a intenção de ser locutora numa rádio da cidade e relata: “Vim para Imperatriz em busca desse sonho mesmo, eu queria trabalhar numa rádio profissional ser locutora aqui em Imperatriz”⁹.

⁶ Entrevista concedida por Cristina Trautmann: radialista da Rádio Mirante FM, em Outubro de 2011.

⁷ Idem

⁸ Entrevista concedida por Angra Nascimento: ex-operadora de áudio na Rádio Imperatriz AM e atualmente na Rádio Mirante AM, em Outubro de 2011.

⁹ Idem

Movida por esse sonho, Angra Nascimento não se preocupou com fatos importantes: não conhecer ninguém na cidade, não ter onde morar, o que comer e muito menos um emprego para mantê-la. Teve que trabalhar na casa de desconhecidos para garantir hospedagem e alimentação até alcançar seu intento.

PIONEIRAS EM SINTONIA

A primeira rádio legalizada a ser implantada na cidade foi a Rádio Imperatriz LTDA, pelo empresário Moacyr Spósito Ribeiro no ano de 1978 (BRITO, 2010). Foi desafiador implantar a emissora devido aos contextos social e político vividos no país nesse período.

O regime militar (1964 - 1985), mesmo tendo decretado “a limitação da livre manifestação de pensamento” (PEDRO, 1946, p. 366), deixando a imprensa, o rádio e a televisão sob rigorosa censura, mas não serviu de impedimento para Moacyr Spósito, que enxergou uma oportunidade ao investir no empreendimento. Implantou a Rádio Imperatriz e passou a fazer comunicação na cidade adotando propostas nas áreas do jornalismo e do entretenimento.

A Rádio Imperatriz foi a primeira a inserir a voz feminina no meio radiofônico da cidade em 1982. Nesse ano, chegava a Imperatriz a amazense Maria Perpétua Socorro Oliveira Marinho, com apenas 19 anos, em busca de concluir os estudos do ensino médio, uma vez que não havia essa possibilidade na cidade natal. Perpétua Marinho, como ficou conhecida, foi convidada por Roberto Chaves, na época diretor da Rádio Imperatriz, a integrar o quadro de funcionários. Ela chegou à cidade no mês de janeiro de 1982 e logo no mês seguinte já começou a trabalhar na rádio. O primeiro contato da radialista com o meio de comunicação, contudo, se deu na Rádio Nacional de Tabatinga, em 1981, onde já havia trabalhado.

Na Rádio Nacional de Tabatinga participava de programas da Rádio Nacional da Amazônia, que era transmitida em toda a região da Amazônia Legal. Essas participações se davam com certa frequência, visto que a interação entre as emissoras ajudava a divulgar a região; passar informações e comentar sobre outros assuntos como, por exemplo, indicar qual era o sucesso musical daquela região. De acordo com Perpétua Marinho, o convite da Rádio Imperatriz se deu em função da experiência que havia adquirido no Amazonas.

O início na profissão foi vertiginoso para Perpétua Marinho. Foi

um aprendizado que brotou não de uma aptidão ou tendência para a profissão, mas foi resultado das oportunidades de trabalho que teve:

Essa experiência foi assim à queima roupa mesmo, de você aprender fazendo. Tudo que eu aprendi ao fazer rádio foi aquilo que fui podendo fazer, que fui vendo, ouvindo e assistindo os outros e fui criando um estilo daquilo que a eu pudesse fazer¹⁰.

O primeiro programa na Rádio Imperatriz de Perpétua Marinho chamava-se Perpétua Marinho é um show, direcionado a todos os públicos, mas com aceitação maior pelas mulheres. Era um programa de variedades que “tem essa denominação pela multiplicidade de informações com características diferenciadas que apresentam em seus roteiros” (BARBOSA FILHO, 2003, p.139). Um estilo de programa comum nas rádios comerciais.

O programa era veiculado no período das 08h00 às 10h00 da manhã e seguia com uma programação bem dinâmica.

Nós atendíamos às mulheres, recebíamos cartas, dávamos orientações gerais, passávamos receitas sobre culinária, havia uma variedade muito grande. Havia a divulgação de horóscopo e do que estava acontecendo nas novelas, além de atender às músicas. Tinha uma participação muito grande dos ouvintes naquela época, um acolhimento do ouvinte que enviava carta e telefonava. Era uma relação muito próxima por esses dois mecanismos: carta e telefone¹¹.

Na década de 1980, a Rádio Imperatriz tinha um público considerável, pois atingia quase toda a Região Tocantina. Alcançava aproximadamente 25 municípios do Maranhão, Tocantins e Pará divulgando informações cotidianas dessas localidades. Nessa época, de acordo com Franklin (2008), Imperatriz era a cidade com o maior número de habitantes da região, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 220.095 pessoas, o que proporcionava um público extensivo para a Rádio Imperatriz.

Perpétua Marinho, durante dois anos na Rádio Imperatriz, esteve

¹⁰ Entrevista concedida por Maria Perpétua Marinho: primeira radialista da Rádio Imperatriz AM, em Novembro de 2011.

¹¹ Idem.

à frente de outros programas, tais como: Perpétua Marinho com Você, Rádio Festa e Musicarta. Todos com estilos diferenciados, notícias, comentários sobre artistas e música de todos os segmentos.

Em 1983, outra mulher é contratada pela Rádio Imperatriz. É válido destacar, que essa segunda pessoa foi admitida não como radialista, mas como recepcionista. Ela foi Maria José Marconcine, que acabara de chegar do Espírito Santo e logo foi indicada para o cargo. Desenvolvia funções como: recepcionista e telefonista atendendo os dois números de telefone que havia na emissora, recepcionava o público e anotava os avisos que a comunidade solicitava que fossem divulgados no ar.

Na época, a rádio anunciava nos intervalos das horas a Hora Certa, que tinha função de informar a hora para o público e era feito sempre por outra pessoa que não fosse o locutor do horário, diferente do que acontece hoje nas rádios FMs. No caso de a Hora Certa, o locutor que estivesse disponível na rádio desenvolveria essa função. Em um desses dias, não havia ninguém à disposição para fazer o quadro e solicitaram a Zezé Marconcine, como é conhecida, a improvisar essa participação. Ela relembra que “de hora em hora o locutor que estivesse na casa fazia a Hora Certa, sempre era uma pessoa diferente, e aí, eles perceberam a minha voz e pediram para eu fazer, eu fui tremendo, mas foi bem legal”¹².

Novamente Roberto Chaves, diretor da rádio, convidou a recepcionista a fazer o trabalho, o que segundo ela foi positivo “porque as pessoas ouviram e passaram a comentar, pois era diferente, antes eram só homens que faziam”. Após essa experiência, Zezé Marconcine também apresentou o jornal do meio-dia, que se chamava Jornal 890 ou Grande Jornal (BRITO, 2010).

[...] eles tinham um jornalístico ao meio-dia, eram duas pessoas, só dois locutores que faziam. E às vezes eu também fazia a apresentação. Tinha a cabeça, que o apresentador fazia e depois soltava o áudio das entrevistas que eram feitas em externa¹⁴.

Outra pioneira no rádio de Imperatriz, mas exercendo uma atividade diferenciada foi Angra Nascimento. Ela foi a primeira mulher a operar uma mesa de áudio numa rádio AM.

¹² Entrevista concedida por Maria José Marconcine: ex-recepcionista da Rádio Imperatriz AM, em Julho de 2011.

¹³ Idem

¹⁴ Entrevista concedida por Maria José Marconcine: ex-recepcionista da Rádio Imperatriz AM, em Julho de 2011.

Após ter saído da cidade onde nasceu, Amarante do Maranhão, Angra Nascimento mudou-se para Imperatriz, no ano de 2003, em busca da realização do sonho de trabalhar em algum veículo de radiodifusão da cidade. Foi uma mudança radical para uma mulher que se diz interiorana e que chega a uma cidade com 230.566 habitantes, em pleno crescimento econômico e projetando-se como polo educacional com seis instituições de ensino superior.

Nessa época, Imperatriz também contava com cinco emissoras de rádio, Rádio Mirante AM e FM, Rádio Terra FM, Rádio Difusora, Rádio Nativa e Rádio Imperatriz AM. A primeira porta em que bateu foi a da Rádio Imperatriz AM. Ao encontrar-se com o dono da rádio Moacyr Spósito, Angra foi logo informando que gostaria de ser locutora naquela rádio. Entretanto, não aconteceu conforme esperava.

Moacyr Spósito mandou-a fazer um teste e após ter acompanhado a gravação do piloto de Angra disse-lhe que como locutora não haveria vaga, pois ela não tinha dom para a profissão. No entanto, ofereceu-lhe a vaga de serviços gerais e que além de varrer o chão deveria aprender a operar e trabalhar na discoteca. Era isso ou nada. Angra Nascimento resolveu aceitar e foi contratada como discotecária, o mesmo que operadora musical. Relembra Angra Nascimento:

Eu pensei: varrer o chão é muito ruim, mas vamos lá. E fiquei. Só que eu me dedicava tanto que eu não fiquei muito tempo varrendo o chão não. Minha carteira foi assinada como discotecária que é a mesma coisa que programadora musical, e fiquei também sendo programadora de áudio e era uma das pessoas da confiança dele também¹⁵.

Como a rotina que iria vivenciar dali para frente seria totalmente nova, a agora programadora teve que dedicar-se para conseguir operacionalizar os equipamentos, principalmente porque a rádio estava atrasada em relação à tecnologia. Nos anos 2000, já estava disseminada a cultura do novo, das novas tecnologias, do computador, do CD, das programações computadorizadas, mas a Rádio Imperatriz, não acompanhara essas mudanças. Ainda utilizava discos de vinil e máquina de datilografia. Os colegas tiveram que ajudar Angra Nascimento a manusear os equipamen-

¹⁵ Entrevista concedida por Angra Nascimento: ex-operadora de áudio na Rádio Imperatriz AM e atualmente na Rádio Mirante AM, em Outubro de 2011.

tos, porque Moacyr Spósito havia lhe dado um prazo de 45 dias para se adequar, caso contrário ela seria dispensada. Na época, o jornalista de esporte da rádio, Marcelo Rodrigues, ensinou a ela como operar os equipamentos. Mas Angra Nascimento revela que não foi tão difícil aprender a nova profissão:

Não deu muito trabalho para aprender não, mas me dediquei mesmo, eu queria muito eu acreditava naquilo, achava que era possível e acabei aprendendo, aprendi tudo que a gente faz numa rádio: gravar, editar fazer montagem, fazer programação musical. Eu só não trabalhei na direção junto com o Dr. Moacyr, mas o resto... eu fiz tudo lá¹⁶.

Muito embora, a inserção dessas mulheres no meio radiofônico não tenha ocorrido de forma intencional - em sua maioria foi de forma espontânea - elas deram início a inserção de vozes femininas nas emissoras de radiodifusão da cidade.

O RÁDIO COMO OPORTUNIDADE

Destacados o “sonho do Rádio” e as mulheres na Rádio pioneira da cidade, para duas mulheres o Rádio surgiu por acaso. Era só mais uma empresa com vagas de emprego disponível. A história dessas profissionais inicia pela radialista Denise Araújo, que além de radialista na Rádio Difusora Sul FM (105,1) também atua como jornalista na TV Difusora Sul (Canal 7). Ela afirma nunca ter percebido existir em si qualquer aptidão para o rádio, que tudo aconteceu por acaso.

Em 1993, ano em que a radialista foi inserida nas práticas radiofônicas, Imperatriz vivia momentos de caos no que concerne à imprensa local. Havia sido implantada na cidade a greve geral dos jornalistas, o que de acordo com Josué Almeida Moura¹⁷, que na ocasião de Secretário passou a Presidente do Sindicato dos Jornalistas, o movimento lutava por causas simples, mas que não amparava o profissional que atuava na cidade. Reivindicavam melhores condições de trabalho, a garantia de leis trabalhistas, a carteira assinada e melhor piso salarial.

¹⁶ Entrevista concedida por Angra Nascimento: ex-operadora de áudio na Rádio Imperatriz AM e atualmente na Rádio Mirante AM, em Outubro de 2011.

¹⁷ Entrevista concedida por Josué Almeida de Moura: Assessor de comunicação da Câmara Legislativa, em Novembro de 2011.

Por conta da grave, as empresas midiáticas da cidade estavam recrutando outros profissionais para suprir o quadro defasado. Devido a essas condições, o nome de Denise Araújo foi indicado ao Sistema Mirante. No entanto, no primeiro contato com a empresa Denise não aceitou a proposta, mas logo resolveu arriscar na nova carreira.

Outra voz feminina que se inseriu no meio radiofônico de Imperatriz foi da jornalista Luzia Sousa. Aos 18 anos e em busca de emprego, Luzia Sousa, buscou no próprio rádio informações para obter emprego e informações sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho.

O rádio para a sociedade [...] atua como um multiplicador, acelerando o processo de informar a população. Fornece informações sobre empregos, produtos e serviços, ajudando assim a criar mercados com o incentivo à renda e ao consumo (MCLEISH 2001, p.20).

Para Chantler e Stewart, (2006, p.10), “as pessoas ouvem as notícias pelo rádio quando precisam saber mais rapidamente o que está acontecendo”. E partindo dessa necessidade Luzia Sousa encontra no rádio o que tanto procurava: vagas de emprego. Isso ocorreu em 1990, quando se instalava na cidade outro veículo de comunicação, a extinta Rádio Cultura que era sediada na Rua Monte Castelo, no prédio que hoje atua a Rádio e TV Difusora Sul. Com a nova emissora, várias oportunidades surgiram para diferentes funções. Entre as vagas disponíveis havia para repórter, apresentador, produtor, recepcionista, entre outras. Para Luzia Sousa, a vaga de recepcionista era a que mais se adequava a seu perfil.

Nas entrevistas, Luzia Sousa logo se destacou ao interpretar um texto e, diferentemente do que pretendia, garantiu um estágio de repórter, sendo promovida algum tempo depois para apresentadora do radiojornal da emissora, no qual ficou no cargo por alguns meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início no meio radiofônico das mulheres entrevistadas para essa pesquisa aconteceu, em sua maioria, devido à obstinação, à coragem e à admiração pela profissão. No universo de nove mulheres, cinco afirmaram ter buscado a realização profissional por meio do rádio, pois sonhavam seguir carreira nessa área. Mas o caminho foi árduo, porém satisfatório.

Mesmo com as dificuldades encontradas, o sonho tornou-se realidade para todas elas, o que só foi possível graças à iniciativa de partirem à procura da concretização do que ambicionavam para a carreira profissional.

O rádio chegou a Imperatriz no final da década de 1970. Nesses 36 anos de mídia radiofônica, poucas mulheres, se comparado ao gênero masculino, passaram pelas emissoras de rádio. Hoje, a cidade de Imperatriz conta com 7 emissoras de radiodifusão: Rádio Terra FM (100,3), Rádio Difusora Sul (105,1), Rádio Mirante AM e FM (95,1), Rádio Nativa FM (99,5), Rádio Missão FM (87,9) e Rádio 102 FM. De todas elas, somente três rádios contam em sua grade de funcionários com mulheres radialistas e jornalistas, o que é uma participação muito tímida.

Nesse sentido, todas as mulheres que passaram pelas rádios de Imperatriz contribuíram para o desenvolvimento da mídia, sobretudo porque desempenharam um papel importantíssimo ao abrir portas, desbravar caminhos para as gerações futuras. A participação do gênero feminino ainda é pequena na radiodifusão, mas as poucas que atuam fazem seu diferencial demonstrando que é possível a mulher fazer um trabalho de qualidade nessa mídia. Em contradição as opiniões sobre a voz feminina no rádio, onde há uma predileção pelo timbre de voz masculino, as radialistas que estão no mercado estão demonstrando que esse preconceito pode ser superado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. – São Paulo: Paulinas, 2003. – (Coleção comunicação estudos).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª Ed. São Paulo: Divisão europeia do livro, 1970.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª Ed. São Paulo: Divisão europeia do livro, 1967.

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Vozes que contam a história da Rádio Imperatriz AM**. Imperatriz. 2010. 16p. (Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMA).

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio**: prática de locução AM e FM. São Paulo: Summus, 2009.

CHANTLER, Paul; STEWART, Peter. **Fundamentos do radiojornalismo**. [tradução Jerusa Guijen Garcia]. – São Paulo: Roca, 2006.

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio: o veículo a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2001.

FONSECA, Fabiana Aparecida. **Conquistas Femininas: A presença da mulher na Rádio Itatiaia em diferentes períodos: 1980, 1990 e 2008**. 2008, 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo). Curso de Comunicação Social. Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. – Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MCLEISH, Roberto. **Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. São Paulo: Summus, 2001. – (Novas buscas em comunicação; v. 62).

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Método e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª Ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

RODRIGUES, Adriano Costa. **Jornalismo nas Ondas do Rádio: Estudo de caso: Análise crítica do programa “O Ministério Público e a Cidadania”**. 2006, 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo). Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, 2006.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. 1996. Disponível em: <www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf> acesso em: 30. Ago. 2011

VELOSO, Ana Maria. **O fenômeno Rádio Mulher: A voz feminina ecoando na mata sul de Pernambuco**. Memória e movimento, Rev. Elet. de Comunicação, Política e Direitos humanos. Vol. 2. Num. 2. Disponível em <www.ufpe.br/memoriaemovimento/mm_segunda_edicao.pdf>. Acesso em: 18. Ago. 2011

Rádio Missão FM: pioneirismo e fé nas ondas comunitárias

Angela Maria Barros Almeida¹

¹Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O artigo apresenta um estudo de caso sobre a execução da Lei 9.612 de fevereiro de 1998, que regulamenta as rádios comunitárias no país, por parte da primeira rádio comunitária legalizada de Imperatriz, a Rádio Comunitária Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz - Missão FM com frequência 87,9, localizada no bairro Bacuri, na cidade Imperatriz - MA. O objetivo principal foi analisar a produção jornalística da emissora, a partir de pesquisa qualitativa baseada em emissora documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas com os profissionais da entidade. Verificou-se que o movimento de rádios comunitárias apresenta-se como alternativa para obtenção do poder por parte de grupo um religioso local, com pouca produção e veiculação de conteúdo jornalístico com interesse da comunidade.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias; Rádio Missão FM; Jornalismo; Imperatriz.

INTRODUÇÃO

Tema pouco discutido na universidade, as emissoras comunitárias emergiram no cenário brasileiro da comunicação para alterar o contexto comunicacional a partir da segunda metade da década de 1990. Sob o ponto de vista da economia política da radiodifusão, o Brasil possui um sistema de distribuição de concessões de rádios restrito a poucos grupos econômicos, o que só veio a esboçar certa mudança com a aprovação da Lei 9.612 de fevereiro de 1998 que teria por finalidade promover a comunicação comunitária no país, mas que ainda assim possui seus limites para o crescimento desses meios alternativos.

Barbosa (2009) e Ortrivano (1985) realizaram alguns estudos sobre os formatos radiofônicos que aborda a constituição dos grupos de radiodifusão no país e as principais características do rádio, nos mostrando quais caminhos seguiram a produção radiofônica. Sobre o universo das rádios comunitárias no país, amparamo-nos na obra de Ghedini (2009), com o surgimento, lutas e conquistas das rádios comunitárias no país e no mundo. O autor ressalta ainda como se deu o surgimento da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a criação da entidade e as contribuições da mesma para o rádio comunitário do país.

Coelho Neto (2002) discute a obrigação das rádios comunitárias, com base na lei de execução e a perseguição às emissoras desde o período militar, ainda salienta a função das rádios comunitárias para a comunidade local e as dificuldades dessas emissoras para continuar no ar, publicando as obrigаторiedades do serviço oferecido.

A pesquisa contribuirá para compreender qual a função do radiojornalismo nesse processo de democratização da comunicação através da radiodifusão comunitária. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas com oito colaboradores da Rádio Missão FM: diretor Josué Paulino da Silva, coordenador do projeto Missão Jovem; Almino Lima Santos, o jornalista Justino Oliveira Filho; a secretária da rádio, Girlane da Silva Ferreira; Secretário de Meio Ambiente, Enéias Nunes Rocha, jornalista Orlando Menezes, locutor José Ribamar da Silva (R.Silva) e a locutora Sandra Rodrigues.

Analizamos o estatuto, atas de reuniões do conselho e o processo de legalização da rádio. O estudo reúne depoimentos dos colaboradores atuais e os que contribuíram de forma direta e\ou indireta para a fundação da emissora. As rotinas produtivas da rádio foram acompanhadas no

período de 28 de março a 09 de abril e com retorno a campo aos dias 30 de maio a 05 de junho.

A Rádio Missão FM foi fundada em 1998 com o intuito de dar voz a comunidades excluídas dos meios de comunicações convencionais e promover o trabalho desenvolvido pela Comunidade Missão Jovem. A emissora foi fechada em 2002, por um mandato policial, período em que funcionava ilegalmente. No ano de 2003 teve as portas reabertas por meio de uma liminar de funcionamento expedida pela Polícia Federal, já que, o processo para legalização da rádio já tinha iniciado junto ao órgão responsável. Josué Paulino da Silva, diretor da Rádio Missão FM mantém a transmissão da emissora que tem como slogan “a rádio que é seu estilo”. A programação mistura música, religião, informação e prestação de serviços.

NAS ONDAS COMUNITÁRIAS DE IMPERATRIZ

O conteúdo transmitido através do rádio é um produto discursivo, tendo como base primordialmente o som. É o som que exerce papel fundamental para a supressão dos obstáculos que a mensagem venha a enfrentar, dos ruídos no curso da transmissão da mensagem. Para Cabello (1999, p.16) uma vez que a tecnologia por si só não se revela, no meio radiofônico é nitidamente observável e necessária a interação do binômio som e texto, o que define sua natureza de texto “escrito para ser falado e para ser ouvido”. Essa é a característica de um produto textual ligado à oralidade e à percepção auditiva que confere ao texto no rádio um perfil oral-auditivo.

A relação entre a língua falada e a língua escrita é denominada por Vanoye (1979, p.169), citado por Cabello (1999, p.16), de estilo comunicativo oral. Esse estilo é configurado pelo compromisso presente entre a oralidade e a escrita, uma vez que o rádio se baseia em um texto pré-escrito que é alçado à oralidade por meio da vocalização fornecida pelos atores da transmissão radiofônica (locutor, repórter, entrevistado, etc). Tem por natureza um estilo híbrido, às vezes seus conteúdos são transmitidos com caráter informal e espontâneo, em outros momentos obedecem aos limites normativos impostos. A hibridez citada acima é resultado da dualidade herdada da interação recorrente entre o falado e o escrito.

Uma análise apurada pode localizar no texto radiofônico características emprestadas de outros meios de comunicação. No meio radiofônico, estão presentes, alternando-se ou simplesmente de forma comple-

mentar, a palavra falada difundida pelo cinema sonoro, a música tocada pelo CD player, pela internet, (e por outros aparatos de difusão fonográfica), o relato dramatizado próprio do meio teatral e o alcance geográfico típico do contexto televisivo.

Um meio de comunicação de idéias-realidades (contextos, fatos, acontecimentos), campos sonoros (reconstruções em sentido amplo) e concepções culturais, cuja finalidade é facilitar ao ouvinte um contato pessoal e permanente com realidade circundante por meio de sua recriação verossímil (BELAU, 1973, p.176).

É possível ouvir rádio a qualquer hora e lugar, não precisando mais ligá-lo a tomadas. Em 1959, o rádio brasileiro estava em situações de acelerar sua corrida para o radiojornalismo mais atuante, ao vivo, permitindo que reportagens fossem transmitidas diretamente da rua e entrevistas realizadas fora dos estúdios. O objetivo da mensagem radiofônica é manter o ouvinte a par de tudo o que é de interesse e atualidade no mundo (ORTRIWANO, 1985, p.89). Podemos assim considerar, que todos os programas regulares de notícias e os que ocasionalmente transmitem informações estão incluídos no contexto da análise jornalística e\ou contexto histórico das rádios comunitárias de Imperatriz.

Para Gisela Ortriwano (1985, p.57) a difusão da informação no rádio pode ocorrer sobre diferentes formas, sendo a mensagem estruturada em função da oportunidade, conteúdo e tempo empregado na emissão, podendo classificar as transmissões informativas em Flash, acontecimento que deve ser divulgado imediatamente. Edição extraordinária, mais longa do que o flash, é uma notícia importante, que de acordo com a importância dos fatos para a comunidade, a emissora pode interromper toda a programação para ficar informando sobre o acontecimento; Especial, programa que analisa determinado assunto por sua importância, atualidade e interesse histórico; Boletim, apresentado com horário e duração determinados em cerca de três a cinco minutos, com montagens dos assuntos a serem tratados; Rádio Jornal apresenta assuntos de todos os campos de atividade, estruturado em editorias; Informativo Especial, informações sobre fatos de um mesmo campo de atividade, em que apenas interessam as notícias daquele setor; Programa de Variedades, sem estar diretamente na atualidade, contém informação, música, humor, prestação de serviço etc.

O boletim de notícias é a vitrine do radiojornalismo no mundo. Em Imperatriz, por exemplo, as notícias nas rádios são veiculadas através de boletins informativos, em poucos minutos tem-se um panorama do que está acontecendo no dia. Nem sempre as notícias são produzidas por jornalistas, em geral são extraídas da internet. A quantidade de notícias não significa qualidade, pois é cada vez mais comum, vê apenas o locutor lendo a informação diretamente da tela do computador, sem apuração nenhuma, apenas narrando os fatos, tornando o noticiário do rádio tedioso para o ouvinte. Pesquisadores afirmam que uma carga excessiva de notícias causa aborrecimentos nos ouvintes.

Escrever para rádio é ilusoriamente simples. “Você não está transmitindo para as massas, apenas falando para uma única pessoa”. “Você deve escrever de modo claro e conciso, de forma atrativa, e não enfadonha, lembre-se que a notícia será ouvida e não lida. O objetivo tem que ser sempre escrever notícia para o rádio como uma conversa informal, temperado com precisão” (PAUL, 2006, p.45).

Portanto, a notícia para o rádio, deve apresentar sempre as seguintes peculiaridades: dirigir-se a toda população, inclusive aos analfabetos; procurar trazer sempre o sentido de imediatismo; ser instantânea, pois não oferecem a possibilidade de se voltar atrás para se corrigir eventuais erros; ser breve e sintética, devendo, em tese, esgotar o assunto no menor espaço de tempo possível; exercitar o ouvinte no sentido de criar um clima para que ele se sinta envolvido como participante do acontecimento.

LEGALIDADE NAS ONDAS SONORAS DO RÁDIO

Imperatriz, cidade com 247.505 de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), conta com duas rádios comunitárias. A Rádio Missão FM, primeira rádio comunitária legalizada, e a Rádio Maranhão do Sul. De acordo com dados do Ministério de Comunicação, dos 49 municípios no Sul do Maranhão, existem 25 rádios comunitárias. Esse número indica uma representatividade do segmento na comunicação regional, mas não é isso que podemos comprovar durante a pesquisa, a partir do estudo da Rádio Missão FM. Em Imperatriz as rádios comunitárias existentes têm servido de apoio financeiro particular

para seus donos e representantes legais, função inaceitável, apontada na legislação da radiodifusão brasileira.

No centro da Praça da Bíblia, início do bairro Bacuri na cidade de Imperatriz, dividindo espaço com a escola pública Nascimento de Moraes, Centro de Ensino de Jovens e Adultos (CEJA), dois prédios dos Correios, uma Igreja Batista, cybers, banca de revista, lanchonetes, bares, restaurantes, um lava jato e pontos de lazer do bairro nos finais de semana, a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz instalou a Rádio Missão FM, 87,9.

Desde o seu surgimento, em 1998, a emissora foi criada com o propósito de propagar as ideias e divulgar as ações de um projeto já instituído, o projeto Missão Jovem. O projeto divide até hoje as dependências do prédio com a Comunidade Missão Jovem, local onde funcionava uma antiga biblioteca evangélica cedida pelo então prefeito da cidade de Imperatriz, José de Ribamar Fiquene.

O projeto Comunidade Missão Jovem precisava tornar público suas ações e fazer com que a sociedade de Imperatriz tomasse conhecimento dos problemas que já estavam tomando conta da cidade, como as drogas. Na mesma época, Josué Paulino, representante legal da emissora, defendeu a criação da rádio e articulou a instalação dos equipamentos. Foi buscar também o apoio necessário para aprovação da rádio, encontrando em alguns empresários e governantes o apoio necessário para a concessão da rádio. No mesmo ano, os parlamentares aprovavam a lei 9.612 no mês de fevereiro, que regulariza toda rádio comunitária do território brasileiro.

A segunda rádio comunitária de Imperatriz, a Associação de Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso, Rádio Maranhão do Sul FM, está localizada no bairro Bom Sucesso em meio às bancas de verdura e legumes, bancas roupas, mercado de carne, padaria, oficinas de uma feira-livre, uma das maiores da cidade. Foi fundada em novembro 1998 por Pedro dos Santos Ambrósio, legalizada em 2007.

RÁDIO MISSÃO FM: ORIGEM E FINALIDADES

No registro oficial a emissora consta como Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz. É uma associação porque tem essa finalidade associativa, existem os sócios, que compartilham das regras como toda e qualquer instituição. Por compartilhar ideias e trabalhar com uma comunidade, a entidade tem essa finalidade associativa no bairro Bacuri. Além da Associação de Moradores do bairro, a rádio Missão FM tem em seu conselho mais quatro entidades, a Igreja Assembleia de Deus, o Projeto Missão Criança (PROMIC), Comunidade Missão Jovem e Associação Vida, descrição que deixa claro que a emissora

ra se caracteriza mais como uma rádio de cunho religioso, do que como comunitária.

A Missão FM funcionou ilegalmente durante dois anos quando a transmissão diária foi interrompida por um mandato policial no ano de 2000. Logo a rádio conseguiu uma liminar de funcionamento e reabriu voltando a funcionar até em 2002, quando ela foi fechada novamente por questões políticas. No ano seguinte ela voltou a funcionar e está no ar até hoje. No ano de 2003 a rádio Missão FM conquistou sua outorga e a liberação de funcionamento expedida pelo Ministério das Comunicações.

Conforme o estatuto da instituição é comunitária porque é uma entidade que presta serviços à comunidade, a rádio é o meio de comunicação que existe para atender as necessidades da comunidade e meta prioritária denuncia os problemas da comunidade, de acordo com o representante legal Josué Paulino da Silva, que ressalta:

A questão de a rádio ser comunitária tinha que pegar esse outro aspecto comunitário, atendendo as necessidades da comunidade, no sentido de informação, na área informativa, seria os problemas: iluminação pública, água, energia, segurança pública, então, ela iria trabalhar nessa parte trazendo informação, contribuindo com a educação da comunidade etc.⁴

A contribuição cultural deve ocorrer através do apoio, organização e promoção de eventos e movimentos de grupos, instituições culturais, igrejas e artistas da comunidade, onde a Rádio Missão está localizada e não somente do bairro, mas de toda a cidade. A rádio promove eventos, incentiva e tem uma ligação muito forte com as danças de rua, um exemplo disso são os movimentos hippie hope, dance e reggae gospel que ela apoia. A música gospel ainda predomina na programação musical. A instituição é terapêutica porque o propósito da associação também seria dar apoio aos problemas enfrentados pela comunidade: os conflitos familiares e o consumo de drogas.

A instituição também é ambiental porque ela está envolvida nos movimentos ambientais da cidade. Na época da criação da rádio, existiam três integrantes responsáveis por propor ações na área do meio ambiente, cobrar dos poderes públicos e privados soluções para a devastação da natureza. No momento, a rádio está sem envolvimento com o tema ambien-

⁴Entrevista com o diretor e representante legal da Rádio Missão FM concedida em 31 de março de 2011.

tal, afirmou Josué Paulino da Silva.

O representante legal da Rádio Missão FM afirma ainda:

Quando eu pensei nessa entidade, eu pensei em abranger as ações que a comunidade “Missão Jovem” não abrange. A Missão, ela entra mais pela área educacional, essa aqui não, é mais preventiva: de combate, de debate, de contestação, então é uma instituição meio rebelde?⁵

É importante ressaltar a contribuição da sociedade civil e entidades locais ao apoio durante a criação e aprovação do projeto da Rádio Missão FM, pois o projeto de uma rádio requer investimentos financeiros e participação da comunidade. O proponente deve apresentar aparato estrutural para a instalação dos equipamentos da rádio. Uma das contribuições chegou da Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep) que fez a doação da torre. Referindo-se também aos apoios políticos, Josué Paulino da Silva cita o atual prefeito de Imperatriz Sebastião Madeira, que na ocasião era deputado federal. O contato com o então parlamentar ocorreu através do na época diretor da escola Rui Barbosa Eneias Nunes Rocha, atual secretário de Meio Ambiente do município de Imperatriz. A mobilização em torno da criação da rádio propiciou a doação da torre e do transmissor.

Josué Paulino da Silva, também atual diretor da rádio, ressaltou a falta de acesso e oportunidade para as pessoas menos favorecidas nos meios de comunicação comerciais, sendo um dos motivos da fundação da rádio comunitária no Bacuri. Outra motivação, de acordo com Josué Paulino, foi a participação da Igreja Católica, no segmento das rádios comunitárias, exemplo que desencadeou o interesse da igreja evangélica em possuir sua própria emissora de rádio.⁶

Da equipe que projetou a elaboração da rádio, somente o diretor Josué Paulino da Silva continua na entidade. Por motivos maiores as pessoas seguiram suas vidas e algumas delas optaram em trabalhar em outros veículos de comunicação, uns foram embora, outros entraram na universidade e trilharam diferentes caminhos.

José Paulino, diretor da Missão FM, relatou:

⁵ Entrevista com o diretor e representante legal da Rádio Missão FM concedida em 31 de março de 2011.

⁶ Estatuto da Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz.

Elas tiveram que cuidar de suas vidas, conseguiram empregos, algumas eram profissionais tiveram que dá continuidade, outros foram estudar, hoje tem sua formação, tem um no curso de Comunicação na UFMA, têm três na UEMA fazendo o curso de História, fazendo outros cursos, pedagogia, tem em outras faculdades, então, o pessoal todo foi procurar estudar e cuidar do seu futuro e só eu estou aqui dos fundadores.

O Poder Legislativo cria regras para que os meios de comunicações se prendam cada vez mais a ele, a exemplo disso, segue o que acontece em relação as rádios comunitárias. Quando a rádio comunitária tem um político para “interceder” por ela junto ao órgão responsável pela aprovação e liberação de funcionamento de radiodifusão, o processo acontece mais rápido. Com a Rádio Missão FM não foi diferente, Josué Paulino afirma que na época da aprovação do projeto da Rádio Missão FM foi quando ele entrou em contato com políticos e o anúncio da aprovação do projeto da Missão foi liberado com mais rapidez.

Um dos que colaborou com a liberação e instalação da Rádio Missão FM, o radialista Justino Oliveira Filho também confirma a versão dada por Josué Paulino, de que no período de legalização da Rádio Missão FM o projeto se tornou mais viável e rápido pelos apoios políticos. Cita a colaboração do atual ministro de Minas e Energias, Edson Lobão, na época era vice-presidente da comissão das telecomunicações do senado. Justino Filho relembra:

Nessa Rádio Missão ficou o senador Lobão encarregado de, vamos dizer, de acelerar o ritmo, porque ele fazia parte como vice-presidente da comissão das telecomunicações do Senado, era vice-presidente e numa dessas seções pediu para botar e o presidente da comissão usou da seguinte maneira: pediu licença porque tinha que ir a outra comissão e passou a presidência de comunicação do Senado para o senador Lobão e ele de posse disso, pegou o processo e jogou em cima e já foi logo aprovado, por isso que teve essa celeridade todinha nesse processo.

A Rádio Missão FM tem estrutura técnica de acordo com as normas estabelecidas pela ANATEL que estão bem claras nos termos a seguir da Norma N° 2/98 Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária. A emissora tem ainda aparelhos e sistemas tecnológicos ne-

cessários para uma boa transmissão, computadores, microfones, telefone com chave híbrida para a transmissão do ouvinte ao vivo, internet, mesa de som, transmissor, compressor de áudio, ar-condicionado, impressoras e estúdio completo.

Sobre o aspecto da frequência disponível para as rádios comunitárias de Imperatriz, a frequência disponibilizada pela ANATEL é a 87,9 com o raio de extensão a um quilômetro, mas a emissora ultrapassa o que prevê a lei, pois a transmissão da Rádio Missão FM, por exemplo, alcança alguns bairros distantes da emissora, descumprindo assim as normas estipuladas.

NA SINTONIA DA RÁDIO MISSÃO FM

Com o slogan “a rádio que é seu estilo”, título escolhido pelos próprios ouvintes em enquete feita pela emissora, a programação une música para o público jovem, nas variações do estilo gospel, com religião e informação. Desde a fundação a programação é feita pelo diretor da rádio e apresentada ao conselho, que tem por finalidade fiscalizar os programas para que não haja abuso ou preconceito racial, homofóbico ou religioso. Cada programa é produzido estritamente por seu idealizador, assim, o mesmo fica com inteira responsabilidade pelo conteúdo.

A equipe de colaboradores da Rádio Missão FM já foi maior, composta por dois jornalistas: José Filho e Orlando Meneses⁷ que trabalhavam com debates e discursões sobre os assuntos mais repercutidos do momento. Em entrevista o jornalista Orlando Meneses conta que seu programa era engajado em assuntos sugeridos pela própria comunidade, assuntos como abuso do poder público, autoridades, fatos do bairro que era informado através do telefone. Meneses permaneceu na rádio Missão até março de 2011 quando teve crise de diabetes e precisou se afastar da rádio.

A produção jornalística na Rádio Missão FM já preencheu um espaço maior na programação e sofreu uma redução por não obter condições financeiras para manter os custos de um jornalista no campo. Atualmente as notícias são veiculadas nos programas de variedades no formato de boletins informativos e não mais em programas específicos de jornalismo.

A produção jornalística perdeu espaço, as notícias são veiculadas ainda em formatos de entrevista e no gênero opinativo, esporadicamente,

⁷ Entrevista com Orlando Meneses ex-colaborador da Rádio Missão FM concedida em 22 de maio de 2011.

com debates envolvendo personalidades públicas da cidade e região com discursões de assuntos polêmicos veiculados na mídia local por meio de publicações na web. O locutor é o responsável pela escolha das notícias que serão veiculadas, a seleção é feita de acordo com as editorias: política, saúde, entretenimento, cultura e educação. O próprio locutor agenda as entrevistas com convidados e organiza o debate. A emissora recebe e-mails enviados pelo Ministério das Comunicações e de agências de notícias de todo o país, são notícias em texto e áudio.

Como não há equipe da reportagem ou produção da notícia, o Jornalismo acontece de forma improvisada. Acompanhamos as rotinas da rádio e não há normas para selecionar as notícias que serão veiculadas. Não há critérios de noticiabilidade, pois o locutor acessa os sites de notícias da cidade e lê a notícia integralmente, às vezes tenta adaptar a linguagem para o rádio ao vivo. Por exemplo, no programa Agenda Cultural, de 8h até o meio-dia, apresentado pelo pastor Josué Paulino, há música, leitura da bíblia, entrevistas e participação do ouvinte através do telefone. Quanto à notícia, o apresentador do programa afirmou que o jornalista Orlando Menezes faz participações ao vivo com informações locais e nacionais, mas durante a pesquisa em nenhum momento foi registrado o trabalho do jornalista. A justificativa apresentada pela diretoria da rádio é que Orlando Menezes estava doente naquele período.

A programação do dia segue com Sandra Rodrigues com o programa Agenda Feminina com dicas de saúde e beleza da mulher. O tema das informações do programa são de acordo com o que a locutora escolhe sobre os assuntos de moda, de saúde da mulher e beleza. As agências de notícias e o Ministério das Comunicações também enviam através de e-mail, notícias que fazem parte do roteiro feminino.

À tarde, por não ter locutor, o espaço é preenchido somente com música. Das 17h às 19h o espaço é ocupado pelo locutor R. Silva, com o Sintonia Gospel, um programa de esporte com boletins de notícias, comentários sobre esporte e música. O locutor escolhe as notícias a partir de jogos de futebol na semana, comenta a prática de esporte na região e no país, baseando-se em noticiário veiculado em jornais impressos e veiculação de notícias na web. A partir das 19h é transmitida A Voz do Brasil. Às 20h começa o Conexão Gospel, que está sem locutor fixo. Os demais horários são preenchidos com música, já que a rádio está com problemas para contratar colaboradores para executar os programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a Rádio Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz, Missão FM questionou-se se a mesma cumpre a Lei 9.612 de fevereiro de 1988, que regulamenta as rádios comunitárias. Portanto, através da pesquisa constatamos que a lógica do capital da mídia, os interesses políticos e o proselitismo religioso permeiam a trajetória e a programação da primeira rádio comunitária de Imperatriz.

Com mais de 10 anos de fundação, a Rádio Missão FM ainda tem problemas na construção de sua programação diária, pois faltam profissionais para diversificar os conteúdos dos programas e produzir notícia. A produção de notícia é praticamente inexistente, somente com leituras de outros informativos feitas pelos locutores e com baixa participação da comunidade. A rádio já teve jornalistas, que por motivos maiores se desprenderam do quadro de colaboradores da emissora. A equipe se desfez e não há profissional responsável pelo setor jornalístico. Assim, a Missão FM tem uma lacuna nesse segmento. Com poucos colaboradores, a grade de programação é preenchida em boa parte, com música.

Um dos primeiros fatores que se sobressai diante dos descumprimentos da lei é o “apoio cultural”. Por mais que sejam feitos no nome de “apoio cultural” o que podemos comprovar é a promoção do mercado local, anúncio de produtos e dos nomes dos proprietários dos estabelecimentos comerciais. A divulgação de ideias e publicidade de Igrejas Evangélicas da cidade, que também é proibida por lei, tem espaço na rádio. O proselitismo religioso existe em toda a programação da rádio. Sinal disso é a veiculação, que na maioria das vezes, de anúncios de eventos que essas igrejas evangélicas promovem.

Sobre a parte musical, o único estilo musical é o gospel. Portanto, oferecer diversificação cultural, ideológica, política e religiosa não é o fator prioritário da Rádio Missão FM, como prevê a lei. A justificativa apresentada pelo então responsável legal é a falta de apoio financeiro, contudo sabemos que as rádios comunitárias de Imperatriz têm apoio da Prefeitura e do Governo do Estado.

É importante salientar que a incidência dos conteúdos da mídia na formação dos valores no mundo contemporâneo, exemplo disso na Rádio Missão FM é a disseminação de opiniões e atitudes referidas a religião e credos políticos. Instituições públicas que têm a função de defender não deveriam entrar na lógica de mercado de comunicação privada. No

entanto, mesmo que os responsáveis pela Rádio Missão FM digam que a organização passa por uma crise financeira, com falta de profissionais disponíveis, nota-se nas propostas e ações da rádio a defesa somente de interesses privadas e não coletivos, como aponta a legislação das rádios comunitárias.

Os objetivos sociais da Rádio Missão FM também estão aquém da proposta inicial. Fundada para transmitir e propagar as atividades de um projeto que tratava da recuperação de dependentes químicos da cidade e região, atualmente a emissora não poderá usufruir desse argumento histórico pelo fato do projeto Missão Jovem não promover nenhuma ação para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo, Contexto, 2007.
- ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios comunitárias: construindo um espaço de democratização do saber**. São Luís, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão.
- BARBEIRO, H. Paulo Rodolfo de Lima. **Manual de Radiojornalismo**. 2. Ed. Campus.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. 2. Ed. São Paulo : Paulinas, 2009. (Coleção comunicação – estudos).
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio: prática de locução AM e FM**. São Paulo: Summus, 2009.
- CHANTLER, Paul; STEWART, Peter. **Fundamentos do Radiojornalismo**. Rio de Janeiro: Rocco.
- COELHO NETO, Armando. **Rádio Comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso**. São Paulo: Ícone, 2002.
- DUARTE, Jorge, Antonio Barros. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação / Jorge Duarte, Antonio Barros (org.)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GHEDINI, Fred. **Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil**. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009. (Coleção Conexão Juventudes).

GRIJÓ, Wesley Pereira; e FERREIRA, Cristiane de Jesus. **Jornalismo Cidadão: a experiência da rádio comunitária Bacanga FM, São Luís, 2010.** Artigo (Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, novembro de 2010).

JUNG, Milton, **Jornalismo de rádio.** 3, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. (Coleção Comunicação).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em 06\06\2011.

LAGO, Cláudia. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo** / Cláudia Lago, Márcia Benetti, (orgs.) – 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.- (Coleção Fazer Jornalismo) COMUNICAÇÕES. Portal das Comunicações. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/>>. Acesso em 06\04\2011.

ORTRIWANO, Gisela Swtlana,1948 – **A Informação no rádio:** os grupos de poder e determinação dos conteúdos / Gisela Swtlana Ortriwano. – São Paulo : Summus, 1985.

PARADA, Marcelo. **Rádio: 24 horas de Jornalismo.**- São Paulo: Editora Panda, 2000.

PERUZZO, Cecilia M. Krohling Peruzzo. **Rádios Comunitárias:** entre controvérsias, legalidade e repressão. Disponível em <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria_controversias_legislacao_e_repressao.pdf>. Acesso em 08\04\2011.

O que eles lembram? Rádio Imperatriz e a memória dos ouvintes

Nayane Cristina Rodrigues de Brito¹

Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão e mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

Verifica-se que a história tem na memória uma fonte que a alimenta e permite a evidência de fatos individuais e coletivos. As memórias traduzidas em palavras oferecem ao presente as narrativas de sete ouvintes sobre a história da Rádio Imperatriz, intrinsecamente relacionada às trajetórias de vida de cada um. A emissora localizava-se no município de Imperatriz a sudoeste do estado do Maranhão. Através da História Oral os sete personagens, pelas entrevistas, selecionaram fragmentos que eles consideram dignos de serem lembrados e da maneira como foram lembrados. As entrevistas além de informações trazem em si olhares, gestos e instantes de emoções. Utilizou-se também pesquisa bibliográfica e análise documental. O artigo confirma a evocação de imagens através do rádio na mente desses ouvintes e a relação de companheirismo proporcionada por meio das escutas. As histórias representam as relações estabelecidas entre os ouvintes e a emissora através dos conteúdos transmitidos e, por vezes, contato pessoal com os comunicadores.

Palavras-chave: Ouvintes; Rádio Imperatriz; Memórias.

O PASSADO ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

O rádio revolucionou a sociedade brasileira no século XX. Autoridades políticas, militares e algumas pessoas da elite puderam acompanhar as transmissões de estreia da radiofusão no Brasil com o discurso do presidente da época Epitácio da Silva Pessoa, durante as comemorações do centenário da independência em 07 de setembro de 1992 (FERRARETO, 2000).

Inicialmente o alto custo dos aparelhos receptores impossibilitava o acesso da maioria da população ao rádio. A partir da década de 1930 ele torna-se mais popular, os avanços tecnológicos e os investimentos no meio o tornaram acessível e hoje é um dos meios de comunicação mais popular do mundo.

Os dados históricos sobre o rádio no Brasil estão registrados em livros, artigos, revistas, entre outras bibliografias e documentos que fazem parte dos 93 anos do rádio brasileiro, uma história cerceada de lacunas. Ainda são poucas as pesquisas sobre o meio se comparado a outros meios de comunicação.

O historiador francês Paul Veyne (1971, 21), a partir de seus estudos argumenta que “a história é a narrativa de acontecimentos verdadeiros. Nós temos desta definição, um facto deve preencher uma só condição para ter a dignidade da história: ter acontecido realmente”. Veyne (1971) propõe o estudo do não-acontecimento, termo designado sobre a análise do que ainda não se conhece, da busca para decifrar uma enorme extensão de fatos ignorados.

Pesquisar sobre rádio é sempre um grande desafio, é constante a busca por áudios que possam corroborar na elaboração da trajetória das emissoras ou análises de programas, e quase sempre a busca resulta em emissoras que descartam os áudios, textos, ou seja, não guardam a memória da rádio.

Ao estudar sobre a Rádio Imperatriz, a primeira emissora legalizada da cidade de Imperatriz, pouco se encontrou sobre ela na bibliografia local, obteve-se alguns documentos sonoros, fotografias e recortes de jornais. Documentos insuficientes para a elaboração do livro-reportagem-história Ondas da memória: a pioneira Rádio Imperatriz, para conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Obra que originou este artigo.

Diante dessa realidade e para contar essa história, que por vezes

não teve espaço na história tradicional, o uso da memória através da História Oral surge como uma fonte histórica trazendo outros olhares sobre a história, uma vez que “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2003, p. 25).

Esse é um procedimento metodológico que busca materializar as memórias a fim de preservá-las. Ao refletir sobre o assunto Delgado (2006, p. 50) destaca que “as potencialidades da metodologia da História Oral, que tem na memória sua principal fonte informativa, são infindáveis, permitindo ao historiador, a seu critério, a adoção de abordagens históricas”. Na perspectiva de Montenegro (2007) ao lado do que a escrita e a imagem registram, existe outra visão dos acontecimentos através da memória, uma vez que, a história oficial está nos livros e nos documentos, nos filmes e nos discursos de dirigentes.

Foi a partir da Escola dos Annales com a concepção de História Nova, que os historiadores passaram a estudar os acontecimentos baseados em novos paradigmas. Por muito tempo se estudou apenas a história dos heróis, das guerras, políticas, sociedades e economias dos grandes impérios através apenas dos documentos escritos.

A fonte oral passa a ser um documento que traz representações sobre determinado fato, no caso deste estudo, a trajetória da Rádio Imperatriz a partir da memória de 31 entrevistados, mas destacamos neste artigo apenas os trechos de falas dos sete ouvintes que contribuíram para a pesquisa. São eles: Amadeu Conceição Dias, Antonia Francisca de Carvalho, Edmundo Ramalho, Luiz Maia da Silva, Maria da Cruz Lopes Sousa, Maria José Matos de Aquino e Raimundo Dantas de Oliveira.

Realizaram-se entrevistas temáticas, um tipo de entrevista própria da História Oral, “que se refere a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados” (DELGADO, 2006, p.22.). Assim, os roteiros de entrevistas e as informações obtidas foram pautados pelo tema Rádio Imperatriz. Os sete ouvintes foram entrevistados em abril de 2011, as narrativas foram gravadas em gravador digital, transcritas na íntegra e posteriormente analisadas.

Durante as entrevistas busquei resgatar detalhes de ambientes, histórias curiosas, descrições físicas, as tecnologias utilizadas na rádio, entre outras informações. Foi solicitado que eles buscassem em seus arquivos fotografias, matérias, documentos, tudo que remetesse a emissora, elementos que ajudam a ativar a memória.

O ato de lembrar torna-se um ato comunicacional a partir de memórias individuais e coletivas. Halbwachs (2006) enfatiza que a memória individual e a memória coletiva mesclam-se no ato de falar de si, de lembrar suas lembranças, seu passado, ao reconstituir seu fazer enquanto indivíduo e ser social.

Para Benjamin (1994, p. 223) “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Os narradores a partir de seus locais de fala trouxeram a tona fatos que permitiram compreender a trajetória da emissora pioneira da cidade de Imperatriz. Thompson (1992, p. 17) estima que a História Oral:

[...] pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

A recuperação da história da Rádio Imperatriz, que recebeu pouca atenção nos últimos anos, é um despertar de acontecimentos a partir da coleta dos depoimentos daqueles que vivenciaram as experiências radiofônicas da emissora, que conviveram de alguma forma com aqueles momentos, relatando o que ocorreu.

Este estudo também aborda a trajetória do ouvinte e sua relação com a emissora. Ao valorizar as narrativas, as falas foram transcritas respeitando a variação linguística de cada entrevistado.

NAS ONDAS DA MEMÓRIA

Na década de 1970, Imperatriz se apresentava como um local promissor para investimentos, com uma localização privilegiada na pré-Amazônia Oriental, entre os estados do Tocantins, na época Goiás, e o Pará. No final dessa década se encerrava o ciclo da madeira e logo começaria a corrida pelo ouro no garimpo de Serra Pelada. Coutinho (1994, p. 154) destaca que “entre os anos 70 e 80 o comércio de Imperatriz, que já era

avultado, fazia-se sentir forte e promissor...”

Foi nessa época que o carioca Moacyr Spósito, advogado e radialista que morava em Fernandópolis, no estado de São Paulo, decidiu lutar pela concessão de um canal radiofônico AM em Imperatriz. Ele foi incentivado por Edison Lobão – ex-ministro de Minas e Energia –, pelo então senador Henrique de La Rocque Almeida¹ e também pela notícia de que a cidade dava bons frutos. A concessão, com o apoio político, foi obtida pelo empresário junto ao Ministério das Comunicações.

Os imperatrizenses aguardavam ansiosos pela instalação da primeira rádio legalizada do município. Na época, os meios de comunicação locais eram apenas o jornal impresso O Progresso e havia a retransmissora da Rede Globo, a TV Imperatriz, canal 4. Os dois veículos noticiaram a chegada da Rádio Imperatriz. Um dos ouvintes da emissora, Amadeu Conceição Vieira recorda que todos comentavam sobre a instalação da rádio:

Até teve gente aí pela cidade que ficou queixoso com Edison Lobão, porque disse que tanta gente aqui na Imperatriz competente e ele foi trazer de São Paulo, num é? Mas foi o que ele achou que dava certo, veio e deu certo mesmo.

Maria da Cruz Lopes Sousa, ou ainda, Fifi, no ano 1978, era uma jovem de 20 anos. Desde a infância era encantada pelo rádio, seu companheiro de todos os momentos e lugares. Na época, atenta aos acontecimentos da cidade, ficou logo sabendo que Imperatriz ganharia uma emissora de rádio. Ela ouviu um anúncio pelo carro de som, uma Brasília verde, de Clodomir Guimarães, mais conhecido como Corró, que no futuro seria locutor da emissora radiofônica. O automóvel saiu pelas ruas do município informando à população que em breve seria inaugurada uma emissora de rádio local.

Em casa e na companhia do seu rádio, Fifi ouviu a primeira transmissão da emissora, que foi ao ar em um sábado, precisamente em 28 de outubro de 1978.

Eu lembro assim de quando começou, a rádio entrou no ar, eu ouvi a voz do doutor Moacyr Spósito “Bom dia Imperatriz, bom

¹ Atuou como advogado, jornalista e político brasileiro. Entre os anos de 1954 e 1974, foi deputado federal pelo estado do Maranhão, senador da República pelo mesmo estado, de 1975 a 1982, e ministro do Tribunal de Contas da União, de 1980 a 1982.

dia Rádio Imperatriz e bom dia meus ouvintes da Rádio Imperatriz de Imperatriz - Maranhão, estou botando essa rádio no ar, mas eu não sou o dono, o dono são vocês que são os ouvintes, vocês é que manda”. Aí ali entrou outros locutor, outras palavra, só música, música, música, carta e mais carta, recebia carta de todos os lugares.

No município de Senador La Rocque, a 25 quilômetros de Imperatriz, Raimundo Dantas de Oliveira, conhecido como “Raimundo da Marinete”, em um certo dia, sintonizando o rádio, encontrou um novo canal AM: “A gente ligou e achou uma outra sintonia na AM quando o radialista dizia: ‘Esta é a Rádio Imperatriz’”. Raimundo da Marinete ficou surpreso ao saber que em Imperatriz, local de difícil acesso para ele, existia uma emissora de rádio.

Antonia Francisca de Carvalho, também passou a acompanhar a emissora. Sem energia elétrica, ela morava com o esposo em uma fazenda na zona rural, em um povoado chamado 1.700, cerca de 30 quilômetros distante de Imperatriz. Antonia ficou sabendo da novidade pelo patrão.

Ele falou que já tinha inaugurado e se a gente quisesse ouvir essa daqui a gente podia mudar. Mudar pra Rádio Imperatriz, que ficava mais de perto. A partir de então nós colocamos, sintonizamos, sei lá como é que fala, e a gente ficou sempre participando das programação da Rádio Imperatriz.

Com uma programação que contemplava entretenimento e jornalismo a emissora chegava a vários municípios da Região Tocantina – que abrange os estados do Maranhão, Pará e Tocantins. O quadro inicial de funcionários da rádio foi formado, em sua maioria, por pessoas oriundas de outros locais, como Roberto Chaves e Manoel Cecílio, de Belém; Paulo Roberto, de Goiânia; Marcelo Rodrigues, de São Luís, entre outros.

Antes de completar quatro anos de funcionamento ocorreu um incêndio que destruiu praticamente todas as instalações da rádio. Houve uma mobilização geral por parte dos funcionários, ex-funcionários e amigos. Assim, menos de 48 horas depois do ocorrido, a emissora voltou ao ar apenas com programas musicais e um dia após seu retorno passou a transmitir a programação completa em outra edificação. Quanto à causa do incêndio na rádio, alguns afirmam ter sido gerado por um curto-circuito. Outros, que foi criminoso.

Convém mencionar a incerteza dos ouvintes quanto ao retorno da rádio após o incêndio. Como foi o caso de Raimundo da Marinete.

Eu já era ouvinte quando a rádio pegou fogo. O povo falou assim: “Será que a Rádio Imperatriz não vai mais para o ar? Tão bom que era...”. Quando ela voltou a funcionar aí, pronto, foi outra admiração.

A Rádio Imperatriz inaugurou o radiojornalismo na cidade com a proposta de pautar o município a partir dos eventos locais, esportes, política e polícia. Com essa proposta jornalística, a emissora trouxe para sua programação representações sobre a cidade, construindo, assim, um diálogo com seus ouvintes. Aproximou-se deles, o que resultou na confiança e credibilidade do veículo. A emissora de rádio construiu para seu público uma visão de modernidade, o jornalismo enquanto elo da cidade com seus acontecimentos e com os cenários nacionais.

A partir da oralidade dessas testemunhas é possível verificar a escuta radiofônica dos programas jornalísticos. Na visão de Graziela Bianchi (2010, p. 94) “É na construção de sua trajetória com o rádio que o público vai adquirindo hábitos, vai estabelecendo usos e desenvolvendo competências radiofônicas”. Assim, a partir do acompanhamento da programação da rádio os ouvintes relataram suas lembranças sobre o jornalismo transmitindo.

O jornal tocava uma musiquinha que você sabia que era o jornal. Se eu tivesse comendo lá na cozinha na hora do jornal, vinha com meu prato pra perto do rádio pra ouvir. Eu ficava sabendo o que tava acontecendo, ficava informado (Raimundo Dantas).

Tinha o jornal do meio-dia, todo dia eu ouvia. Porque naquele tempo não era todo mundo que tinha condição de possuir uma televisão. A gente ouvia as notícia tudim meio-dia em ponto (Maria da Cruz).

Me parecia ter um caráter independente quanto às denúncias. Parecia não ser muito ligado a um determinado segmento político. Permitia essa participação popular. Parecia ser independente e as pessoas ouviam bastante até aparecerem concorrentes (Luiz Maia).

Após a morte de Moacyr Spósito os filhos assumiram a direção

da emissora, mas três meses depois, especificamente no dia 15 de abril de 2005, a Rádio Imperatriz, com sua linha editorial, foi ao ar pela última vez. A emissora passou a fazer parte do Sistema de Comunicação Cidade Esperança, da Assembleia de Deus. Todo o acervo de discos, os transmissores, equipamentos, tudo foi entregue aos novos administradores.

No ato de rememorar a história da emissora as memórias individuais e coletivas dos entrevistados trazem ao presente suas percepções a partir de seus lugares de fala. Isso porque no processo de transmissão de informações, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós tivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HASBWACHS, 2006, p. 30).

NARRADORES E AS MEMÓRIAS DA RÁDIO IMPERATRIZ

O rádio, como um meio de comunicação, faz parte do cotidiano de grande parte da população mundial. Por exemplo, dos ouvintes citados, que acompanhavam a Rádio Imperatriz. O relato dos narradores evidencia que havia uma sintonia do público com a emissora. A rádio era acessível para quem desejasse conhecer suas instalações. Tanto que vários ouvintes decidiram ver de perto como funcionava a emissora.

As narrativas apresentam uma visão da rádio a partir dos seus protagonistas. O historiador Paul Thompson defende a adoção de fontes orais na tentativa de uma reconstituição mais realista do passado.

O que nos permite fazer da história uma atividade mais democrática, já que tudo será construído a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também o seu imaginário (THOMPSON, 1992, p. 18).

Na sequência do texto acompanhamos sete personagens, sete histórias que representam vidas, contextos e memórias ligadas à Rádio Imperatriz.

‘LÁ SÓ TINHA O RÁDIO’

Miliana. É por esse pseudônimo que todos conhecem Antônia

Francisca de Carvalho. Durante muito tempo, ela e o marido trabalharam em fazendas. Ele, vaqueiro; e ela, dona de casa. Quando a emissora foi fundada, eles moravam em uma fazenda no povoado 1.700. Sem energia elétrica, o único meio de comunicação que lhes permitia ficar informados era o rádio.

Marcelo Rodrigues, Aldeman, Corró, Compadre Paulo: são alguns nomes lembrados por Antônia. Ela não tinha um programa favorito, gostava de todos. Quando começava a programação da emissora, às 5h, ela e o esposo já estavam acordados. Tinham que despertar cedo para tirar o leite das vacas e depois vender. O radinho de pilha acompanhava o vaqueiro até o curral.

Não tinha energia, não tinha televisão. Lá só tinha o rádio. Se você quisesse assistir alguma coisa tinha que ir pro rádio. A gente sabia que tava chegando o programa daquela pessoa e corria pro rádio pra assistir, pra ouvir pelo menos a fala daquelas pessoas.

Longe da cidade, esta foi a forma que eles encontraram para saber o que estava acontecendo em Imperatriz. “A gente ficava todo mundo alegre porque tava assuntando o movimento da cidade”.

Uma das características do rádio é a sensorialidade. Ele evoca imagens na mente dos ouvintes. Conforme destaca Mcleish (2001, p.15): “Ao contrário da televisão, em que as imagens são limitadas pelo tamanho da tela, as imagens do rádio são do tamanho que você quiser”.

Um casarão com muito movimento. Era assim que ela imaginava a rádio, mas quando foi visitar o local percebeu que tudo era bem diferente dos seus pensamentos:

Quando a gente chegou lá, uma coisinha. Não tinha todo aquele movimento. Eu admirei porque pensava que era assim, um casarão. Aí eles fica na sala pequena e dali sai tantas coisas importantes que a gente ouve. Onde pega o rádio a gente assiste em todo canto daquela coisinha pequena que é.

Miliana conheceu muitos locutores e desejava saber, além do nome dos profissionais, quem e como eram eles. Os conhecidos diziam que ela era importante, porque os locutores citavam o seu nome na emissora. “Eu ia pra roça mais essa Fifi, nós ficava plantando arroz, plantando

tudo enquanto nós tava com o rádio lá na cabeça de um toco suntuando o programa deles na maior galera cum nós”.

Sertanejo é sua música favorita e as poucas cartas que enviou para a emissora foram para pedir esse estilo musical. Antônia Carvalho nasceu em Campo Sales, no Ceará, em 11 de setembro de 1941. Após morar alguns anos em Imperatriz - hoje - com netos, optou por viver com o esposo longe do barulho da cidade, em uma chácara próxima ao município de Governador Edison Lobão, distante de Imperatriz aproximadamente 32,5 quilômetros. A Rádio Imperatriz está viva em suas lembranças. “A gente sente falta demais. Aquilo ali era um divertimento pra quem tava lá dentro do mato”.

LOCAL DE ENCONTRO

Uma menina de 13 anos na recepção da Rádio Imperatriz. Foi achada na Avenida Bernardo Sayão, anunciava Corró. Ao ouvir, o vizinho foi buscá-la. Era Maria José Matos de Aquino, sempre chamada de Zezé. Na época, trabalhava em um armazém. Ao sair do trabalho em direção à sua residência, foi surpreendida por um grupo de mulheres que, após solicitarem ajuda para encontrar um endereço, a sequestraram. Ela não sabe qual foi o motivo, mas lembra que na época havia muito tráfico de órgãos. Por sorte, uma das mulheres a conhecia e pediu às outras que a liberassem, pois sabia que ela ajudava a mãe em casa. Por isso, a menina deveria ficar viva.

Apenas algum tempo depois desse episódio, foi que Zezé passou a ser ouvinte fiel da Rádio Imperatriz. Logo que começou a trabalhar em uma loja de roupa. Antes, ela ouvia a rádio apenas aos finais de semana, pelos rádios dos vizinhos, porque em casa ela não tinha o aparelho. Na loja foram instaladas caixas de som ligadas a um rádio e era possível ouvir de todos os cantos do estabelecimento.

Para ela, alguns programas da rádio passavam uma sensação de romantismo, principalmente os apresentados pela locutora Perpétua Marinho. Por trabalhar próximo à emissora, ficou amiga de alguns locutores, como Manoel Cecílio, Perpétua e Aquiri Kristian e foi conhecer os departamentos da rádio, em circunstâncias diferentes da primeira vez em que esteve no local.

Era bem simples. Eu tinha curiosidade de saber como é que eles

conseguiam fazer aquele programa, intervalo, como é que eles faziam com a participação do público. As coisas era manual ainda. Quando alguém pedia uma música tinha que pegar um LP, era meio corrido, eu ficava só olhando.

Um dos pontos que admirava era a solidariedade dos locutores ao solicitarem, no ar, ajuda a quem necessitava de um remédio, consulta, passagem, e tantas outras demandas. “Ela passava essa afinidade pras pessoas, tinha essa questão social. Mobilizava e ajudava as pessoas. Um meio de comunicação que ajudou muita gente, principalmente os locutores que fazia um programa mais popular”.

Assim que começou a trabalhar na Comissão Pastoral da Terra (CPT), aproximadamente em 1985, Zezé deixou de acompanhar a programação da emissora, pois o trabalho estabelecia que ela viajasse para as cidades vizinhas.

Por meio da Rádio Imperatriz, Maria José conheceu várias músicas e aguçou a sensibilidade de ouvir. Na época da entrevista, ela não ouvia rádio. Para Zezé, o perfil dos programas mudou de forma que não a agrada: “Hoje você não ouve música, ouve barulho. Você não escuta aqueles momentos que a Rádio Imperatriz oferecia, cada quadro era um momento. Hoje é o dia todinho as mesmas músicas”.

‘SEM O RÁDIO, EU NÃO PASSO’

Amadeu Conceição Vieira perdeu a visão em 1981. Foram 17 anos lutando contra o glaucoma. Em Teresina, se submeteu a duas cirurgias, mas os médicos nunca o enganaram. Diagnosticaram que ele seria um deficiente visual. Aos poucos, Vieira deixou de enxergar o mundo pelos olhos e começou a “ver” com o auxílio dos sons.

Lavrador durante muitos anos, não parava em casa. Mesmo ocupado, vez e outra ouvia a Rádio Imperatriz. Quando a emissora foi fundada, ele lembra que as pessoas comentavam sobre a chegada da rádio na cidade. Cego e sem trabalhar, Amadeu tentava se acostumar com aquela situação, mas foi complicado.

Aos 83 anos, na memória estão marcadas datas significativas para ele: “A rádio entrou em 1978 e eu cabei de perder a visão em 1981”. Homem de poucas palavras, pensativo em alguns instantes, mostra-se convicto ao afirmar que o rádio passou a fazer parte do seu dia a dia, “quando

eu parei de trabalhar, aí eu não largava um rádio. Até dizia assim: eu posso passar o dia sem comer, mas sem o rádio, eu não passo”.

A Fazenda do Corró, Canta Nordeste e o Jornal 890 eram os seus programas favoritos. Vieira acompanhava a programação quase toda, inclusive o noticiário. “Eu gostava das notícias. O jornal eu não perdia, quando era pra acontecer um evento era anunciado. Eu gostava, ainda hoje eu gosto”.

Antes da Rádio Imperatriz, Amadeu ouvia as rádios Clube do Pará e a Nacional, mas, segundo ele, às vezes, havia falha na transmissão. Assim, passou a ouvir apenas a rádio local e destaca que tanto o som como a programação da emissora eram bons.

Natural de Lagoinha, Ceará, por meio da emissora Amadeu conquistou várias amizades, como a de Fifi e Miliana. Ainda hoje eles mantêm contato. E não foram apenas amizades, mas principalmente diversão. “A rádio representou pra mim uma alegria, porque eu não enxergava. Não via mais nada. Daí o meu divertimento era o rádio”.

Amadeu continua ouvindo as emissoras locais, porém sente falta da Rádio Imperatriz. “A gente sente saudade porque foi a primeira, pioneira aqui. Trabalhou muitos anos e a gente ficou naquela lembrança, naquela saudade”.

OUVINTE DESDE A INAUGURAÇÃO

Edmundo Ramalho afirma que estava na emissora no dia da inauguração. Chegou ao prédio por volta das 9h e a primeira voz que ouviu foi a de Roberto Chaves. Não tem lembranças de ter havido uma comemoração durante aquele dia. Mas ele recorda que as pessoas estavam todas em casa ouvindo a rádio, querendo saber da novidade, porque, segundo ele, antes só “tinha os carros de som e as bocas falantes no pau no alto”.

Pelo boca a boca ficou sabendo que Imperatriz ganharia uma emissora de rádio. Ele considera que a Rádio Imperatriz contribuiu para a implantação, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), do curso de Jornalismo, em 2006. Pois, segundo ele, foi depois da rádio que houve o “big bang da comunicação” na cidade. “Muita gente ouvia e muita gente se deliciava com essa rádio”.

Edmundo acredita que a emissora colaborou de várias formas com a cidade: “O crescimento da cidade em si, a estrutura num tinha. Essa rádio colaborou demais para a aquisição de mão de obra para essas indústrias madeireiras. E melhoria também na segurança”.

Em 1981, quando o bancário e professor do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Luiz Maia, chegou a Imperatriz, verificou que o cenário estava marcado por uma política conservadora. O modo de produção predominante era a indústria madeireira, mas também havia muito plantio de arroz e milho, realizado de maneira primitiva, com a prática de queimadas. Isso porque a zona rural era mais ampla.

O que mais o admirou na Rádio Imperatriz foi a participação popular, pois, de acordo com ele, a emissora que ouvia no Ceará não estimulava a relação com o público. Para o professor, uma das funções dos meios de comunicação é cumprir o papel de informar. “A Rádio Imperatriz, o que a gente sentia é que ela realmente cumpria esse papel”.

A admiração pelo rádio é hereditária, seu pai era um amante da radiodifusão. Luiz Maia cresceu ouvindo emissoras radiofônicas. Por ser um meio que chega a todos os lugares, tanto na zona urbana como na rural, o bancário acredita que o rádio leva mais vantagem que a televisão: “Pela capacidade de colocar pertinho do ouvido, no escuro ou no claro, na madrugada e com a televisão é mais difícil. Ele é mais aconchegante. A gente se sente mais parte dele ou ele da gente”.

O professor foi um ouvinte esporádico, gostava de A Fazenda do Corró pela sua característica de interpretar o cotidiano do sertanejo. O jornalismo era outro item que ele apreciava. “Ela denunciava problemas da cidade e passava esse recado para os poderes envolvidos”.

Para o historiador, a identidade da emissora era o seu caráter popular, por falar a linguagem da população. E, nesse sentido, buscava ser facilmente compreendida. Essas características a diferenciam das rádios atuais. “Ela parecia muito mais próxima das pessoas. Havia uma interação maior porque ela era exclusiva”.

‘PARTICIPAVA SÓ CANTANDO’

No início da entrevista Maria da Cruz chorou ao lembrar-se do amigo Corró, falecido em 2011. Ela acompanhou a programação da emissora desde a inauguração. A partir daí tornou-se uma das fãs da rádio. Mandava cartas, visitava, recebia locutores em sua casa e, de onde estivesse, ligava para matar a saudade dos amigos locutores.

Mas antes ela imaginava que ninguém poderia entrar naquele recinto. Até que um dia resolveu arriscar, chegou à recepção e explicou que queria conhecer as instalações da rádio e conheceu.

A partir daí, a cada visita, Maria da Cruz levava um acompanhante, ouvintes que tinham vontade de conhecer a emissora, mas havia a vergonha de irem sozinhos, ou mesmo desconheciam onde ficava a sede da rádio.

Corró era um dos locutores que sempre visitava Fifi. Aliás, esse apelido foi ele que deu a ela. Sempre que chegava a encontrava na janela e lhe deu a alcunha em homenagem a uma personagem de novela, que ficava na janela fofocando. Mas ela deixou bem claro que não é fofoqueira.

Comumente o público participa de um programa radiofônico e inicialmente cumprimenta com um bom dia, boa tarde ou boa noite e logo depois solicita uma música. No entanto, Fifi tinha um modo peculiar de participar. Ao atender o telefone, o radialista se surpreendia com ela cantando alguma música.

Fifi agora acompanha outras emissoras radiofônicas, e continua a ser conhecida da maioria dos locutores da cidade. “Muitas pessoas a gente conheceu através dessas amizades que a gente fez na Rádio Imperatriz e continua esse caminho, esse laço, esse jardim que nunca vai deixar de brotar”.

SINTONIA FIEL

Ouvinte fiel, Raimundo da Marinete esteve na emissora várias vezes e, sempre que partia, carregava consigo cartas e muitos recados de vizinhos e até de moradores de povoados próximos ao seu. “Você visitava a rádio sem nenhuma burocracia, era bem recebido”.

Durante alguns anos, Oliveira teve uma caminhonete e na traseira estava estampado o nome Marinete Pantaneira. O transporte era um meio de trabalho, ele transportava as pessoas para as cidades vizinhas. Assim, Raimundo Dantas de Oliveira se tornou Raimundo da Marinete.

Raimundo aprecia música sertaneja e de repentistas. Por isso, gostava muito dos programas Canta Nordeste e A Fazenda do Corró. Também ouvia o Jornal 890. Por gostar de rios, ficava atento ao noticiarem alguma informação sobre o Rio Tocantins.

Durante uma noite, nos sonhos de Oliveira ele se viu em uma rádio como locutor. O ouvinte deseja que o sonho ainda se torne realidade.

Raimundo da Marinete continua ouvindo as emissoras radiofônicas de Imperatriz. É um ouvinte que acompanhou boa parte da trajetória da Rádio Imperatriz. “Eu sinto saudade, porque eu aprendi a acordar às 5 horas da manhã. A primeira coisa que eu ia era direto no botão do rádio. Já tava sintonizado naquele lugar”.

Com toda a sabedoria dos seus 55 anos, especula sobre o motivo de terem vendido a emissora “E você sabe: quando um chefe de casa morre é a mesma coisa de quebrar a cumeeira da casa. A cumeeira da casa quebrou, o telhado vem pra baixo. Então venderam a Rádio Imperatriz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lembranças individuais de cada entrevistado se cruzaram e ganharam uma dimensão coletiva ao rememorarem a Rádio Imperatriz. Foi a partir da História Oral que “despertaram-se” memórias sobre a emissora. São novas versões da história, que privilegia não apenas os documentos escritos, mas dá voz e vez aos mais variados protagonistas da história, neste estudo aos sete ouvintes da rádio.

Assim, a trajetória da Rádio Imperatriz foi construída a partir dos fragmentos que os entrevistados selecionaram para serem recordados. Datas, nomes de programas e fatos ocorridos foram lembrados e ao mesmo tempo perdidos em algumas memórias.

As narrativas marcam o lugar que a rádio representava na vida de cada ouvinte. As histórias de vida desses narradores estão ligadas a história da emissora, ela tornou-se a companheira do cotidiano, o divertimento diante da escuridão, espaço para diariamente estarem informados e deixou saudades.

Ultrapassou-se o limite do imaginário proporcionado pela escuta da rádio para uma relação mais próxima com os locutores. Pelas memórias materializadas durante as narrativas nota-se a confiança depositada nas atuações da emissora junto aos ouvintes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIANCHI, Graziela. **Midiatização radiofônica nas memórias da recepção**: marcas dos processos de escuta e dos sentidos configurados nas trajetórias de relações

dos ouvintes com o rádio. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

Brito, Nayane Cristina Rodrigues de. **Ondas da memória**: a pioneira Rádio Imperatriz. Imperatriz: Halley S.A., 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERRARETO, Luiz Artur; KOPPLIN, Elisa. **Rádio no ar**. Sagra-De Luzzato, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Antonio José da Silva Moreira. Edições 70. Lisboa –Portugal: 1971.

ENTREVISTAS

AQUINO, Maria José. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

CARVALHO, Antonia Francisca de. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

DIAS, Amadeu Conceição Dias. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

RAMALHO, Edmundo Ramalho. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

SILVA, Luiz Maia da. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

SOUSA, Maria da Cruz Lopes Sousa. Imperatriz – MA, abril de 2011, entrevista concedida à Nayane Cristina Rodrigues de Brito.

PARTE II
JORNALISMO IMPRESSO



A conotação no fotojornalismo: o impeachment de Jackson Lago no jornal O Progresso

Marcus Túlio Borowiski Lavarda¹
Layane do Nascimento Ribeiro²

¹ Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutorando em Comunicação pela PUC-SP

² Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

Este artigo analisa as fotografias de Jackson Lago publicadas nas capas do jornal O Progresso, no período de sua cassação, em abril de 2009. Logo, o objetivo é examinar a importância dada ao processo de impeachment e as estratégias editoriais usadas na cobertura do caso. A ferramenta analítica para atacar o problema é a conotação fotográfica, formulada por Roland Barthes (1990). A opção por esse personagem político justifica-se por ter sido um candidato que se opôs ao regime político estabelecido no Maranhão, que durou cerca de meio século. A hipótese a ser testada é a de que o jornal O Progresso noticiou, apesar das ações de cassação, um governador proativo e aplicado a seus projetos de governo. As relações da imprensa com o poder se manifestam em significados conotados, geralmente anódinos para o senso comum, que, no entanto, afetam sobremaneira a percepção do público.

Palavras-chave: Conotação fotográfica; Jackson Lago; Jornal O Progresso.

A mensagem fotográfica em um veículo de notícias tem importância capital na produção de sentidos. No jornalismo, apesar de a fotografia ter um alto teor de analogia, ela é incapaz de fornecer determinadas informações, necessitando da linguagem verbal para complementar a notícia. Assim, os signos manifestos pela imprensa são resultantes não somente da formação – cultural, filosófica e ideológica – do próprio fotógrafo, mas também da linha editorial do jornal no qual ele trabalha.

Com base nessa visão, este artigo se propõe a analisar a mensagem fotográfica veiculada sobre o ex-governador do Maranhão, Jackson Kléper Lago (1934-2011), no período de sua cassação, pelo jornal O Progresso, localizado na cidade de Imperatriz, no Maranhão. A seleção do corpus, que se limita às publicações de março e abril de 2009, inclui o período em que o Tribunal Superior Eleitoral julgou o envolvimento do ex-governador em corrupção eleitoral e vai até o momento em que ele deixou o Palácio dos Leões⁴, em São Luís.

Levando-se em consideração que na mídia não há discursos cândidos, este estudo vale-se da análise do posicionamento do periódico em questão, quanto ao processo de investigação de supostas irregularidades eleitorais praticadas pelo ex-governador. As fotografias selecionadas foram publicadas nas capas do Jornal, já que a primeira página é o espaço nobre do jornal em que as principais imagens do dia são publicadas para despertar o leitor para buscar a notícia.

A opção pelo momento da cassação deve-se ao fato de a candidatura de Jackson Lago ao governo ter sido um marco na história política do Maranhão. A posse do candidato de oposição representou a ruptura de uma hegemonia no comando do Estado. Porém, com apenas cinco meses de governo, o antigo PFL (Partido da Frente Liberal), hoje DEM (Democratas), denunciou, junto ao Superior Tribunal Eleitoral, possíveis ilegalidades cometidas por Jackson Lago no período de campanha. Todo o processo de investigação obteve expressiva repercussão na mídia maranhense.

Destarte, define-se como instrumental analítico a conotação fotográfica proposta por Roland Barthes (1990, p. 11-25), que investiga o plano conotado da mensagem fotojornalística por meio do “paradoxo

⁴Palácio dos Leões é a sede do governo do Maranhão, localizado na capital do estado, São Luís.

fotográfico”. Paradoxo que é composto por uma mensagem denotada e também por uma mensagem conotada.

Portanto, este artigo percorre quatro eixos de ação. No primeiro eixo, é retomada a teoria da conotação de Barthes para o texto fotojornalístico, momento em que se definem os procedimentos da conotação. No segundo, é apresentado um resumo da conjuntura política do Maranhão, com destaque para o contexto em que Jackson Lago venceu as eleições para o governo do Estado em 2006. No terceiro eixo, é analisado o jornal O Progresso – nesse momento são levantados alguns dados sobre a estrutura organizacional, a tiragem e a diagramação do jornal. E, por fim, no quarto eixo, optou-se por analisar a mensagem fotográfica nas capas de O Progresso em torno do fato da cassação de Jackson Lago e, por meio dessa análise, que contou com as ferramentas analíticas de Jorge Pedro Sousa, identificar as estratégias enunciativas do plano da conotação na representação da figura política regional.

A MENSAGEM FOTOGRÁFICA

Barthes (1990, p. 11-12) defende a ideia de que a fotografia jornalística não é uma estrutura isolada e que se identifica com o texto, “título, legenda ou artigo que acompanha toda a fotografia jornalística” são definidos por unidades heterogêneas, lembrando que o texto é constituído por palavras enquanto a fotografia é constituída por “linhas, superfícies e matizes”. Logo, a análise recai inicialmente sobre a estrutura isolada da fotografia para, em seguida, compreender o modo como ambos, fotografia e texto, se complementam, sendo a mensagem fotográfica o foco da atenção deste artigo.

A mensagem da fotografia, para Barthes (1990, p. 12-13), é constituída pela oposição denotação/conotação, que ele chama de “paradoxo fotográfico”. Esse paradoxo é a relação entre o analogon perfeito da fotografia, a denotação (cena, objeto, paisagem), e uma mensagem complementar comumente chamada de “estilo da reprodução” que é, na verdade, um sentido segundo, uma espécie de “tratamento da imagem sob a ação de seu criador”, um significado tanto estético como ideológico que “remete a uma certa cultura da sociedade que recebe a imagem”, ou seja, a conotação. Assim, Barthes estende tal paradoxo a todas as artes imitativas.

Uma mensagem denotada que é o próprio analogon e uma men-

sagem conotada que é a maneira pela qual a sociedade oferece à leitura, dentro de uma certa medida, o que ela pensa. [...] O código do sistema conotado é provavelmente constituído, seja por uma simbologia universal, seja por uma retórica de época, em suma, por uma reserva de estereótipos (esquemas, cores, grafismos, gestos, expressões, agrupamentos de elementos). (BARTHES, 1990, p. 13).

É reconhecido, em seguida, que apesar do alto grau de analogia, a objetividade da fotografia é relativa, uma vez que, por ser ela carregada de segundas mensagens, “a conotação não se deixa apreender imediatamente no contexto da própria mensagem (é ao mesmo tempo, invisível e ativa, clara e implícita)” (BARTHES, 1990, p. 14). O que leva à conclusão de que a fotografia jornalística é o resultado de um empreendimento que recebe um tratamento segundo normas profissionais, estéticas e ideológicas, fatores que são inerentes à notícia. Por outro lado, a mesma fotografia é lida de acordo com os códigos culturais, ou seja, uma reserva tradicional de signos, assim, uma vez que “todo signo pressupõe um código, [...] é esse código (de conotação) que se deveria tentar estabelecer” (id, *ibid*). Desse modo, é nessa relação entre a pretensa objetividade do fotojornalismo e a conotação de sua estrutura que se impõe a tarefa de decifrar os planos de análise dessa mesma conotação.

Sendo assim, Barthes (1990, p. 15-19) destaca os procedimentos de conotação da fotografia jornalística divididos em dois grupos. O primeiro deles é composto pela trucagem, pela pose e pelos objetos. A trucagem é caracterizada pela modificação dos personagens e objetos da fotografia, tanto para suprimir como para inserir elementos na cena. A pose do sujeito, com suas expressões faciais e gestos do corpo, também é um elemento portador de significados. Os objetos em primeiro ou segundo plano na fotografia, que geralmente estão ao redor do retratado, podem incorporar novos sentidos e sugerir ao leitor uma interpretação distinta daquela possível caso o personagem retratado estivesse sozinho na cena.

O segundo grupo é composto pela fotogenia, o esteticismo e a sintaxe. Entende-se por fotogenia o enaltecimento que o fotógrafo concede a um personagem da cena usando os artifícios da iluminação, impressão e tiragem, em uma espécie de embelezamento do retratado. Já o esteticismo ocorre quando, nas palavras de Barthes (1990, p. 18), busca-se “significar-se ela própria como arte (caso do ‘pictorialismo’ do início do século),

ou para impor um significado habitualmente mais sutil e mais complexo do que aqueles permitidos por outros procedimentos de conotação”. E, por fim, a sintaxe, que nada mais é do que uma construção narrativa em sequência, em que várias fotografias encadeadas pretendem contar uma história.

Destarte, diante do acima exposto, parte-se em direção ao contexto político de Jackson Lago, para em seguida analisar o periódico O Progresso e as mensagens fotográficas publicadas em suas capas.

CONJUNTURA POLÍTICA

A história política do Maranhão é marcada por dois períodos desde a década de 1940: o primeiro, conhecido como “vitorinismo”, estendeu-se de 1946 a 1965, época em que Vitorino Freire governou o Estado e exerceu influência na posse das eleições ulteriores; e o período seguinte, iniciado na segunda metade da década de 1970 e mantido até 2014, em que o Estado foi comandado por José Sarney.

Em 2006, o candidato Jackson Lago, do PDT (Partido Democrático Trabalhista), elegeu-se no segundo turno das eleições. Na capital do Estado e na cidade de Imperatriz – principais colégios eleitorais do Maranhão – Roseana Sarney obteve, respectivamente, apenas 33,40% e 23,18% dos votos válidos. Esse resultado contrariou as pesquisas de opinião e representou a quebra de quase meio século de hegemonia política do ex-presidente da República José Sarney.

Jackson Kléper Lago ajudou a fundar, em 1978, em parceria com Leonel Brizola, o Partido Democrático Trabalhista, ao qual permaneceu filiado durante 30 anos. Foi eleito três vezes para a prefeitura de São Luís: em 1989/1992, 1997/2000 e 2001/2002. Em 2002, renunciou o último mandato de prefeito para candidatar-se a governador do Estado, concorrendo com José Reinaldo Tavares, aliado de Sarney. Mesmo derrotado no primeiro turno, o fortalecimento da oposição, representada por Jackson Lago, desestabilizou a hegemonia política vigente, conforme destaca Zulene Muniz Barbosa

Evidentemente, o crescimento da Frente Trabalhista, representada pela liderança política de Jackson Lago, colocou a “incerteza eleitoral” desde os primeiros embates da disputa para o governo do estado. Essa incerteza configurou-se como o traço mais visível

do processo eleitoral no Maranhão em 2002. Porém não definiu a vitória do candidato da oposição. (BARBOSA, 2003).

Nas eleições de 2006, Jackson era um dos candidatos em destaque na chamada Frente de Libertação do Maranhão⁵. Mesmo contrariando o resultado das pesquisas de opinião⁶, a oposição conseguiu levar a disputa para o segundo turno com 52,07% dos votos válidos. Já com o apoio da Frente de Libertação e com notória popularidade na capital São Luís e na cidade de Imperatriz, Jackson Lago venceu as eleições no dia 29 de outubro de 2006, marcando a história da política maranhense. Entretanto, em maio de 2007, com apenas cinco meses de governo, foi acusado de estar envolvido com irregularidades eleitorais e com a compra de votos.

A investigação movida pela coligação “Maranhão: a força do povo” resultou na cassação do então governador no dia 16 de abril de 2009. O julgamento do Tribunal Superior Eleitoral cancelou os votos dedicados a Jackson Lago e a seu vice, Carlos Porto, fazendo com que Roseana Sarney ficasse com mais da metade dos votos válidos⁷; com isso, ela, tomou posse do governo. O processo de cassação motivou a população de Imperatriz a ir às ruas, em 12 de março de 2009, manifestar apoio ao governador. A mobilização popular foi publicada nas capas de O Progresso, seguidamente, nas edições nº 13.447, nº 13.448 e nº 13.449.

JORNAL O PROGRESSO: ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

O Progresso, fundado em 03 de maio de 1970, é o diário mais antigo da cidade de Imperatriz e o terceiro do Maranhão. Impresso no formato standart⁸, enquadra-se, teoricamente, no modelo ocidental de jornalismo⁹, como a maioria dos jornais de circulação nacional. Coriolano Rocha Miranda (2013), atual editor-chefe, quando questionado sobre o público-alvo do jornal, diz não existir público específico: “Não tem essa

⁵ Coligação composta pelos partidos PSB, PDT, PSDB, PPS, PT, PAN, PL, PCB, PMN e PCdoB.

⁶ O IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) divulgou em 13/09/2006 a última pesquisa de opinião do primeiro turno, indicando que Jackson Lago possuía apenas 25% das intenções de votos. Disponível em: <www.ibope.com.br>. Acesso em: 30/09/2014.

⁷ Acompanhamento Processual da Justiça Eleitoral, RCED_Nº671. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://inter03.tse.jus.br/sadpPush/ExibirPartesProcessoJud.do>>. Acesso em: 25/08/2014.

⁸ Standard é um formato de jornal impresso com mancha gráfica da página de 53,5 por 29,7 centímetros. A área total de papel depois de impresso é de 56 por 32 centímetros (KUNTZEL, 2003, p. 27).

⁹ No modelo ocidental de jornalismo, segundo Sousa (2004), a imprensa reporta, comenta, interpreta e critica as atividades das instituições, sem censura. Teoricamente, a limitação é apenas a regida por lei.

divisão de sexo ou de classe”¹⁰.

Atualmente mais moderno no processo de produção e impressão, o jornal superou as fronteiras de Imperatriz e alcançou a capital do Estado, parte do Sul e do Sudoeste maranhense e algumas cidades do Estado do Tocantins, como Araguaína. É mantido financeiramente por assinaturas e anúncios, de modo que a maior parte dos recursos do veículo é garantida pelo setor comercial. A tiragem conta com uma margem que vai de 5.000 a 5.350 mil exemplares nos dias úteis e chega a 6.450 aos domingos. A abrangência também cresceu após serem disponibilizadas assinaturas online a partir de 2010.

A circulação é de terça a domingo e, desde que começou a utilizar o sistema offset, foi dividido em dois cadernos. Com seis páginas, o conteúdo é distribuído em nove editorias: o Caderno Um é formado pelas editorias de política, regional, cidade e polícia; o Caderno Dois é composto pelas editorias de esporte, Tocantins, social, geral e institucional. Aos domingos também circula o caderno especial Extra, com as editorias miscelânea, literatura e especial, sob a responsabilidade da Academia Imperatrizense de Letras.

Embora já seja publicado há mais de quarenta anos, o periódico ainda deixa a desejar quando comparado aos jornais nacionais de referência. A reprodução na íntegra de releases sustenta editorialmente o jornal, a publicação de notícias autorais é mínima. Na edição nº 13.449, do dia 13/03/2009, escolhida para ser a capa analisada qualitativamente no subcapítulo 4.1 deste artigo, foram contabilizados nove releases publicados na íntegra, quatro notícias autorais e outras 28 que não foram creditadas. No que se refere ao trabalho de fotografia, inexistente a figura de um profissional dedicado apenas ao trabalho de reportagem fotográfica e edição, o que, por consequência, compromete a qualidade das imagens publicadas, as quais não ocupam espaço expressivo na página, além de serem pouco informativas.

¹⁰ Comunicação pessoal do autor (dia 08 de março de 2013).

¹¹ Sistema offset é um dos processos de impressão mais utilizados por manter boa qualidade em mídia e grandes tiragens. Consiste em uma impressão indireta, ou seja, o papel não tem contato direto com a matriz.

¹² A identificação da autoria foi limitada à observância do crédito recebido em cada notícia. Portanto, na maioria dos textos contabilizados, não foi possível saber se foram escritas por O Progresso, se são releases das assessorias de comunicação ou reproduções de outros veículos impressos ou digitais.

A MENSAGEM FOTOGRÁFICA DE JACKSON LAGO NAS CAPAS DO JORNAL O PROGRESSO

Nos dois meses analisados – março e abril de 2009 – foi observada a frequência de publicação de matérias sobre a cassação do governador Jackson Lago e a maneira como o jornal tratou o fato pela ótica da reportagem fotográfica.

Nesse processo, foram quantificadas 24 fotografias em um total de 24 capas. As capas consideradas para a análise são unicamente as que contêm representações fotográficas de Jackson Lago. Foi possível constatar, a princípio, que não há uma valorização da imagem na primeira página; e, diferentemente dos jornais nacionais de referência que também usam o formato standard, as imagens veiculadas nas capas de O Progresso são pequenas, em média 9,5x14cm. Além de não chamar a atenção dos leitores, “se pensarmos na intencionalidade informativa, fotos pequenas não conseguem trazer muita informação” (BUITONI, 2011, p. 7). Na edição nº 13.441, por exemplo, as fotografias que fazem parte da manchete medem, respectivamente, 7 x7cm, 5;7x7,5cm; e 14,5x7,5cm.

Figura 1 - Manchete da capa publicada em 04/03/2009



Fonte: Material digitalizado pelos autores a partir do acervo disponível na Academia Imperatrizense de Letras.

Ao longo da análise, foi identificado que O Progresso se manteve em uma posição favorável ao governador Jackson Lago, pois das 24 fotografias quantificadas, 18 estavam ancoradas por textos (títulos e legendas) cujo conteúdo referia-se a ações do governo –parcerias estabelecidas, reuniões com parlamentares, investimentos do Estado, dentre outras ações – mesmo sendo um período de intensa fragilidade política por conta da cas-

sação. Não houve nenhuma matéria que fizesse críticas negativas à gestão vigente. Além disso, dessa totalidade, apenas três imagens apresentaram Jackson Lago sozinho, o que influencia a impressão que o público possa ter do personagem. Mostrar o ex-governador acompanhado de atores políticos afasta a conotação de isolamento ou de acumamento administrativo em momento de crise.

Embora o jornal não valorize as fotografias na capa – já que, como foi dito, são pequenas – a média do espaço ocupado pelas imagens do ex-governador é de 10,65% da extensão da página, o que é equivalente a 9,78x14,14cm. Essa dimensão das fotografias do ex-governador está um pouco acima da média de outras também presentes na capa. Em momento de crise, o jornal concedeu visibilidade a conteúdos que enaltecem as ações do então governador. A fotografia abaixo exemplifica tanto a média do tamanho das imagens de Jackson, quanto o conteúdo positivo que a maioria delas carrega:

Figura 2: fotografia destacada em vermelho. Tamanho: 10x14,5cm.



Fonte: Material digitalizado e fotografia destacada pelos autores.

O posicionamento favorável ao governo não impediu o periódico de noticiar o processo cassatório. Porém, é percebido na peça noticiosa que O Progresso teve o cuidado de não depreciar ainda mais a imagem de Lago. A manchete “Jackson Lago diz que sempre primou pela lisura das

eleições”¹³ evidencia uma fala de defesa ao então governador, na tentativa de sugerir uma suposta postura ética mantida pelo candidato no período eleitoral.

Apenas seis das fotografias de Jackson estavam relacionadas à cassação. E nas capas que continham este conteúdo, em alguns casos, o espaço era dividido com matérias que informavam alguma ação do governo, na tentativa de amenizar o peso das denúncias. Na publicação do dia 31/03/2009, edição nº 13.464, conforme mostrado na Figura 3, apesar de a manchete ser sobre a cassação, somente a chamada que se refere à inauguração de um hospital recebeu um tratamento fotográfico.

Figura 3 – Fotografia que ameniza conteúdo da manchete



Fonte: Recorte da peça noticiosa realizado pelos autores.

O Modelo Ocidental de Jornalismo que critica, denuncia e se diz imparcial, soa como uma utopia. Sousa (2004, p. 12) fala em Modelo de Propaganda, que beneficia os interesses governamentais e os grandes poderes econômicos. Um dos possíveis fatores apontados para essa função propagandística é a dependência do jornal em relação ao governo, pois o segundo é um cliente em potencial para o primeiro.

No fotojornalismo, há diversos elementos verbais e não verbais que auxiliam no processo de conotação da imagem. Além dos elementos presentes na composição da fotografia, há estruturas textuais que direcionam o leitor à interpretação pretendida pelo jornal. Exemplo disso são as legendas, que são usadas com rigor pelos jornais de referência para evitar ambiguidade na interpretação. Ivan Lima (1989, p. 57) explica da seguinte

¹³ Publicação do dia 05/03/2009, edição nº 13.442.

te forma a relevância da legenda “(...) Sabemos bem que o contexto no qual se coloca uma fotografia pode modificar o seu sentido de leitura. O assunto de informação transmitido pelo título e pela legenda determina a forma de o leitor interpretar a foto e a notícia”.

No período analisado, 12 das 24 fotografias não estão legendadas. A falta de legenda, associada à diagramação desarmoniosa da página, causa ruído na informação e confunde o leitor. Facilitar o entendimento da notícia, bem como preocupar-se com o aspecto visual, são fatores essenciais no jornalismo atual, que possui um público cada vez mais exigente. Guran (1992, p. 51) defende não só a necessidade da legenda como a importância de produzi-la com qualidade, “pois uma boa legenda é como um convite ao leitor para explorar melhor a imagem”, ao passo que uma informação redundante somente “induz ao desinteresse, banalizando a foto”.

Outro elemento analisado nas capas foi o crédito das fotografias. Foi constatado que em 6 das 24 imagens não há referência ao fotógrafo. Em artigo que estudou a ascensão de Jackson Lago ao governo do Maranhão, analisando o conteúdo fotográfico, os pesquisadores Barros e Lavar-da (2013, p. 55-64) perceberam que das 30 fotografias por eles estudadas, 21 não mencionavam o repórter fotográfico. Esse fato, associado aos dados desta pesquisa, permitem afirmar que há uma desvalorização do trabalho de quem registra as imagens publicadas por este veículo de comunicação.

A falha em relação aos créditos aliada à ausência de um repórter fotográfico no quadro de funcionários demonstra o quanto o trabalho desse profissional é desprezado. Como consequência, o periódico apresenta fotografias com fraco poder informativo, que servem apenas como ilustração da matéria. Para Sousa (2004, p. 115), na linguagem de instantes, que é um dos fundamentos do fotojornalismo, a essência da mensagem tem que ser minimamente transmitida na composição fotográfica, de modo que o observador receba a informação visual com facilidade:

(...) Pode ser um gesto ou uma expressão indicativa do carácter ou da personalidade de um sujeito. Mas também pode ser o instante de uma ação ou o esgar do rosto que desvela a emoção de um sujeito. Ou pode ainda ser a altura em que os elementos do fundo, sem suplantarem o motivo, ajudam a compreender o que está em causa num acontecimento (...). (SOUSA, 2004, p. 115).

Além da referência ao fotógrafo algumas das imagens creditadas

aparecem, também, com as seguintes classificações: Arquivo, O Progresso, Divulgação e Assessoria. As fotos que já foram veiculadas, que fazem parte do acervo do jornal, recebem a classificação “Arquivo”; as que foram feitas pelos próprios funcionários, “O Progresso”; e as que foram fornecidas por assessorias de imprensa, “Divulgação” ou “Assessoria”. A tabela abaixo descreve a data, os créditos e a legenda das 24 fotografias quantificadas:

Tabela 1 – Data, legenda e créditos do fotógrafo.

Data	Crédito	Legenda
04/03/2009	Arquivo	
05/03/2009	Gilson Teixeira	Jackson Lago recebeu a solidariedade de prefeitos maranhenses
11/03/2009	Handson Chagas	Governador Jackson Lago ressalta os avanços dos processos coletivos das políticas culturais
12/03/2009	Arquivo	
13/03/2009	Sidney Rodrigues	
15/03/2009	Gilson Teixeira	Jackson Lago cria programa estadual que beneficia famílias de baixa renda
18/03/2009	Arquivo	
20/03/2009	Handson Chagas	Jackson Lago e Margarete Cutrim durante lançamento do programa de Transferência de Renda
21/03/2009	Pinheiro	
22/03/2009	Divulgação	
25/03/2009	Gilson Teixeira	Jackson Lago assina convênio para melhorar malha viária da capital
26/03/2009	O Progresso	
28/03/2009	Handson Chagas	Jackson ressalta que o evento consolida a política de segurança cidadã no Estado
31/03/2009	Francisco Campos	Jackson, acompanhado por Clay Lago, Irene Soares, Edmundo Gomes e lideranças políticas no ato da inauguração do hospital
02/04/2009	Gilson Teixeira	Ato público foi realizado na praça Deodoro, em São Luís
03/04/2009	Gilson Teixeira	Governador assinando promoções, muitas esperanças há anos
04/04/2009	Gilson Teixeira	
09/04/2009	Handson Chagas	
10/04/2009	KarlosGeromy	
14/04/2009	KarlosGeromy	Governador assina convênios que beneficiarão trinta e dois municípios
15/04/2009	Handson Chagas	Governador Jackson Lago durante a entrega das bibliotecas, pontos de leitura e certificação de agentes de leitura
16/04/2009	KarlosGeromy	
17/04/2009	Arquivo	Jackson Lago deixa o governo
19/04/2009	Douglas Junior - <i>O Imparcial</i>	

Fonte: Elaborada pelo autor e pela autora.

ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS VEICULADAS NO DIA 13/03/2009, EDIÇÃO N° 13.449

Das fotografias catalogadas, foi feita a análise qualitativa de apenas duas: as que estão na capa do jornal do dia 13/03/2009, lado a lado, acompanhando a manchete. A escolha se deve ao fato de essas fotografias representarem o posicionamento do jornal quanto à cassação – mostram Jackson em meio a uma multidão organizada em sua defesa no processo cassatório. O elemento textual – nesse caso apenas o título, pois não há

legendas nessas fotografias – somado à composição da imagem, sugere o quanto O Progresso expôs positivamente a figura de Jackson Lago. Abaixo, as imagens analisadas:

Figura 4 – Fotografias da manifestação em defesa de Jackson Lago em Imperatriz



Fonte: Recorte da peça noticiosa feito pelos autores.

Segundo Jorge Pedro Sousa (2004, p. 113), os primeiros elementos fotojornalísticos a serem analisados na capa devem ser o contexto da imagem e o contexto discursivo no qual ela está inserida. Estão no contexto da fotografia os elementos conotados (cf. Barthes, 1990, p. 15-19), que são os objetos dispostos, os gestos, as expressões faciais e tudo que compõe a imagem; e o contexto discursivo, que são os elementos externos que dialogam com a imagem, como o design e o texto com o qual está associado.

No que diz respeito aos elementos que compõem a imagem, é possível perceber que nos dois registros houve um enquadramento que favoreceu a compreensão do público sobre o que tratava a manchete. A primeira fotografia, da esquerda para a direita, por ter um enquadramento mais aberto, que mostra o volume de pessoas, abre margem à possibilidade de ser uma manifestação. Já as bandeiras do Maranhão localizam o ato público e direcionam o leitor a entender que se trata de uma manifestação cuja motivação envolve os interesses do Estado, além da bandeira nacional, e toda a variedade de signos que ela carrega consigo, como a pátria, a cidadania e a legalidade, dentre outros signos possíveis.

A segunda fotografia, com o enquadramento mais fechado, identifica Jackson Lago acenando para as pessoas, ao lado do então prefeito da

cidade de Imperatriz, Sebastião Madeira, e do então vice-governador, Pastor Porto. O gesto de interação com o público é articulado dialogicamente com o conteúdo expresso na chamada, abaixo das fotos, que informa que o então governador era apoiado tanto pela massa de pessoas que o recebeu, quanto por lideranças partidárias, estudantis e comunitárias. O diálogo entre as duas cenas exemplifica o conceito de “sintaxe” de Barthes (1990, p. 19), uma vez que “o significante da conotação, neste caso, não se encontra mais ao nível de qualquer dos fragmentos da sequência, mas ao nível [...] do encadeamento”.

O fotojornalismo trabalha com a linguagem de instantes, que procura congelar o momento ideal que irá expressar a essência do acontecimento. No caso analisado, o volume de pessoas na primeira fotografia, somado à postura compassiva de Jackson Lago na segunda, induz a percepção do leitor a um sentimento de injustiça cometida pelo Tribunal Superior Eleitoral, pois essas duas cenas sugerem que há uma ampla quantidade de cidadãos que apoia o governador e, além disso, sugerem também que Jackson Lago venceu a eleição de forma legítima. Esses elementos simbólicos, unidos, organizam-se como uma narrativa que exalta a figura política do ex-governador. Essa foi a alternativa editorial que O Progresso usou para publicar a imagem sobre a cassação de Jackson Lago.

No contexto discursivo, foi feita a análise apenas do título, já que não há legenda nas imagens. Sousa (2004, p. 114) elenca cinco funções do texto que orientam a construção de sentido da mensagem: chamar atenção para algum elemento da composição; complementar informativamente a fotografia; ancorar o significado (denotar); conotar, expandindo as possibilidades de significações; e analisar, interpretar o conteúdo. Nas fotografias em questão, o título “Cinco mil pessoas participam de manifestação em defesa de Jackson” complementa informativamente a fotografia, pela incapacidade da imagem de informar a quantidade de pessoas envolvidas – número esse que dá força ao título e mostra a dimensão do evento.

Em relação ao destaque dado ao número de pessoas que participam da manifestação, percebe-se que há uma sobrevalorização dessa informação no contexto da notícia. Se, no caso da manifestação, a intenção de O Progresso fosse transmitir uma visão desfavorável do personagem político, o número de participantes do evento poderia ter sido ignorado pela manchete. Além disso, o evento poderia ter sido abordado por meio de outra narrativa imagética: o registro de um grupo avulso de pessoas, com expressões que demonstrassem indiferença ao movimento, que agre-

garia uma conotação negativa.

A segunda parte da análise é dedicada a observar como os elementos da linguagem fotográfica foram usados na construção da mensagem. Os elementos específicos da gramática da imagem, segundo Sousa (2004, p. 116-126), são os planos, a iluminação, a profundidade de campo, o ângulo, a composição e os elementos morfológicos, entre outros. Todos esses pormenores são estruturas que visam transmitir uma ideia e gerar significações: são produtos das escolhas feitas no momento do registro da cena, evidenciando a intenção do fotojornalista ou do editor do periódico. O profissional da imagem é influenciado pela linha editorial do veículo em que atua e sofre outras interferências que o ofício impõe na rotina produtiva, como as pressões provenientes do deadline¹⁵.

O plano, por exemplo, é uma dessas escolhas. Determina-se o que vai ficar dentro do recorte feito da realidade – o que merece destaque – e o que vai ficar de fora do enquadramento. De acordo com Sousa (2004, p. 116) os planos se dividem em três tipos: os planos gerais, os planos médios e os grandes planos (ou plano detalhe). Na primeira fotografia foi utilizado o plano geral, que usa enquadramentos mais abertos, frequentes no registro de paisagens e de eventos de massa. Já a segunda imagem, apresenta-se no plano médio, que não é nem tão fechado como o grande plano, nem tão aberto como o plano geral. Ela tem um enquadramento que permite identificar um personagem e a sua relação com os outros elementos dispostos na cena. Estes enquadramentos “permitem um melhor relacionamento simbólico entre os objetos e/ou sujeitos fotográficos” (SOUSA, 2004, p. 116).

Outra técnica que produz efeitos subliminares na interpretação da fotografia de notícia é o ângulo de captação da imagem. Nos casos analisados, a primeira fotografia foi registrada com o plano mergulho – tomada de imagem feita de cima para baixo – para mostrar o volume de pessoas. Em um ângulo de perspectiva horizontal ou no plano contra mergulho, isso não seria possível. Na segunda imagem, foi usado o plano normal, ou seja, a tomada da imagem foi feita em posição paralela à superfície. É um ângulo mais objetivo, que não tem a intenção nem de enaltecer, nem de desmerecer o motivo, como acontece nos outros casos citados.

A composição da primeira imagem foi pensada de forma que privi-

¹⁵ Deadline é um termo inglês que significa fim da linha; prazo final. No jornalismo, é usado para designar o prazo de fechamento de uma edição.

legiasse o conjunto de pessoas empunhando a bandeira do Maranhão. O motivo, nesse caso, é a massa formada pelas pessoas. Já a segunda, privilegia a figura de Jackson e dos políticos que o rodeiam. O enquadramento destaca, também, a bandeira brasileira e a maranhense que, somadas aos personagens, sugerem que se trata de um ato político em prol do Estado do Maranhão. Na composição, os elementos devem estar dispostos de forma que haja uma unidade de sentido, para transmitir uma ideia ou uma sensação (SOUSA, 2004, p. 115)¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal O Progresso apresentou insuficiência informativa tanto na comunicação visual – design gráfico e produção fotojornalística – como na textual. Logo no início da pesquisa, foi perceptível o pouco destaque dado às imagens na primeira página. A capa é uma espécie de vitrine dos jornais e tem a fotografia como um dos seus principais elementos estéticos. Além de pequenas, as fotografias de capa do jornal O Progresso não alcançam seu potencial informativo, devido ao fato de não haver profissionais específicos para a produção e tratamento da imagem.

Quando não explorada a capacidade expressiva da linguagem fotográfica, eleva-se a dependência da fotografia em relação à linguagem verbal para complementar o sentido da mensagem. Se a imagem pouco diz sobre determinado fato, mais informações terão que estar contidas na legenda e no título. O veículo estudado também não mostrou eficiência nessa questão: quase metade das fotografias não apresentou legendas. Ademais, seis delas não creditavam o autor da imagem, fato que evidencia o desprestígio desse profissional na produção jornalística de O Progresso.

Além de identificar problemas estruturais, a análise se ateve a reconhecer uma possível tendência editorial pró-governo mesmo em período de cassação. Nenhuma das 24 fotografias de Jackson Lago o expôs de forma negativa. As que se referiam à cassação tinham conteúdos que despertavam sentimentos de injustiça. Exemplo disso é o destaque dado, em três capas seguidas, à manifestação em defesa do ex-governador ocorrida na cidade de Imperatriz. Em todos os casos, Jackson Lago foi exposto de maneira altiva, ao lado de secretários e outros políticos, fechando contratos,

¹⁶ O autor defende que para evitar confusão visual ou significante, é necessário que os elementos representativos do fotojornalismo estejam organizados de tal forma que o observador consiga atribuir, claramente, a mensagem ou o sentido pretendida/o pelo jornal.

discursando em palanques, inaugurando biblioteca e hospital.

Portanto, conclui-se, provisoriamente, que O Progresso protegeu a imagem do ex-governador, com o argumento de que a cassação era um paradoxo diante das inúmeras ações sociais em execução pelo seu governo. Essa interpretação é possível, pois as poucas capas que versavam sobre a cassação, apresentaram, paralelamente, benfeitorias do governo do Estado. No período analisado, é percebida uma resignação editorial que nor-teia a produção jornalística e limita o conteúdo informativo na editoria de Política. Tomar como verdade que o jornal segue “uma linha de independência”, como defende Coriolano Miranda Rocha Filho, o editor-chefe do jornal, ignorando o contexto da mídia maranhense e o laço estabelecido com o campo político, seria ingênuo. O discurso de imparcialidade, nesse caso, fica ainda mais fragilizado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zulene M. **As “temporalidades” na política do Maranhão**. Lutas sociais. São Paulo, v. 9/10, abr. 2003. Disponível:<www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf>. Acesso em 05 maio 2015.

BARROS, R. F.; LAVARDA, M. T. B. **De candidato a governador**: as fotografias de Jackson Lago no jornal O Progresso. Revista Brasileira de História da Mídia, Paraná, v. 2, n. 2, jul. /dez. 2013. Disponível em: <www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/05.pdf>. Acesso em 09 fev 2015.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. In: _____. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 11-25.

BIBLIOTECA DA UNISINOS. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo-RS, 2014.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Fotografia e jornalismo**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6 (Coleção Introdução ao Jornalismo).

GURAN, Milton. **Linguagem Fotográfica e Informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

KUNTZEL, Carlos A. **Projeto gráfico**: personalidade do impresso. Campo Grande, 2003.

¹⁷ Capa de 11/03/2009, nº 13.447; 12/03/2009, nº 13.448; e 13/03/2009, nº 13.449.

¹⁸ Comunicação pessoal do autor (dia 08 de março de 2013).

LIMA, Ivan. **Fotojornalismo Brasileiro**: realidade e linguagem. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Votação por município 2006 2º turno**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/votacao-por-municipio-2006>>. Acesso em 15 jun 2013.

Igreja Católica e questão agrária: a representação das fontes no jornal Sinais dos Tempos

Denise Cristina Ayres Gomes¹

Pollyana da Silva Galvão²

¹Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Imaginarium – Comunicação, Cultura, Imaginário e Sociedade

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O presente artigo analisa a representação das fontes jornalísticas (2011), no jornal católico maranhense Sinais dos Tempos (SDT), editado pelas dioceses de Carolina e Imperatriz, durante os anos de 1983 a 1990. Foram selecionadas 38 matérias publicadas em duas fases do jornal. A pesquisa constatou que, ao contrário da grande mídia, o periódico utiliza prioritariamente fontes não-oficiais e demarca o posicionamento a favor da reforma agrária. O veículo se coloca como mobilizador e expõe claramente a linha editorial em favor de setores excluídos da sociedade, como os trabalhadores rurais, tornando-se um meio alternativo de informação.

Palavras-chave: Fontes jornalísticas; Igreja Católica; questão agrária.

INTRODUÇÃO

O jornalismo possui uma cultura própria, um modo de selecionar e hierarquizar os fatos para que se tornem notícia e referência do real. Para Fausto Neto (1991), o fazer jornalístico analisa e determina o grau de importância dos acontecimentos, por meio de operações técnicas de construção social. Ao operacionalizar os discursos dos vários campos de saber, a atividade constrói e procura impor seu próprio discurso, legitimando-o socialmente.

A prática jornalística está atrelada a uma rede de instituições cujas fontes compartilham visões de mundo e valores e disputam o poder de enunciar. Temas polêmicos, como a questão agrária, tendem a ser abordados pela grande mídia de forma a manter a estrutura de poder vigente na sociedade.

O problema da questão agrária no Brasil teve início no Brasil Colônia com as capitâneas hereditárias que originaram a grande concentração de propriedades de terra. Os latifúndios ocasionam inúmeros conflitos como a violência no campo, o extermínio de índios e a morte de religiosos e trabalhadores rurais. Com a repressão da ditadura militar em 1964, parte da Igreja Católica, inspirada pela Teologia da Libertação, optou por defender os oprimidos no campo. A instituição atuou por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram importantes centros de mobilização e organização da luta popular pela terra.

A década de 80 foi marcada pela intensificação dos conflitos de terra na região tocantina, devido ao desenvolvimento da cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão, área de grande concentração de florestas. A cidade passou a extrair a madeira e tornou-se polo moveleiro. Foi nessa época conturbada e de grande crescimento desordenado do município que a Igreja Católica editou o jornal mensal Sinais dos Tempos (SDT). O veículo foi publicado em dois períodos distintos; de novembro de 1983 a abril de 1985, o periódico esteve ligado à diocese de Carolina. Entre dezembro de 1988 a junho de 1990, o jornal passou a ser editado pela recém-criada diocese de Imperatriz.

A IGREJA E A LUTA PELA TERRA

Historicamente a Igreja Católica esteve ligada à classe dominan-

te e, no campo, era vinculada aos interesses dos grandes proprietários de terra. Durante o regime militar, entre os anos 60 e 80, a instituição se posicionou a favor dos camponeses e passou a ter uma postura mais ativa na luta pela reforma agrária. O estado começou a reprimir os sacerdotes alinhados ao que se considerava esquerda política.

Em fevereiro de 1980, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou o documento “Igreja e problemas da terra”, durante a 18ª assembleia. O texto expressava publicamente o apoio a todos os trabalhadores do campo. O documento fez importante distinção entre “terra de trabalho” e “terra de exploração” e criticou a concentração de propriedades.

84. Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio. (CNBB, 1980, p. 11-12).

O documento da CNBB ressaltava a prática da justiça e da fraternidade. A missão da Igreja era convocar os seres humanos para superar todas as formas de exploração. “Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse de terra”. (CNBB, 1980, p.01).

Inspirados pelos princípios da Teologia da Libertação que expressava a “opção preferencial pelos pobres”, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram presença marcante nos fins da década de 1960, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, foram importantes organismos para a organização da luta pela terra.

A Teologia da Libertação modificou a própria concepção de ‘pobre’. Sob a ótica tradicional da Igreja, os pobres eram vistos apenas como ‘coitados’, dignos de atenção caridosa por parte do clero e dos mais abastados. Para a Teologia da Libertação, os pobres são agentes de sua própria libertação, sujeitos de sua própria história. O movimento defendia que, por meio de reflexões e engajamento, os níveis sociais menos favorecidos conseguiriam conquistar a liberdade, deixariam a opção da passividade e conformismo e assumiriam a posição de sujeitos ativos da história (COELHO, 2012, p. 181).

As CEBs desenvolviam estudos e atividades com os marginalizados do campo. Eram comunidades de fé, que se reuniam para orar, cantar hinos e conversar, sempre em busca de alternativas para enfrentar os desafios da comunidade na qual estavam inseridas. “Para além de um grupo religioso, as CEBs eram espaços sociais de libertação, em que os sujeitos envolvidos aprendiam, na prática, a buscar saídas para suas mazelas.” (COELHO, 2012, p. 184).

A CPT participou da organização e assessoria em diversas lutas no campo, além de ser responsável pela sistematização de vários movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST). Uma das principais características para o fortalecimento da comissão foi seu caráter ecumênico.

A igreja denunciou e tornou conhecidos os conflitos e os assassinatos de trabalhadores. A CPT colaborou para dar visibilidade “política” à violência. Por ser uma pastoral, seus agentes tiveram a proteção institucional. Sem o poder da igreja, teriam sido vítimas fáceis da truculência da ditadura, como ocorreu com muitos camponeses, trabalhadores assalariados e militantes sociais (CPT, 2006).

Inspirados em diversos textos bíblicos, os religiosos mostravam que os indivíduos deveriam sair da passividade para serem atores da própria libertação e ir em busca da terra prometida. A igreja criticava a concentração agrária nas mãos de poucas pessoas e defendia que as propriedades deveriam pertencer aos trabalhadores. Muitos sacerdotes passaram a ser perseguidos, ameaçados, torturados e mortos a mando de governantes, grileiros e grandes proprietários rurais.

JORNAL SINAIS DOS TEMPOS

O segundo jornal do Movimento de Cursilhos de Cristandade

(MCC) foi lançado em novembro de 1983, em comemoração aos 10 anos do movimento na diocese. O jornal impresso intitulado Sinais dos Tempos (SDT) era vinculado à Igreja Católica da cidade de Imperatriz. Apesar de ter sido idealizado pelo movimento, o periódico mensal se tornou o veículo oficial da diocese na época.

O jornal Sinais dos Tempos foi o periódico religioso com maior tempo de circulação na cidade de Imperatriz entre 1983 e 1990 (ASSUNÇÃO, 2011). O jornal circulou em dois períodos: a primeira fase de novembro de 1983 a julho de 1985; e a segunda fase entre dezembro de 1988 a junho de 1990. Este estudo analisa as duas etapas, já que houve mudanças de formato do periódico no decorrer dos anos.

O jornal Sinais dos Tempos circulou na cidade de Imperatriz na década de 1980, período em que se agravaram os conflitos de terra na região conhecida como Bico do Papagaio (norte do Tocantins, sul do Pará e sudoeste do Maranhão) ou região tocantina. O jornal optou por dar destaque à questão da luta pela reforma agrária e, entre os principais temas abordados, figuravam a violência no campo, os conflitos de terra e a defesa dos trabalhadores rurais.

Na primeira fase do Sinais dos Tempos, o jornal maranhense circulou em Imperatriz no período em que a cidade estava ligada à diocese de Carolina. Com tiragem de mil exemplares, o órgão noticioso foi lançado nos municípios de Carolina, Estreito e Imperatriz, e divulgado nas cidades de Açailândia, Amarante, João Lisboa e Mucuíba, atualmente município de Senador La Roque.

Durante a segunda fase de Sinais dos Tempos, houve alteração no formato do jornal. Depois de três anos fora de circulação, o veículo voltou a ser publicado vinculado à diocese de Imperatriz, criada em 1987. Além da mudança de administração, o periódico ficou sob o comando do bispo Dom Affonso Felipe Gregoy e aumentou o formato, passando a ter 46 centímetros de altura e 32 centímetros de largura.

TEORIAS DAS FONTES

As fontes são determinantes para a construção das notícias, tanto pela qualidade das informações que repassam aos meios de comunicação, quanto pela capacidade em produzir informações. Os jornalistas estabelecem uma rede de fontes atreladas às instituições, são as chamadas fontes oficiais. Elas representam setores organizados da sociedade e se tornam

porta-vozes dessas organizações. Os jornais de referência dão primazia às fontes oficiais.

Aqueles que possuem o poder econômico ou político podem facilmente obter acesso aos jornalistas e são acessíveis a eles; quanto aos que não têm poder, é mais difícil que se tornem fontes e sejam procurados pelos jornalistas enquanto suas ações não produzirem acontecimentos noticiáveis, por serem moral ou socialmente negativos (1979, GANS apud WOLF, 2005, p. 235).

As fontes são classificadas como oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referência (SCHMITZ, 2011). Esta pesquisa identificou somente quatro tipos de fontes nos textos do jornal Sinais dos Tempos. No corpus investigado são encontradas fontes oficial, institucional, testemunhal, especializada e de referência.

Fontes oficiais são pessoas do poder público que se pronunciam representando órgãos mantidos pelo Estado e outras organizações públicas (juntas comerciais, cartórios e etc.). Schmitz (2011, p. 25) ressalta que a fonte oficial “é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses”.

A fonte oficial representa um grupo social ou uma organização sem fins lucrativos, tem por objetivo sensibilizar a mídia para a mobilização do seu grupo social ou a sociedade como um todo. Schmitz (idem) põe em xeque a credibilidade desse tipo de fonte. “Geralmente ostenta uma fé cega naquilo que defende, o que coloca sob suspeita as informações que fornece, embora seja considerada espontânea e desvinculada de qualquer interesse próprio”.

Já a fonte testemunhal é a pessoa tomada isoladamente que “desempenha o papel de portadora da verdade, desde que relate exatamente o ocorrido, a menos que seja manipulada, daí deixa de ser testemunha” (ibidem, p. 26). A testemunha funciona como partícipe para a imprensa, relatando aquilo que viu ou ouviu. É considerada uma fonte independente e não há suspeita que ela oculte os fatos.

De acordo com o autor, a fonte especializada possui um conhecimento aprofundado sobre um saber específico. Pode ser um intelectual, especialista ou perito e ainda uma organização que detenha conhecimento reconhecido. Normalmente é utilizada para analisar determinadas

ações ou acontecimentos.

A fonte de referência são as bibliografias, documentos ou mídia que o jornalista consulta. O material abrange livros, artigos, produções culturais e científicas, além de documentos, “especialmente os dossiês, devem ser de origem confiável e identificada, pois constituem prova em caso de denúncia” (ibidem, p. 27).

Como as fontes oficiais possuem mais estrutura para lidar com as exigências do cotidiano jornalístico, elas tendem a ser mais procuradas por esses profissionais e produzem informações de acordo com suas conveniências. Cabe ao jornalista a tarefa de selecionar o material tendo, prioritariamente, como objetivo o interesse público.

O PAPEL DAS FONTES NA PRIMEIRA FASE DO JORNAL CATÓLICO

O estudo analisou 17 matérias relativas a primeira fase do jornal Sinais dos Tempos (novembro de 1983 a abril de 1985) e identificou 21 fontes. A partir da classificação de Schmitz (2011), verificaram-se: nove fontes referenciais (42%), uma fonte especializada (5%), uma fonte testemunhal (5%), uma fonte institucional (5%) e uma fonte oficial (5%). Oito fontes não puderam ser identificadas (38%).

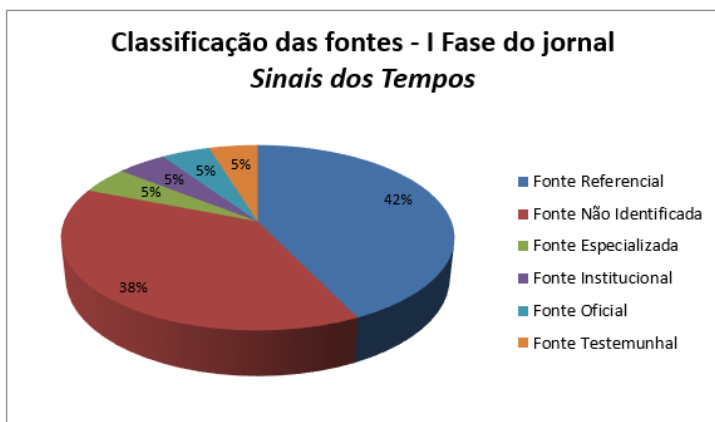


Gráfico 1: Classificação das fontes encontradas nas matérias referentes à questão agrária no jornal Sinais dos Tempos no período de novembro de 1983 a abril de 1985.

As fontes referenciais são as mais utilizadas nessa fase do jornal Sinais dos Tempos e representam 42% do total investigado. O jornal utili-

zou documentos sobre mobilizações em prol da reforma agrária, manifestações populares e/ou relatórios de denúncia oriundos da Igreja Católica, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos posseiros para compor a matéria. As fontes referenciais utilizadas demonstram a opção do periódico em defender as causas populares, especificamente a luta pela redistribuição de terras.

Com apoio na Bíblia a Comissão deplora a condenação dos padres e posseiros lembrando que, ‘a História de um Povo não se faz pela decisão exclusiva de pretensos sábios. A História é um processo de libertação dos oprimidos. E só aos pobres e pequenos é dado conhecer os rumos certos desse processo histórico’(SDT, dez 1983, p. 03).

Sinais dos Tempos utiliza outras mídias como fontes referenciais nas matérias, como trechos de reportagens nacional ou local (Rádio Imperatriz). O jornal emprega dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como fonte referencial. O periódico ainda reproduz matérias de outros jornais sobre a questão agrária. “Sabemos que este quadro não corresponde à realidade, pois enquanto aqui aparecem 85 mortes em 1983, o GRITO DO NORDESTE nº 77 Março/Abril de 1984, publicou uma relação de 116 nomes de mortos” (SDT, mar / abr 1985, p. 11).

A matéria intitulada “Conflitos de terras” relata a luta dos posseiros na fazenda Fremaza, grande propriedade de terra que fica às proximidades do quilômetro 100, estrada que liga Açailândia (MA) e Santa Luzia (MA), no meio do famoso grilo do Pindaré.

Foi pelo ano de 1963 que se desencadeou a grande grilagem no Pindaré. O primeiro grilo foi o chamado Fazenda Pindaré, (...). Penetrou na área da Belém-Brasília, via Santa Luzia, hoje cortada pela BR-222 (Açailândia - Santa Luzia). Seguiram-se os grilos Aracituba, Arapuan, Barra da Jurema, Itapoema e São João do Caru, nos municípios de Pindaré, Monção, Santa Inês e Bom Jardim. (ASSELIN, 2009, p. 50).

A matéria cita o relatório dos posseiros enviado ao presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT). O documento afirma que os trabalhadores desbravaram matas e plantaram com a autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), mas acabaram sendo ameaçados por grileiros³. No entanto, “o grilo tornou-se violento, com a chegada do capitão reformado da Aeronáutica Dr. Olinto Garcia, residente em Goiânia. Ele chegou dizendo que tinha comprado a área e que todos saíssem imediatamente, sem ao menos falar em indenização.” (SDT, abr 1984, p. 04).

A fonte especializada (5%) aparece somente nessa primeira fase do jornal na matéria intitulada “Posseiros defendem-se na Justiça”. O texto aborda a ocupação de uma área considerada devoluta na região da Lagoa do Ivan (entre os municípios de João Lisboa e Amarante - MA, às margens do rio Pindaré). O advogado dos lavradores, Agostinho Noletto, é identificado como fonte especializada por deter conhecimento específico na área do direito. Ele afirma: “é evidente que a área escriturada e reivindicada por Nicolau, está situada nos campos do município de Amarante e não nas matas do Pindaré.” (SDT, mai 1984, p. 07).

As fontes testemunhais representam 5% da totalidade. Na matéria intitulada “Trabalhadores intensificam campanha pela reforma agrária no Bico do Papagaio”, o discurso das fontes testemunhais é colocado como forma de denúncia contra o Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT). “Segundo o depoimento de trabalhadores, funcionários do GETAT dão prazos longos para o beneficiamento das áreas pretendidas pelos grandes fazendeiros.” (SDT, mai 1984, p. 07).

Apenas uma fonte institucional (5%) aparece nas 17 ocorrências do corpus investigado. O presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, Cosmo Rodrigues, é considerado fonte institucional porque representa uma organização. No discurso, a fonte ressalta que foi o único candidato a concorrer nas eleições porque seu nome significava a união dos trabalhadores daquela região.

Contrariamente ao que ocorre nos jornais de referência, a fonte oficial (5%) aparece apenas uma vez nas matérias analisadas do jornal Sinais dos Tempos. A fonte oficial é representada pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado em 1980 para promover e executar a regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão. Na matéria “Posseiros defendem-se na justiça” (SDT, mai 1984, p. 07), a fonte é utilizada para confirmar que há quatro anos, posseiros ocuparam uma área considerada devoluta na Lagoa do Ivan, entre os municípios de João Lisboa (MA) e Amarante (MA).

Observa-se que o jornal Sinais dos Tempos prioriza as fontes não-oficiais e se posiciona em favor dos movimentos sociais, que normalmente são marginali-

³ Os grileiros são pessoas que utilizam documentos falsos para obter a posse de terra.

zados pelos meios de comunicação tradicionais. O periódico se tornou um meio alternativo de denúncia das injustiças sociais.

O PAPEL DAS FONTES NA SEGUNDA FASE DO JORNAL CATÓLICO

Na segunda fase do jornal *Sinais dos Tempos* (dezembro de 1988 a junho de 1990), foram observadas 21 matérias e 31 fontes. O estudo identificou 13 fontes institucionais (42%), oito fontes referenciais (26%), duas fontes testemunhais (6%) e uma fonte oficial (3%). Sete fontes não foram identificadas (23%).

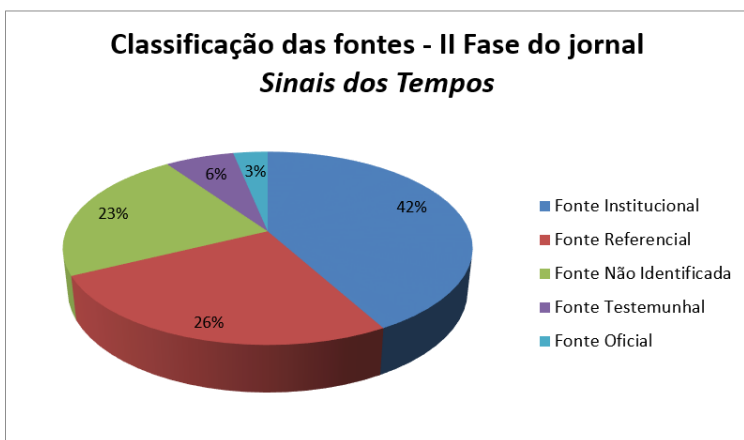


Gráfico 2: Classificação das fontes encontradas nas matérias referentes à questão agrária no jornal *Sinais dos Tempos* no período dezembro de 1988 a junho de 1990.

As fontes institucionais são maioria na segunda fase do jornal com 42% da totalidade, (13 fontes). Elas representam pessoas ligadas à Igreja Católica, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Diocese de Imperatriz e um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Observa-se que a Igreja tem maior poder de enunciar no jornal do que na primeira fase, em que havia apenas uma fonte institucional, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa (MA).

A matéria intitulada “Dom Affonso Gregory visita acampamento dos sem-terra” relata a visita do bispo da diocese de Imperatriz ao acampamento dos trabalhadores rurais na fazenda Gameleira, a 30 quilômetros

de Imperatriz (MA). O bispo deixa claro durante o discurso que está a favor dos trabalhadores: “que a luta dos trabalhadores sem-terra é uma luta justa, onde os trabalhadores rurais buscam as condições dignas para viver com suas famílias, que não tem o necessário em sua mesa, o pão de cada dia.” (SDT, jun 1989, p. 07).

O discurso de Dom Luciano Mendes, presidente da CNBB na matéria “CPT realiza assembléia e define meta para atuação”, também expressa apoio aos trabalhadores rurais e defende a distribuição de terras. “O presidente da CNBB acrescentou que ‘o Brasil é uma terra, uma terra enorme. Torná-la acessível a todos é um compromisso que não é só cristão, evangélico, católico, mas é um compromisso humano.’” (SDT, set 1989, p.08).

Na matéria “Sem-terra desaprovam proposta de Cabrera”, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é representado por duas fontes; o diretor do MST Antoninho Mattes, e o dirigente do movimento, Jaime Amorim. Ambos criticam a proposta do ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, para redistribuir as terras hipotecadas pelos bancos. O diretor do MST alegou que isso é “prova de que o governo não pretende promover mudanças na política agrária do país, já que o mecanismo não atinge os latifúndios.” (SDT, jun 1990, p.08).

Duas fontes institucionais aparecem na matéria intitulada “4ª Romaria da Terra reúne mais de trinta mil pessoas.” (SDT, set 1989, p. 02). O representante indígena denunciou o abandono do governo e a discriminação com a falta de demarcação da área dos índios Krikati. O representante dos trabalhadores sem-terra relatou a repressão no campo e discorreu sobre as ocupações de terras no Maranhão.

As fontes referenciais representam 26% do total investigado, com oito fontes. Assim como na primeira etapa, trata-se de documentos sobre mobilizações em prol da reforma agrária, manifestações populares e/ou relatórios de denúncia oriundos da Igreja Católica e, especificamente, da Comissão Pastoral da Terra. Verificam-se muitas cartas dos religiosos da Igreja Católica para a população como, por exemplo, a carta do bispo dom Alberto na 4ª Romaria da Terra em que ressalta que o evento é

A busca de uma maior e mais justa consciência da partilha da terra – bem que é, por disposição divina, direito de todos, e é o brado, é o clamor que se ergue do profundo de inúmeros corações e se le-

vanta até àquele que somente é capaz de frustrar tantas ambições, eliminar tantas injustiças e fazer dobrar até a conversão tantos corações de perversos irmãos. (SDT, set 1989, p. 02).

A matéria intitulada “Debate sobre problemas da terra reúne líderes latino-americanos”, utiliza como fonte uma carta-aberta dirigida aos camponeses, índios, afro-americanos e agentes da pastoral da terra. “Aqui compartilhamos os sofrimentos e lutas que vivem nossos povos e as experiências de trabalho que realizamos e buscamos apoiar, unindo-nos num mesmo caminho.” (SDT, jul 1989, p. 08).

As fontes testemunhais representam 6% do total, ou seja, apenas duas. As testemunhas constam nas matérias que abordam o assassinato do padre Josimo Tavares e sobre a desapropriação de terra na fazenda Terra Bela. A matéria “Anunciada desapropriação de parte da fazenda Terra Bela” apresenta os lavradores como fontes testemunhais. “Para os lavradores que ocupam a área, no entanto, a simples desapropriação não é suficiente para conter a violência, pois ainda é necessária a demarcação da terra.” (SDT, dez 1988, p. 03).

Assim como na primeira fase do jornal, apenas uma fonte oficial é encontrada nessa etapa, representando 3% do total investigado. A fonte é o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bressone. Na matéria intitulada “Anunciada a desapropriação de parte da fazenda Terra Bela” (SDT, dez 1988, p. 03), o ministro destaca que a desapropriação eliminará os conflitos daquela região. A fazenda é um latifúndio localizado em Santa Luzia (MA), ocupado por trabalhadores rurais sem-terra.

Verifica-se que na segunda fase do jornal Sinais dos Tempos, o periódico continua priorizando as fontes não-oficiais (fontes de referência, institucional, testemunhal e especializada). Como o próprio editorial do jornal afirmou na primeira edição após o recesso, “Sinais dos Tempos voltou pra continuar a sua missão, agora de forma mais madura e mais forte, sobretudo no seu formato e conteúdo.” (SDT, dez 1988, p. 02).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da questão agrária Brasil se originou quando o Brasil era colônia da Coroa Portuguesa em 1500. Os latifúndios surgiram, e os povos indígenas foram os primeiros donos da terra massacrados. Desde

então, pouca coisa mudou. A violência no campo continuou, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, com a presença de outros personagens como posseiros, lavradores, religiosos, grileiros, trabalhadores sem-terra e pequenos proprietários. Verifica-se que nas duas fases, o jornal católico Sinais dos Tempos se coloca a favor da luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais pela posse da terra.

O estudo mostrou que a utilização de fontes não-oficiais (fontes de referência, institucional, testemunhal e especializada) prevaleceu no discurso jornalístico. Os dados demonstram o posicionamento do jornal como meio alternativo de informação, já que os jornais de referência utilizam prioritariamente as fontes oficiais porque estão ligados a grupos de poder.

As fontes referenciais preponderantes na primeira fase do jornal evidenciaram a importância dos documentos da Igreja Católica e as denúncias dos posseiros para a construção das notícias. Já as fontes institucionais, predominantes na segunda etapa do periódico católico, ressaltaram principalmente a organização das instituições em defesa da luta do homem do campo por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O jornal Sinais dos Tempos não foi apenas um meio de comunicação da Igreja Católica para seus fiéis, mas porta-voz dos menos favorecidos mostrando as lutas e mobilizações, bem como a violência praticada contra o homem do campo. O veículo marcou o posicionamento da Igreja para modificar a estrutura fundiária na região. Sinais dos Tempos se mostrou um veículo mobilizador que expõe claramente a linha editorial em favor de setores excluídos da sociedade, como os trabalhadores rurais, tornando-se um meio alternativo de informação.

REFERÊNCIAS

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz - MA: Ética, 2009.

ASSUNÇÃO, Thays Silva. **Imprensa em Imperatriz – MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 – 2010)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2011.

CNBB. **Documentos da CNBB: Igreja e problemas da terra**. Brasil, 1980.

COELHO, Fabiano. **Para além do espiritual**: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). Revista AngelusNovus, n. 03, maio de 2012.

CPT. **Os pobres possuirão a terra (SI 37,11)**: pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mortes em derrapagem**. 10 ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Ações e estratégias da fonte no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

WOLF, Mauro. **Teoria da Comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Matérias citadas

SDT, Imperatriz, ano 01, n. 02, dez. 1983.

____, Imperatriz, ano 01, n. 06, abr. 1984.

____, Imperatriz, ano 01, n. 07, mai. 1984.

____, Imperatriz, ano 01, n. 10, set. 1984.

____, Imperatriz, ano 02, n. 15, mar./abr. 1985.

____, Imperatriz, ano 06, n. 01, dez. 1988.

____, Imperatriz, ano 07, n. 06, jun. 1989.

____, Imperatriz, ano 07, n. 07, jul. 1989.

____, Imperatriz, ano 07, n. 09, set. 1989.

____, Imperatriz, ano 07, n. 14, jun. 1990.

Infâncias de papel: perfis de infância no jornal O Progresso¹

Leide Silva Oliveira Alves

Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí

RESUMO

O presente artigo traz uma revisão de literatura sobre investigação da infância no âmbito dos estudos das ciências sociais e analisa como foi abordada a infância no jornal de maior circulação de Imperatriz O Progresso, de julho a dezembro de 2008. O artigo aborda como foram citadas as crianças e os adolescentes. Nas matérias selecionadas foram observados os valores-notícias, o gênero e as fontes. Verifica-se que as crianças e os adolescentes foram mais citados em três editorias: polícia, regional e cidade, nelas identificaram-se em que situações as crianças aparecem e em que ocasiões são utilizadas como fonte.

Palavras-chave: Imperatriz; Infância; Jornalismo. O Progresso

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo contém um componente de fascinação por se tratar da escrita de um trabalho feito há alguns anos. O fascínio é acompanhado, ao mesmo tempo, pelo anseio de realizar algumas modificações para que a mensagem receba um status de nova. À primeira vista, reler a si próprio pode gerar sensações ambivalentes, seja de cumplicidade, familiaridade, distanciamento, ou mesmo, recusa; não obstante o propósito de trazer uma leitura nova, este artigo propõe uma síntese do trabalho original¹, e, tem como objetivo verificar como foi abordada a infância no jornal O Progresso² de julho a dezembro de 2008.

Constatou-se que a temática infância permeou diversas editorias e seções do jornal, mas especificamente as matérias foram concentradas nas editorias de polícia, regional e cidade. Neste artigo, devido o espaço que temos à disposição, optamos por analisar apenas seis matérias distribuídas nas editorias em que houve mais recorrência da temática. Utilizou-se o método de análise de conteúdo (HERSCOVITZ, 2008) e análise documental (MOREIRA, 2006). Também foram utilizadas as próprias condutas éticas recomendadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para nortear a análise dos textos que foram selecionados do jornal.

Convém lembrar que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), criada em 1992 acompanha de perto o trabalho dos meios de comunicação nas regiões do país fazendo o registro das contribuições da imprensa, tendo como tema questões inerentes ao desenvolvimento humano, a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Rede Andi Brasil, uma articulação entre dez organizações de diferentes estados desenvolve iniciativas com foco na comunicação e na garantia dos direitos de meninos e meninas. No estado Maranhão é a Agência de Notícias da Infância Matraca que dá suporte à produção de notícias e reportagens que abordam o tema infância.

São analisados pela Matraca os jornais O Estado do Maranhão, O Imparcial e o Jornal Pequeno. Todavia, não foram encontrados registros feitos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância sobre a cobertura

¹ O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi realizado no âmbito da graduação em Comunicação Social com habilitação em jornalismo cujo título é Infâncias de papel: as representações da infância no jornal O Progresso, sob orientação do Prof. M. Alexandre Zarate Maciel.

² O periódico é o principal jornal de Imperatriz e região. Ver sobre a história do jornal O Progresso em: <<http://www.oprogreso-ma.com.br/nossahistoria.html>>

jornalística de O Progresso. Assim, entende-se que cabe analisar as matérias de O Progresso e fazer leituras sobre o que esse periódico veiculou sobre a temática em estudo e que critérios foram usados como guia no momento de cobrir questões inerentes à infância³.

OS ESTUDOS SOBRE A INFÂNCIA

A investigação sobre a infância no âmbito da comunicação social ainda é pouco consolidada. Ao procurar pressupostos teóricos na área, percebeu-se que este campo pouco considerou as vozes das crianças em suas pesquisas, ainda que nos últimos anos tenha havido um aumento de publicações. Por isso, este artigo se apóia teoricamente em estudos da sociologia e da antropologia da infância, e pretende evidenciar que as pesquisas sobre esse tema devem buscar um diálogo com as demais áreas das ciências sociais.

Por muito tempo as crianças foram marginalizadas, isto é, não foram consideradas relevantes para serem pesquisadas e analisadas. Raramente eram aceitas como categoria central nas investigações. O próprio termo infante significa etimologicamente “aquele que não fala”, sem linguagem, que não possui logos. Esta definição negou por muito tempo a capacidade de agência das crianças e sua participação no universo mais amplo das relações sociais.

Foi partir da década de 1960, principalmente, que os antropólogos passaram a estudar a criança de forma inovadora. Cohn (2005) salienta que foi reconhecida a capacidade de agência, ao mesmo tempo em que conceitos como cultura e sociedade foram revistos. Contudo, as dificuldades continuaram (e continuam) a residir nos estudos da infância e sobre o que incide sobre as crianças. Afinal, ainda são os adultos que falam sobre elas.

Entretanto, o avanço desses estudos demonstra como é importante a participação da criança na constituição de significados tomando-as como atores sociais. Cohn (2005) diz que as crianças não são seres incompletos, elas são sujeitos plenos, têm um papel ativo na definição de sua própria condição.

Com os avanços nos estudos da infância houve uma mudança significativa: já não são mais só os adultos que podem falar sobre crianças. A

³Vale ressaltar que, crianças e adolescentes, para efeito deste estudo são incorporados na categoria infância, ou seja, todas as pessoas entre zero e dezoito anos de idade incompletos.

elas foi dado o direito de participar como informantes nas pesquisas são pesquisadoras elas mesmas (CARVALHO & NUNES, 2007). Nos dias atuais, existem vários projetos de ação social, assim como de cineastas, fotógrafos, cientistas, todos preocupados em expressar a perspectiva das crianças e o que elas pensam sobre a realidade⁴ dispostos a romper com a postura tradicional, isto é, adultocêntrica⁵.

Neste sentido, ao olhar para a infância brasileira devem-se considerar as condições sociais e culturais. As autoras Oliveira e Francischini (2008) destacam que não há como falar de infância brasileira sem considerar essas condições. De acordo com as autoras, contextualizar as condições sociais e culturais é a maneira mais adequada de falar sobre essa temática, pois permite falar de infância no plural, uma vez que os diferentes contextos propiciam outras formas de vivenciar a infância, entre elas as autoras destacam a vivência do lúdico. Oliveira e Francischini (2008) destacam que o lúdico traz importantes contribuições nos processos de constituição do ser humano, esse reconhecimento se faz presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera o brincar um direito da criança.

Todavia, observa-se que nos noticiários a infância é marcada não só pela experiência das crianças com a ludicidade. Muitas vezes estão associadas às práticas do trabalho infantil, abuso e exploração sexual, pedofilia e pornografia infantil, e outros tipos de violência, por vezes com lugar nas primeiras páginas.

A REFORMA DO ESTADO E OS DIREITOS DA CRIANÇA

Na contemporaneidade, a ideia central de infância está assentada nas cartas de direito tanto nacionais como internacionais. A representação social da infância se enquadra em princípios que sugerem o exercício de uma cidadania plena que lhe garanta bem-estar perante a sociedade

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988 foram dados os primeiros passos para definir os direitos da criança. Conforme explicitado pelo artigo 227:

⁴ Para referir um exemplo citado por Carvalho e Nunes (2007), no artigo "Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância", crianças de 8 a 15 anos foram colocadas à prova no Kid nation, um polêmico reality show americano.

⁵ O mesmo que "concepção adultocêntrica", diz que são os adultos que sabem o que é melhor para as crianças. Ver a respeito em Kramer & Leite (Orgs., 1996).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Outro quesito importante foi a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que consagrou a doutrina de proteção integral e de prioridade aos direitos da infância. Também a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com seus 267 artigos, assim como os suportes técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todo esse aparato foi somado aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a partir de 1992.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe maior reforço ao que a Constituição já assegurava. No artigo 2º diz: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Antes do ECA, o que vigorava era o Código de Menores, sendo que este último voltava-se apenas para os abandonados, em situação irregular, “expostos”, “carentes” ou autores de ato infracional. Determinava, para esse público, ações de assistência, proteção e vigilância, entendendo-os como objetos tutelados pela lei e pela justiça (ANDI, 2009, p. 14). Com o Estatuto e sua doutrina de proteção integral, todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e passam a ser considerados cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento.

Outra importante mudança está no que se refere às idades. Com o Código de Menores não havia diferenciação, era aplicado a qualquer um, entre 0 e 18 anos. Já o Estatuto divide em crianças (0 a 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos). O estatuto, além de reforçar a premissa do artigo 227 da Constituição Federal, enfatiza as necessidades de interlocução e articulação entre os diferentes atores sociais e instituiu o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, as Delegacias Especializadas, o Ministério Público, as Varas e Promotorias da Infância e da Juventude são exemplos de instâncias que

compõem o SGD (REDE ANDI BRASIL, 2009).

JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

É importante destacar que as representações sociais sobre a criança e a infância se renovam tal qual o mundo social. Sendo muitas dessas representações oferecidas pelos meios de comunicação. Observa-se que as mídias oferecem vários aspectos da criança, ora como consumidores, ora como “futuro do país”, ora como alheias ao mundo, ora como infratores. Alguns teóricos defendem a ideia de que a sociedade moderna depende da linguagem e dos meios de comunicação para transmitir suas formas simbólicas. O autor Thompson (1998) considera que a realidade social passa a ser interpretada segundo aquilo que é divulgado pelos meios de comunicação, sobretudo imagens e discursos. Conforme Thompson:

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós (THOMPSON, 1998, p. 219).

De acordo com Traquina (2005), ao longo dos séculos as pessoas usam o jornalismo para se manterem informadas sobre os últimos acontecimentos. Ele identifica a profissão como procura da verdade e destaca o papel dos repórteres na construção da realidade social. Para este autor, embora a construção de notícias seja uma atividade restringida pela tirania dos formatos, do tempo, das hierarquias e do próprio dono da empresa; não deixa de ser uma atividade criativa que possui, a priori, muita responsabilidade social.

Contudo, até que um acontecimento ou texto noticioso seja publicado, ele se subordina a diferentes critérios, que faz determinados fatos serem valorizados em detrimento de outros, os conhecidos critérios de noticiabilidade (WOLF, 2008). Mauro Wolf (2008) chama de noticiabilidade a capacidade que os fatos têm de virar notícia. O grau de noticiabilidade é medido, segundo Wolf (2008), pelo que ele denomina valores-notícia (news values), ou seja “o conjunto de elementos por meio dos

quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (WOLF, 2008, p. 202). Wolf (2008) explica que:

Os valores/notícia são usados de duas maneiras. São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. Os valores/notícia são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja ausência ou presença relativa os indica para a inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluído (WOLF, 2008, p. 203).

Se um evento não se enquadrar às rotinas de produção ele não conquista o status de notícia. Simplesmente se perde no emaranhado de outros eventos que também não farão parte dos conhecimentos que serão adquiridos pelo público. Apesar de a notícia possuir essas características que podem contribuir para defini-la, muitas vezes ela confunde-se com outro gênero, a reportagem.

Em detrimento disto, Lage (1981) chama atenção para a distinção entre estes dois gêneros - notícia e reportagem -, para que não sejam confundidos. Segundo este autor, reportagem trata de assuntos, não necessariamente fatos novos como faz a notícia. A reportagem é planejada, obedece a uma linha editorial e exige mais recursos, a notícia não.

A reportagem e a notícia levam em consideração a escolha de determinadas opções discursivas, com o abandono de outras. A notícia, por exemplo, é vista como um artefato que traduz lutas simbólicas que se dão no âmbito social. Mas, até que um acontecimento ou texto noticioso seja publicado, ele se subordina a diferentes critérios, que faz determinados fatos serem valorizados em detrimento de outros, os conhecidos critérios de noticiabilidade.

Os valores-notícia permeiam todo o processo de produção das notícias, ou seja, no processo de seleção dos fatos e no processo de elaboração da notícia (TRAQUINA, 2008). São consideradas situações como cultura profissional da categoria, qualidade e disponibilidade do material que será usado, relação com as fontes e com o público, além de conjuntu-

ras políticas, sociais e econômicas.

Para Wolf (2008), existe distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, mas na prática eles operam de modo complementar. Com base nas ideias de Wolf, Traquina (2008) propõe sistematização dos valores-notícia e os divide em dois grupos: os de seleção e os de construção. Os de seleção são subdivididos em: a) critérios substantivos: articulam-se com a importância e o interesse da notícia; b) critérios contextuais: dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Já os de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78).

Traquina (2008) elenca os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção da seguinte forma: (1) a morte; (2) notoriedade do ator principal; (3) proximidade; (4) relevância; (5) novidade; (6) tempo: atualidade; news peg; e permanência; (7) notabilidade; (8) inesperado; (9) conflito ou controvérsia; (10) infração; (11) escândalo.

O PAPEL DAS FONTES NA COBERTURA JORNALÍSTICA

Segundo Lage (2001), as fontes podem ser confiáveis ou pouco confiáveis. Ele as classifica como “oficiais”, mantidas por instituições que preservam algum poder de Estado; “oficiosas”, as que não estão autorizadas a falar em nome de uma entidade; “independentes”, desvinculadas de uma relação de poder, são as organizações não governamentais. Ele assinala as fontes “primárias” e “secundárias” do ponto de vista da relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Outra classificação que ele indica são as “testemunhas”, que presenciam os fatos e os “experts”, especialistas em determinados assuntos e que interpretam os eventos.

Nem sempre o jornalista está presente no local dos acontecimentos. Na maioria das vezes ele utiliza informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunharam ou participaram do fato. Desse modo, as fontes ajudam a definir os acontecimentos e sua construção. Qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação. Fonte é uma pessoa que o jornalista pode observar e entrevistar e esperar desta informações que só ela pode fornecer-lhe (TRAQUINA, 2005, p. 190).

Nem todas as fontes são iguais, assim como o acesso a elas e o acesso delas com os jornalistas. São levados em consideração alguns fatores

como: incentivos, poder das fontes; sua capacidade de fornecer informações fidedignas; sua proximidade social e geográfica (GANS, 1979 apud WOLF, 2008).

O lugar que as fontes ocupam na rede noticiosa garante-lhes o seu valor, por isso muitas estão diretamente ligadas a setores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural. Conhecido o lugar das fontes e como se dá o acesso a elas, falta somente conhecer como avaliá-las. Para isto, o jornalista lança mão de alguns critérios, como: 1) a autoridade; 2) a produtividade e 3) a credibilidade (TRAQUINA 2005). Fundamentados na autoridade da fonte, os jornalistas preferem fazer referências a fontes oficiais. Segundo Gans: “Pressupõe-se que elas são mais confiáveis, simplesmente porque não se podem permitir mentir abertamente, e também são consideradas mais persuasivas, uma vez que as suas ações e opiniões são oficiais” (apud WOLF, 2008, p. 237).

A produtividade é o critério que justifica o fato de fontes institucionais prevalecerem em detrimento de outras. Para Wolf (2008), “estas fornecem os materiais suficientes para confeccionar as notícias, permitindo, assim, aos aparatos que não precisem mais se dirigir a muitas fontes para obter os dados ou os elementos necessários” (WOLF, 2008, p.236).

O fator credibilidade permite ao jornalista basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade, “de modo que a informação fornecida exija o mínimo possível de controles” (WOLF, 2008, p.236). Para Wolf, depois de avaliada a credibilidade da fonte e da informação fornecida por ela, aumenta a probabilidade dela continuar a ser utilizada e com o tempo pode até tornar-se uma fonte rotineira.

A INFÂNCIA NAS EDITORIAS DE POLÍCIA, REGIONAL E CIDADE

As editorias que compõem O Progresso são: Política, Regional, Cidade, Polícia, Tocantins, Geral e Esportes, e nos fins de semana, um caderno extra com Miscelânea, Social, Especial. Ao longo dos seis meses – julho a dezembro de 2008 - 274 inserções relativas a crianças e adolescentes foram veiculadas no jornal pesquisado e estas ocorrências foram clipadas e analisadas.

As três editorias que mais se destacaram, como já dissemos, foram: polícia, regional e cidade. Neste artigo, cada editoria foi representada com duas matérias. Fez-se a análise com base nos valores-notícias presentes em cada matéria selecionada; em seguida, à luz dos resultados obtidos,

procedeu-se à classificação quanto ao gênero jornalístico das matérias. Foram identificados apenas dois: notícia e reportagem. Entendendo notícia como relato importante de interesse humano e reportagem como a complementação de uma notícia, suas relações com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos (LAGE, 1981).

Depois fez-se a análise das fontes que apareceram nos textos. Por último, analisou-se quando a criança fala nas matérias e como ela é definida, por exemplo: criança aluno, nas ocorrências que cobriram conteúdos de educação; criança em risco, nas ocorrências que cobriram conteúdos relacionados a situações de insegurança e “menor”, para se referir aos adolescentes acusados de cometer algum tipo de ato infracional. Vale observar que, a denominação “menor” foi bastante utilizada na editoria de polícia.

Em síntese, nas 6 matérias selecionadas foram analisados: a) os critérios de substantivos dos valores-notícia de seleção conforme a classificação encontrada em Traquina (2008); b) o gênero a que pertence; c) as fontes que aparecem; e d) qual e a definição da criança, isto, é como ela foi representada.

A maioria das questões levantadas se constituiu em meros registros sobre atos violentos sofridos ou praticados por crianças ou adolescentes. Foram identificadas pautas sobre homicídios, crimes, acidentes domésticos, violência no lar entre outros. As crianças de 0 a 6 anos aparecem, geralmente, como vítimas de maus tratos e acidentes domésticos. Já os adolescentes são mais citados como agentes de violência ou como vítimas de abuso e exploração sexual.

Percebeu-se que há uma centralização da cobertura na fonte policial. A reprodução das falas detalha o fato ocorrido e, em algumas situações, repete jargões comuns à linguagem presente nos boletins de ocorrência ou termos pejorativos, como, por exemplo, a palavra “menor”, “meliante” e “bandido”. As matérias têm como gancho, a história de uma criança ou adolescente como ponto principal do texto e a situação é descrita, muitas vezes, com tom sensacionalista. Nem sempre o tema é tratado de forma aprofundada, como mostra uma matéria da editoria Polícia, do dia 24 de julho que trata sobre a morte de um jovem de dezesseis anos⁶.

Quanto aos valores-notícia encontrados na matéria supracitada, verifica-se: morte e conflito. O texto caracteriza-se como informativo e

⁶ O Progresso. Imperatriz, 24 de julho de 2008.

pertence ao gênero notícia. As informações provêm da polícia. O adolescente de iniciais A. W. S. de 16 anos é chamado na matéria por “meliante”, em seguida de “menor” e no título ele recebe o nome de “bandido”. O termo adequado, segundo a doutrina de proteção integral é adolescente (de 12 a 17 anos) ou jovem (15 a 19 anos).

Na matéria do dia 22 de agosto, o jornal publicou a morte de uma criança de dois anos que morreu afogada em piscina⁷. Por descuido a mãe de Luma Vitória Campos da Silva, não percebe que a filha havia saído do apartamento. A criança morreu na piscina do condomínio. Nesta matéria, a morte é um valor-notícia fundamental. O texto é apenas informativo e caracteriza-se como notícia. Não há diversidade de fontes, por isso foi apresentada apenas uma versão. O Instituto Médico Legal (IML) aparece como fonte oficial consultada. A mãe da criança também foi ouvida. A criança é chamada no texto de garotinha, apelido carinhoso que conserva uma conotação de cuidados. A ocorrência, por ser do gênero notícia, só se preocupa em descrever o fato e não dá visibilidade a outros desdobramentos, como por exemplo, questionar formas mais comuns de violência contra crianças e adolescentes um possível enfoque que uma reportagem poderia dar ao tratar do assunto.

As matérias da editoria regional mostraram o papel do estado da sociedade e da família como fundamental para a vida das crianças e que o cuidado com a criança e com o adolescente é uma responsabilidade compartilhada entre a família, a comunidade e o poder público. Por isso, crianças e adolescentes quase sempre estão associados a eventos presididos por alguma autoridade política, a órgãos ou entidades que trabalham em defesa de meninos e meninas ou prestam algum atendimento.

No dia 02 de julho de 2008, o jornal O Progresso⁸ publicou na editoria Regional a matéria com o seguinte título: “Funac firma parcerias para melhorar o atendimento a adolescentes”. A Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) garante oportunidade de cursos profissionalizantes para adolescentes autores de ato infracional. O atendimento aos adolescentes em conflito de lei – a educação e a profissionalização – assegura condições e perspectivas para o futuro. Assim, foi identificado o valor-notícia relevância. São fontes na reportagem: o coronel Carlos Henrique Guedes (Exército); Elisângela Cardoso (diretora da Funac); Roseli

⁷ O Progresso. Imperatriz, 22 de agosto de 2008.

⁸ O Progresso. Imperatriz, p. CI- 4, 02de julho de 2008.

Ramos (representante do governador do Estado) e Antônio Figueiredo (representante do SENAI). Os adolescentes em conflito de lei aparecem na matéria como “pessoas que podem ser ressocializadas” e que têm possibilidade de adquirirem novas práticas e habilidades. A responsabilidade da ressocialização é estabelecida por meio de parcerias do Estado com outras entidades.

Ainda na editoria Regional, o jornal publicou no dia 28 de agosto, uma reportagem de com o seguinte título: “Ministério público pede proteção para adolescente vítima de abuso sexual⁹”. A jovem de 15 anos sofreu abuso sexual do próprio pai por mais de quatro anos. O Conselho Tutelar descobriu o caso após receber denúncias de que a adolescente estava grávida de seu próprio genitor. Nesta, foram identificados os valores-notícias: conflito, infração, escândalo e relevância. As fontes consultadas são: Ministério Público, Conselho Tutelar e a mãe da adolescente. A adolescente grávida aparece na matéria como “vítima” de abuso sexual que, ao perder a proteção da família, ganha a assistência do Estado.

Na editoria cidade, pode-se fazer um passeio pela rotina e pelos fatos mais relevantes de Imperatriz. Percebeu-se também que ela é voltada para as pessoas que se interessam pela agenda cultural do município. Além de retratar os problemas da comunidade e as ações do poder público. Nas matérias selecionadas evidenciam-se as autoridades, entre elas prefeito, promotores de justiça, advogados, além de entidades envolvidas na área da infância e da adolescência.

O interesse da editoria foi mostrar ações que conforme o conteúdo da ocorrência visa proporcionar a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, programas de capacitação, projetos do governo federal em parceria com a prefeitura de Imperatriz, destaque de jovens em campeonatos e inaugurações de escolas. Aliás, as matérias esboçam as tentativas de participação dos poderes Executivo ou Judiciário e a preocupação destes com a educação e a capacitação de jovens e adolescentes, mas em geral, baseiam-se na simples descrição dos fatos.

No mês de julho, em virtude da comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o assunto ganhou noticiabilidade durante todo o mês. O fator tempo é um valor-notícia responsável por transformar o acontecimento em notícia. Como diz Traquina (2008), o fator tempo é responsável pela proliferação de dias – Dia da criança, Dia

⁹ O Progresso. Imperatriz, p. CI- 6, 28 de agosto de 2008.

do Ambiente, dia do aniversário do ECA. No dia 15 de julho, o jornal publicou a seguinte matéria: “Conselho da Criança e do Adolescente comemora hoje na Praça de Fátima 18 anos do ECA¹⁰”. A matéria possui caráter informativo, só anuncia. O presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é a principal fonte. Crianças e adolescentes aparecem como sujeitos que têm direitos assegurados pela lei.

O jornal publicou no dia 10 de outubro a seguinte matéria: “Educandos do Programa AABB Comunidade recebem kits¹¹”. Nela o jornal fala sobre as duzentas e cinqüenta crianças que participam do Programa de Integração desenvolvido pela Associação Atlética Banco do Brasil. As crianças são estudantes da rede pública de ensino. Identificou-se o valor-notícia relevância. Foram utilizados como fontes: o secretário de Educação, Moab César, a coordenadora pedagógica do programa Djanane Rodrigues e o aluno Jéferson Sousa Silva de 13 anos. O fato de apenas um jovem ser utilizado como fonte nesta matéria demonstra que o foco era apenas o acontecimento e não os principais envolvidos nele. A participação de outros jovens poderia ter sido explorada. Porém, o requisito fundamental da matéria foi enunciar os componentes da ação social. Vale ressaltar, que nesta ocorrência o jornalista denomina crianças os alunos entre 7 e 14 anos. O correto, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente seria designar crianças os que estiverem inseridos no intervalo de 7 a 12 anos incompletos e adolescentes ou jovens os que estiverem entre os 12 e 18 anos completos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos revelou os principais valores-notícia identificados nas matérias. Na editoria polícia pode-se constatar que os principais foram: morte e infração. Na regional os principais foram relevância, infração e notabilidade. Já na de cidade os destaques foram para os valores-notícias relevância e notabilidade.

Quanto às fontes, observou-se a falta de diversidade presente nas matérias sobre crianças e adolescentes. Percebeu-se uma concentração, ou melhor, uma recorrência às chamadas fontes oficiais. Talvez porque estas fontes garantem produtividade ao trabalho jornalístico, seja pela facilidade de acesso às informações de forma rápida e segura, por isso ten-

¹⁰ O Progresso. Imperatriz, p. CI- 5, 15 de julho de 2008.

¹¹ O Progresso. Imperatriz, p. CI- 5, 10 de outubro de 2008.

dem a ser acionadas com maior frequência (WOLF, 2008 e LAGE, 2001).

Entre as fontes mais procuradas, a polícia e o Instituto Médico Legal (IML) se destacaram principalmente em textos que abordam assuntos relacionados à violência, abuso e exploração sexual. Outras fontes consultadas foram especialistas como secretários de educação e coordenadores de centros de referência.

Percebeu-se a relação entre determinadas fontes e as problemáticas apresentadas nas ocorrências, destaca-se fonte única ou no máximo duas, quando o assunto é violência ou “delinquência”, e um número maior quando é sobre proteção de crianças que sofreram maus-tratos, abandono ou outra forma de negligência. É como se as fontes estivessem distribuídas em dois grupos, ou duas partes. De um lado, tem-se o menor deles, pode ser representado pela polícia ou o IML. Já o outro lado é composto pelo restante das fontes. Dependendo da temática, um dos dois lados é acionado.

Nas matérias em que se evidenciam ações dos governos tanto em nível estadual quanto municipal ou de integrantes do Sistema de Garantias de Direitos (SGD): Ministério Público, Judiciário, Conselhos Tutelares entre outros, estão presente mais vezes.

Quando o assunto é violência, a polícia e o Instituto Médico Legal (IML) aparecem como as fontes mais ouvidas. Na abordagem, transparece uma ausência de conhecimento adequado do(s) jornalista(s) acerca do enquadramento da matéria. Emerge uma falta de clareza e cuidado na linguagem, um exemplo é o uso da expressão “menor”, que caiu em desuso desde que foi extinto o antigo “Código de Menores”. Também é evidente a confusão de alguns conceitos, por exemplo, abuso sexual e pedofilia.

Percebeu-se que tanto nas matérias com fontes únicas como nas que possuem fontes diversas, existe dificuldade em produzir outros enquadramentos. Isto denota falta de equilíbrio entre o que está sendo revelado, se é denúncia, visando busca de solução, ou simples exposição de uma matéria factual. Os cuidados com a contextualização parecem não constituir uma prioridade. Os casos de denúncia ou suspeita de maus-tratos muitas vezes não recebem confirmação posterior ou diversidade de abordagens.

Pouco frequente foi a participação das crianças e dos adolescentes. A abordagem do jornal restringiu-se a apresentar as crianças de forma indireta. A participação das crianças e dos adolescentes só teve repercussão em pautas que abordaram temas ligados à educação, esporte e cultura.

Nesses eles não foram apenas referidos, foram chamados a expressar a sua experiência de mundo.

Percebeu-se que na editoria polícia a infância ganhou visibilidade por meio da violência praticada contra meninos e meninas. Na regional os mais citados foram os adolescentes entre 12 e 18 anos, quase sempre associados a programas educacionais ou de capacitação. Já na editoria cidade, a infância e a adolescência só foram citadas quando envolvia aspectos ligados a ações complementares à escola.

Diante das poucas vezes em que foi concedida às crianças e aos adolescentes a possibilidade de serem fontes numa matéria, não foi possível captar qual o ponto de vista deles. Foi possível identificar que a temática sobre crianças e adolescentes processa-se de cima para baixo (do adulto para a criança pequena, para o adolescente), ainda é o ponto de vista do adulto o porta-voz dos interesses da infância e da criança.

De qualquer modo, a constatação mais importante foi a de que a infância, as crianças e os adolescentes viraram notícia. Todavia, as análises apresentadas apelam a mais estudos, de maneira que sejam alargados os debates sobre formas de construção da infância pelo discurso jornalístico e sobre o que é notícia quando os principais envolvidos são crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Cidadania Antes dos 7 Anos:** a educação infantil e os meios de comunicação. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

_____. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 abr. 201.

CARVALHO, Maria Rosário de & NUNES, Ângela. **Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância.** Artigo apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: 2007.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de Conteúdo.** In: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. LAGO, Cláudia. BENETTI, Marcia (orgs.). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

KRAMER, Sônia. & LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa** 8. ed. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papirus, 2005.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de; FRANCISCHINI, Rosângela. **Investigação com crianças: a interface trabalho infantil e lúdico.** In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas.* São Paulo: 2008.

REDE ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas.** Belo Horizonte: Rede Andi Brasil, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias de Jornalismo: Porque as notícias são como são.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias de jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Família, trabalho e fama: a representação da mulher nas revistas de colonismo social de Imperatriz-MA

Marcos Fábio Belo Matos¹

Letícia Maciel do Vale²

¹Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O presente trabalho visa a identificar a representação construída acerca da mulher no discurso veiculado pela imprensa de colonismo social/feminina de Imperatriz-MA. Utilizando os pressu-postos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, o estudo se propõe a reconhecer as identidades e efeitos de sentido produzidos em relação à mulher moderna e difundidos pelas revistas Estrelas e Glamour, principais títulos do segmento na região. Considerando fatores co-mo o contexto e a ideologia, sob os quais esta representação é arquitetada, é possível verificar identidades variadas associadas à figura da mulher, assim como a formação discursiva de ambos os veículos, que aliam inúmeros discursos relacionados aos conceitos de família, trabalho e sucesso.

Palavras-chave: Mulher. Discurso. Jornalismo. Imprensa feminina. Imperatriz.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da história, a mulher e o papel por ela exercido na sociedade são alvo de transformações relacionadas ao modo como a mesma sociedade os enxerga. Dessa forma, a representação de mulher subjugada ao marido e à família, dominante principalmente no período medieval e sustentada até a década de 1960, inclusive por meio da imprensa, passa por uma mudança a partir desse período, em decorrência do movimento feminista pela igualdade de direitos.

Com a ruptura de alguns padrões sociais relativos aos direitos femininos, aos poucos a mão de obra feminina é reconhecida no mercado, consolidando a mulher como indivíduo consumidor e socialmente atuante. A nova representação que se forma a partir de então é considerada também pela imprensa, fazendo com que o segmento especializado para mulheres, existente desde o século XVII, busque adequar seus conteúdos de acordo com as necessidades desse novo perfil:

A postura mais conservadora assumida nas primeiras décadas, ao se tirar dúvidas sobre situações no casamento, assim como ao se fornecer sugestões de decoração, culinária, cuidado com os filhos e jardinagem, re-legando alguns traços levemente mais inovadores, de estímulo à maior participação feminina no mercado de trabalho (...) deu lugar à valorização da individualidade do gênero. (BITTELBRUN, 2011, p. 17)

Desde as primeiras publicações destinadas ao segmento feminino, a imprensa constrói em seu interior representações que projetam nas mulheres uma série de padrões (social, de comportamento, de beleza, dentre outros). Esse aspecto também pode ser observado em Imperatriz-MA, especialmente na imprensa de colunismo social, exemplificada na pesquisa pelas revistas Glamour e Estrelas, principais representantes do segmento na região.

As revistas são similares em formato, conteúdo e público-alvo, que abrange leitores das classes A, B e C. Esses veículos surgem em Imperatriz-MA como uma espécie de extensão das colunas sociais existentes nos jornais, divulgando não só festas e eventos da cidade, como também marcas, produtos e serviços direcionados a um público mais restrito.

As publicações estudadas agregam características de imprensa fe-

minina: apresentam a mulher como protagonista em grande parte de suas matérias e inclui em seus conteúdos temas relacionados a variedades e vida doméstica, comumente voltados para esse público. Outro traço que as assinala como veículos femininos é a predominância de textos dissertativos e des-critivos, conforme destaca Buitoni (2009, p. 208):

O texto feminino, mesmo contando casos, tem o sentido básico de dis-sertar. Em geral, ele nos diz como deve ser a mulher. (...) Salienta-se sempre um papel, mesmo que seja apenas nas camadas mais profundas do texto. Geralmente, trata-se do papel tradicional – esposa, mãe, dona de casa. Ou do papel moderninho: mulher liberada, mas que vive de olho no homem.

Considerando o texto jornalístico como sujeito discursivo, nota-se que este cria representações a partir de um contexto específico. A notícia veiculada não esgota todas as faces da realidade, mas apenas uma, estruturada por um conjunto de recortes e vozes que se unem para formar o sentido da mensagem, mostrando o fato a partir de uma visão particular, imersa num contexto e a partir de uma ideologia.

Dessa forma, as identidades femininas veiculadas pela mídia, assim como as demais, mostram-se influenciadas pelo período histórico e o contexto social nos quais estão inseridas, sofrendo modificações conforme as transformações da sociedade e a visão de mundo de quem as propaga. Essa percepção fundamenta o trabalho realizado, baseado nas concepções teóricas da Análise de Discurso de linha francesa (AD), que procura compreender as condições nas quais determinadas representações são criadas e veiculadas via discurso.

A noção de discurso considerada na AD francesa se baseia no conceito de Michel Foucault, que o define como “(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa” (FOUCAULT apud GUERRA, 2003, p. 14).

Partindo desse conceito, o estudo se propõe a identificar no discurso dos principais títulos do segmento de jornalismo social de Imperatriz-MA as representações construídas acerca da mulher na atualidade. O corpus utilizado para análise é constituído por 127 matérias, do período entre 2009 e 2012, que apresentam mulheres entre 20 e 60 anos como

figura central. Busca-se, dessa forma, compreender a ideologia e o contexto em que as publicações foram produzidas e reconhecer os efeitos de sentido produzidos nestes veículos, por meio do discurso.

O DISCURSO DAS REVISTAS ESTRELAS E GLAMOUR: A MULHER IMPERATRIZENSE

Nas revistas analisadas, as personagens são retratadas sob identidades variadas e são apresentados conteúdos que destacam o estilo de vida da “elite”, demonstrado por meio de matérias sobre festas, viagens, casamentos e outras ocasiões que reflitam o poder econômico dos indivíduos nelas retratados. Dessa forma, o “universo dos ricos” aparece como formação discursiva principal, constituída por recortes que integram o conjunto de valores e ideias que reforçam o discurso de sucesso condicionado ao poder aquisitivo.

Considerando os fatores que compõem tal representação, como o contexto no qual esta é concebida e a ideologia envolvida, é notável a associação de diversas identidades à figura da mulher. Nota-se que, mesclando características inerentes tanto ao conservadorismo quanto à modernidade, a formação discursiva de ambos os veículos abriga uma série de discursos relacionados aos conceitos de família, trabalho e sucesso, criando identidades híbridas e propagando a ideologia da denominada “alta sociedade”.

Nas edições, várias mulheres são representadas sob uma mesma identidade – como a de mãe, por exemplo. Também é possível encontrar uma mesma mulher assumindo identidades distintas em matérias diversas. Por exemplo: uma empresária fotografada na inauguração de sua loja também pode ser encontrada, noutra matéria, em um momento como uma festinha de aniversário dos filhos. Isso vem confirmar o que Bauman (2007) registra sobre as identidades como uma “bricolagem”, uma participação de muitas referências que todo sujeito carrega.

As representações ainda se entrecruzam: a mãe dedicada tem seu nome precedido pela sua profissão ou papel que exerce na sociedade. Dependendo da situação, o nome da mulher também pode estar associado ao do marido ou pais, preferencialmente em caso de coadjuvantes socialmente prestigiados. Percebe-se, portanto, uma interligação de fragmentos identitários em uma mesma ocasião.

Esse atributo pode ser verificado no exemplo a seguir, encontra-

do na edição nº 49 da Revista Estrelas. A matéria ocupa quatro páginas e uma das capas (essa edição foi impressa com duas capas) e traz 14 fotos do aniversário de um ano da filha de um casal de médicos. Destas, nove mostram a criança no colo da mãe, representando o modelo tradicional de mulher como principal responsável pela educação e cuidados com os filhos.

Em uma das fotos, a mulher beija a menina em um gesto carinhoso, ato que reitera o conceito de mãe como uma pessoa amável e protetora, inspirado especialmente na cultura cris-tã, em alusão à Virgem Maria. Ao mesmo tempo, a imagem da mulher é rapidamente vinculada à sua profissão, conforme apontado logo no início do texto. Apesar de prevalecer na matéria, a identidade de mãe é complementada pela de profissional:



Carrossel Encantado foi o tema da festa de Rafisa

Os médicos Edison e Carlote Diniz Calixto - ele diretor do Hospital São Rafael - perfeccionistas como são, realizaram uma festa de encanto e magia para comemorar o primeiro aniversário da filha Rafisa. A festa regada a todas as essências que a garotada adora, aconteceu no New Palace. A animação do grupo de palhaços fez a alegria dos pequeninos, num espaço que recebeu todo um cenário baseado no tema "Carrossel".

Revista Estrelas, edição n. 49

O trabalho como forma de valorização social é uma forte marcação identitária da mulher que aparece em Estrelas e Glamour. A identidade de profissional bem sucedida é uma das mais comuns nas publicações, presente em quase metade das matérias analisadas. Outro fator recorrente está ligado aos padrões profissionais que as matérias apresentam: são

relevados off-cios considerados privilegiados e ancorados na formação universitária, como médicas, dentis-tas, advogadas e, principalmente, empresárias.

Essa relação pode ser verificada na matéria da edição 48 da Revista Estrelas: nela é mostrada uma médica e descritas suas qualidades de profissional e cidadã, sendo reconhecida inclusive pelo poder público, que lhe concede a maior honraria da esfera municipal. A ocasião é apresentada como forma de sustentar a representação de competência e sucesso em sua área de atuação.

O texto também acrescenta informações sobre a vida pessoal da médica, ressaltando que a mulher em questão é casada com outro bem-sucedido médico, com quem possui três filhos. É destacada também sua prática religiosa e seu convívio social, com declaração de que é “detentora das melhores condições de amizade”. Esses registros estão vinculados à “celebração móvel” de que trata Stuart Hall (1998), conceito segundo o qual um mesmo sujeito incorpora diferentes identidades e as manifesta de acordo com a situação vivida.

Amédica Maria do Carmo Lyra veio de Vitória/ES, deixou suas raízes para dedicar-se à medicina em Imperatriz com especialidade em cirurgia pediátrica. Uma das pioneiras na cidade, salvando vidas e melhorando a qualidade de vida das crianças. Há várias décadas, dedica toda sua experiência na atenção especial com a criança de Imperatriz e região. Sempre muito atenciosa com a clientela, conquistando a simpatia de todos. É casada com o médico Nailton Lyra com quem teve três filhos: Jorge, Fábio e Nailton. Maria do Carmo e Nailton formam duas grandes competências a serviço da saúde em Imperatriz. Maria do Carmo é reconhecida pelas boas ações na vida social de Imperatriz, muito religiosa e detentora das melhores relações de amizade. Conquista a Comenda Frei Manoel Procópio – honrosa homenagem – na programação alusiva ao aniversário de 160 anos de Imperatriz das mãos do prefeito Sebastião Madeira, no reconhecimento pelos importantes serviços prestado à sociedade.

Revista Estrelas, edição n.48

A HETEROGENEIDADE: OS DISCURSOS QUE SE CRUZAM

Considerando o fator da heterogeneidade, em que o sujeito se apropria de discursos e vozes que lhe cercam ao longo de sua vida, convergindo-os em uma interdiscursividade particular, constata-se neste ponto a influência de uma série de discursos presentes e conectados a outros para a construção do discurso final veiculado pelas revistas.

Resgatando o conceito de heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz (FERNAN-DES, 2007), segundo o qual é possível identificar explicitamente as vozes constituintes do sujeito discursivo, em primeiro lugar é possível perceber uma aproximação visual, em maior ou menor escala, das revistas analisadas com outras de circulação nacional.

As revistas analisadas são moldadas sob o formato do jornalismo social e apresentam forma e conteúdos análogos aos utilizados pelas publicações deste mesmo segmento de circulação nacional. É possível notar semelhanças tanto na coordenação visual das revistas quanto no teor das matérias: as cores, fontes gráficas e fotografias, assim como os assuntos pautados (casamentos, festas, viagens, vida pessoal de pessoas “famosas”).

Esses aspectos promovem uma aproximação, principalmente, com a Revista Caras, tradicional veículo desse segmento no país, conforme se pode notar pelas três capas alinhadas abaixo:



Revista Caras - edição 1005/2013¹

Revista Estrelas - edição 43/2011

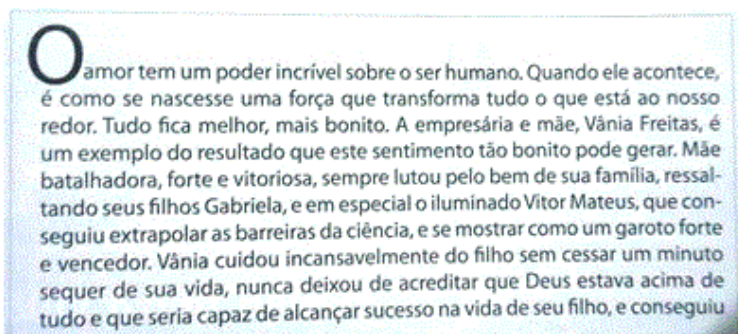
Revista Glamour - edição 32/2009

Outra marca da heterogeneidade manifestada nas revistas é a herança da cultura tradicional cristã, que relaciona a imagem da mulher intrinsecamente à de mãe. Essa concepção atribui à maternidade um caráter

excelso, resultando na divinização do sujeito em questão, especialmente ao ser comparado à mãe de Cristo.

A memória discursiva dessa percepção remete ao período medieval e à hegemonia da Igreja Católica, que defendia o papel da mulher obrigatoriamente como procriadora para constituição da família. Dessa forma, a sexualidade feminina era refreada sob a alegação de que o ato sexual era destinado unicamente à reprodução e de que o prazer carnal transformava as mulheres em prostitutas (FUJISAWA, 2006). Era defendida, assim, a sacralidade da figura materna, na qual a pureza, sujeição e amabilidade eram atributos femininos fundamentais. A família deveria ser a base e o objetivo de vida para as mulheres.

Tal constituição discursiva pode ser percebida na edição nº42 da Revista Glamour, que traz uma matéria que reforça o conceito de mulher como mãe protetora e responsável pelo bem-estar da família, especialmente dos filhos. O texto apresenta o ideal de mãe de maneira positiva, vinculando-o a conceitos como “amor”, “cuidado” e “força”. Nele, a ideia de maternidade é glorificada como algo supremo, conforme pode ser notado logo no início da descrição, ao apontar a mulher como exemplo do “poder transformador do amor”.



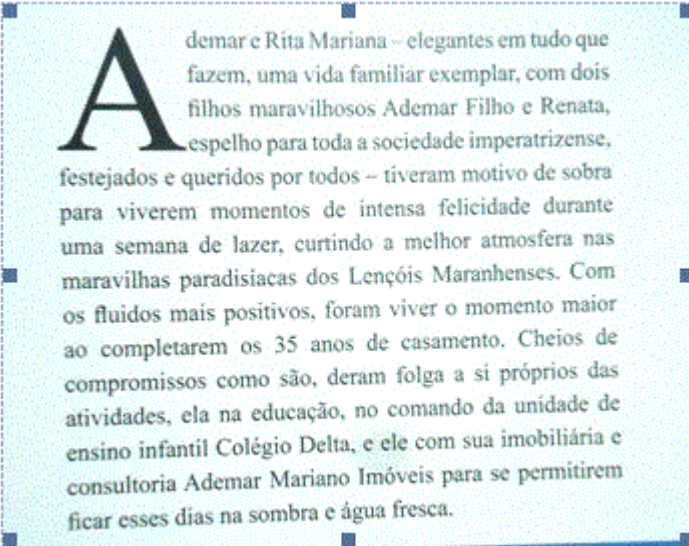
O amor tem um poder incrível sobre o ser humano. Quando ele acontece, é como se nascesse uma força que transforma tudo o que está ao nosso redor. Tudo fica melhor, mais bonito. A empresária e mãe, Vânia Freitas, é um exemplo do resultado que este sentimento tão bonito pode gerar. Mãe batalhadora, forte e vitoriosa, sempre lutou pelo bem de sua família, ressaltando seus filhos Gabriela, e em especial o iluminado Vitor Mateus, que conseguiu extrapolar as barreiras da ciência, e se mostrar como um garoto forte e vencedor. Vânia cuidou incansavelmente do filho sem cessar um minuto sequer de sua vida, nunca deixou de acreditar que Deus estava acima de tudo e que seria capaz de alcançar sucesso na vida de seu filho, e conseguiu

Revista Glamour, edição n. 42

Interligada à construção do discurso central das revistas, outra marca discursiva em relação à mulher, também atrelada à família, é identificada no corpo de algumas matérias: a do casamento como sinônimo de sucesso e felicidade. Esta tem origem no princípio de dependência e submissão feminina em relação ao homem, que permaneceu inflexível até

a década de 1960, com o surgimento de contestações a partir da explosão do movimento feminista. A ideia de realização feminina por meio do matrimônio também é claramente percebida no corpus da pesquisa, apresentando um total de 39 matérias (cerca de 30% do total) que anunciam cerimônias religiosas de casamentos, festas de bodas ou mesmo eventos e viagens em que a mulher exerce o papel de esposa.

Na matéria a seguir, extraída da edição 48 da Revista Estrelas, o relato sobre a viagem em comemoração ao aniversário de casamento de dois empresários coloca o casal como exemplo a ser seguido. O texto traz expressões como “vida familiar exemplar”, “filhos maravilhosos”, “intensa felicidade” e enfatiza a atuação profissional dos dois, denotando uma atmosfera de união e família perfeitas. O casamento é ilustrado, então, como fator determinante para a realização pessoal.



Ademar e Rita Mariana – elegantes em tudo que fazem, uma vida familiar exemplar, com dois filhos maravilhosos Ademar Filho e Renata, espelho para toda a sociedade imperatrizense, festejados e queridos por todos – tiveram motivo de sobra para viverem momentos de intensa felicidade durante uma semana de lazer, curtindo a melhor atmosfera nas maravilhas paradisíacas dos Lençóis Maranhenses. Com os fluidos mais positivos, foram viver o momento maior ao completarem os 35 anos de casamento. Cheios de compromissos como são, deram folga a si próprios das atividades, ela na educação, no comando da unidade de ensino infantil Colégio Delta, e ele com sua imobiliária e consultoria Ademar Mariano Imóveis para se permitirem ficar esses dias na sombra e água fresca.

Revista Estrelas, edição n. 48

Ao mesmo tempo em que o discurso das revistas acerca das mulheres é marcado por recortes discursivos baseados no conservadorismo, que prega a maternidade e a presença de um homem/casamento como fatores essenciais para a realização da mulher, a pluralidade de vozes que o constituem envolve também o discurso recente de eman-

cipação feminina, apoiado no movimento feminista, que exalta sua independência por meio do trabalho/estudo. Neste caso, linhas aparentemente conflitantes, quando avaliadas individualmente, se encontram e se harmonizam no imaginário do sujeito, que as compila e exterioriza por meio de um discurso central.

O direito ao voto feminino, que no Brasil foi conquistado na década de 1930, favoreceu o início de uma série de outras lutas, tais como as pelos direitos trabalhistas e liberdade sexual. Aos poucos, as mulheres passam a integrar legitimamente o mercado de trabalho, a política e outros setores da sociedade, até então espaços essencialmente masculinos.

Com base nisso, a figura da mulher independente e atuante na sociedade é positivada pelas revistas analisadas, mostrando-a como peça fundamental em situações consideradas importantes, com ênfase para as relacionadas ao trabalho. Neste âmbito, a mulher é protagonista de eventos, viagens e outras ocasiões que vinculam a autonomia feminina ao sucesso pessoal. Entende-se, portanto, que, apesar da necessidade de constituir família, esta é aliada à ideia de emancipação, sobretudo financeira: a esposa e mãe também precisa alcançar suas metas profissionais e, conseqüentemente, sua independência. Assim, ambos os discursos são veiculados, não como confrontantes, mas como complementares.

A matéria a seguir, extraída da edição 48 da Revista Estrelas, traz como figura principal uma dentista que, na inauguração de sua clínica, é apresentada como profissional bem-sucedida e que conquistou seu espaço por mérito próprio. O texto utiliza termos como “determinação”, “conquistas” e “nobre atividade” para descrever a mulher e seu trabalho, assim como expressões como “bem estruturada”, “merecedora do mais alto conceito” e outras, engrandecendo também o empreendimento em questão que, indiretamente, elogiam o trabalho desenvolvido pela dentista.

A ideia de autonomia e êxito profissional transmitida pelo texto – a mulher e sua atividade são apresentadas como únicas responsáveis pelo sucesso relatado – é completada pela noção de família, verificada em uma das fotos que ilustram a matéria. Nela, o esposo e os dois filhos são vistos ao lado da dentista, ratificando a heterogeneidade que abriga discursos distintos, mas conciliáveis, em um mesmo sujeito:

A odontóloga Haab Dayanne realizou a inauguração da sua bem estruturada Happy Clin, no setor comercial de Imperatriz, com um coquetel regado às melhores essências que tornam qualquer ambiente dotado do mais puro bom gosto. E foi o que ocorreu na elegante recepção em que reuniu os profissionais da odontologia que foram prestigiar Haab, além de políticos e da sociedade em geral. O ponto máximo da recepção foi a solenidade, ocasião em que o genitor da odontóloga Elio



Revista Estrelas, edição n. 48.

A conexão entre vozes e discursos diversos que configuram a característica heterogênea do discurso propagado pelas revistas é perceptível também na linguagem que estas utilizam. Nota-se que expressões tradicionais, muitas vezes rebuscadas, dividem espaço com termos considerados modernos. Desse modo, é possível encontrar numa mesma edição expressões como “enlace matrimonial” no lugar de “casamento”, e “niver” em vez de “aniversário”. É promovido, assim, o encontro de formas de linguagem distintas e até oponentes, marcadas pelas diferenças do contexto histórico do qual são oriundas. Essa multifacetada na utilização da linguagem está vinculada a uma estratégia de alcance de públicos-alvo distintos – quando fala para jovens, as revistas “se atualizam”; quando abordam sobretudo cerimônias, elas resgatam termos “clássicos”, ritualísticos.

que podem, no estalar de dedos, desbravarem outras plagas. A experiência em visitar a Argentina os levou

Revista *Estrelas*—edição 43/2011

D feminina e masculina, as emp
Petrúcia e Pollyana Dias
quando o assunto é moda. E por fala

Revista *Estrelas*—edição 43/2011

O ponto máximo da recepção foi a solenidade, ocasião em que o genitor da odontóloga Elio

Revista *Estrelas*—edição 48/2012

aniversário da filha Marcella. Abriam as por
deles no Edifício Grumari já em clima de con

Revista *Estrelas*—edição 48/2012

niver
TAYNÁ MELLO

Revista *Glamour*—edição 38/2011

Danda Maia. Com orgulho eles receberam em Rio Preto, amig
concorrida festa de formatura em Medicina da primogênita Ju

Revista *Glamour*—edição 41/2012

Partindo da noção de discurso atravessado por uma ideologia, pela qual um conjunto de valores e ideias defendidos por determinado grupo social é reunido e propagado, nota-se em relação aos veículos em estudo que o discurso reflete o sistema de ideias pertencente à “al-ta sociedade”. As representações femininas veiculadas pelas revistas giram em torno de um ideal socialmente privilegiado: no geral, são mulheres brancas e com aparência jovial, em sua maioria – metade delas são loiras (apenas 2 das 127 matérias analisadas apresentam mulheres negras), heterossexuais cristãs que, quando não casadas ou estão casando, são mostradas como profissionais independentes e bem-sucedidas.

A visão de mundo sustentada pela classe alta é também definida por “ideologia da classe dominante” – conforme a teoria marxista –, na qual o poder econômico é preponderante na influência desse conjunto de ideias sobre o restante da sociedade. Essa formação é exter-nada por meio do discurso que, neste caso, tem como um dos pontos de apoio o formato tradi-cional de família, seguindo os preceitos da doutrina cristã. Essa percepção é confirmada tanto pelas matérias sobre casamentos, bodas ou batizados – as quais mostram cerimônias realizadas exclusivamente em igrejas católicas ou protestantes – quanto nas representações de “famílias perfeitas”, moldadas sob o padrão heteronormativo de “pai-mãe-filhos”.

A visão ideológica veiculada pelas revistas engloba também a ideia de felicidade vinculada ao poder econômico adquirido por meio do trabalho, que geralmente remete a profissões de status. Desse modo, as mulheres que aparecem como sujeito principal das matérias ocupam posições consideradas importantes na sociedade devido ao ofício exercido por elas ou pelos maridos. Em sua maioria, são médicas, dentistas, advogadas e empresárias e, quando casadas, são com homens detentores de profissões igualmente prestigiadas no meio social. A formação ideológica proferida por meio da discursividade das revistas coloca esses perfis profissionais como os mais bem-sucedidos, fato demonstrado pelo maior poder econômico que essas atividades tendem a proporcionar.

No aspecto analisado, o contexto social, cultural e histórico que reflete essa ideologia pode ser percebido no teor dos enunciados que enfocam as profissões: raramente são publica-das matérias cujo perso-

nagem central não exerça uma atividade conceituada como “nobre” - no geral, relacionada à Saúde, Direito, Construção Civil ou ao Mercado Empresarial.

A ideologia tríplice, verificada no discurso das revistas, traz igualmente em si a referência do movimento elitista realizado no ano de 1964, na época do governo João Goulart, denominado Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antecedeu o golpe militar ins-taurado naquele mesmo ano. A Marcha fundamentava suas manifestações no lema “Deus, Família e Propriedade” e protestava contra a Reforma de Base proposta pelo então presidente, que incluía ações que iam de encontro aos interesses das classes média e alta, como a distribuição de terras, por exemplo.

As manifestações contavam com o segmento conservador da sociedade, tais como religiosos, famílias tradicionais e alguns partidos políticos contra o que consideravam uma “ameaça comunista”, e foram realizadas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, e tinham como objetivo destituir João Goulart do poder. É identificada, portanto, a semelhança entre os pontos de apoio da ideologia elitista imperatrizense e os da manifestação anticomunis-ta.

O SUJEITO DISCURSIVO: AQUELE QUE FALA E AQUELES QUE FALAM

Com base na ideia de sujeito como ser social que se apropria de diferentes discursos e constituído por diversas vozes que fazem parte de sua realidade (FERNANDES, 2007), é possível detectar que as revistas, analisadas como sujeito, têm sua polifonia composta por vozes semelhantes que refletem o contexto histórico e social no qual seus emissores estão inseridos. O discurso construído e propagado por essas publicações apresenta, então, característica plural e variável.

Dessa forma, as revistas funcionam como “ponto de convergência” de um grupo de sujeitos que têm os mesmos valores e estão vinculados aos mesmos traços ideológicos. Os sujeitos retratados nas matérias são a representação desse grupo, caracterizado como “alta sociedade”, e têm suas visões de mundo externadas por meio da utilização – direta ou indireta – de suas vozes nos enunciados.

Os ideais de felicidade alcançada por meio do trabalho, da maternidade e do casamento, percebidos nas publicações, são então le-

gitimados por meio da materialização desses discursos, apresentados na forma de textos e fotos. A matéria seguinte, publicada na edição 45 da Revista Estrelas, demonstra esse aspecto ao construir e veicular a imagem de uma mulher bem-sucedida, ao mesmo tempo em que transparece a fala desta como sujeito discursivo, claramente notado no final do texto que afirma: “[A mulher] Ressalta que o amor por animais faz toda a diferença no seu dia a dia”.



Fazendo muito sucesso em Imperatriz, com o seu pet shop Au Au Miau, Etc e Tal, é a médica - veterinária Mayra Holanda, que vem comandando com muita criatividade o mercado da cidade por ser esta uma das mais concorridas opções de cuidados especiais aos cachorros e gatos. Tudo que se realiza por ali, além dos cuidados, é com muito mimo. A exposição de produtos é de tirar o fôlego de quem cultua a arte de tratar esses bichos com compromisso, dando-lhe sempre aquele toque de charme a estas crias. Mayra que é de Anapólis/ GO, filha do empresário e advogado Eclildo Pereira e da psicóloga Adelina Holanda. Caçula e única mulher entre dois irmãos, Igor Holanda de Souza (professor da Universidade de Chicago/ EUA) e Hugo Holanda de Souza (médico), escolheu a profissão de médica-veterinária. Ressalta que o amor por animais faz toda a diferença no seu dia a dia.

Revista Estrelas, edição n. 45

Do mesmo modo, a matéria da edição nº 38 da Revista Glamour também exemplifica a interferência de diversas vozes no interior do discurso dos veículos. Neste caso, a fala também é apresentada de modo direto, com o uso de aspas, atribuindo-a aos sujeitos ali retratados. O discurso relacionado ao poder econômico, status social e religiosidade também é expresso tan-to por meio das fotografias, que permitem visualizar a ocasião, quanto na fala do sujeito desta-cada no texto.



“ UM SONHO REALIZADO
AGRADECEMOS O BRILHO DESTA
NOITE AO NOSSO DEUS ”

Revista Glamour, edição n.38

Avaliando as revistas Estrelas e Glamour como sujeitos que centralizam as visões ideológicas e valores de inúmeros outros sujeitos nelas representados, é possível constatar similaridades nas vozes entrelaçadas em sua discursividade. Sua constituição heterogênea e polifônica permite a ligação e reprodução dos discursos pertencentes às classes sociais mais altas, seu discurso é, portanto, o discurso da “elite”.

O conteúdo geral desses veículos é referente ao estilo de vida “burguês”, elaborado sob a perspectiva dos ricos. Tal discurso é manifestado por meio de notícias sobre festas e casamentos luxuosos, viagens, conquistas profissionais e outras situações interpretadas como de sucesso e bem-estar. Nota-se, desse modo, que a valorização do poder econômico é uma das bases na qual está ancorada a multiplicidade de ideias e valores veiculada.

A FORMAÇÃO DISCURSIVA: O UNIVERSO DO FALADO

Considerando a concepção de discurso como produto da interação de enunciados situados em momentos e lugares variados e que se congregam em uma determinada formação discursiva, resgata-se o questionamento fundamental da Análise de Discurso levantado por Foucault, acerca dos fatores condicionantes do surgimento de um enunciado em detrimento de outro (GREGOLIN, 2007).

Dessa maneira, o que se pode observar é que os universos discursivos

sivos de Estrelas e Glamour estão vinculados a uma formação discursiva que engloba, basicamente, o mundo conceitual da classe alta, e pode ser representado pelo tripé: família, trabalho e sucesso/prosperidade. O conjunto de enunciados que constroem as representações femininas nas revistas difunde esses valores como pertencentes a um estilo de vida ideal.

As matérias que têm a família como universo discursivo principal, por exemplo, mostram modelos “perfeitos”, com mães amorosas e casamentos felizes. Esse aspecto pode ser percebido na matéria a seguir, veiculada na edição 45 da Revista Estrelas, que mostra a celebração das bodas de 60 anos de um casal. O enunciado destaca a família como elemento indispensável para a realização pessoal, criando a representação de felicidade por meio do relacionamento duradouro, percebida tanto no texto quando nas fotos. É reafirmada, então, a ideia de casamento e família como condicionantes para a realização feminina.

Uma festa perfeita. Cheia de emoção, romantismo e alegria – essas virtudes marcaram a comemoração das Bodas de Diamante de D. Alda e Sr. Antônio Batista (Seu Tota). Desta união, eles são pais de 5 filhos, avós de 16 netos e bisavós de 10 bisnetos. O ponto alto da comemoração foi a celebração da missa

em Ação de Graças na Igreja Santa Clara, celebrada pelo bispo de Imperatriz, dom Gilberto Pastana, com os padres Cícero Alves, Francisco Rodrigues e Raimundo Nonato. Dom Gilberto, em sua homília, emocionou a todos quando destacara a importância da família. Afirmava: “O amor não é apenas um sentimento, é também uma decisão”. Na sequência,

motivou as famílias presentes a optarem pelo amor, que supera os obstáculos. No momento do ofertório, os netos do casal, Guilherme Koff's e Alda Castro, ofereceram o terço e a imagem de Nossa Senhora que fazem parte da fé que o casal professa. Após a Santa Missa, eles e a família receberam os convidados no restaurante Cabana do Sol.

Revista Estrelas, edição n. 45

Assim como o casamento, a maternidade também é ponto de defesa do discurso de valorização da família, percebido nas revistas. As matérias que mostram mulheres com seus filhos em situações variadas reforçam a construção da imagem clássica de mãe como indivíduo acolhedor e amoroso, confirmando a ideia de maternidade como sinônimo maior de

realização feminina. Essa característica pode ser identificada na matéria publicada na edição 32 da Re-vista Glamour, na qual a espera de um filho é apresentada como momento de expectativa e alegria, ao mesmo tempo em que a ideia de casamento feliz e “família perfeita” é novamente transmitida. O enunciado é uma declaração do próprio sujeito que aparece na matéria, fator que contribui para a legitimação desse discurso:



Revista Glamour, edição n. 32

Outro discurso identificado no interior da formação discursiva das publicações analisadas é referente à valorização do trabalho. Grande parte das matérias destaca a figura feminina como profissional independente e bem-sucedida, atuante em áreas consideradas privilegiadas, destacando o trabalho e a competência de médicas, dentistas, advogadas, empresárias e outras profissionais com formação superior e que detenham status social.

No geral, são profissões que proporcionam maior poder econômico aos que as exercem, o que, segundo é percebido na discursividade das revistas, classifica-as como dignas de maior respeito e admiração, estando inseridas numa atmosfera de nobreza. Partindo dessa visão, as revistas procuram destacar, na materialidade linguística, os ofícios exercidos pelos sujeitos, que têm seus nomes imediatamente associados às suas profissões.

Isso pode ser verificado no exemplo abaixo, publicado na Revista Glamour – edição 42, no qual o recorte discursivo que busca fortalecer a ideia de profissões “nobres” é destacado de forma duplicada. O texto aborda a formatura em Direito de uma jovem, filha de um médico, e descreve a alegria da família frente à conquista. Ao mesmo tempo em que é ressaltada a área de formação da jovem, inclusive trazendo a escrita do curso em caixa alta, o enunciado também procura relevar a profissão do pai da formanda, citando-o como profissional renomado.

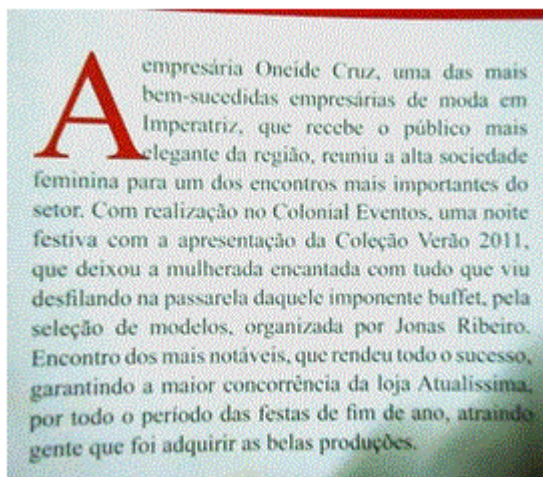


ANA LETICIA COM OS PAIS
HIDALGO LÉDA E DARLENE

O médico cardiologista Hidalgo Léda vive momentos de intensa felicidade juntamente com sua esposa Darlene e os filhos. Os ventos sopraram trazendo boas notícias para a família, e com orgulho eles receberam amigos na concorrida festa de formatura em DIREITO da filha Ana Leticia. O renomado médico estampava no rosto emoção e grande alegria por mais uma vitória conquistada. Dr. Hidalgo reside em Bacabal o qual é bem relacionado e respeitado pelo trabalho que desenvolve na quela cidade.

Revista Glamour, edição n. 42

Ainda relacionado ao universo de profissões de sucesso, nota-se que as revistas procuraram evidenciar a representação de mulher empresária também vinculada à ideia de sucesso. No material analisado, é verificado o uso do designativo “empresária” em pelo menos 12 matérias (cerca de 9% do corpus), além de vinculações a nomes de empresas (encontradas em 18 matérias, correspondendo a 14% do corpus). Esse fator é exemplificado na matéria abaixo, extraída da edição 43 da Revista Estrelas, na qual a denominação “empresária” antecede o nome do sujeito, como forma de ressaltar sua ocupação:



Revista Estrelas, edição n. 43

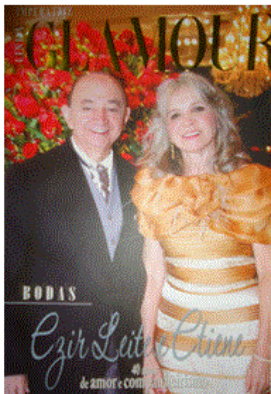
Tais universos são atravessados por outro traço discursivo, que sustenta a ideia de bem-estar e realização pessoal condicionados pelo poder econômico. Dessa forma, os discursos são envoltos com representações de prosperidade, nas quais os sujeitos participam de situações consideradas “grandiosas”, como festas, casamentos, viagens – muitas vezes internacionais –, recebimento de honrarias e outras. Os enunciados enfatizam eventos que dependam de investimento financeiro relativamente alto, como é exemplificado na matéria seguinte, publicada, inclusive como capa, em ambas as revistas – edição 45 de Estrelas e edição 38 de Glamour, na qual figura a comemoração dos 40 anos de casamento de dois empresários.



As bodas de Ezir e Etiene considerada a festa do ano

Os convidados ficaram encantados com o luxo e riqueza em detalhes, feitos com muita criatividade, preparada pelos filhos de Ezir e Etiene com muito amor e carinho. A organização reservou inúmeras surpresas. Etiene é daquelas que costuma elaborar festas realizando tudo a partir do zero, compondo obras fantásticas pelo prazer em ver tudo impossível. Foi um mimo do melhor de Imperatriz e de outros lugares do mundo. É uma eterna realizadora de sonhos, faz tudo com esmero e real bom gosto. A festa das bodas do casal aconteceu em maio. O público viveu momentos maravilhosos com uma programação belíssima, desde a cerimônia religiosa, comandada pelo Pe. Raimundo Nonato; as missas executadas pelo coral Proclama! e pela orquestra Melody; e um jantar especial pelo Buffet Du Vigas. As mesas de doces, um espetáculo em variedade! Foi tudo um luxo! É bom dizer que a família Leite é evangélica e tem uma vida dedicada a amar Deus e pessoas.

Revista *Estrelas* – edição 45/2011 (matéria de capa+ 17 páginas)



Para comemorar 40 anos de casamento, escolheu-se como símbolo o Rubi, Pedra Rara e Preciosa a qual representa a autenticidade da união entre o casal, significando que o amor que os une é verdadeiro e eterno e que ambos terão felicidade plena. O empresário Ezir Leite e sua linda esposa Etieno, celebraram sua história de amor iniciada há 40 anos com uma emocionante festa no espaço do New Palace. Nesta noite elegante e especial, eles renovaram os votos do casamento com louvor, honras e glória. O casal emocionou os convidados com o verdadeiro amor que marcou essas quatro décadas. E foi assim, espalhando emoção e felicidades, que os dois se lararam mais uma vez o lindo compromisso, sob as olhas carinhas dos filhos, noras, genros, parentes e amigos.

Revista Glamour - edição 38/2011 (matéria de capa +9 páginas)

Percebe-se, portanto, a estruturação de uma formação discursiva permeada por discursos inerentes à “alta sociedade”. A visão de mundo sustentada por esse segmento da sociedade é claramente propagada nas revistas, que funcionam como ponto de convergência das ideias e valores defendidos pelo referido grupo, especialmente em relação à mulher. Assim, o aparecimento de mulheres bem vestidas, bem-sucedidas, envolvidas com a família e felizes nas matérias reflete a representação feminina que a chamada “classe dominante” deseja difundir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Análise de Discurso francesa, voltado para a identificação da representação da mulher nas revistas Estrelas e Glamour, possibilitou a constatação de marcações discursivas e identitárias semelhantes na estrutura do discurso de ambas as publicações. De modo geral, os dois veículos difundem a ideologia de um segmento social específico, caracterizado como “alta sociedade”, que contempla valores relacionados ao poder econômico e prestígio social.

As identidades femininas verificadas nessas publicações têm, portanto, constituição alicerçada no ideal de vida pregado pelo discurso da “elite”. Desse modo, as mulheres retratadas nas matérias são inscritas sob identidades relacionadas à família (geralmente como mãe e/ou esposa) e ao trabalho (como profissionais bem-sucedidas e independentes).

A interdiscursividade das revistas Estrelas e Glamour é composta pelo entrelaçamento de vozes que procuram positivar determinados

modelos femininos, dentre os quais se destaca o padrão tradicional de mulher, que conquista sua felicidade por meio do casamento e da maternidade, e o modelo moderno de mulher que alcança o sucesso por meio do trabalho. Assim, discursos aparentemente opostos são conciliados em uma mesma formação discursiva, organizados segundo o efeito de sentido que o sujeito deseja produzir. A heterogeneidade do discurso das revistas também é marcada por meio da linguagem utilizada e da composição visual das publicações.

Ao analisar a formação ideológica do discurso veiculado pelas revistas, foi possível perceber a presença de valores defendidos pela “classe dominante”: o modelo nuclear de família, com base nos princípios cristãos, e a exaltação de profissões consideradas “nobres”, concepções enovadas pela ideia de prosperidade como sinônimo de felicidade.

Tais discursos são legitimados por meio da fala dos sujeitos, figurada tanto pelas personagens inscritas nas matérias quanto pela revista como um todo. As publicações reúnem em sua formação discursiva as vozes que reiteram o estilo de vida da “alta sociedade”, propagando um ideal de mulher bem-sucedida por meio de seu depoimento na matéria ou simples veiculação de sua imagem ao texto.

É perceptível ainda a existência de um universo discursivo que abrange representações femininas fundamentadas nos conceitos de família, trabalho e sucesso, apresentando-os como elementos indispensáveis para o alcance da realização pessoal. Frente a isso, representações vinculadas ao casamento e à maternidade, por exemplo, imprimem ao discurso um sentido de plenitude. Igualmente, enunciados sobre mulheres que exercem profissões socialmente prestigiadas ou protagonistas de festas suntuosas também denotam o sentido de felicidade condicionada pelo poder material.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Brás. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENETTI, Marcia, LAGO, Cláudia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2008. p 107-121.

BITTERLBRUN, Gabielle Vívian. **O Jornalismo e Cláudia: tecnologias de normatização e cuidados de si da mulher**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

BITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BITONI, Dulcília. **Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Editora Summus, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da análise de Discurso no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FUJISAWA, Marie Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso, história e identidades na mídia**. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2007.

_____. **Análise do discurso na mídia: a (re) produção de identidades**. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2007.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. **Uma reflexão sobre alguns conceitos da Análise de Discurso de linha francesa**. Araraquara, 22 p., 2003, Araraquara.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Silva e Guacira Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LIRA, Luciane Cristina Eneas. **Como se constrói uma mulher: uma análise de discurso nas revistas brasileiras para adolescentes**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

São Paulo parou ontem para defender o regime. Folha de São Paulo, Disponível em: < http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm/>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2001.

Apontamentos sobre as primeiras revistas de Imperatriz-MA

Irisvânia Pinheiro da Silva¹

Lorrane Maria Clemente de Araújo Alvarenga²

Margaret Valente Pereira³

Thays Assunção Reis⁴

¹Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz.

²Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz.

³Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz.

⁴Jornalista, formada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz e graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

RESUMO

Este trabalho apresenta aspectos sobre o surgimento das primeiras revistas de Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão, na década de 1970. Para atingir esse objetivo realizou-se uma abordagem qualitativa com o emprego das técnicas de análise documental e pesquisa bibliográfica. Por meio da análise documental consultaram-se os três primeiros exemplares das publicações “Momento” (1977), “Motivação” (1978) e “Juçara Clube” (1979). A pesquisa bibliográfica contribuiu para compreender as circunstâncias que colaboraram para o advento das revistas no jornalismo imperatrizense. A partir do estudo realizado observou-se que as primeiras revistas nascem atreladas ao fazer jornalístico dos impressos diários da cidade. No entanto, ao longo das suas existências, as publicações buscam formas de diferenciar-se dos jornais.

Palavras-chave: Revistas. Jornalismo. Imperatriz-MA.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento da imprensa no Maranhão ocorreu em 1821 com a publicação do jornal *O Conciliador do Maranhão*, impresso produzido em São Luís, localizada no norte do Estado. Após o aparecimento do primeiro jornal, conforme Pinheiro (2007), a instalação da imprensa no Maranhão percorreu em seguida o Leste, a região Central, chegando ao Sul e por fim ao Oeste, região que somente obteve crescimento econômico expressivo em meados do século XX.

Em Imperatriz, cidade localizada no sudoeste do Maranhão, próxima aos estados do Pará e Tocantins, o marco do nascimento da imprensa é o jornal *O Alicate*, fundado em 1932 por Antônio José Marinho, natural de Grajaú (MA). Mas é no decorrer dos anos de 1970 que há um incremento da atividade jornalística na cidade, com o aparecimento das primeiras emissoras de rádio, TV, novos jornais e primeiras revistas.

É oportuno destacar que História do Jornalismo na cidade ainda é um campo em construção, que apresenta muitos desafios a serem enfrentados para se consolidar como uma área de pesquisa. Uma das contribuições mais recentes sobre este tema foi a monografia “Imprensa em Imperatriz - MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 -2010)” elaborada em 2011 pela jornalista e professora Thays Assunção. São necessárias novas interpretações para explicar os movimentos de outros meios impressos - no caso as revistas, e suas convergências com a história.

Assim, no intuito de contribuir com as pesquisas neste campo, o presente trabalho aponta alguns indícios em torno da emergência das revistas “Momento” (1977), “Motivação” (1978) e “Juçara Clube” (1979) no município de Imperatriz. Associado a este aspecto foi traçado um breve perfil das publicações, com base na análise de três exemplares, para identificação das permanências e alterações nos títulos localizados.

Convém ainda mencionar que as revistas foram encontradas em um acervo particular da cidade, já que Imperatriz não possui espaços de preservação da memória, como museus, espaços memoriais, ou centros culturais.

PERCURSO DAS REVISTAS NO JORNALISMO BRASILEIRO

A emergência das revistas no território brasileiro associa-se à instalação da imprensa no país no início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa. A primeira revista a ser impressa no Brasil é lançada em 1812, em Salvador, intitulada de *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, possuía aspecto de livro (SCALZO, 2011), característica comum às

primeiras revistas lançadas no mundo.

Um ano após o surgimento de *As Variedades* é publicada, no Rio de Janeiro, a revista *O Patriota* (1813). De acordo com Scalzo (2011), a publicação contava com a colaboração de intelectuais da elite brasileira e divulgava temas específicos da nação. Ao longo da história do Brasil surgiram outras publicações, como a *Anais Fluminenses de Ciências, Arte e Literatura*, lançada em 1822 no Rio de Janeiro. Esta revista trazia expressivas mudanças editoriais que abrangiam vários campos do conhecimento.

No entanto, as revistas ganharam força apenas durante o século XIX, com o surgimento de um perfil requintado do visual das revistas que emergiam no cenário brasileiro. Além disso, o crescimento da população alfabetizada encontrou nesse tipo de publicação um intermediário entre o livro, tido como erudito, e o jornal, impresso constituído por notícias mais rápidas e atuais. “Intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação” (MARTINS, 2001, p.40).

Entretanto, é importante ressaltar que nesse princípio da história, não só da revista, mas também de toda a imprensa nacional, muitas publicações tiveram seu fim em suas primeiras e segundas edições. A falta de recursos e de assinantes dificultava a longevidade das publicações (SCALZO, 2011).

No decorrer do século XX, na chamada Belle Époque, várias transformações irrompem o mercado nacional das revistas. É o caso da separação das revistas de variedades das de cultura e do surgimento dos fenômenos editoriais brasileiros, como a revista *O Cruzeiro* (1928). Criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação “introduziu uma nova linguagem na imprensa nacional, colocando grandes reportagens e criando mais espaço para o fotojornalismo no corpo das publicações” (SCALZO, 2011, p.30).

Com o fim do império de Chateaubriand, *O Cruzeiro* morre na década de 1970. Outras revistas surgiram, umas continuaram e outras entraram em decadência. A segmentação técnica das revistas brasileiras se consolidou e se firmou nas décadas seguintes, com o surgimento de várias revistas especializadas, sejam de análise econômica, política, foto-novela, desing, cultura, comportamento, moda, gêneros feminino e masculino, beleza, erótica, esporte, saúde, decoração e arquitetura.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS REVISTAS

Em suas primeiras publicações, a revista se confundia com outros formatos de impressos. A princípio, com grandes extensões de texto e longe de ter o formato de hoje, lembravam mais os livros, como no caso da primeira publicação tida como revista, de 1663, *Erbauliche Monaths Unterredungen* (Edificantes Discussões Mentais). No entanto, ela é considerada como revista por ter artigos de um mesmo assunto e por ter um público específico (SCALZO, 2011). Ao mesmo tempo, as revistas se confundiam com os jornais.

Com frequência, as revistas surgiam originalmente em forma de jornal, de custo mais baixo, para, em seguida, transformar-se em revista periódica, abandonando o formato tablóide, as folhas soltas, incorporando uma capa que facilitava o manuseio e conferindo-lhe a configuração de brochura, quase um livro. (MARTINS, 2001, p.73).

Porém, ao longo dos anos, as revistas se diferenciaram dos outros meios por apresentarem uma segmentação por assunto e por um tipo de público que forma a essência do veículo. Desse modo, a revista caracteriza-se pela proximidade com seu leitor, por investir tempo em saber quem ele é, conhecer suas preferências, seus questionamentos, suas dúvidas, suas curiosidades.

A revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificáveis, sensação de pertencer a um determinado grupo. (SCALZO, 2011, p. 12).

Fora isso, ainda de acordo com a mesma autora, a revista tem como função unir e fundir “entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos”, como pode ser percebido quando as revistas femininas começaram a abordar temas como sexo, machismo, saúde, beleza, direitos da mulher e tantos outros, ajudando assim a discutir as mudanças que já estavam acontecendo no universo feminino a partir dos anos de 1960.

Outras características que distinguem as revistas dos outros meios

é sua periodicidade e seu formato. As revistas frequentemente são publicadas em um espaço de tempo que pode variar do semanal ao mensal, o que possibilita uma análise com mais interpretações sobre os fatos. Quanto ao tamanho destas publicações, este pode variar, em média, de 13,5x19,5cm até 25x30cm, sendo que o formato mais comum é o de 20,2x26,6cm.

A DÉCADA DE 1970 COMO GÊNESE: AS PRIMEIRAS REVISTAS DE IMPERATRIZ

A partir da construção da rodovia Belém-Brasília no ano de 1958, Imperatriz iniciou um período de intensas transformações, alavancadas no decorrer dos anos de 1970 e 1980. Neste período houve um processo de ocupação desordenada e a chegada de imigrantes dos mais diversos estados, tais como Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Em 1970, a população local, que era na década anterior de 39.169, passa a ser de 80.827 habitantes. Dez anos depois, este número chegou a 220.469 moradores. Assim a sociedade local passa por um processo de mudanças estruturais em suas bases econômica, social e cultural (FRANKLIN, 2005).

Nesse respectivo período, o comércio imperatrizense se avolumava, e a exploração de madeiras era uma das possibilidades de enriquecimento que mais avançava. “A corrida às florestas se dá de forma elevada e desesperada, como o foram nos tempos dos garimpos de ouro e diamante. O desmatamento, maior ainda.” (FRANKLIN, 2008, p.141).

Imperatriz ainda vivia o impacto do garimpo de Serra Pelada. A cidade era uma das principais portas de entrada para o garimpo e o abastecimento com alimentos, remédios, máquinas e homens. Segundo Edelvira Barros (1996), a economia imperatrizense, que era quase sempre dependente das riquezas do sul do Pará, viu-se fortalecida pela descoberta de ouro na Serra Pelada. Paralelamente, o município recebia a instalação de vários empreendimentos governamentais e de economia mista. “A Embratel e a Cemar instalavam-se. A rodovia Belém-Brasília era asfaltada. Trabalhadores eram contratados para a construção da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí” (BARROS, 1996, p.224).

Nesse contexto de mudanças econômicas, sociais e culturais, a imprensa de Imperatriz ganha um novo impulso com o surgimento de suas primeiras emissoras de rádio, TV, novos perfis de jornais e as primeiras revistas. É publicada no dia 15 de outubro de 1977, a revista Momento, pro-

duzida inicialmente por Aureliano Neto, Juvivê Macedo, Osvaldo Alencar e Hiroshi Bogéa. A publicação nasce da insatisfação com o cenário político do país, no caso a ditadura militar.

Momento não é uma oficina de agitação e de ameaça, de subversão e de guerra. É um instrumento de estudo de resistência, de transigência política e intransigência legal. Poderemos acrescentar que o anonimato do insulto, da calúnia, da insinuação irresponsável não terão lugar nestas páginas. (MOMENTO, 1977, p.1)

Ainda, a revista Momento demonstra em suas páginas uma postura de veículo alternativo por publicar informações não veiculadas por outras mídias da cidade. É o caso da matéria principal, da edição de 15 de outubro de 1977, que denunciava um esquema de apropriação e venda indevida de terras pertencentes ao governo Federal na região de Pindaré, através de documentos falsificados. Nas edições seguintes, a revista continuou a tematizar insatisfações e anseios da sociedade, buscando sempre apresentar um caráter crítico-emancipador.



Figura 01 – Três primeiras edições da revista Momento

Quanto às características físicas, Momento era uma publicação que circulava quinzenalmente por Imperatriz custando dez cruzeiros. Era composta por 22 páginas e cinco editorias: política, entrevistas, editorial, cultura e esporte, sendo a de política a de maior destaque nas publicações analisadas. Nas edições verificadas observou-se que a revista não possuía uma segmentação de público, sendo destinada à população geral. Além disso, a produção destacava-se por suas capas coloridas, a presença de

desenhos, fotografias, e de publicidade. No entanto, no que se refere ao estilo dos textos, Momento continuou próxima de um jornal.

É importante destacar que, no decorrer da pesquisa, foram localizadas quatro edições da revista Momento; no entanto, para este artigo foram analisadas somente as três primeiras edições.

O segundo título a emergir no campo jornalístico imperatrizense como revista foi a Motivação, publicada em agosto de 1978 e ainda em circulação no município. Esta publicação pertencia à Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII) e foi uma iniciativa do presidente e o vice-presidente da entidade da época, Ildon Marques e João Batista Mariano, respectivamente. Composta por 21 páginas e com tiragem de dois mil exemplares, a revista teve como primeiros colaboradores os jornalistas Hiroshy Bógea, Sebastião Negreiros e Osvaldo de Alencar.

A partir da pesquisa foram encontradas revistas Motivação de agosto de 1978 a março de 2009, sendo analisadas apenas as três primeiras edições. O veículo era destinado apenas aos sócios da associação e possuía uma distribuição gratuita. A revista era caracterizada, ainda, pela segmentação do conteúdo, visto que tratava prioritariamente de assuntos econômicos e de cunho empresarial do município e região.



Figura 02 – Três primeiras edições da revista Motivação

A revista não possuía editorias específicas, mas é possível identificar em suas páginas alguns espaços delimitados, como o local das charges, piadas e a coluna “Você sabia?”. Além disso, sempre constava na publica-

ção cartas destinadas à ACII e as respostas dos diretores da entidade. Nas segundas e terceiras edições, *Motivação* passou por algumas alterações, dentre elas: o aumento de conteúdo, o fim da sessão de entretenimento, o aumento no número de fotografias e a mudança na estética da capa, tornando-a mais colorida.

É oportuno ainda mencionar que a revista *Motivação* surge para preencher lacunas de um campo que estava em pleno incremento nas décadas de 1970/80: a economia. Imperatriz neste momento já se consolidava como um polo comercial da região, e buscava desenvolver também sua indústria. Inclusive, o município teve a oportunidade de implantar um polo industrial pertencente ao Programa Grande Carajás (PGC). Porém, o autor Adalberto Franklin (2005) nos relata que a cidade não conseguiu concretizar a implantação do polo industrial por não estabelecer uma política adequada de recepção das indústrias e nem executar o projeto de instalação do projeto.

No ano de 1979 surge a terceira revista de Imperatriz, *Juçara Clube*. Produzida pela Sociedade Imperatriz de Desportos, a revista era composta por oito páginas, possuía uma circulação mensal e tinha como público os sócios do clube. Em sua primeira edição, a publicação tinha como diretor e editor Adalpe Silva e como parte do conselho editorial o vice-presidente da entidade, Licínio Cortez e o presidente Pedro Américo. Durante a pesquisa foi encontrado um total de 18 exemplares da revista *Juçara Clube*, no período entre dezembro de 1979 a 1981.



Figura 03 – Duas primeiras edições da revista *Juçara Clube*

Dentre as três primeiras revistas imperatrizenses verificadas, Juçara Clube, inicialmente, era a que mais se assemelhava a um jornal, pela quantidade de páginas, formato e estilo do texto. A característica que mais a aproximava de uma revista era a segmentação do público, nestes caso, os sócios do clube. A partir da segunda edição, Juçara Clube traz muitas mudanças em relação ao seu primeiro número. Na primeira edição eram oito páginas, capa com texto/imagem e pouco espaço para publicidade. Já na segunda edição, a publicação aumenta a quantidade de páginas para 12, muda o layout da capa, utiliza mais imagens e aumenta o número de páginas com publicidade.



Figura 04 – Quinta e sexta edição da revista Juçara Clube

Na terceira edição, registrada na década de 1980, a capa continua com a mesma diagramação e o mesmo número de páginas em relação à segunda edição. Porém este número da revista utiliza três páginas inteiras de publicidade, mais textos e menos imagens. Nas edições posteriores não há muitas alterações na estrutura física da revista, somente na sexta edição novas mudanças surgem na Juçara Clube, como a impressão colorida, o aumento no número de páginas para 20, e o surgimento de outros gêneros jornalísticos, como crônicas, entrevistas e piadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada em um acervo particular de Imperatriz verificou-se que a década de 1970 é o momento de gênese do jornalis-

mo de revista imperatrizense. Neste período, caracterizado por uma forte expansão econômica, a cidade conhece suas primeiras revistas: “Momento” (1977), “Motivação” (1978) e “Juçara Clube” (1979).

Estas publicações, em sua fase inicial, assemelhavam-se aos jornais impressos, o que pode ser explicado por este tipo de publicação estar em fase de expansão no município, apresentando entre 1970-1989, 55 títulos dos mais variados perfis. Dessa forma, o jornalismo de revista praticado pelos títulos de Imperatriz inspirava-se na prática jornalística dos impressos diários da cidade.

Por outro lado, é importante pontuar que todas as revistas analisadas passaram por mudanças ao longo de sua trajetória, seja no layout, uso de fotografias, gêneros jornalísticos, número de páginas, cor da impressão, o que indica uma busca por aspectos que as diferenciavam dos jornais impressos.

Convém, enfim considerar, que mesmo com a emergência e a atual presença de algumas revistas no cenário jornalístico de Imperatriz, o jornalismo de revista não se consolidou enquanto prática no município, já que os títulos da localidade dispõem de um teor mais de columnismo social, do que de jornalismo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Thays Silva. **Imprensa em Imperatriz - MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 -2010)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, 2011.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

_____. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **Breve História de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética Editora, 2005.

JUÇARA CLUBE, Imperatriz, ano 01, nº 01, Dez. de 1979.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 02, Dez de 1979.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 02, Jan. de 1980.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de

São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MOMENTO, Imperatriz, ano 01, nº 01, 15 de out. de 1977.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 02, 06 a 10 de nov. de 1977.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 03, 05 a 12 de dez. de 1977.

MOTIVAÇÃO, Imperatriz, ano 01, nº 01, Agost. de 1978.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 02, Abr. de 1979.

_____. Imperatriz, ano 01, nº 03, Jun. de 1979.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernado do Campo, 2007.

SANCHES, Edmilson. **Imprensa Escrita**. In: Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.

-----_____. Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SCALZO, Marília Scalzo. **Jornalismo de revista**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

Entre a realidade e o jornalismo: a construção do homicídio no jornal O Progresso

Denise Cristina Ayres Gomes¹
Larissa Pereira Santos²

¹Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Imaginarium – Comunicação, Cultura, Imaginário e Sociedade

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Mestranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará

RESUMO

A pesquisa analisa a representação do homicídio no jornal O Progresso (MA). O estudo comparou 73 matérias com dados de crimes do Instituto Médico Legal da cidade. Utilizou-se o método análise de conteúdo para identificar a tipificação dos assassinatos, bem como pesquisa bibliográfica e documental e ainda técnica da entrevista. O estudo aborda as teorias construcionista e o newsmaking para compreender a função do jornalismo como construtor da realidade social e a rotina produtiva. Constatou-se que as fontes institucionais predominam nas notícias sobre homicídios. O periódico utiliza o sensacionalismo para atrair a atenção do leitor e imprimir cunho moralista à notícia. A pesquisa revelou ainda que os crimes de pistolagem não aparecem nas páginas policiais de O Progresso, embora sejam comuns na cidade. O jornal se limita às fontes policiais em detrimento da apuração e contextualização dos fatos.

Palavras-chave: Jornalismo; homicídio; construção.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a representação do homicídio, especificamente os crimes de pistolagem, no jornal O Progresso (MA). A partir da década de 60, a cidade de Imperatriz ficou conhecida como a “capital nacional da pistolagem” devido ao grande número de mortes por encomenda. A atividade jornalística constrói representações sobre a violência que ganham repercussões na sociedade e intervêm na própria definição de realidade.

O jornalismo não se caracteriza como simples transmissor de informações, ao gerar conhecimento, ele constrói e produz significados. Quando um tema é divulgado pelos meios de comunicação, ao mesmo tempo, constroem-se estruturas simbólicas que passam a circular na sociedade. Orlandi (1988 apud Berger, 2003, p. 20) explica que “a linguagem é trabalho (simbólico) e tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” O produto jornalístico, a notícia, se configura dentro de uma organização que é atravessada por todas essas variáveis.

O jornalismo constrói a realidade social porque se constitui em “uma parte seletiva dessa realidade” (TRAQUINA, 2008) que é recoberta de sentidos e volta ao social. “O jornalismo se atribui a tarefa de saber o que dizer ao mundo, tarefa cumprida através de métodos, técnicas que visam a uniformizar as práticas da profissão, permitindo que o jornalista, se desejar, tenha apenas de preencher lacunas”. (BARROS, 2007, p. 113).

A violência é um fenômeno social e, ao se tornar notícia, a informação acerca do assunto é enquadrada e passa por um processo produtivo. A violência se transforma em discurso, é perspectivada. Certos aspectos do crime, o homicídio e a morte e os demais temas ligados ao fenômeno, são registrados, hierarquizados de forma a se tornar relevante e atrair a atenção do público. As representações sobre a violência são incorporadas ao cotidiano das pessoas e se juntam a outras representações.

Segundo Fausto Neto (1991), quando o jornalista narra os fatos, não se trata apenas de uma descrição mecânica. A linguagem, o texto e a mensagem são resultado de uma série de encontros com outros textos, mensagens e linguagens. O discurso jornalístico compõe um processo amplo movido por diferentes contribuições.

“Construções e operações são, portanto, etapas deste complexo trabalho que o sujeito faz movido por e no interior do campo da linguagem, no sentido de estruturar mensagens ou discursos sociais, enquan-

to configurações específicas que as palavras vão tomando” (FAUSTO NETO, 1991, p.31). A produção da notícia não se reduz a uma questão meramente visível, é um assunto complexo que estabelece relações e permite a criação de símbolos e interpretações.

A realidade instiga o jornalismo a se revelar como produtor de sentidos por meio da linguagem. Pode-se falar da violência como uma das formas pelas quais a atividade enuncia significados e representações. Ao descrever um fenômeno que está na raiz das relações sociais, o discurso jornalístico se detém aos fatores do tempo, lugar e sujeitos que compõem esse espaço. Considera-se que a violência ocupa diversas dimensões, a abordagem dessas práticas a partir de valores e sentidos é acentuada pelo jornalismo.

A compreensão do conhecimento que é produzido na prática jornalística acontece porque o próprio jornalista, na função de sujeito, não é um estranho diante do fato que noticia, ele faz parte do mesmo ambiente e sofre a interferência do meio. Também o público, quando lê a informação, não está imune à influência de situações do cotidiano que afetam a recepção da notícia. Assim, tanto quem recebe quanto quem informa um acontecimento, não se limita a um processo meramente transmissivo, mas (re)cria a informação conforme as suas experiências cotidianas.

A PESQUISA

Desde as décadas de 70 e 80, a cidade de Imperatriz, cidade situada no sudoeste do estado do Maranhão e fronteira com o estado do Tocantins, ficou marcada por uma forte cultura da violência em função dos altos índices de crimes por pistolagem que aconteciam na época. Em todo o país acontecem aproximadamente 50 mil homicídios por ano³. De acordo com o “Mapa da Violência 2011”, em 2008, Imperatriz ocupava a 44ª posição na lista dos municípios com o maior índice de homicídios, sendo a cidade maranhense que encabeça o estudo.

Esta pesquisa buscou compreender como o homicídio, mais especificamente os homicídios por pistolagem, é representado no principal jornal impresso da cidade, O Progresso. Além disso, buscou-se identificar a tipologia dos homicídios mais recorrentes no jornal, verificar quais são as fontes e como estão representadas, averiguar quais são as motivações

³ RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

dos homicídios e como são narrados.

A pesquisa fez um comparativo entre os índices de homicídios veiculados pelo jornal e as estatísticas do Instituto Médico Legal (IML) de Imperatriz. Em um primeiro momento, buscou-se referencial teórico a fim de abordar o jornalismo como operador de sentidos e produtor de representações sobre a violência. Temas como jornalismo e violência, crimes de pistolagem, homicídio e jornalismo policial foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo que se fundamentou na teoria construcionista.

Com o objetivo de comparar quantitativamente os homicídios veiculados pelo jornal O Progresso com as estatísticas do IML, foram coletados os números de homicídios dos meses de janeiro a julho de 2011 registrados pelo instituto. O mesmo recorte foi utilizado para selecionar as edições do jornal. Foram catalogadas 638 matérias correspondentes a 175 edições. O material se refere a todas as matérias da página policial veiculadas do dia primeiro de janeiro ao dia 31 de julho de 2011 e não somente as que tratam de homicídios.

Num segundo momento, através do método análise de conteúdo (AC), foram analisadas 73 matérias que noticiavam apenas casos de homicídios, a fim de fazer uma abordagem qualitativa e quantitativa dos elementos presentes no material jornalístico.

A análise de conteúdo foi utilizada como método por ter a finalidade de buscar “pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados.” (HERSCOVITZ, 2008, p.123). Além disso, a AC permite fazer uma abordagem dos elementos qualitativos e quantitativos, importante recurso para esta investigação.

A partir da abordagem construcionista, buscou-se embasamento sobre a produção de notícias com auxílio da teoria do newsmaking para entender como é a rotina de produção jornalística, especialmente a editoria de polícia. Enfatizou-se a teoria das fontes, considerando o papel destas na definição e construção dos acontecimentos.

A teoria construcionista compreende a notícia como construção social, em oposição ao ponto de vista que aborda o jornalismo como espelho da realidade, calcado nos ideais de objetividade e neutralidade.

A notícia é um artefacto linguístico porque é uma construção hu-

mana baseada na linguagem, seja ela verbal ou de outra natureza (como a linguagem das imagens). A notícia nasce da interação entre a realidade perceptível, os sentidos que permitem ao ser humano “apropriar-se” da realidade, a mente que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as linguagens que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo. (SOUSA, 1999, p.3).

A notícia é o resultado da complexidade de fenômenos que intervêm no processo produtivo. Portanto, “as notícias são um artefacto construído pela interação de várias forças que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história. (SOUSA, 1999, p. 5).

Eduardo Meditsch (1997, p.31) enfatiza que o jornalismo deve ser compreendido como uma forma de conhecimento e que, portanto, faz parte da construção de um mundo. Por meio da criação de ideologias e concepções, a atividade contribui para a formação da sociedade. “É evidente que essa forma de conhecimento recebe uma inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários, dos veículos e dos indivíduos que o produzem”.

Mauro Wolf (1987) explica que é a cultura profissional dos jornalistas, as organizações do trabalho e dos processos produtivos que dão suporte à produção das notícias. Por meio da abordagem do newsmaking, os meios de comunicação definem o que é e o que não é notícia.

A abordagem do newsmaking (produção da notícia) corresponde a um amplo campo e uma vasta literatura dos estudos do jornalismo e da produção da notícia. A preocupação central do newsmaking são as articulações, conexões e relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e dos processos produtivos. (VIZEU, 2008, p.223).

A teoria do newsmaking apresenta importantes contribuições sobre as fontes, instrumento fundamental para a produção das notícias. Gans (1979 apud Wolf 1987, p. 98) define fonte como “as pessoas que o jornalista observa ou entrevista [...] e às que fornecem apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade”.

Segundo Wolf (1987) existem diversas classificações para as fontes, elas podem ser institucionais ou oficiosas, estáveis ou provisórias, ati-

vas ou passivas e ainda podem ser caracterizadas como fontes centrais, territoriais ou de base. De acordo com o autor, os estudos sobre o news-making contribuíram fortemente para entender que as fontes não são todas iguais e nem possuem valor similar.

As fontes institucionais são consideradas mais credíveis por se tratar de representantes do poder que têm informações oficiais, portanto mais confiáveis. Elas são usadas com maior frequência por se tratar de pessoas ligadas a um poder instituído, representando autoridade, o acesso é mais fácil e são consideradas mais informadas. Portanto, a credibilidade, a autoridade, a acessibilidade e a produtividade são critérios determinantes no processo de produção da notícia.

A fonte não institucional é aquela que não pertence a nenhum grupo com representatividade social e é procurada pelo jornalista de forma isolada quando testemunha algum fato. Por isso, “enquanto temos agentes sociais que têm acesso praticamente imediato aos meios de comunicação (...) outros agentes sociais quase não conseguem entrar no circuito da informação.” (ALSINA, 2009, p. 163).

Existem ainda as fontes documentais, compostas por pesquisas, leis, relatórios e outros documentos citados nos textos jornalísticos. De acordo com Fontcuberta (2010), sejam fontes institucionais, não institucionais ou documentais, todas elas precisam oferecer conteúdo verdadeiro, com uma descrição que se aproxime ao máximo do que aconteceu.

HOMICÍDIOS EM IMPERATRIZ

Esta pesquisa constatou que a cidade de Imperatriz figura entre os municípios com maior índice de homicídios do Brasil, ocupando a 44ª posição no ranking⁴. O Instituto Médico Legal da cidade registrou 101 casos de homicídios no ano de 2010, apesar de apresentar um pequeno decréscimo em relação a 2009. Neste ano, foram registrados 103 homicídios. Somente no primeiro semestre de 2011 foram registrados 51 assassinatos.

Os índices de criminalidade em Imperatriz começaram a aumentar nas décadas de 70 e 80 quando o município experimentou um acelerado crescimento populacional. Nessa época apareceram muitos conflitos por terra e crimes de pistolagem. Com o passar dos anos, a cidade continuou

⁴ WAISELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

com o processo de urbanização e crescimento populacional.

A pesquisa identificou que os crimes de pistolagem ainda são comuns na cidade, porém estão ligados ao tráfico de drogas. A análise destacou que, apesar de os crimes serem considerados de pistolagem, por apresentar a figura do mandante e do pistoleiro, a questão agrária deixou de ser o motivo principal.

No mais importante jornal impresso da cidade, O Progresso, os crimes considerados de pistolagem não figuram nas páginas policiais, sobretudo porque são descritos de forma factual e descontextualizada. Essa motivação aparece na entrevista com o repórter responsável pela editora de polícia e nos estudos sobre violência, mas não se apresentam como motivação dos crimes relatados no jornal.

A rotina produtiva do repórter é dividida entre a editora de polícia e a de esporte. O jornalista se encarrega de produzir as notícias que são mais acessíveis. Os homicídios são veiculados na editoria de polícia somando espaço com temas como prisões, ações policiais, assaltos, acidentes de trânsito, suicídios, afogamentos, latrocínios e outras temáticas que aparecem de forma aleatória, como manifestações, projetos, reuniões de membros ligados à segurança pública e confraternizações.

Durante o processo produtivo da notícia, não há apuração e investigação do repórter, apenas o registro dos fatos a partir dos boletins de ocorrência e informações cedidas pela polícia. A maioria das motivações dos assassinatos não é identificada, evidenciando dentre outros fatores, a falta de comprometimento do jornalista com a informação.

De acordo com o “Mapa da Violência 2011”, alguns municípios do Brasil revelam importantes fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e dos índices de homicídios, bem como os que estão localizados em zona de fronteiras, nas áreas de desmatamento e municípios amazônicos. A localização geográfica de Imperatriz contribui para os altos índices de violência. A cidade está situada no sudoeste maranhense, às margens do Rio Tocantins e é cortada pela rodovia Belém-Brasília, situações que incentivam o tráfico de armas e drogas.

No período de janeiro a julho de 2011, foram identificados 87 casos de homicídios no jornal O Progresso. Do total, 53 crimes noticiados se relacionam a assassinatos ocorridos na cidade de Imperatriz (61%) e 34 homicídios ocorreram em outras cidades (39%) como João Lisboa, Senador La Roque, Governador Edison Lobão, Açailândia, São Luís, entre outras. A cobertura reitera a regionalidade do periódico cujo slo-

gan é “expressão regional”. Como os municípios vizinhos, a maioria desmembrados de Imperatriz, ainda não possuem veículo de comunicação próprio (exceto a cidade de Açailândia), O Progresso cumpre a tarefa de manter a população da região informada.

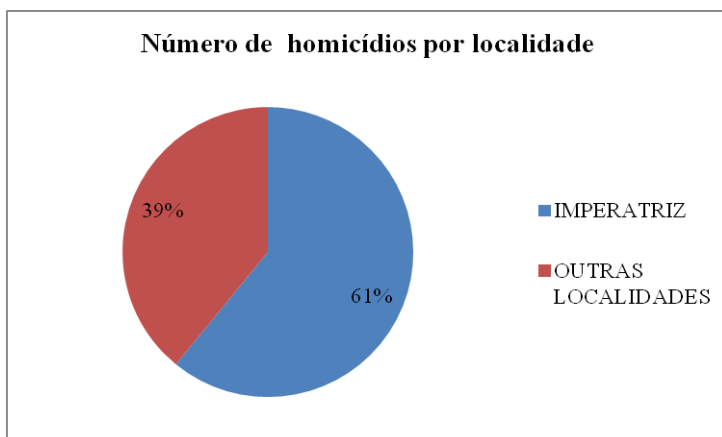


Gráfico 1: Quantidade de homicídios por local de ocorrência divulgados no Jornal O Progresso nos meses de janeiro a julho de 2011.

Fazendo análise da cobertura jornalística sobre os homicídios na página policial do jornal O Progresso, percebe-se que os números divergem da quantidade de assassinatos divulgados pelo Instituto Médico Legal de Imperatriz (gráfico 2). O órgão registrou 77 casos de homicídios na cidade, enquanto que o jornal veiculou somente 53.

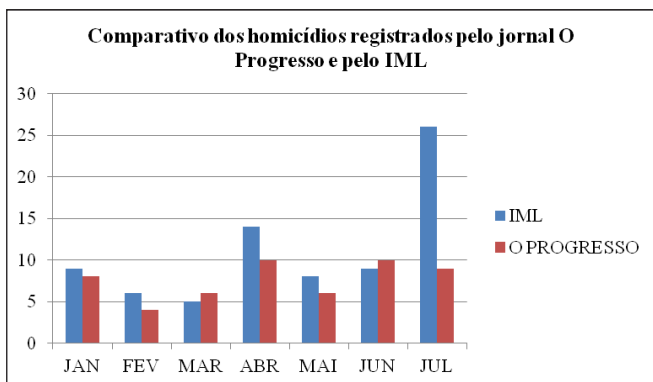


Gráfico 2: Comparativo dos homicídios registrados pelo jornal O Progresso com o IML no período de janeiro a julho de 2011.

Durante o mês de janeiro do ano de 2011, foram divulgados oito homicídios pelo jornal O Progresso (8,9%), e nove pelo instituto; em fevereiro; quatro assassinatos ocuparam a página de polícia do jornal (4,5%) e seis fizeram parte das estatísticas oficiais. Já no mês de março esses números ficaram mais aproximados, sendo que o jornal veiculou seis casos de homicídios (6,3%), número superior ao registrado pelo IML que contabilizou cinco assassinatos. Essa variação se deve ao fato de o jornal veicular casos de homicídios ocorridos no mês anterior, característica identificada em todos os meses analisados e que será detalhada mais adiante. Os assassinatos, que acontecem nos últimos dias do mês, são veiculados no mês seguinte.

No mês de abril foram registrados dez casos de homicídios pelo jornal (11,2%) e 14 registrados pelo Instituto Médico Legal. No mês de maio, o jornal veiculou seis casos de homicídios (6,2%) e o IML registrou oito. No mês seguinte foram dez assassinatos divulgados no jornal (10,8%) e nove registrados pelo instituto. No último mês analisado, julho, foi identificada maior variação. O Progresso veiculou nove homicídios (10%) enquanto que 26 casos foram registrados pelo Instituto Médico Legal.

Observou-se que no mês de julho, o número de homicídios aumentou consideravelmente se comparado aos meses anteriores. O jornal veiculou quantidade inferior de crimes se comparado aos meses de junho e abril, por exemplo, ambos com dez assassinatos divulgados. As matérias noticiadas no mês de julho não destacaram o crescimento do índice de homicídios na cidade. Os crimes foram abordados de maneira factual e descontextualizada. Enquanto as estatísticas revelam que ocorreram 26 homicídios no mês de julho, o maior índice desde janeiro, O Progresso publicou apenas nove casos de forma isolada, sem relacioná-los.

Nos meses em que a quantidade de homicídios diminuiu, nenhuma matéria justificou o decréscimo, evidenciando que o jornal se atém apenas ao registro dos fatos pontualmente e sem contextualização. De janeiro a julho, foram identificadas sequências de vários dias sem o relato de nenhum caso de homicídio.

Considerando-se todo o corpus, nenhum homicídio foi veiculado na quarta-feira (gráfico 3). A maioria dos crimes noticiados ocorreu na terça-feira, visto que o jornal não circula na segunda-feira. Em função da rotina produtiva, os crimes que ocorrem no final de semana são veiculados na terça-feira, dia de maior vendagem do jornal.

Distribuição dos homicídios veiculados no jornal *O Progresso* por dia da semana

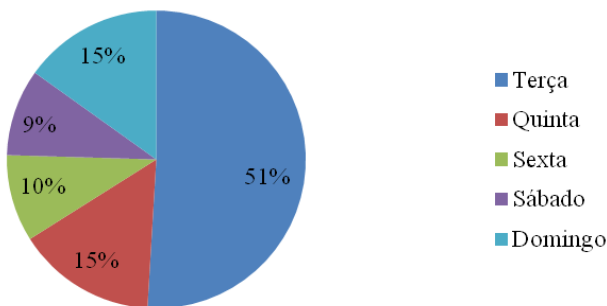


Gráfico 3: Demonstrativo dos dias que foram veiculados os casos de homicídios pelo jornal *O Progresso* no período de janeiro a julho de 2011.

Os casos de homicídios identificados no período analisado, encontram-se veiculados no mesmo dia da semana ou em datas aproximadas. No total, foram 27 casos de homicídios veiculados na terça-feira (51%), na quinta-feira e no domingo foram noticiados oito casos de assassinatos em cada um (15%). A sexta-feira (10%) e o sábado (9%) noticiaram cinco casos de homicídios cada dia.

O estudo revela que os finais de semana são mais violentos na cidade. Para atender às exigências das rotinas produtivas, o jornal veicula notícias sobre os homicídios na terça-feira principalmente, já que no dia anterior, o repórter faz um apanhado das ocorrências. “Os acontecimentos estão em concorrência com os outros acontecimentos. Cada dia jornalístico é um novo dia. Há dias ricos em acontecimentos com valor-notícia e outros dias pobres em acontecimentos com valor-notícia.” (TRAQUINA, 2008, p. 90).

Os assassinatos veiculados pelo jornal *O Progresso* ocorreram principalmente no sábado e no domingo, com 13 e 11 ocorrências respectivamente (gráfico 4), destacando que a terça-feira publica o maior número de homicídios. Percebe-se que o fato de o jornal não veicular homicídios na quarta-feira, não implica dizer que neste dia não ocorrem assassinatos na cidade. Isso acontece porque a segunda e a terça-feira são dias nos quais o número de homicídios é menor, além disso, a maioria

deles é veiculada um ou dois dias após terem ocorrido. A análise evidencia que em todos os dias da semana acontecem casos de homicídios em Imperatriz.

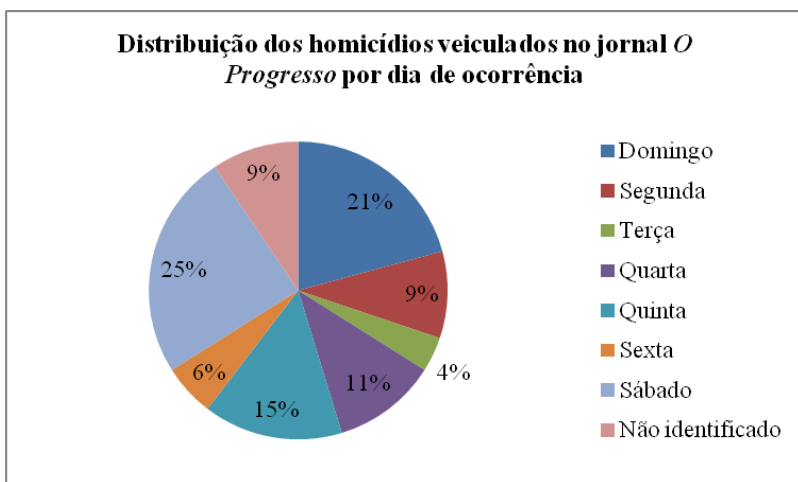


Gráfico 4: Demonstrativo dos dias que ocorreram os casos de homicídios veiculados pelo jornal *O Progresso* no período de Janeiro a Julho de 2011.

A pesquisa destaca que os homicídios em Imperatriz veiculados no jornal *O Progresso* ocorreram em 34 bairros diferentes, principalmente nas localidades de Nova Imperatriz e Vila Cafeteira, ambos com quatro homicídios. Estes são dois bairros de grande extensão territorial, localizados em pontos distintos da cidade. O primeiro na região norte de Imperatriz, próximo ao centro. O bairro Vila Cafeteira situa-se na região leste, compreendendo uma área mais periférica. Nas demais localidades, a quantidade varia entre um e três casos veiculados. No centro da cidade foram noticiados dois casos de assassinatos.

Segundo o jornal *O Progresso*, a maioria dos homicídios ocorreu entre sete horas e meia-noite. O veículo noticiou 19 casos durante esse horário, mesma quantidade de crimes cujo horário não foi identificado. Outros casos aconteceram entre uma e seis horas da manhã, revelando que os assassinatos em Imperatriz ocorrem principalmente à noite ou durante a madrugada.

A pesquisa revelou que o jornal utiliza a política da “boa vizinhança” para ter acesso às informações. Além das fontes oficiais, o jornalista

ainda recebe auxílio de pessoas ligadas a funerárias e outros veículos de comunicação.

As armas de fogo são responsáveis por 68% dos homicídios cometidos nos primeiros sete meses do ano de 2011 em Imperatriz. Os jovens estão mais envolvidos com a criminalidade e são maioria entre as vítimas e os acusados. Essa faixa etária está mais vulnerável às práticas de violência e o envolvimento no tráfico de drogas. Vítimas e acusados são representados pelo jornal de forma dicotômica, o que demonstra a função do jornalismo na busca do consenso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo é uma atividade social que permite classificar e produzir o real. A atividade é construtora de representações que são partilhadas no coletivo. A violência, o crime e a morte são temas inerentes às práticas cotidianas, mas recebem atenção e tratamento do jornalismo para se transformar em notícia.

No principal jornal impresso da cidade, O Progresso, os crimes considerados de pistolagem não figuram nas páginas policiais, sobretudo porque são descritos de forma factual e descontextualizada. A rotina produtiva do jornalista dispensa a apuração e a investigação. O repórter se limita apenas ao registro dos fatos a partir dos Boletins de Ocorrência e informações cedidas pela polícia. A maioria das motivações dos assassinatos não é identificada, evidenciando dentre outros fatores, a falta de comprometimento do jornalista com a informação.

Como o jornalismo é uma atividade socialmente construída, a quantidade de assassinatos noticiados pelo jornal O Progresso difere dos números registrados pelo IML de Imperatriz. A notícia é o resultado de escolhas e critérios realizados pelo jornalista, neste caso, muitos assassinatos não figuram na página de polícia do jornal por causa de fatores como tempo, acessibilidade, produtividade, autoridade e credibilidade. O jornal, sem comprometimento maior na busca pela apuração e contextualização dos fatos, evoca o mito da transparência jornalística, colocando-se como um “fiel” reproduzidor das informações cedidas por fontes oficiais sem imiscuir-se na problemática da violência.

O jornal evita o aprofundamento e a contextualização dos fatos, mostrando a violência como um fenômeno tópico de ordem privada. Os indivíduos anônimos passam então a figurar nas páginas policiais como

vítimas de um “algoz” que, na maioria das vezes, não fora identificado. E assim, dia após dia os crimes se sucedem sem que haja uma explicação que o transcenda, mas apenas motivações de indivíduos desviantes que consumiram drogas e pagaram um “preço” alto com a própria vida.

Aparecendo em terceiro lugar na listagem dos temas mais veiculados pelo jornal, o homicídio é abordado de forma pontual e isolada. Com linguagem sensacionalista e de cunho moralista, o jornal trata o acusado como criminoso, mesmo que não tenha sido julgado e condenado. A principal fonte utilizada é a polícia, característica que contamina o texto jornalístico com jargões policiais e termos técnicos de peritos.

A editoria de polícia é destinada principalmente ao comportamento do desviante, aquele que está fora das normas e é mostrado de forma moralista. Do mesmo modo, o cidadão que não exerce atividade produtiva é reforçado pelo jornal como o marginal que merece punição. As notícias sobre crimes são constituídas a partir do consenso, uma ordem social estabelecida. O crime é noticiável na medida em que rompe esse consenso e representa a transgressão às normas aceitas pela sociedade.

Procurando noticiar o incomum, o que foge à normalidade, a notícia é apresentada de forma fragmentada e o exagero em muitas matérias é intencional para chamar a atenção do leitor, características do *fait divers*. O texto jornalístico instiga a curiosidade do leitor, destaca a emoção e o mistério por meio da dramatização dos fatos.

Todas essas características demonstram que a prática jornalística em *O Progresso* é construída para atrair a atenção do leitor, para tanto, utiliza-se do relato descontextualizado, reforça o discurso da polícia e trata a violência de forma banalizada. O cenário brasileiro é de mudança no que se refere ao jornalismo policial, mostrando que os grandes jornais estão excluindo o relato dos fatos de forma exagerada e sensacional. No entanto, *O Progresso* caminha na contramão, limitando-se ao registro individualizado e fragmentado do contexto social. Ao leitor parece que apenas resta ler mais um relato de crime no dia seguinte. E assim, indefinidamente.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Clássicos da Comunicação Social).

BARROS, ANA TAÍS MARTINS PORTANOVA. **Sob o nome de real: imaginário no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em Derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1991.

FONTCUBERTA, Mar de. **La notícia**: pistas para percibir el mundo. 7a. reimpr. Barcelona: Paidós, 2010.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de Conteúdo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br>. Acesso em: 11 mar 2011.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **As Notícias e os seus efeitos**: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br>. Acesso em: 11 mar 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1987. Disponível em: <http://www.scribd.com>. Acesso em 02 abr 2011.

VIZEU, Alfredo. **O newsmaking e o trabalho de campo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

WAISELFSZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

Ditadura, censura, resistência e desafios do jornal O Progresso de 1970 a 1985

Marco Antônio Gehlen¹
Alanna Ferreira Guimarães²

¹Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutor em Comunicação pela PUC-RS

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

A censura política e a perseguição a jornalistas fazem parte da história vivenciada pela imprensa brasileira em todos os seus momentos, por meio dos mais diversos motivos, mas as vítimas recorrentemente são as mesmas, entre elas, jornalistas e sua liberdade de expressão. A censura e repressão aos meios de comunicação na época da ditadura militar não se limitaram apenas às grandes cidades, como foi o caso do Jornal O Progresso, sediado em Imperatriz, cidade do interior do Maranhão, uma vez que este vivenciou efeitos da ditadura militar, juntamente com os civis imperatrizenses. Nesse contexto, este artigo relata quais foram as repressões sofridas pelo jornal durante o período de sua fundação, em 1970, após a regulamentação da censura prévia do AI-5, assinado pelo então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, até 1985, final da ditadura militar, com a chegada de José Sarney à presidência da República. Durante as entrevistas e a pesquisa documental pode-se observar que houve rigorosa fiscalização ao jornal e que o medo de tortura e a pressão psicológica fizeram surgir uma autocensura na redação do jornal O Progresso e em seus funcionários.

Palavras-chave: Censura; Liberdade de expressão; Ditadura militar; Imperatriz; Maranhão.

INTRODUÇÃO

A censura política e a perseguição aos jornalistas fizeram parte da história da imprensa brasileira. Os motivos são os mais variados, porém as vítimas se repetem: os jornalistas com sua liberdade de expressão cerceada. Diante desse quadro, é possível dizer que a imprensa brasileira já nasceu censurada, uma vez que o *Correio Braziliense*, o primeiro jornal brasileiro, que foi fundado em 1808, tinha sua circulação proibida no país. Outros jornais também sofreram os rigores da censura em diversos momentos históricos, desde o Brasil Colônia ao Governo de Fernando Collor, porém nenhuma delas pode ser comparada à censura imposta no regime militar.

Ainda que seu nascimento tenha ocorrido em meio ao período da implantação da ditadura militar no País, o jornal *O Progresso*, o maior impresso diário em circulação no município de Imperatriz (MA) - a segunda maior cidade do Maranhão -, exerce papel de fundamental importância na informação da população imperatrizense. No período de 1970, data de criação do jornal, registraram-se várias pesquisas, livros, artigos, relatos de acontecimentos sofridos pelos jornalistas vítimas de represálias nesta época, contexto em que o jornalismo impresso teve papel relevante para o fim da coação e censura no país, tendo em vista que grandes nomes do jornalismo brasileiro arriscaram suas vidas em busca de uma comunicação democrática.

A opção por pesquisar este tema se deu em razão do desejo de coletar informações sobre os desafios impostos pela censura na ditadura militar ao jornal *O Progresso*, circulante em Imperatriz e cidades vizinhas, com análise das ações utilizadas para driblar a vigilância ditatorial na intenção de informar a população da cidade o que ocorria no país.

A problemática levantada encontrou relevância na ausência de pesquisas sobre os meios de comunicação da cidade de Imperatriz (MA) e na meta de obtenção de informações quanto aos métodos utilizados pelo jornal para não se prejudicar diante da censura. Questionou-se previamente: Que órgão era responsável pela fiscalização das matérias publicadas no jornal? Quais os métodos utilizados pelo jornal com a finalidade de informar as ações políticas na cidade e regiões vizinhas? Quais as formas utilizadas para despistar a censura? Quais foram os principais temas e matérias censurados? Algum jornalista foi morto, perseguido ou exilado nesse período?

Assim, este artigo busca relatar parte das análises de uma pesquisa mais ampla sobre as dificuldades impostas ao jornal durante o processo de sua fundação, considerando que a data de seu surgimento coincide com um período de censura. Para tanto, foi verificada a atuação do jornal O Progresso exclusivamente no período de 1970 a 1985, correspondente a uma parte do período de ditadura militar, numa tentativa de identificar os motivos que levaram à censura e de relatar as fiscalizações realizadas nas matérias publicadas no jornal, bem como as estratégias utilizadas para veiculação de matérias políticas no período.

A pesquisa que originou este artigo foi predominantemente exploratória, visando informar os problemas enfrentados pelo jornal, descrevendo o período e levantando novas informações acerca de um tema com pouco conhecimento específico e sistematizado. Como técnica de pesquisa, foram utilizados levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas. Foram ouvidos jornalistas e editores que prestavam serviços no ambiente do jornal no período analisado e, também, uma série de relatos das testemunhas que sofreram com a ditadura militar após a implantação do AI-5. Com a finalidade de levantar indícios sobre o que foi publicado e censurado, foram investigadas matérias veiculadas no período de 1970 a 1985. No total, foram realizadas sete entrevistas estruturadas com ex-funcionários do jornal, que trabalharam em períodos diferentes da época selecionada para o estudo, sendo eles: Edmilson Sanches, Hiroshi Bogéa, Aldeman Costa, Agostinho Noletto, Adalberto Franklin, José Matos Viera e o ex-militar Daladier Barros.

DITADURA MILITAR

De acordo com Fico (2008), a ditadura militar no Brasil foi o período correspondido entre 1964 e 1985, quando os militares governaram o país, enfatizando preceitos como censura, falta de direitos constitucionais, repressão, tortura e morte. Esse período foi caracterizado por altos níveis de institucionalização com uma separação nítida entre o governo e a instituição militar, apoiado por setores da elite política e econômica nacional, e ainda uma divisão militar interna que a antecedia.

Sob a presidência de Jânio Quadros, segundo Fico (2004), as atividades conspiratórias para o Golpe Militar aumentaram, tendo em vista que os militares vinham participando de campanhas prolongadas na tentativa de desestabilizar o governo, sobretudo por meio da propaganda

política comandada por institutos como INPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que propagavam uma ação incompetente do governo em razão de sua ação esquerdista.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e da implantação do Parlamentarismo no Brasil, os militares permitem que o vice-presidente João Goulart assumira o governo. Este abriu organizações sociais, apoiou a sindicalização de sargentos, deu mais espaço aos estudantes, motivos que geraram medo na classe média, banqueiros e conservadores, com o receio de que o país viesse a ser comunista, porém, na verdade, a intenção do presidente era manter o apoio da esquerda, abraçando a luta pelas reformas de base, sem perder o apoio da direita conservadora.

Em busca do apoio das pessoas e relativizando a importância ao Congresso, o então presidente João Goulart realizou um comício em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, em praça pública, para assinar decretos de apropriação das refinarias de petróleo privadas e autorizando a invasão de terras a vinte quilômetros à beira de açudes, rodovias, rios e ferrovias. Fico (2004, p. 17) afirma: “O presidente dava sinais dúbios de suas verdadeiras intenções, havendo forte suspeita de que ele estaria urdindo um golpe que lhe permitisse um segundo mandato, proibido pela Constituição”.

Goulart aceitou o conselho e marcou uma série de comícios através do país. Realizou o primeiro no Rio, no dia 13 de março, uma sexta-feira. Milhares de espectadores agitando flâmulas (muitos trazidos de ônibus e expensas do governo) aplaudiram o presidente quando ele anunciou o decreto de nacionalização das terras a seis milhas das rodovias federais, das ferrovias ou das fronteiras nacionais. Entusiasmado, o presidente prometeu mais comícios e decretos (SKIDMORE, 1988, p. 41).

Diante disso, não havia mais dúvidas de que sua nova estratégia política provocaria uma mobilização na oposição. Além disso, ele resolvera apoiar uma medida que provocaria furor na oficialidade das forças armadas: a sindicalização de soldados e praças graduados. Isso fez com que os oficiais vissem uma forte ameaça à disciplina militar.

Conforme Colares (2003), na madrugada de 31 de março, tropas militares saem de Juiz de Fora (MG) para o Rio de Janeiro, sob o coman-

do do general Olympio Mourão Filho com a finalidade de acabar com o governo constitucional de João Goulart. Fato que obriga Jango a sair do país e se refugiar no Uruguai para evitar uma guerra civil. Em seguida, o presidente do Senado declara vagas a presidência e a vice-presidência, colocando no poder Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados. Foi o início do Golpe Militar e da implantação da ditadura que perdurou até 1985.

CENSURA

Historicamente, a palavra censura surge dos primórdios da escrita, fruto do poder, e que pode ser encontrada até os dias atuais apesar de ter sido explicitada no período ditatorial brasileiro. Segundo Marconi (1980), a censura surgiu em 1634, por intermédio do Monarca Felipe III, Rei de Portugal, tendo o mesmo decretado que:

Porquanto nos livros que vêm de fora e se metem neste Reino, vêm algumas vezes coisas malsoantes e contra a autoridade e respeito que se lhe deve, se assentou em mesa que se lhe não desse licença para tirarem da alfândega livros novos sem mandarem ver (censurar), na forma que se faz com os que imprimem de novo. (MARCONI, 1980, p. 42)

Conforme Chinem (2004) a palavra censura tem derivação romana, mesmo havendo censura em períodos anteriores ao apogeu romano. De acordo com Verri (2006, p. 176), o significado da palavra censura pode ser encontrado no Dictionnaire universel, de Antonie Furetière, abade de Chalivoy (1619-1688), como: “Censura designava um julgamento, pelo qual se condenava uma ação ou obra, contendo uma correção ou repreensão feita por um superior ou pelo público”.

“A prática da censura estava na raiz do conhecimento a ser divulgado, o que levava ao estreitamento da produção de livros, à redução das bibliotecas, aos limites de acesso aos saberes” (VERRI, 2006, p. 175). Para Sodré (1999), ela nasce com a intenção de não atentar contra a moral, a religião, a pessoa do rei, a tranquilidade pública e aos bons costumes, a Corte assina o decreto de 2 de março de 1821:

(...) realmente, colocava o problema entre duas pontas: o embaraço que a prévia censura opunha à propagação da verdade e os

abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, à moral ou à pública tranquilidade. Assim, arduamente, a censura não se faria mais sobre os manuscritos, mas sobre as provas tipográficas. (SODRÉ, 1999, p. 26)

No Brasil, a censura deixa de existir, com a Revolução do Porto, seguindo-se a instalação de tipografias nas principais províncias e a criação de diversos jornais. Segundo Melo (2003), apenas no governo Vargas, ela voltaria a ocorrer. Um dos primeiros exemplos de censura no território nacional pode ser observado no livro História da Imprensa (SODRÉ, 1999, p. 20) que relata a justificativa de Hipólito da Costa (criador do Correio Brasiliense, primeiro jornal a circular no país) de ter feito o jornal fora do Brasil: “Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos.”

É notório afirmar que em todos os momentos que a censura esteve presente, eram períodos ditatoriais como o Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985). Todas as profissões, como jornalistas, professores, artistas, que lidam com a opinião de várias pessoas, sofreram alguma forma de censura.

Essa característica, aliás, não é própria do regime militar brasileiro. Numa ditadura não existe nenhuma autonomia dos aparelhos ideológicos, que não são nada mais que ramificações entre outras de um mesmo sistema, cuja finalidade é única: o monolitismo doutrinal da informação (MARCONI, 1980, p. 26)

O autor ainda acredita que a tentativa de criar um mundo totalmente fictício, que “levou os militares a estabelecer – principalmente a partir de 1968 – uma violenta censura política às informações”. É possível concluir, então, que o medo da utilização dos meios de comunicação pelos comunistas, e pelo fato dos militares não admitirem serem criticados e questionados, é que desencadeou a censura no Brasil.

Foi polêmico o estabelecimento da censura. Embora existissem parlamentares que a quisessem ampla e irrestrita, membros da própria Arena, em 1970, acusaram o constrangimento ante a medida, discursando contra sua imposição. As atividades culturais e

artísticas foram especialmente visadas (FICO, 2001, p. 168)

Os vários órgãos, criados no regime militar, serviram como inspeção das atividades que supunham serem conspiratórias. A ênfase dada à divulgação da informação nesse período pode ser analisada pelos diversos órgãos militares e civis de segurança que surgiram a partir de 1964.

Entre agosto de 71 e janeiro de 1973 foram feitas 80 proibições. “36 delas provenientes do Ministério da Justiça; 17 do Departamento de Polícia Federal; 13 do Centro de Informações do Exército; 6 do II Exército; 4 da Presidência da República; 1 dos ministérios do Exército, Saúde, da Educação e Cultura e do Trabalho e da Previdência Social” (FICO, 2001, p. 170)

Surgiram então o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Ainda sob o controle das Forças Armadas, há os serviços de informação das Polícias Militares estaduais, colocadas neste período revolucionário sob tutela do Exército, da Polícia Federal, das Secretarias de Segurança Pública, e mais os Departamentos de Ordem Política Social (DOPS). Todos com o intuito de fiscalizar e censurar.

Os elementos de cada uma dessas organizações faziam parte do DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) que tinha como principal objetivo exercer as atividades repressivas que fossem julgadas pelos órgãos de informação.

O DOI-CODI foi a evolução do OBAN (Operação Bandeirantes), criada em 1969 pelo II Exército, em São Paulo, como afirma Habert (2006, p. 27):

A finalidade era centralizar o combate às esquerdas, criada com recursos de órgãos já existentes e com contribuições financeiras de grupos empresariais nacionais e multinacionais. A OBAN transformou-se num dos mais conhecidos centros de tortura do país, e serviu de modelo aos DOI-CODIs.

“Também existia o SNI (Serviço Nacional de Inteligência) que fazia parte da esfera civil. Seus órgãos complementares são a Escola Nacional de Informações, com a óbvia finalidade de formar vários especialistas no assunto, a Agência Central, também em Brasília, assim como as Divisões de Segurança e Informações nos ministérios civis. (...) existiam ainda

as ASI, Assessoria de Segurança e Informações” (MARCONI, 1980).

Ser preso por qualquer um desses órgãos significava, invariavelmente, a tortura e, para muitos, a morte. Os assassinatos eram encobertos com versões falsas de atropelamento, ou morte em tiroteio que eram divulgadas pelos meios de comunicação. (HABERT, 2006, p. 28).

Quanto à censura no período militar brasileiro, registrou-se três formas de atuação mais conhecidas e estudadas: a censura prévia, a censura por bilhetinhos e a autocensura. Segundo Soares (1988), o Decreto lei nº 1077, assinado pelo General Médici, sob inspiração direta do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, tomou válida a censura prévia.

Marconi (1980) relata que a censura previamente estabelecida era feita antes mesmo da divulgação das matérias e sua classificação e seleção se dava através de censores que ocupavam as redações dos jornais. No caso de não haver censores, o jornal tinha a obrigação de enviar a Brasília todos os materiais para que fossem examinados, essa forma era mais utilizada contra a imprensa alternativa. “(...) O Decreto Lei autoriza a Polícia Federal fazer censura prévia a publicações que contenham exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.” Romancini (2007, p. 129) revela que: “Na prática, geralmente os censores viam todo o material que estava sendo preparado para a publicação no local em que ela era produzida e liberavam, vetavam ou liberavam com restrições os textos, imagens ou fotos examinados, a partir das instruções regulares emanadas pela Polícia Federal”.

Sendo assim, os jornalistas apenas aproveitavam o que sobrava, remodelava o texto e levavam de volta aos censores, que por sua vez, examinavam novamente a matéria. Após instalada e com legalidade, em pouco tempo as repressões previamente estabelecidas estavam em muitas redações. Ferreira (2007, p. 40) fala da crueldade da censura:

A tortura física e psicológica, em métodos de puro barbarismo, era uma constante. Não havia privacidade de domicílio nem segredo de correspondência. Escutas telefônicas eram utilizadas sem qualquer consentimento judicial. A liberdade de imprensa deixou de existir, pela censura prévia a todos os meios de comunicação.

Para os jornais sem censores, os militares criaram a censura dos “bilhetinhos”. Soares (1988) afirma que durante o tempo que foi instaurada a censura prévia, houve períodos que cada forma dominante de censura se modificava. Durante um amplo período, a censura caracterizou-se por uma séria de ordens escritas, detalhadas e frequentes, chamadas de bilhetinhos.

Romancini (2007) evidencia o recebimento dos bilhetes nas redações. “O texto com a proibição costumava ser levado às redações de jornais e outros meios de comunicação por um policial de nível inferior, que mostrava o bilhete e aguardava que ele fosse copiado. Depois, o jornalista tinha que assinar um documento que comprovava a ele a ciência da censura. O policial ia embora com o original da proibição, e assim, provas documentais da censura não ficavam nas empresas. Apesar dessa ação planejada em acabar com as provas da “censura por bilhetinhos, alguns jornais conseguiram guardar os bilhetes, alguns em papel timbrado outros apenas com as exigências”.

Marconi (1980) explica como era o clima entre os jornalistas que vivenciaram esses bilhetinhos. A pessoa podia ser presa, sequestrada, torturada e às vezes desaparecia para sempre. Os jornalistas brasileiros, sem qualquer incentivo de resistência por parte dos donos dos órgãos de imprensa, pouco podiam fazer. Sem saber ao certo o que poderia ou não ser publicado, e o que essa publicação poderia ocasionar, os jornalistas ficaram mais apreensivos e iniciou a autocensura.

Kucinski (2002, p. 526) retrata que: “Antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiossincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário das informações”.

Fico (2001) afirma que a censura foi tão sistemática que acabou sendo rotineira, e em vários casos foi absorvida pelos jornalistas como etapa normal e regular do seu trabalho diário. Sendo a imprensa escrita a mais atingida. Fico (2001) enfatiza que a autocensura esteve muito presente nas redações, como forma de designar a obediência nas redações às proibições determinadas pelo Ministério da Justiça.

Para Romancini (2007) ela foi bem mais geral, abrangendo a totalidade de grande imprensa e consistia no informar aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. A autocensura afetou a mídia pelo fato da arbitrariedade do sistema confuso e falho. Ninguém sabia o que era permitido ou não. Soares (1988) classifica em dois tipos

bem diferentes: um, institucional, através do qual jornais, revistas, estações de televisão etc. aceitaram explicitamente a responsabilidade pela divulgação do que publicavam, de acordo com as orientações atribuídas pela Censura. O outro tipo refere-se à autocensura individual, que todos os brasileiros se submeteram. Muitos não expressavam em público suas opiniões, com medo de uma demissão, violência ou prisão. No jornalismo, nos sindicatos, nas universidades e em todas as áreas, brasileiros sofreram o medo e a opressão. Os assuntos mais censurados “variavam conforme a conjuntura política, e, rotineiramente, o Ministério da Justiça divulgava orientações proibindo essa ou aquela notícia. Porém havia sempre um elenco de assuntos proibidos previamente” (FICO, 2001, p. 169).

Além dessas formas de censura abordadas no texto, Ferreira (2007) afirma que havia outra forma de censura, a recomendada que muitas vezes atrapalhava, não só o jornalista, mas também alterava a técnica utilizada para fazer matérias. “Em 1970, o ministro da Justiça proibiu que expressões como ‘fontes bem informadas’ ou ‘fontes autorizadas’ fossem utilizadas nas notícias (...), sendo que eventualmente, donos de jornais eram chamados a Brasília para ouvir admoestações”.

Apesar do aparato repressivo, surgiram jornais alternativos, que publicavam, com uma forma nova de jornalismo, uma oposição ao regime militar brasileiro. Kucinski (1991) afirma que cerca de 150 periódicos com estes traços em comum surgiram no período militar, sem que muitos tenham passado da primeira edição ou tiveram uma vida curta, porém algumas das propostas foram bem-sucedidas comercialmente e todas exprimiram protestos, denúncias que os tradicionais jornais não queria ou não podia fazer.

Segundo Soares (1988), os jornais, sendo eles alternativos ou não, sofreram grandes consequências durante a censura imposta pelo regime militar brasileiro. Em alguns casos, a censura foi total, e muitas edições foram apreendidas. A qualquer momento revistas, jornais, periódicos poderiam ser retirados de circulação permanentemente, sendo o mais comum fechar as portas por causa das condições financeiras. Outro reflexo, segundo Soares (1988), foi o abalo da relação entre jornalistas, proprietários e administradores, sendo que os jornalistas que combateram ativamente a ditadura tiveram, comprovadamente, menor estabilidade no emprego, além de consequências físicas, com tortura, prisões e desaparecimentos.

Marconi (1980) afirma que a violência física foi apenas a demonstração mais escancarada do inconformismo daqueles que se julgavam

atingidos pela imprensa. Violências mais sutis foram sendo aprimoradas, adotaram as “constantes apreensões, abertura de inquéritos policiais e militares, processos, detenções e até demissões de órgãos públicos ligados a órgãos da imprensa alternativa”. Os poucos jornais que decidiram não se curvar tão facilmente e acionaram o poder Judiciário para que fosse comprovada a inconstitucionalidade da censura, esbarraram no Ato Institucional 5 (AI-5) e não obtiveram sucesso. Filho (2004) afirma que “o país mergulhou nas trevas e acabou por abortar e podar todos os níveis: econômico, político, social, cultural, científico, acadêmico, sindical e assim por diante.”

Quanto à imprensa, Pierantin (2007) ressalta que depois do golpe de 64 ainda não haviam sido formados, no Brasil, profissionais capacitados para discutir a regulação de conteúdo de uma forma democrática, ampliando e evidenciando a atuação da censura, ainda que nada disso, é claro, torna a censura realizada menos violenta ou desculpável; mas revela o tradicionalismo e o simplismo de uma estrutura comprometida por constantes turbulências políticas e pleno descaso com a democracia.

O JORNAL O PROGRESSO: RESISTÊNCIAS E DESAFIOS COM A CENSURA

A censura imposta pelo regime militar foi além dos grandes centros e suas redações, atingindo também o interior do Maranhão na esfera política e jornalística.

Descoberta por Frei Manoel Procópio em 1852, a cidade hoje denominada como Imperatriz, já foi chamada de Vila Nova da Imperatriz, e somente no dia 22 de abril de 1924, virou cidade por meio da Lei nº 1.179. Teve sua economia bastante diversificada, mas viveu seu auge com a produção de arroz e a construção da Rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008).

A capital do estado do Maranhão, São Luís, por sua vez, vivia na véspera do golpe militar um crescimento nas mobilizações estudantis, mas o quadro político maranhense mudou profundamente com o golpe militar. A posse dos militares no governo brasileiro favoreceu, entre outros fatores, a ascensão de Sarney na política estadual, e também o surgimento de uma forte repressão sob os setores nacionalistas e esquerdistas. Dois jornais que circulavam em São Luís, O Jornal do Povo e a Tribuna do Povo, foram fechados.

Imperatriz também assistiu aos duros golpes da ditadura militar e

seu arsenal de censura, tortura, manipulação e morte. Barros (1996) assevera que no dia 31 de março de 1964, quando o exército tomou posse da presidência do Brasil, o prefeito de Imperatriz, na época, João Meneses de Santana, sentiu-se ameaçado - por ser adepto das ideias socialistas do presidente deposto João Goulart - e fugiu para a cidade de Tocantinópolis, no estado do Tocantins, temendo represálias.

Santos (2011) conta que os opositores do prefeito aproveitaram a situação para tirá-lo do cargo, sendo que a cassação deu início a um cenário de tortura e mortes em Imperatriz, assustando e traumatizando familiares e moradores. Logo após a cassação de João Meneses, o vereador presidente da Câmara Moacir Milhomem, que votou contra a cassação, levou o título de amigo do prefeito e, sem justificativa, foi preso pela Polícia Militar e levado para São Luís, ficando detido por quinze dias.

Apesar dos acontecimentos oriundos do golpe militar de 1964, Imperatriz crescia economicamente, mas foi a partir de 1970, ano de surgimento do jornal O Progresso, que a cidade ganhou relevância regional, como explica Franklin (2005, p. 92): “na década de 70, Imperatriz tornou-se o município mais populoso do Estado, depois da capital, favorecida por sua privilegiada posição geográfica equidistante das principais capitais e cidades do Norte e meio-Norte”.

O crescimento acelerado e a construção da Rodovia Belém-Brasília trouxeram vários profissionais de comunicação para a cidade, atraídos por um mercado promissor para jornalistas e radialistas. Ainda que em pleno governo militar, floresceram os veículos de comunicação na cidade apoiados num crescimento econômico e populacional. Os fundadores da Rádio Imperatriz e do jornal O Progresso não se intimidaram com os militares e criaram os veículos motivados pelas necessidades crescentes de informação da população imperatrizense; mas não foram poupados: foram vigiados e censurados.

José Matos Viera, fundador do jornal O Progresso, relata em entrevista o caso de militar disfarçado de civil:

Na época da revolução, tinha um vendedor de pastel, que ficava na porta do banco. Conversava com todo mundo. Buscava as opiniões. No entanto, quando explodiu a revolução, todos descobriram que ele era coronel. O vendedor de pastel era um fiscal do SNI, Sistema Nacional de Informação.²

Sobre os órgãos de fiscalização, Aldeman Costa, um dos primeiros funcionários do jornal afirma também que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), assim como o SNI, colocava militares disfarçados como padeiros e vendedores de picolés.³

Sanches (2003) ressalta que foi na década de 70 o maior crescimento na história da cidade. O forte crescimento populacional teria impactado fortemente nos planos dos militares brasileiros para a região. Por ser rodeada de matas, rios e com caminhos para vários estados, Imperatriz abrigou esquerdistas e revolucionários, mas o resultado foram diversas mortes, torturas e prisões. Jovens comunistas, guerrilheiros e cidadãos comuns sofreram barbáries e seus agressores deixaram uma mancha na história de Imperatriz.

Em entrevista, Agostinho Noleto cita dois casos de represália dos militares na cidade. Ele conta que havia um senhor comunista e inofensivo chamado Epaminondas, cujo sobrenome não se recorda. Ele desapareceu e, alguns dias depois, a família recebeu a certidão de óbito dele das mãos de um soldado. O outro episódio ocorreu no início dos anos 70 quando o agente pastoral Ambrósio Fabiano foi preso depois de ter sido considerado uma afronta à segurança nacional ele ter colocado um homem doente para dentro do hospital Otávio Passos, na Dorgival Pinheiro de Sousa, sendo que anteriormente a haviam impedido a entrada do paciente.⁴

O jornalista Aldeman Costa relata que não chegou a haver nenhuma manifestação contra a ditadura militar na cidade, pois o medo assombrou as pessoas. “Não existia roubo, nem ladrão, pois os militares despareciam logo com os criminosos. O Exército ‘aterrorizava’, todos tinham medo”. Foi neste contexto que, apesar do Maranhão não ser um estado muito conhecido e Imperatriz estar se desenvolvendo justamente no período militar, surgiram os jovens jornalistas, que pretendiam ter voz perante os conflitos vivenciados na cidade. Com a intenção de informar a população local dos acontecimentos políticos, econômicos e fatos de grande interesse é que nasceu o jornal O Progresso.

O jornal O Progresso foi fundado no dia 3 de maio de 1970, pelo tipógrafo José Matos Vieira, e pelo advogado e jornalista Jurivê de Macedo. A publicação - criada no auge da ditadura militar brasileira e que circula até hoje - trouxe benefícios informativos para Imperatriz e adotou

²VIEIRA, José Matos. José Matos Vieira: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

³COSTA, Aldeman. Aldeman Costa: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

⁴NOLETO, Agostinho. Agostinho Noleto: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

como nome uma referência ao desenvolvimento acelerado vivenciado pela cidade na ocasião. Durante suas décadas de existência, várias pessoas contribuíram com textos, matérias e crônicas para o jornal. Em outubro de 1975, José Matos Viera vendeu o jornal O Progresso para o ex-promotor de Justiça de Imperatriz, Sergio Antonio Nahuz Godinho, passando a ser administrado por Jurivê e pelo advogado Agostinho Noletto. Foi neste período que passou a ser diário e com doze páginas. Diante de algumas dificuldades econômicas, O Progresso é vendido novamente em 1978 e adquirido pelo empresário e advogado Sérgio Godinho, mantendo-se em posse de sua família até os dias atuais. Não diferindo dos demais veículos, o jornal O Progresso teve um início simples, passou por muitas dificuldades financeiras e até hoje circula em Imperatriz.

RESISTÊNCIAS E DESAFIOS COM A CENSURA

O jornal O Progresso vivenciou fatos e relatos do crescimento e desenvolvimento econômico, noticiou eleições e eventos sociais, influenciou e informou a população imperatrizense, mas também foi vítima do cenário nacional. Jornalistas que atuaram no jornal entre os anos de 1970, ano de sua fundação, até 1985, final da ditadura militar brasileira, sofreram repressões, chegando a serem convidados a prestar esclarecimentos na sede do exército da cidade.

O primeiro dono do jornal, no entanto, nega a recorrência da censura:

“Chegou a ter censura sim, uma única vez. Houve uma censura porque nós tínhamos um jornalista muito inteligente, o Hiroshi Bogéa. Ele era novo, rapaz, muito vaidoso. Escreveu um artigo sobre a revolução chamado O cantil e a mochila, falando nas entrelinhas sobre os militares. Um coronel então me chamou no Exército, mostrou o artigo e disse: ‘olha isso aqui é muito perigoso, vocês tenham cuidado’”. (VIERA, 2011).

Naquele período, o contexto histórico brasileiro era marcado, segundo Marconi (1980), pelo medo que assombravam os profissionais de comunicação. Inicialmente, Imperatriz não integrava o roteiro dos militares, mas a guerrilha do Araguaia fez a cidade ser invadida por pessoas ligadas ao Sistema Nacional de Informação (SNI) e de idealizadores comunistas chamados de “cubanos” pelo Sr. Viera, em entrevista. Ele afirma

que muitos médicos, dentistas e pessoas de várias profissões vieram para Imperatriz e prestavam serviços gratuitos para a comunidade, mas eram profissionais que conversavam com as pessoas sempre com palavras e ideais de revolta contra o governo, com a intenção de unir os cidadãos para a guerrilha do Araguaia.

O jornalista e escritor Adalberto Franklin, em entrevista, relembra que o fato mais marcante acontecido durante o período militar, vivenciado por ele, foram as duas operações feitas na cidade, durante a guerrilha.

Ocorreram as operações Mesopotâmia e Sucuri, que trouxeram para cidade aviões e helicópteros. A operação Sucuri surgiu quando o jornal já existia, mas não se podia dizer nada. Fleury, comandante do exército, veio do DOPS de São Paulo prender pessoas clandestinas infiltradas pela guerrilha e quem fosse oposição ao regime.⁵

Aldeman (2011) foi um dos primeiros jornalistas que trabalhou no jornal O Progresso, entrou para equipe no ano de fundação, em 1970. Colaborou com matérias sobre o descaso das autoridades pela cidade de Imperatriz, mas não tocava no assunto de política. E ainda afirma que os militares ficavam de olho nos “subversivos”. Relata ainda três prisões de políticos na cidade: “Carlinhos e Pedro Américo eram do MDB e foram presos. E o ex-prefeito João Meneses, até quebraram a clavícula dele com o revólver”.

Imperatriz em 1970 ainda era uma cidade pequena em desenvolvimento e as ideias comunistas começavam a nascer na população. Estudantes tinham medo, médicos e juízes de direito também. A classe mais baixa não tomou conhecimento real das atitudes do governo militar. Muitos escutaram e poucos falaram.

As pessoas mais estudiosas tinham conhecimento da censura, mas também eram mais temerosas, tinham medo de perder o cargo de serem banidos. Ai de quem desafiasse o poder militar, sofreriam represália violenta. As autoridades na região eram tenentes, sargentos e coronéis (NOLETO, 2011).

O silêncio no jornal O Progresso perante os assuntos da guerrilha do Araguaia é o indício mais forte da autocensura na redação do jornal. Nada podia ser dito, nem no período da sua fundação, com Jurivê e Viera

⁵FRANKLIN, Adalberto: Adalberto Franklin, entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

no controle, nem sob o comando do advogado Agostinho Noleto e nem os anos seguintes após a queda da ditadura. “Não podia falar da guerrilha do Araguaia. Não podia sair nem uma nota sobre esse assunto. Em plena campanha contra os guerrilheiros o jornal já existia. Você estava aqui dentro, vivenciando tudo isso, mas não podia ser dito. Jamais” (NOLETO, 2011).

Fica claro que o desafio maior não era informar a população da cidade sobre a ditadura militar, o maior desafio e a maior resistência encontrada pelos jornalistas que trabalharam no jornal O Progresso, foi o medo. Seja pelo fator econômico, medo de fechar o jornal, seja pelo fator físico, medo de sofrer prisões e torturas.

Não diferente de todos os jornais brasileiros, a autocensura nasce com o jornal O Progresso, vem do seus fundadores. Jurivê de Macedo, homem de oposição ao regime militar, considerado esquerdista por muitos, nunca defendeu seus ideais nas páginas do jornal. Preferiu se omitir, a informar o que acontecia. No governo mais duro e cruel do período militar nasce o jornal. Os seus primeiros funcionários sabiam das atitudes da censura no cenário nacional e trouxeram para Imperatriz novos traços culturais com rastro de medo, de quem lida com o conteúdo noticioso.

A autocensura veio da comparação do que seria importante para cidade, a quem afetaria aquela informação, se seria veiculada ou não. Uma série de questões que rondavam os jornalistas antes da apuração da informação e várias dúvidas se faziam presentes na redação do jornal. O editor Jurivê de Macedo passa a consultar sistematicamente os superiores militares, sobre a veiculação de algumas informações que poderiam ser negativas.

Apesar da autocensura atingir a dignidade dos jornalistas e a sua vontade de homem livre, ela é particular de um regime autoritário, uma característica desse tipo de regime. Kucinski (1996) a classifica como mentira verdadeira, já que é consciente por parte do jornalista. Esconde do leitor a informação omitida e faz seu público acreditar nas notícias como se fossem verdadeiras e completas. “A autocensura é mais danosa do que a censura exógena exercida pelo Estado, porque implica o envolvimento da vítima da repressão na proposta repressiva. O jornalista que se autocensura é a principal vítima dele.” Kucinski (1996, p. 68)

Assim sendo, esperava-se do jornal O Progresso uma oposição ao regime, mas aconteceu o que os militares queriam: os jornalistas foram capazes de saber por si mesmos o que deviam ou não noticiar. Por isso não

foi necessário censores na redação ou o envio de bilhetinhos com proibições.

O órgão fiscalizador que verificava o jornal O Progresso era o SNI, que tinha escritório no 50 BIS. Agostinho Noleto relata em entrevista que não podia dizer nada no que diz respeito aos militares. “Tudo que fosse do interesse da segurança nacional não podia ser divulgado. Havia pessoas infiltradas em todos os meios aqui na cidade”.

O jornalista Aldeman Costa afirma que tudo que iria perguntar tinha que ser dito antes. O medo de ser preso limitava as perguntas por parte do entrevistador e o medo de não responder certo também criava certo receio por parte do entrevistado. Eram os dois lados que sofreram as represálias da ditadura: o cidadão civil comum e o jornalista formador de opinião.

A justificativa para a aceitação da censura pela existência de um compromisso com o cidadão: a sobrevivência do jornal, fez com que Agostinho Noleto, quando dono do jornal, aceitasse as pressões feitas pelos militares do 50 BIS e não divulgasse certas informações sobre a guerrilha do Araguaia. Apesar de ser o único a evidenciar as advertências impostas. “Qualquer notícia mais atrevida, o jornal seria fechado. Por isso fazíamos uma autocensura. Não tinha liberdade de imprensa nem pessoal. [...] Era uma censura completa. Não podia conversar com ninguém sobre o regime militar”.

O jornalista Adalberto Franklin indaga que o jornal não tinha um peso político e ideológico nos primeiros quinze anos de existência, e mesmo não sendo apreendido das bancas, nem fechado, ele se sentia perseguido por dois capitães do exército. Chegando até a receber pressões por ter escrito uma crônica sobre Duque de Caxias. E afirma que a autocensura foi muito prejudicial, no sentido de informação a sociedade de Imperatriz e sua consequência só não foi maior, porque a cidade ainda era pequena nesse período.

Os jornalistas que trabalharam no jornal O Progresso também discordaram em algum aspecto sobre a autocensura imposta a eles na redação do jornal. Pode ser observado que a maior diferença vem do fundador do jornal José Matos Viera. Em entrevista ele não admite o uso de um medo preestabelecido e um receio que os militares impuseram. Na verdade, ele afirma que: “Cada um sabe o que era pra escrever, mas autocensura não tinha não”, de modo que ele confirma a existência da autocensura quando diz: “sabe o que era pra escrever”, mesmo não aceitando o termo autocensura.

Desde a abertura do jornal, em 1970, as matérias políticas do O Progresso são unânimes em citar elogios ao governo e ao desenvolvimento econômico e estrutural da cidade, sempre mantendo a imparcialidade. É possível que muitos destes elogios sejam por causa da censura, pois era proibido criticar o governo militar, falar da guerrilha do Araguaia e avisar sobre a censura, mesmo ela não sendo institucionalizada, mas era praticada.

Aldeman assegura ainda que o motivo de não ter acontecido censura total com fechamento do jornal O Progresso está ligado ao fato da cidade ser pequena e principalmente pela linha editorial: “Não adiantava escrever sobre os militares, a matéria não passava, não era publicada. O ‘paternalismo’ da imprensa nos limitou muito”.

Em todo o país a imprensa de grande circulação se omitiu diante da censura imposta pelo regime e na cidade de Imperatriz também não foi diferente. Edmilson Sanches, jornalista e ex-vereador na cidade, relata uma dificuldade, por causa do medo e principalmente da autocensura, de veicular uma matéria. “Recordo-me apenas de uma reportagem que fiz, sobre a “máfia” das carteiras de habilitação para motoristas. Entrei no “circuito”, colhi elementos e redigi a matéria. O diretor de redação, dias depois, disse que não publicaria: “Era a matéria sair e eu ser morto”.⁶

O medo da prisão, da tortura imposta pelos militares e de perder o emprego por uma reportagem que contasse a verdadeira face obscura do regime fez alguns jornalistas, das grandes e pequenas redações, ignorar a barbárie que ocorria no Brasil. A autocensura se baseou na construção da notícia política com apenas informações oficiais e de dominação ideológica, sendo o jornalista um colaborador do poder autoritário, julgando-se capaz de definir o que é bom ou o que não é para o público e principalmente para si.

“...A autocensura, por definição, não tem e nunca terá uma história à altura de sua verdadeira importância no processo de controle da informação durante a ditadura militar, pois seus principais registros são os que ficaram na memória dos que se autocensuraram” (KUCINSKI, 2002, p. 541).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados e relatos obtidos, foi possível observar que hou-

⁶ SANCHES, Edmilson. Edmilson Sanches: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

ve censura no período estudado, seja de forma escancarada ou na forma de autocensura. Os temas proibidos e as vítimas da falta de liberdade de expressão se repetiram em todos os estados e cidades do Brasil, mas a censura e repressão aos meios de comunicação na época da ditadura militar não se limitaram apenas às grandes cidades, como foi o caso do Jornal O Progresso, em Imperatriz-MA.

Também em Imperatriz, os militares não permitiram que movimentos de esquerda tivessem sucesso e conseguissem influenciar jovens, jornalistas e militantes. No período que surgiu o jornal O Progresso - com a intenção de informar a população os avanços do município e da região - os fatos políticos tinham grande relevância na cidade, mas os veículos de comunicação da cidade começaram a se deparar com o medo dos militares no poder e pouco se atreveram a divulgar. A guerrilha do Araguaia gerou uma migração de pessoas e ideais esquerdistas para o município e, conseqüentemente, uma maior repressão para os cidadãos por parte do comando militar.

Esta pesquisa observou que existiu censura à imprensa local, principalmente ao jornal O Progresso. Nas entrevistas que formaram a base da pesquisa completa pode-se concluir que houve uma rigorosa fiscalização ao jornal. O medo de tortura e a pressão psicológica fez surgir a autocensura na redação do O Progresso e em seus funcionários. A censura prévia não atingiu apenas os tradicionais meios de comunicação no país, mas também deixou rastros e o seu ranço em uma cidade do interior do Maranhão.

Caberá, a partir de agora, o desenvolvimento de estudos complementares que continuem os levantamentos, principalmente, de relatos sobre os acontecimentos históricos enfrentados pelo jornal O Progresso e demais veículos de comunicação para se manterem abertos durante o período da ditadura militar, embora um desafio imposto a qualquer pesquisador seja o limitado volume de registros oficiais da época.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: ÉTICA, 1996.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004.

_____. **Imprensa Alternativa**: Jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995.

COLARES, Anselmo Alencar e COLARES, Maria Lília I. Sousa. **Do Autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa: história e gestão educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: ANPAE, 2003.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano** – vol. 4, o tempo da ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
FICO, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes; Araújo, Maria Paula y Quadrat, Samantha Viz, (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. IN: Revista Brasileira de História, v. 24 n. 47 São Paulo: 2004.

_____. **Comos eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANKILIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: ÉTICA, 2008.

_____. **Breve História de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

FRANKLIN, Adalberto: Adalberto Franklin, entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à aluna da UFMA-Campus II, 2011.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HABERT, Nadine. **A década de 70. Apogeu e crise da ditura militar brasileira**. 4ed. São Paulo: Ática, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Do discurso da ditadura à ditadura do discurso**. Cadernos Diplô, p.46-49, 2002.

_____. **A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Páginas Abertas, 1991.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo, Global, 1980.

MELO, José Marques de Melo. **História Social da Imprensa**. 2ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2003.

_____. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

NOLETO, Agostinho. **Guerrilheiros Sem Rosto**. Imperatriz: Ética, 1995

NOLETO, Agostinho. **Agostinho Noletto**: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à aluna da UFMA-Campus II, 2011.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANCHES, Edmilson. **Edmilson Sanches**: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz**: 150 anos: 1852 – 2002. 59. ed. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, Luiz Alberto Bispo dos. **Ditadura Militar em Imperatriz**: Uma história sem registro. (monografia). UEMA – CESI. Departamento de História e Geografia, Imperatriz, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A censura durante o regime autoritário**. Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro: São Paulo, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII**. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

VIEIRA, José Matos. **José Matos Vieira**: entrevista. Imperatriz. Entrevista concedida à coautora em 2011.

VIEIRA, José Matos. **Lutas, Fracassos e Vitórias**: memórias. Imperatriz- MA: Ética, 2008.

PARTE III
TELEJORNALISMO E
WEBJORNALISMO



TV Difusora Sul: as práticas jornalísticas na década de 1990

Roseane Arcanjo Pinheiro¹

Paula de Társsia de Sousa Santos²

¹Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O presente artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual analisa as Transformações Jornalísticas da TV Difusora Sul em Imperatriz – MA, no período de 1990 a 2012, apresentado na Universidade Federal do Maranhão no ano de 2013. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, em que se utilizou o estudo de caso, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e bibliográfica. Observou-se que a implantação do telejornalismo na TV Difusora Sul representava um espaço público de debate sobre as problemáticas locais, além de angariar credibilidade para empresa.

Palavras-chave: Jornalismo; TV Difusora Sul; Imperatriz; Maranhão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Universidade Federal do Maranhão em 2013, no Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. Esse artigo visa analisar as primeiras práticas jornalísticas da TV Difusora Sul, em Imperatriz-Ma, na década de 1990, passando pela implantação da emissora até os primeiros programas jornalísticos. Para isso, utilizou-se do estudo de caso, pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semi-estruturas com profissionais que trabalharam na TV Difusora.

Compreende-se o jornalismo com uma representação simbólica da sociedade e aponta indícios das transformações ocorridas nela, além de ser um espaço público em que são partilhados conceitos construídos socialmente e onde os assuntos de relevância para os cidadãos ganham visibilidade. Portanto, viu-se a necessidade de registrar e analisar a história do telejornalismo local, por observar também que há poucos estudos que permitam compreender essa história.

A TV Difusora Sul foi o objeto analisado por ser um dos grupos midiáticos da cidade mais antigos e possuir uma produção expressiva de vários programas jornalísticos. A emissora começou sua produção local na década de 1990, porém, na década de 1980 era repetidora do sinal da extinta Rede Manchete. Na época, a concessão era de propriedade da empresária Zenira Masolli, esposa do ex-prefeito de Imperatriz Ribamar Fiquene.

Atualmente, a TV faz parte do Sistema Difusora, com sede em São Luís, composto por 67 estações de rádio e TVs, além de um site de notícia, que são de propriedade da família do atual Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O conglomerado possui emissoras e retransmissoras espalhadas por todo o estado, as quais abrangem aproximadamente 14 municípios do Tocantins. Conta ainda com duas redes independentes: a TV Difusora, com sede na capital, e a TV Difusora Sul, localizada em Imperatriz, que têm programações específicas para cada região do Estado. A primeira voltada para o norte e a segunda para o sul do Maranhão.

Em Imperatriz, a emissora possui uma grade composta por dez programas e alcança, além de municípios maranhenses, cidades do vizinho estado Tocantins. Diariamente são exibidos o Bandeira II, programa policial; Bom Dia Maranhão do Sul; Jornal da Difusora; Vitrine de Ofertas; Difusora Repórter e Jornal do Maranhão, que é produzido em São

Luís. Aos finais de semana são exibidos o Portal da Sorte, show de prêmios de produção independente; e o Difusora Rural.

A IMPLANTAÇÃO DA TV DIFUSORA SULEM IMPERATRIZ

A TV Difusora de Imperatriz foi inaugurada oficialmente em 1991, com a razão social Rádio Curimã Ltda. Antes, a emissora teve outros nomes de fantasia: Curimã e TV Alvorada. Até 1989, a Difusora era apenas uma retransmissora do sinal da extinta Rede Manchete e funcionava nos fundos da Rádio Cultura, na antiga Escola Técnica Amaral, onde atualmente é Faculdade Antenas Maranhense (Fama), na Rua Godofredo Viana, Centro de Imperatriz.

Na década de 1990, a Difusora Sul passou a ser geradora de conteúdo, com o nome de TV Alvorada, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), canal 7. A concessão pertencia à empresária Zenira Fiquene, que convidou o jornalista Marcelo Rodrigues³ para ser o diretor de jornalismo e montar o projeto arquitetônico da TV, consequentemente, a programação da emissora. O jornalista lembra que o processo para Difusora se tornar uma geradora de conteúdo local foi “demorado, mas em 1989 o Ministério da Comunicação liberou a concessão”.

Após a liberação do Ministério da Comunicação, iniciou-se a construção do atual prédio da emissora, localizado na Rua Monte Castelo, e houve investimento na estrutura tecnológica para montar o departamento de Jornalismo. “Passamos a montar uma estrutura de uma emissora mesmo com programação local. Então, se cria o departamento de jornalismo para depois se criar os outros programas. A partir de 1991, a televisão se instalou onde é hoje, com o nome TV Alvorada, e começamos a trabalhar a produção jornalística”, destaca Marcelo Rodrigues.

Entende-se que o processo jornalístico compreende representações simbólicas de uma determinada sociedade bem como os diversos espaços que as pessoas ocupam nela, assim sendo, cria com o público uma relação de confiança e aproximação. Neste sentido, percebe-se que a emissora necessitava deste elo social proporcionado pelo jornalismo para se tornar referência na cidade, pois, segundo Beatriz Becker (2007, p. 04) é “através dos telejornais locais a população conquista

³Entrevista concedida à autora por: Marcelo Rodrigues Cardoso, ex- editor da TV Difusora Sul na década de 1990, em janeiro de 2013.

conhecimentos e estabelece cumplicidade e vínculo com as emissoras na conquista dos seus direitos e da cidadania”.

Não bastava apenas a estrutura tecnológica para montar o setor de jornalismo, portanto, a emissora investiu também no quadro de funcionários e na formação dos profissionais para atuarem no veículo. A equipe inicial contava com: Luzia Sousa, Carloto Junior, Silvanete Gomes, Dilma Brandão, Mara Santos, Luís Carlos Lima, Demerval Moreno, Jânio Arley e Lucinaide Santos, diretora geral da emissora.

Assim como no início da TV no Brasil, os profissionais que começaram o jornalismo da Difusora não tinham experiência com a produção para a TV, sendo que, alguns migraram da Rádio Cultura, que também pertencia a família Fiquene; outros haviam trabalhado com o jornalista Marcelo Rodrigues na extinta TV Educativa (TVE), a qual foi uma escola de formação para vários profissionais que atuam e atuaram no jornalismo do município; e eram inexperientes na área jornalística, como a repórter Luzia Sousa⁴, que relembra o início do departamento de jornalismo da televisão.

Só tinha a parte administrativa na televisão e eles queriam montar o departamento de jornalismo. Na época, havia um anúncio de vagas para a TV Alvorada na Rádio Cultura, que já também era da família Fiquene. Eu e minha cunhada fomos deixar um currículo, para concorrer à vaga de recepcionista, mas o Marcelo Rodrigues insistiu para eu trabalhar no jornalismo. Eu não tinha noção de nada do jornalismo, só tinha noção da minha redação da escola que é muito diferente.

O ex-produtor e repórter cinematográfico da Difusora Sul, João Bosco Brito⁵, na época TV Alvorada, destacou que essa mudança da emissora de repetidora para geradora trouxe uma nova perspectiva de conteúdo e informação para a cidade. “O SBT em Imperatriz cresceu muito com suas reportagens. E deu uma diferença para o telespectador assistir em outro canal o que de bom poderia acontecer em mudança cultural e política de Imperatriz”.

A produção jornalística da emissora representava mais uma

⁴Entrevista concedida à autora por: Luzia Sousa, ex- apresentadora da TV Difusora Sul na década de 1990 e 2000, em janeiro de 2013.

⁵Vídeo da festa de transição da TV Alvorada para TV Difusora disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=_hjj2rlTCQw>. Acesso em: 28 abri. 2013.

oportunidade de ser levado ao espaço público o debate de problemáticas inerentes à sociedade local, bem com possibilidade de acompanhar a pluralidade dos fatos, um telejornalismo mais próximo das pessoas e com assuntos que afetam diretamente a realidade local.

Para Ribeiro (p.48, 2005), o jornalismo regional por estar próximo do cidadão garante um processo natural de identificação e torna-se um meio facilitador de cidadania, uma vez que, ao tratar de temas diretamente relacionados com o público, permite que a população participe do desenvolvimento local: reclamar dos direitos políticos e administrativos, fiscalizando o poder público.

AS PRIMEIRAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS DA TV DIFUSORA SUL

No ano de 1991, a produção da Difusora iniciou com três programas jornalísticos: TJ Notícias, exibido pela manhã; ao meio dia os telespectadores assistiam outra edição do TJ Notícia e no período da noite, a partir das 18h, havia o TJ Maranhão. As primeiras práticas jornalísticas eram feitas com uma estrutura limitada tanto de recurso humano quanto tecnológico.

A equipe contava com apenas um veículo e saíam dois repórteres, em cada turno, para fazer a cobertura jornalística da cidade. Os profissionais tinham que se revezar entre uma pauta e outra, além de lidar com a agilidade que a profissão exigia para que o material chegasse a TV a tempo de ir ao ar. Marcelo Rodrigues ressalta que era difícil fazer a produção jornalística com a estrutura disponível.

O material humano e técnico era pequeno. O equipamento de externa era só um. Então, a gente fazia um sacrifício. Às vezes acoplávamos dois repórteres em um mesmo carro para cumprir pautas diferentes. Você terminava a sua e eu começava a minha. Isso tudo numa forma de querer fazer a coisa acontecer. Era feito com amor, diferente do que é hoje. Naquela época se fazia com amor, realmente com dedicação.

De acordo com a ex-repórter e apresentadora da emissora, Silvanete Gomes⁶, a produção inicial era meio amadora. “Os recursos

⁶Entrevista concedida a autora por: Silvanete Gomes, ex- repórter da TV Difusora Sul na década de 1990, em novembro de 2012.

eram poucos, e para você ler a lauda o cinegrafista segurava o papel do lado da câmera. As pautas eram meio improvisadas, mas sempre tinha notícia. Algumas vezes não tinha combustível no carro. Depois a televisão foi se estruturando, comprando equipamentos”.

Além da dificuldade estrutural, o telejornalismo da Difusora tinha a concorrência de outro telejornal tradicional na cidade, o do Sistema Mirante, que começou na década de 80. “Tinha dia que a gente fazia cinco matérias, pense numa correria. Era sem estrutura, mas a gente conseguia fazer. Na época só a Mirante tinha jornal e o jornal da Difusora era novo. Era muito engraçado. A gente chegava ao local e povo perguntava de onde? TV Alvorada, SBT? E tem essa TV?”, relembra Luzia Sousa.

Observa-se que a rotina produtiva da TV Difusora foi se moldando na prática, a partir de experiências de cada profissional e também das primeiras noções da atividade jornalística transmitidas pelo diretor de jornalismo, Marcelo Rodrigues. Antes da programação da TV estrear os jornalistas passaram por um treinamento de três meses, em que treinavam dicção e leitura de textos; assistiam as matérias produzidas para verificarem os erros e acertos juntamente com o diretor.

Ele dava a pauta e a gente saía com o cinegrafista fazia a matéria como se fosse realmente para o ar. Editava direitinho. Depois a gente assistia todo mundo junto e ele apontava os erros. Olha isso não poderia ser feito. Essa passagem ficou boa, aquela outra não prestou. Ele ia ensinando. Texto a gente fazia ele corrigia, riscava tudo. A gente achando que estava bom e ele corrigia tudo e mandava a gente refazer. Ele dizia: perdeu o sentido? Não. Refaz. Cortava de novo. Perdeu o sentido? Não. Está enxugando está ficando melhor, destaca a jornalista Luzia Sousa.

Marcelo Rodrigues destaca que essa formação era para aprimorar o texto, além de adaptar os profissionais para o telejornalismo, visto que, alguns migraram do rádio, que exige uma forma diferente da produção da notícia, e outros nunca havia tido contato com a prática jornalística. “Tinha toda a questão de fazer stand-up e memorizar o texto para então fazer a passagem. Escrever e depois gravar o áudio. Eles treinavam postura, texto, leitura, apresentação. A gente fazia o que podia fazer”.

Era necessário que os profissionais se enquadrassem na rotina produtiva da profissão, pois, o jornalismo tem uma cultura própria de

organização dos fatos, em que alguns ganham visibilidade, tornando-os referência de real para a sociedade. Traquina (2008, p. 20), afirma que os jornalistas são pessoas que dominam uma técnica específica para desenvolver o trabalho, portanto, detêm um saber, que outros profissionais não dominam, ou seja, sabem o que são as notícias e como produzi-las.

Cabe a esses profissionais, do saber especializado a respeito da notícia, selecionar, recortar, organizar e dar significados aos fatos, com criticidade, que julgam mais relevantes para sociedade. Assim sendo, contextualizando-os, tornando-os acessíveis e compreensíveis. Portanto, são esses profissionais que orientam a opinião pública, trazem conhecimentos e ajudam a compreender o contexto social de uma determinada sociedade.

Entende-se que o fazer jornalístico envolve a análise e determinação do grau de importância dos acontecimentos, que serão noticiados. Portanto, “a atividade jornalística não pode ser entendida como mera aplicações de técnicas, bastando-lhe, apenas se apropriar das receitas fornecidas pelos manuais de redação ou macetes engendrados ao longo do desempenho da prática” (FAUSTO NETO, 1991, p. 25).

Nesse sentido, Viseu (1999, p. 05) afirma que o jornalismo não é uma simples reprodução da realidade, pois diariamente no exercício da sua atividade, os jornalistas contribuem para a construção social da realidade. Embora sem este conhecimento científico-acadêmico, os jornalistas que trabalhavam na Difusora buscavam zelar pelos princípios do jornalismo de ser um agente transformador da sociedade. “Não tínhamos formação acadêmica, mas sempre procuramos assuntos que fossem realmente de interesse da sociedade, e isso era nossa meta diária”, reforça Silvanete Gomes.

Como dito acima, a atividade jornalística tem particularidades para decidir o que é notícia, ou seja, os jornalistas decidem o que é relevante, da destaque a esses assuntos e os levam ao conhecimento da sociedade. Para Beltrão (2008, p. 69), a atividade jornalística reúne características que a distingue das demais. Por exemplo: a atualidade, periodicidade, interpretação dos fatos, variedade e popularidade.

Para Wolf (2005, p. 194) a rotina produtiva do jornalismo, o newsmaking, está relacionada à cultura profissional do jornalismo, ou seja, ao saber especializado da categoria, a organização do trabalho, que varia de cada veículo, e do processo de produção. Wolf elenca ainda alguns critérios que norteiam o trabalho dos jornalistas

na produção da notícia e na seleção dos acontecimentos que serão veiculados. Os critérios são:

- 1 - Os caracteres substantivos das notícias; o seu conteúdo. Nesse caso, destacam-se a importância e o interesse da notícia;
- 2 - A disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo. Ou seja, se o evento é acessível aos jornalistas, as possibilidades técnicas para cobertura do evento e a organização da empresa;
- 3 - O público. Cabe aos profissionais conhecerem o seu público;
- 4 - A concorrência que está ligada a competição de mercado por parte das empresas jornalísticas e assim estimula a procura de notícias diferenciadas para atrair o público.

De acordo com Beatriz Becker (2007, p. 03) quando um acontecimento está inserido no âmbito dos discursos jornalísticos passa a fazer parte do nosso repertório de atualidade. Deste modo, esses discursos são os principais gerenciadores de representações de realidade cotidiana, capazes de estimular novas leituras do real.

Compreende-se a narrativa jornalística como uma construção social, portanto, as notícias são resultado de forças que interferem nesse processo. Segundo Jorge Pedro Sousa (2002, p. 3), essas forças são pessoais, históricas, sociais, ideológicas culturais, e do meio físico e dos dispositivos tecnológicos que intervêm na produção da notícia e na difusão delas.

O autor destaca ainda que o produto jornalístico resulta da intenção, intervenção e capacidade cognitiva, tantos dos indivíduos que os produz, quanto daqueles que os consomem. Nesse processo de construção social da realidade, os jornalistas fazem o reconhecimento e contextualização dos fatos, de acordo com os valores simbólicos compartilhados socialmente pelos indivíduos de uma determinada sociedade.

Ainda de acordo com Jorge Pedro Sousa (2002, p. 7), as notícias influenciam a sociedade, mas elas também são influenciadas por ela, pelas as pessoas que estão inseridas nela e pela cultura dessa sociedade. “As notícias contribuem para a construção de imagens da realidade, agendam temáticas de debate público, etc. A realidade, nomeadamente a agenda pública, funciona como referente das notícias”.

Após a experiência com o telejornais, em 1992 estreou o programa carro chefe da emissora que é o *Bandeira 2*, o primeiro da ci-

dade voltado para a área policial. A ideia do Bandeira 2 foi concebida por João Victor, na época diretor geral da emissora, baseado em um programa de rádio que havia na cidade de Recife, no estado de Pernambuco. O programa trouxe um novo formato para o jornalismo local com reportagens em plano sequência ou ‘matéria corrida’, em que há poucos recursos de edição das imagens, passando a ideia do ao vivo e improvisado, característico dos primórdios da televisão brasileira em que não havia o videotaípe para gravação dos programas.

O Bandeira 2 se tornou referência na área policial e passou a pautar os outros veículos de comunicação da cidade, visto que, as demais emissoras não tinham equipes para fazer cobertura à noite. O primeiro apresentador do programa foi Jânio Arley, que criou o slogan ‘de olho em você’, que continua usado atualmente. Além dos fatos policiais, o Bandeira 2 fazia reportagens diversificadas, como por exemplo, shows artísticos e eventos sociais (SOUSA, 2012, p. 21).

Os dois primeiros anos da emissora como geradora foram desafiadores. Além das dificuldades de se adaptar a essa nova plataforma de jornalismo, a questão organizacional interferia na produção. “A gente não tinha estrutura, mas queria ter. Tentava fazer o diferencial. Fazia apuração ao vivo de eleição, cobertura de corrida de kart. Isso dava um diferencial para emissora”, ressalta Luzia Sousa.

Havia também a dificuldade de manuseio dos equipamentos. As câmaras eram grandes, pesavam aproximadamente 12 quilos e não tinham o VT inserido nelas, assim sendo, havia a necessidade do operador de VT. Era esse profissional que acionava a fita enquanto o cinegrafista gravava as imagens. As câmaras atuais usam cartão de memória substituindo as fitas.

Marcelo Rodrigues lembra ainda a “dificuldade para envio de matéria. Na época nós tínhamos que pegar o equipamento, levar para torre da Embratel, linkar, esperar o horário que eles davam para nós. Se passasse do horário a matéria não chegava. Era muita dificuldade, mas era bom porque todo mundo aprendia com amor”.

A grade inicial com os três telejornais e o Bandeira 2 ficou no ar até 1994. No ano seguinte, apenas o programa policial ficou sendo exibido na emissora, pois, segundo relatos questões econômicas influenciaram a retirada do telejornalismo da grade de programação da emissora. “A administração achava que o jornalismo não dava renda e estava tendo prejuízo. Esse é o grande problema, as pessoas que-

rem tirar dinheiro do jornalismo”, destaca Luzia Sousa.

Entretanto, em 1996 o jornalismo TV Difusora ganhou uma nova concepção. Marcelo Rodrigues já havia saído e a direção do jornalismo ficou sob a responsabilidade do jornalista Luís Carlos Lima. E Sérgio Cativo Barros, contratado pelo Edinho Lobão, ficou com a responsabilidade de ser diretor geral da emissora. A valorização do jornalismo foi a marca de Sérgio Cativo na TV, como destacou Silvanete Gomes.

Quando Sérgio chegou, ele deu uma visão nova para emissora. Ele reconhecia a importância do jornalismo. Ele era o diretor geral e começou a organizar. Antes diziam para que jornalismo? O jornalismo dá muito prejuízo. As equipes têm que está na rua. Tem que ter carro, combustíveis. Até chegar uma pessoa com essa visão que o jornalismo é importante para emissora demorou um pouco.

Sérgio Cativo Barros inovou na programação da TV Difusora. Enquanto diretor geral da emissora implantou junto ao departamento de jornalismo o Difusora Rural, Aqui Agora e retomou o TJ Imperatriz. Além disso, trouxe alguns programas de entretenimento, por exemplo, Maria Leonia Sociedade e o Programa da Maykel.

Em 1997, a TV Difusora ganhou novos programas. O Bandeira 2 continuou e no lugar do TJ Imperatriz foi implantado o Repórter Difusora, exibido ao meio dia em formato padrão do telejornalismo com apresentadores na bancadas e matérias externas. Também havia o Rádio na TV, uma revista eletrônica. O programa contava com artistas locais e mesclava entrevistas com notícias. O Bandeira 2, Repórter Difusora e o Rádio na TV ficaram na grade da emissora até 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a implantação do telejornalismo na TV Difusora Sul representava um espaço público de debate sobre as problemáticas locais, além de angariar credibilidade para empresa. Porém, ao longo dos anos da década de 1990, observou-se que ele não era prioridade dentro do projeto empresarial da emissora e enfrentou problemas estruturais. A exemplo do número reduzido de veículos, a visão organizacional de que o jornalismo não gerava lucros para a empresa e a redução do número de programas jornalísticos no ano

de 1996.

Entende-se que os problemas os estruturais interferiam na produção da jornalística, ao compreender que a notícia é uma construção da realidade, em que vários fatores interferem nesse processo, dentre eles o meio físico, conforme destaca Jorge Pedro Sousa (2002, p. 3). Portanto, ainda segundo o autor (2002, p.17), é quase intuitivo dizer-se que um jornalista pode produzir mais e melhor em um ambiente que ofereça condições adequadas de trabalho do que em uma empresa com pouca estrutura, por exemplo, a falta de combustível no veículo usado pelos jornalistas fazerem matérias externas, conforme observado na TV Difusora Sul na década de 1990.

Durante o estudo, percebe-se ainda que o telejornalismo da Difusora surgiu com a proposta de levar ao conhecimento público as problemáticas locais e estar próximo da comunidade, para assim sendo se tornar mais uma referência de telejornalismo na cidade. Entretanto, é nítida a oscilação na grade de programação ao ponto de ser exibido apenas um programa policial. As mudanças na grade em um curto espaço de tempo podem sinalizar instabilidade ao telespectador e a redefinição das metas financeiras da empresa.

REFERÊNCIAS

BECKER, Beatriz. **Como, onde, quando e porque fala a audiência nos telejornais**, 2005.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação a introdução do jornalismo**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRITO, Bosco. **TV Alvorada para TV Difusora**. Imperatriz, 1990. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=_hjr2rITCQw>. Acesso em: 28 abril 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma teoria do jornalismo**, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2ed. Florianópolis: Insular, 2008.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**. Pernambuco: Universidade Federal do Pernambuco, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>>. Acesso em: 21 agosto. 2012.

WOLF, Mauro. **Teoria da Comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Jornal da Diocese: a produção da notícia na TV católica de Imperatriz

Marcelli Alves¹

Douglas da Silva Aguiar²

¹Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília

²Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

Esta pesquisa faz um estudo da produção da notícia no Jornal da Diocese, da TV Anajás, afiliada a Rede Vida, canal 16, em Imperatriz (MA). Esse artigo foi estruturado a partir de entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental. Ao todo foram analisadas 20 edições do telejornal, entre os anos de 2005 e 2012, por meio do qual identificou-se que o Jornal da Diocese aborda não apenas temas voltados à Igreja Católica, mas também, preocupa-se com as questões sociais. A base teórica está alicerçada na teoria do Newsmaking com a intenção de os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia utilizados pelo jornal na sua rotina produtiva. Assim, os resultados são apresentados de acordo com os valores-notícia atribuídos a cada uma das matérias analisadas.

Palavras-chave: Newsmaking; Valores-notícia; Telejornal.

INTRODUÇÃO

A televisão é um meio de comunicação de massa que transformou o mundo e o modo de fazer jornalismo. Neste sentido, a Igreja Católica se aproveita desse e de outros meios para massificar o evangelho de Jesus Cristo, bem como as ações desenvolvidas pela Igreja. No Brasil a Rede Vida é a TV católica mais significativa, com várias filiais distribuídas pelo país. Uma dessas filiais está localizada em Imperatriz (MA) e se chama TV Anajás, canal 16 UHF, que foi fundada em 2001 por meio do esforço do bispo da época, Dom Afonso Felipe Gregory e apoio dos fiéis católicos da cidade.

Este trabalho elegeu como corpus de pesquisa o processo de produção da notícia do Jornal da Diocese, veiculado pela TV Anajás, que é o telejornal de referência no meio católico em Imperatriz. Para isso, buscou-se o acesso ao arquivo digital da TV Anajás, no qual foram analisadas 20 edições do telejornal, distribuídas entre os anos de 2005 a 2012. O foco foi mostrar os temas abordados pelo telejornal e os valores-notícia encontrados em cada um desses temas. Primeiramente, pretendeu-se analisar as edições desde a fundação do jornal, em 2001, o que não foi possível visto que as edições entre 2001 e 2004 não foram encontradas no arquivo da emissora.

No decorrer desta pesquisa foi possível identificar os critérios de noticiabilidade utilizados pelo Jornal da Diocese. Afinal, o que é e o que não é notícia em um jornal católico? Como é feita a seleção das notícias? As respostas a esses questionamentos estão embasadas na teoria do **newsmaking**, na qual os autores Mauro Wolf e Nelson Traquina serão a base bibliográfica.

Verificou-se que grande parte das notícias veiculadas no telejornal é relacionada a eventos promovidos pela Igreja Católica como: Festes das paróquias, a festa de Corpus Christi, a procissão de Santa Tereza D'Ávila, padroeira da cidade, e também de acontecimentos referentes a problemas sociais, como: fome, educação, direitos sociais e outros.

Essa pesquisa realizou também um breve histórico da TV Anajás e do Jornal da Diocese. Para isso foi necessário realizar entrevistas de forma estruturada, com perguntas e temas previamente estabelecidos. Foram entrevistados personagens que fizeram e ainda fazem parte da Rede Vida em Imperatriz, como Josafá Ramalho, apresentador do telejornal da Diocese; padre Edinaldo Pereira, atual diretor da TV Anajás e Dom Gilberto Pastana (2012), bispo da diocese de Imperatriz.

As várias teorias da comunicação explicam como o jornalismo tem, ao longo dos séculos, contribuído para a construção da sociedade. Teoria hipodérmica, teoria de Lasswell, teoria do agendamento ou **agenda setting** e a teoria do espelho são algumas que representam uma evolução nos estudos sobre comunicação. Todas elas estão relacionadas, dentro do seu contexto histórico, com a tentativa de explicar a relação entre comunicação e sociedade.

Para realizar a análise do processo de produção da notícia no Jornal da Diocese utilizou-se como base a teoria do **newsmaking** enfatizando que o jornalismo não retrata a realidade propriamente dita. O jornalista exerce a função de **gatekeeper** (porteiro), decidindo, a partir de técnicas redacionais, o que é e o que não é notícia.

Conforme explica Wolf (1999, p.177), a abordagem do **newsmaking** articula-se principalmente dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. A teoria do **newsmaking** defende que as notícias são como são não porque refletem a realidade, mas porque passam por um processo de seleção onde o jornalista tem papel fundamental.

Sabe-se que o jornalista atua como selecionador das notícias. Mas essa seleção não é realizada de maneira aleatória. Para isso, o jornalista segue alguns conceitos para decidir o que é, e o que não é notícia. Wolf (1999) caracteriza as várias temáticas que envolvem o estudo do **newsmaking**: os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia, as rotinas de produção, as fontes, a seleção das notícias e a edição e apresentação das notícias. Wolf (1999) diz, ainda, que a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas.

Os valores-notícia, segundo Traquina (2005), são divididos em valores-notícia de seleção e de construção. Os valores-notícia de seleção são subdivididos em critérios substantivos, que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse, e critérios contextuais, que dizem respeito ao contexto de produção da notícia e funcionam como guias para a reunião de pauta, sugerindo o que deve ser realçado, omitido ou prioritário na abordagem do que será notícia.

Os critérios substantivos citados por Traquina (2005, p.85) são:

morte (sempre interessa ao jornalista e é consenso entre os profissionais como um valor-notícia de fundamental importância), notoriedade (diz respeito ao prestígio da pessoa envolvida no acontecimento: quanto maior for o prestígio do “ator principal”, maior probabilidade de se tornar notícia), proximidade (o leitor se interessará mais por assuntos que lhe estejam próximos, seja geográfica ou culturalmente), relevância (devem ser informados ao público acontecimentos que tenham impacto sobre a vida deles), novidade, notabilidade (trata-se da referência do acontecimento, seu caráter tangível para que possa ser explicado ao público), inesperado (acontecimento que é improvável de acontecer e, por isso, surpreende e mobiliza a rotina das redações e do público), conflitos e controvérsias (trata-se da violência física ou simbólica contida no acontecimento), infração (refere-se à violação das regras, à transgressão dos valores sociais) e escândalo (ligado ao valor-notícia anterior, o escândalo coloca o jornalista como defensor da sociedade).

Os critérios contextuais citados pelo mesmo autor são: disponibilidade (devido ao fator tempo e aos recursos, o acontecimento é avaliado segundo a facilidade de fazer a cobertura. Entra em cena o fator custo/benefício), equilíbrio (relaciona-se à quantidade de material jornalístico já publicado sobre um assunto, determinando se o mesmo está ou não esgotado), visualidade (ligada a elementos visuais como fotografia, imagens que ilustrem o acontecimento. É crucial para a televisão), concorrência (trata-se da disputa entre as empresas jornalísticas que acirram a busca pelo “furo” jornalístico) e dia noticioso (leva em conta os acontecimentos do dia. Nem sempre há muitos acontecimentos que virariam notícia, mas devido a falta destes, outros cuja noticiabilidade não é grande acabam ganhando espaço nos jornais).

JORNAL DA DIOCESE

O Jornal da Diocese é exibido todo sábado às 18h e reprisado aos domingos às 9h. O jornal foi criado logo após a fundação da TV Anajás com o nome de **Noticiário da Diocese**. O nome só foi mudar em 2005, quando o bispo Dom Gilberto Pastana assumiu a diocese de Imperatriz. No projeto estava incluído um momento para o bispo se pronunciar. Foi então que surgiu o quadro **Reflexão do Evangelho**, no qual era feita a leitura do evangelho de domingo e, logo após, uma reflexão (homilia), assim como nas missas da Igreja Católica. Esse quadro permanece até hoje.

Outro quadro que permanece desde o início do jornal é o **Pense Nisso**. Josafá explica o sucesso desse quadro: “Às vezes as pessoas não se lembram de uma reportagem que passou no jornal, mas quando me veem na rua comentam sobre a historinha que eu contei no quadro **Pense Nisso**, que eu também gosto muito”⁴.

Conforme análise de conteúdo do Jornal da Diocese percebeu-se que o jornal é dividido em três blocos e obedece à seguinte estrutura: Após a vinheta de abertura do jornal, o apresentador faz a escalada⁵. O primeiro bloco é dedicado somente a produções jornalísticas. Já no segundo bloco, são divulgados os contatos do programa para que o telespectador possa sugerir pautas. Ainda no mesmo bloco, é chamado o quadro **Reflexão do Evangelho**. O terceiro bloco é sempre aberto com pelo menos uma reportagem, e logo após entra o quadro **Pense Nisso**. No encerramento o apresentador fala o nome das pessoas envolvidas na produção daquela edição e se despede, o áudio é cortado e sobem os caracteres de finalização.

O estúdio no qual é gravado o Jornal da Diocese não dispõe de um **teleprompter**⁶ - TP, equipamento utilizado na maioria dos telejornais. O apresentador Josafá Ramalho escreve todo o conteúdo do jornal em um papel, o coloca sobre a bancada, e a partir daí vai chamando as reportagens, os quadros e comerciais.

Por ser um trabalho da igreja, o Jornal da Diocese sempre foi sustentado através da colaboração e serviço voluntário de pessoas da própria Igreja Católica. Mesmo com o risco de ter a qualidade da produção do jornal afetada, Josafá Ramalho afirma que:

O Jornal da Diocese sempre esteve de portas abertas para receber aqueles que querem ajudar, principalmente os jovens que compõem a pastoral da comunicação. O Jornal é em Imperatriz uma vitrine de novos talentos⁷.

Várias pessoas que passaram pelo Jornal da Diocese atualmente trabalham na imprensa da região em outros meios de comunicação. Uma delas é Monica Brandão, que após sua experiência como repórter no Jor-

⁴Entrevista concedida por: Josafá Ramanho, apresentador do Jornal da Diocese, em Julho de 2012.

⁵Escalada: Chamada das principais notícias do jornal, das manchetes. (PATERNOSTRO, 2006).

⁶Teleprompter: aparelho usado para passar o texto que os apresentadores vão usar. Fonte: telejornalismouniube.blogspot.com.br/2010/03/termos-tecnicos.

⁷Entrevista concedida por: Josafá Ramanho, apresentador do Jornal da Diocese, em Julho de 2012.

nal da Diocese, foi contratada pela TV Difusora Sul e três anos depois recebeu proposta da TV Mirante, afiliada à Rede Globo, passando a editora-chefe do Bom Dia Mirante. Outros personagens que ganham destaque são João Rodrigues, que atualmente trabalha na Rádio Mirante FM e é representante do Jornal Estado do Maranhão em Imperatriz, Jhonatan Soubreiro, que hoje é repórter na TV Difusora Sul, e Rodrigo Reis, que já gerenciou um site de notícias na cidade e foi diretor do programa Novo Pentecostes, na própria TV Anajás.

O cenário do jornal sempre foi virtual, possibilitado através de um efeito de edição chamado “**Chroma key**”⁸. Até o ano 2005 o cenário virtual era azul com o nome Jornal da Diocese também de cor azul com sombra branca. O nome era grande, tomava quase todo o espaço da tela, e como o apresentador se posicionava no centro do vídeo acabava cobrindo parte do nome. Com a alteração, o nome do jornal se posicionou no canto superior direito do vídeo e apresentou também a nova logo do jornal. O apresentador agora se posiciona a esquerda dando visibilidade ao nome. Percebeu-se, também, melhorias na qualidade das imagens.

PRODUÇÃO DA NOTÍCIA NO JORNAL DA DIOCESE

Após a realização da análise de vinte edições do Jornal da Diocese, entre os anos 2005 e 2012, percebeu-se que os acontecimentos da Igreja Católica na Diocese de Imperatriz e as questões relacionadas aos movimentos sociais, sindicatos e associações possuem grande destaque. Pode-se dizer, portanto, que os valores-notícia do jornal estão relacionados a temas “Religiosos” e temas “Sociais”.

O Jornal da Diocese é uma ferramenta de divulgação dos eventos da Diocese de Imperatriz. Um dos slogans do Jornal é: “o que acontece na sua comunidade ou na sua paróquia é notícia aqui no Jornal da Diocese”. O bispo de Imperatriz, Dom Gilberto Pastana, deixa claro que “a TV Anajás, bem como o Jornal da Diocese, não é um instrumento de arrecadação da diocese. A nossa preocupação é difundir as notícias da igreja, o projeto de evangelização da diocese”⁹.

⁸ Chroma key: O “chroma key” é um efeito especial que revolucionou a indústria cinematográfica. Em produções de vídeos e filmes, o chroma key sobre uma tela verde ou azul, permite aos cineastas combinar cenas, mudar localizações, consertar erros, maximizar orçamentos e criar efeitos impossíveis. Disponível em: www.ehow.com.br/historia-chroma-keying-sobre_16623/

⁹ Informação concedida por: Dom Gilberto Pastana, Bispo de Imperatriz, ao Jornal da Diocese em maio de 2005.

Outra frase bastante utilizada pelo Jornal é: “Diga pra gente o que está acontecendo aí, que a gente divulga aqui”. A intenção é fazer com que os telespectadores participem do jornal dando sugestões de pautas. Para reforçar sempre a participação da comunidade, o apresentador divulga, no segundo bloco de cada edição, o telefone e o e-mail para contato com o Jornal.

Entre os eventos da Igreja Católica de Imperatriz, ganham destaque a Festa de Corpus Christi, o Festejo em Honra a padroeira da cidade Santa Tereza D’Ávila e o Festival Minha Vida tem Sentido, promovido pelo movimento da Renovação Carismática Católica (RCC). Os três eventos são realizados anualmente e desde a fundação do Jornal da Diocese têm espaço garantido.

O Festival Minha Vida tem Sentido é realizado em Imperatriz desde 1990. Também é conhecido como “Louvorzão de Carnaval” e nas últimas edições tem sido realizado no Ginásio do Colégio SESI, bairro Mercadinho, em Imperatriz. O evento acontece durante os quatro dias de carnaval e tem em sua programação pregações, louvores e missas durante o dia e animação com bandas católicas regionais durante a noite.

Na edição do dia 25 de fevereiro de 2007 o Jornal da Diocese exibiu a reportagem da 17ª edição do Festival. Na oportunidade a equipe do Jornal optou por uma entrevista estilo “stand-up”¹⁰ com um dos organizadores do evento. Dentro do Ginásio do SESI lotado de fiéis católicos, a repórter Mônica Brandão entrevistou Carlos Brandão que durante seis minutos falou sobre a importância e a tradição do evento e também convidou as pessoas para participarem dos próximos dias do Festival.

Todos os anos a Igreja Católica do mundo celebra a festa de Corpus Christi, nome que vem do latim e significa “Corpo de Cristo”. Em Imperatriz a realização dessa festa ganha destaque nas edições do Jornal da Diocese. As edições do jornal dos dias 05 de junho de 2010, 09 de junho de 2011 e 25 de junho de 2012, por exemplo, foram dedicadas exclusivamente à cobertura da celebração. Para a cobertura desse dia, conta Josafá Ramalho, a equipe do jornal se preparou com bastante antecedência. “Nós vemos a programação, fazemos planejamentos de toda a cobertura para que nada fuja aos nossos olhos e possamos transmitir isso aos nossos telespectadores”¹¹.

¹⁰ Stand-up: notícia rápida sem ilustração que o repórter faz. É fora da bancada. Pode ser simples ou com entrevistado.

¹¹ Entrevista concedida por: Josafá Ramalho, apresentador do Jornal da Diocese, em janeiro de 2013.

Além do sentido religioso, a veiculação da festa de Corpus Christi ganha diversos valores-notícia, como por exemplo, o número de pessoas envolvidas. No ano de 2010, o número de fiéis católicos que participaram da celebração chegou a 10 mil, segundo dados da Polícia Militar; já em 2012 a organização informou que foram vendidos todos os mais de 12 mil kits (camisa, vela e protetor da vela), e ainda várias pessoas ficaram sem o kit. Neste ano o Estádio Frei Epifânio D'Abadia ficou com as arquibancadas lotadas.

A equipe do Jornal da Diocese teve dificuldade para realizar esta cobertura:

Dispondo apenas de uma câmera, tínhamos que garantir a exibição de todos os momentos da celebração e procissão, além de entrevistar os mais diversos personagens da festa, desde o bispo até a mulher idosa da arquibancada. Enquanto realizávamos as entrevistas, devíamos estar atentos ao que estava acontecendo ao redor, para não perder nada. Gravamos muito para garantir uma hora do jornal de sábado que depende só dessa equipe¹².

Outro valor-notícia do Corpus Christi em Imperatriz é a “notoriedade”. Além das autoridades religiosas como padres e o bispo, participam da festa autoridades políticas, como o prefeito da cidade, Sebastião Madeira. Na celebração de 2010, por exemplo, o cronograma previa uma parada em frente à prefeitura para pedir bênçãos às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Lá, estavam o prefeito Madeira, sua esposa e outras autoridades. Na edição de 25 de junho de 2011 foi exibida uma entrevista do prefeito Madeira no meio da Rua Simplício Moreira, enquanto participava da procissão. Já em 2012, Madeira participou do lançamento do evento para a imprensa, na Comunidade Aliança Sagrada Família, bairro Beira Rio. Estavam presentes, também, o prefeito da cidade de Itapecuru (MA) Júnior Marreca, o procurador geral do município de Imperatriz Gilson Carvalho, o secretário de agricultura José Fernandes e o assessor de comunicação Élson Araújo. Mais uma vez a imagem do prefeito estava presente no Jornal da Diocese e em outros meios de comunicação da cidade.

O Jornal da Diocese também noticia assuntos relacionados a questões sociais. Em todas as vinte edições analisadas foram encontra-

¹² Entrevista concedida por: Josafá Ramalho, apresentador do Jornal da Diocese, em janeiro de 2013.

das reportagens como: “catadores de material reciclável pedem apoio ao poder público”, “diretor da UFMA fala sobre inscrições para novos cursos na universidade”, “trabalhadores rurais e sindicalistas fazem protesto nesta terça-feira em frente ao INSS” e “diretores dos correios do Maranhão vêm a Imperatriz para realizar palestra com os trabalhadores”.

inicialmente a ideia, segundo Josafá Ramalho, era de que o jornal não abordasse os fatos do cotidiano como, por exemplo, assuntos de política, acidentes, etc. “Desde o início o nosso foco é para as notícias da Igreja Católica na diocese e também dos movimentos sociais, no intuito de atingir o interesse de um público diversificado e maior”¹³.

Em um jornal diário é facilmente identificado à utilização de critérios de noticiabilidade, principalmente os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção citados por Traquina (2005): morte, notoriedade, número de pessoas envolvidas, novidade, inesperado, conflitos, celebridades entre outros como já citado. Neste sentido, cabe a pergunta: de que maneira tais eventos são noticiados em um jornal católico como o Jornal da Diocese?

O valor-notícia “conflito”, por exemplo, se encaixa na edição do dia 25 de fevereiro de 2007. No segundo bloco o jornalista Josafá Ramalho entrevistou Ana Maria, coordenadora do polo sindical dos trabalhadores rurais da região tocantina. Durante a entrevista, que durou 8 minutos, Ana falou sobre um protesto que seria realizado no dia 27, terça-feira, em frente ao INSS. A mobilização, segundo ela, seria para reivindicar melhorias no processo de aposentadoria dos trabalhadores rurais da região.

O mesmo valor-notícia é encontrado na edição do dia 27 de junho de 2009 que abordou sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou com a exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Na oportunidade, a equipe do jornal foi até a Universidade Federal do Maranhão e conversou com Roseane Pinheiro, coordenadora do curso de Comunicação Social - Jornalismo da universidade. A entrevista aconteceu no pátio da UFMA e durou 3 minutos. Roseane convidou toda a comunidade de Imperatriz para participar de um ato público na Praça de Fátima para protestar contra a decisão do STF.

Ao analisar a próxima edição (do dia 04 de julho de 2009) não foi encontrada nenhuma reportagem mostrando como foi a manifestação. A não-realização de tal cobertura envolve os critérios de seleção contex-

¹³ Entrevista concedida por: Josafá Ramalho, apresentador do Jornal da Diocese, em Julho de 2012.

tuais “disponibilidade”, “concorrência” e “equilíbrio”. Além da dificuldade quanto à locomoção da equipe para a realização de reportagens. O evento já seria noticiado pelos principais meios de comunicação da cidade, tanto televisivos, quanto de rádio, impresso ou sites durante toda a semana; como o Jornal da Diocese só vai ao ar no fim de semana, a notícia se tornaria repetitiva e atrasada.

Na edição de 21 de janeiro de 2007, a equipe do Jornal da Diocese foi até a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para entrevistar Jeferson Moreno, diretor da universidade. Durante os 11 minutos da entrevista Jeferson falou sobre vários assuntos, conforme o reporter Josafá Ramalho direcionava as perguntas. A notícia principal, que foi chamada no estúdio pelo apresentador, foi a que tratava sobre cursos de pedagogia que passariam a ser oferecidos a professores da região. Na ocasião Josafá perguntou: “Temos informações de que já estão abertas as inscrições para os novos cursos oferecidos pela universidade, entre eles, o de Comunicação Social com especialização em Jornalismo. Como está esse processo?” Após a explicação do diretor, Josafá entra em outro assunto de relevância: “Professor, e quanto ao projeto anunciado pelo presidente Lula para Imperatriz, da construção de um novo campus da UFMA e ampliação deste campus”.

Tal cobertura obedece, entre outros, ao valor-notícia “novidade”, pois segundo Josafá Ramalho “a comunidade imperatrizense, principalmente estudantes do ensino médio, estava ansiosa pela notícia dos novos cursos e também para saber da criação do novo campus, que até então era apenas boato”¹⁴. Percebe-se que o jornalista aproveita a oportunidade da cobertura de uma pauta que interessaria apenas aos professores da rede pública para ampliar seu alcance a novos públicos.

A “morte” é um dos valores-notícia mais utilizados nos jornais diários. Sousa (2011, p.19) afirma que “cada vez mais a violência é mostrada como espetáculo nos telejornais. O uso de imagens fortes que geram polêmica junto à opinião pública também resulta em audiência que fortalece a exploração de notícias sensacionais”. Traquina (2005) aponta a morte como um valor-notícia importante no jornalismo.

A morte é um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo

¹⁴ Entrevista concedida por: Josafá Ramalho, apresentador do Jornal da Diocese, em 20 de janeiro de 2013.

jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos ecrans da televisão. No seu estudo antropológico dos correspondentes de guerra em El Salvador, Mark Pedeltyouve faz um fotojornalista explicar o tipo de fotos que a hierarquia do jornal quer: Assassinatos, bombardeamentos, funerais, e conferências de imprensa. Aquilo que combina com as melhores estórias. Conta que a pergunta mais frequente do seu chefe é: Quantos corpos? (TRAQUINA, 2005, p.79).

Na abertura do Jornal do dia 02 de fevereiro de 2011, o apresentador Josafá Ramalho anuncia: “Começamos o jornal da diocese de hoje com uma notícia que nos deixa triste. Morreu na ultima quinta feira a irmã Neves. Ela tinha oitenta e seis anos e durante mais de vinte anos se dedicou trabalhando na diocese de imperatriz”. A reportagem, que durou 4 minutos e 20 segundos, foi produzida com “off”¹⁵ e “sonoras”¹⁶ e iniciou falando sobre a chegada da irmã à cidade ainda nos anos 60. Depois entrava a sonora de Dom Gilberto Pastana, bispo de Imperatriz, falando sobre a convivência dele com a irmã. As outras duas sonoras utilizadas foram de Francisca Andrade da pastoral da mulher, que falou sobre a ajuda que a irmã Neves deu à pastoral e da irmã Gildiete que falou da falta que irmã Neves vai fazer. A reportagem apresenta também dados médicos sobre a morte da irmã.

O acontecimento que teve maior mobilidade da equipe do Jornal da Diocese foi à morte do bispo emérito Dom Affonso Felipe Gregory. Dom Affonso foi o responsável pela instalação da TV Anajás e, segundo Josafá Ramalho, o bispo sempre reconheceu a importância do Jornal da Diocese e fazia esforços para que tivesse pelo menos a mínima estrutura para fazer repercutir as informações da diocese. Além disso, ele foi o primeiro bispo de Imperatriz e também desenvolveu muitas atividades em organizações nacionais e internacionais, dentre elas está o cargo de presidente da Cáritas Internacional e cargos de primeiro escalão na CNBB.

Dom Affonso faleceu no dia 06 de julho de 2008, às 20h30, no Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre (RS), onde estava internado em estado grave há uma semana. Por quase dois anos ele sofria de leucemia. O corpo chegou a Imperatriz de avião às 23h do dia 08 e velado por

¹⁵ Off: narração gravada da reportagem. Usada para cobrir as imagens. O off é a informação que a sonora não deu, o complemento para que todas as informações sejam passadas. Disponível em: telejornalismouniube.blogspot.com.br

¹⁶ Sonora: é o trecho que se retira da entrevista. Quando o entrevistado aparece. Disponível em: telejornalismouniube.blogspot.com.br

toda a madrugada e manhã do dia seguinte na paróquia de Santa Teresa D'Ávila, padroeira e cofundadora do município. Por volta das 17h o corpo seguiu para a catedral de Fátima onde foi celebrada uma missa de corpo presente. Lá também, precisamente embaixo das gravuras que exibem a 14ª estação da Paixão de Cristo, foi feito o túmulo do religioso, a pedido dele. A morte de Dom Affonso Felipe Gregory provocou grande repercussão em Imperatriz. O assunto foi o destaque dos meios de comunicação da cidade na manhã do dia 07, uma quinta-feira. O bispo Dom Gilberto concedeu entrevistas para vários jornais da cidade. A TV Anajás deu um plantão no qual o bispo Gilberto Pastana fez um longo comentário sobre a morte do colega e também detalhou sobre a programação após a chegada do corpo à cidade.

Ao saber que Dom Affonso estava doente, com leucemia, quando já nem era mais bispo de Imperatriz, pois pediu afastamento devido a sua idade, a equipe do Jornal da Diocese se mobilizou no sentido de informar o andamento do quadro clínico do bispo. Na ocasião, como Dom Affonso estava morando em Porto Alegre, o Jornal da Diocese gravou entrevistas por telefone e a cada semana o Jornal divulgava uma nova notícia sobre o estado do bispo.

A notícia da morte foi divulgada com um plantão e a partir daí nossa equipe, mesmo resumida e com pouca estrutura acompanhou cada passo doloroso da despedida dele com os fiéis da diocese. Quando o corpo dele foi trazido a Imperatriz em um avião cedido pelo Governo do Estado do Maranhão, nossa equipe estava lá e também acompanhou o cortejo até a catedral. Como a TV Anajás não poderia gerar as informações e imagens Ao Vivo, o material era gravado e exibido em flashes. O Jornal da Diocese do sábado seguinte, dia 16, foi dedicado inteiramente ao caso¹⁷.

O Jornal da Diocese também se atém às questões políticas. Na edição de 12 de novembro de 2005, um dos temas abordados foi sobre a permanência ou não do presidente Luis Inácio Lula da Silva no cargo. Na época, o Brasil passava por uma crise política por causa de várias denúncias de corrupção que estavam sendo divulgadas diariamente nos grandes telejornais do país. Aproveitando-se da notoriedade do fato e também do presidente Lula o jornal foi às ruas para saber o que a po-

¹⁷ Informação fornecida por: Josafá Ramalho através de mensagem via facebook, em 10 de fevereiro de 2013.

pulação pensava sobre o envolvimento ou não de Lula com os casos de corrupção e se ele deveria ou não ser afastado do cargo. Tal cobertura se adequa ao valor-notícia “notoriedade”.

Ao todo, 13 pessoas foram entrevistadas. Dessas, apenas uma disse que o presidente Lula deveria ser afastado do cargo. Todos os outros defenderam o mandato do presidente e disseram que a crise política não tem haver com a administração de Lula. Um dos entrevistados foi o locutor da Rádio Mirante Mano Santana, que também ficou do lado do presidente.

Outro fato que ganhou várias edições do Jornal da Diocese foi à campanha “Ficha Limpa” que foi lançada em abril de 2008, pela sociedade civil brasileira com o objetivo de melhorar o perfil dos candidatos e candidatas a cargos eletivos do país. Para isso, foi elaborado um Projeto de Lei de iniciativa popular sobre a vida pregressa dos candidatos com o objetivo de tornar mais rígidos os critérios de quem não pode se candidatar - critérios de inelegibilidades.

O projeto Ficha Limpa circulou por todo o país e foram coletadas mais de 1,3 milhões de assinaturas em seu favor – o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros. No dia 29 de setembro de 2009 o Projeto de Lei foi entregue ao Congresso Nacional junto às assinaturas coletadas.

A campanha ganhou relevância em Imperatriz pois foi a cidade que mais coletou assinaturas no país, considerando o número de habitantes. Na edição de 12 de junho de 2010 o Jornal da Diocese exibiu uma entrevista com o Padre Agenor Mendonça, com duração de 7 minutos e 10 segundos. O padre, que foi referência na Igreja Católica quanto à mobilização e participava do Comitê da Cidadania, informou que o Superior Tribunal Eleitoral (STE) expediu um parecer naquela semana de que a lei da Ficha Limpa iria mesmo valer na eleição de 2010. Agenor falou da sua alegria com a notícia:

Isso é uma vitória de todos os brasileiros, de todos os maranhenses; E Imperatriz tem uma relevância nacional, porque foi a cidade que alcançou uma quantidade muito grande de assinaturas. Quando a lei foi aprovada eu me emocionei muito. Agradeço a Deus por isso. Essa lei vai fazer um bem muito grande para o Brasil, para as pessoas mais pobres e vai levar o país a uma categoria de menos corrupto com certeza¹⁸.

¹⁸ Informação concedida por: Padre Agenor Mendonça em entrevista ao Jornal da Diocese, veiculado em 12 de junho de 2010.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB (1997), instrui os agentes de comunicação da Igreja Católica a dar especial atenção à cultura brasileira e seus agentes de criação, veiculação e consumo de bens simbólicos, nas relações da Igreja com a sociedade. O Jornal da Diocese, em se tratando de cultura popular, tenta cumprir o seu papel. Um exemplo de que eventos culturais são notícias no jornal é uma reportagem da edição de 13 de agosto de 2005, no qual a pauta tratava um show beneficente da Banda chamada Baetz, uma das maiores bandas de forró da região, na época, no festejo de Nossa Senhora da Vitória.

Utilizando o estilo padrão jornalístico de estruturação da reportagem (usando “off”, “sonoras” além de uma “passagem”¹⁹), o repórter Josafá Ramalho valorizou o sucesso da banda na região. A reportagem, que teve duração de 9 minutos e 10 segundos, chamou a atenção pelo fato da contextualização. O “off” inicial trouxe a informação de que Nossa Senhora da Vitória é um dos 205 títulos atribuídos a mãe de Jesus pela Igreja Católica e também que a paróquia tem esse nome pois antigamente aquela área era uma grande fazenda com o mesmo nome. Para atribuir veracidade a informação foi entrevistada Kátia Silva que acompanhou todo o processo de escolha do nome da paróquia.

A passagem do repórter foi feita em movimento, começando dentro da igreja e terminando no pátio da paróquia. Enquanto andava, o repórter falava: “aqui na igreja a comunidade reunida pede e espera, com fé, graças que acreditam vir do céu. A cada noite aqui no pátio eles se reúnem com uma certeza: a de que não basta rezar. Para que os objetivos sociais e pastorais do festejo sejam alcançados é preciso doar tempo e trabalho”. A passagem foi conduzida de uma maneira para que em seguida se fale dos trabalhos voluntários dos fiéis. Logo após são mostrados os exemplos de Evaldo Borges e Ana Maria, que trabalham nas barracas de espetinho e cachorro-quente, respectivamente, e falam da satisfação em ajudar a comunidade.

Neste momento da reportagem entra o “off” seguido da “sonora” do Padre Raimundo Nonato que falou sobre os objetivos do festejo. Somente depois, com quase 5 minutos de reportagem, começa a falar do show beneficente realizado pela Banda Baetz. O repórter entrevista

¹⁹ Passagem: É o momento que o repórter aparece na reportagem. É ela que dá credibilidade ao que está sendo veiculado. A passagem pode ser usada para descrever algo que não temos imagem, destacar uma informação dentre outras, unir duas situações, destacar um entrevistado ou criar uma passagem participativa. Disponível em: jornal.metodista.br/tele/manual/reportagem

vários integrantes que falam sobre o prazer em realizar aquele show, o envolvimento com os fãs, o sucesso e a maratona de shows. A reportagem termina com um trecho da apresentação da banda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A TV católica de Imperatriz, chamada TV Anajás, desde a sua fundação em 2001, preocupou-se em trabalhar a informação, mesmo que privilegiando as de predominância católica, de forma jornalística. Mesmo com poucos recursos, logo após a fundação da TV, seus diretores, com o apoio do bispo da época Dom Affonso, colocou no ar o Jornal da Diocese com o objetivo de divulgar as ações da Igreja Católica na Diocese de Imperatriz ao mesmo tempo em que mescla com informações de relevância social.

Constatou-se ainda que abordar temas que não sejam necessariamente ligados à Igreja Católica não significa fugir da intenção da igreja quanto à comunicação, pois os bispos do Brasil, através da CNBB, instruem os meios de comunicação da igreja a trabalharem junto aos movimentos sociais e sindicatos, no sentido de combater as mazelas da sociedade. Fazendo, assim, com que o jornalismo atue como um agente promissor da igualdade social, dos direitos humanos e outros valores que são buscados pela própria Igreja Católica.

Lançando um olhar sobre o telejornal da Diocese, preferiu-se nesta pesquisa identificar o processo de produção da notícia realizado pelo telejornal. Com base na teoria do newsmaking, pode-se identificar os critérios de noticiabilidade utilizados pela equipe do Jornal, bem como atribuir vários valores-notícia aos materiais jornalísticos produzidos por ele.

Essa pesquisa incita novos estudantes e pesquisadores do jornalismo a darem continuidade desta abordagem levando em consideração as diversas formas de trabalhar a comunicação direcionada.

REFERÊNCIAS

CNBB. **Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio**, 1997. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/component/documentoscnnbb?start=20>>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

COELHO, Vania. Teoria do newsmaking – teorias e críticas do jornalismo. **Comunicação e literatura**. Disponível em: <<http://literacomunicq.blogspot.com.br/2010/04/teoria-do-newsmaking.html>>. Acesso em 03 de janeiro de 2013.

PARTERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SOUSA, Luzia. **Bandeira 2**: Estudo de caso do jornalismo policial da TV Difusora de Imperatriz (MA). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume II** : a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**: mass media; contexto e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking. 8ª Ed, Lisboa, Presença, 1999.

Plugado na rede: levantamento apresenta os primórdios da mídia de Imperatriz na Internet

Thaís Bueno¹
Sara Batalha²

¹Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Ciberultura (GCiber)

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

Parte da monografia de Conclusão de Curso e resultado de um levantamento feito no grupo de Pesquisa GMídia, na Universidade Federal do Maranhão, este artigo tenta reunir um pouco da história do surgimento das primeiras iniciativas do que viria a se tornar o ciberjornalismo de Imperatriz. Sem a pretensão de ser um resgate histórico, a pesquisa teve como metodologia prioritária o mapeamento desses sítios noticiosos e as entrevistas com responsáveis ou criadores dessas páginas. Entre os períodos de novembro de 2011 a junho de 2013 foram catalogados 23 sites locais. Além de ter uma cronologia importante sobre a participação da mídia na rede na segunda cidade do Maranhão, o estudo permite entender e pensar novas investidas para ampliar as notícias na rede.

Palavras-chave: História da imprensa. Ciberjornalismo. Imperatriz (MA).

INTRODUÇÃO

Embora não se tenha um consenso entre os autores sobre qual teria sido, efetivamente, o primeiro jornal brasileiro a experimentar a internet – o *Jornal do Brasil*, com uma cobertura específica para a rede; ou a versão digital da Agência Estado – o ano de 1995 é aceito como aquele em que o país, definitivamente, deu seus primeiros passos para inserir o noticiário na rede. A partir deste marco, muitos outros veículos pelo resto do país começaram a usar o ciberespaço como um suporte para abrigar versões online das produções tradicionais em papel, como por exemplo, *O Globo*, no Rio de Janeiro; o *Zero Hora*, no Rio Grande do Sul; o *Diário de Pernambuco*, *O Estado de Minas*, entre outros.

Apesar de a novidade parecer ter conquistado os veículos de imprensa por todo o país, o Maranhão teve de esperar um pouco mais para conhecer a mídia digital. O jornal *O Estado do Maranhão*, um dos mais importantes da região, só disponibilizou sua versão online em 2000; e o *Jornal Pequeno*, com quase 60 anos de história, demorou mais dois anos para ofertar aos seus leitores uma produção na web.

Em Imperatriz, até 2013, por exemplo, não havia nenhum registro sobre o surgimento ou desenvolvimento da imprensa na internet da cidade, sendo essa pesquisa pioneira no resgate dessa parte da história da imprensa local. Provavelmente o baixo número de acesso à Rede Mundial de Computadores na Região Nordeste, mais especificamente do Maranhão, pode ter ocasionado esta falta de registro, porém, não é possível afirmar de maneira conclusiva. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 o percentual de pessoas que utilizaram a internet nas regiões Norte e Nordeste são bem inferiores aos das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O Maranhão, inclusive, ocupa a última posição dos estados brasileiros em relação ao percentual de domicílios com acesso à navegação. A cidade com maior percentual de ingresso à rede neste Estado é a capital São Luís, que apresenta média de 27,92% dos lares com computadores e plugados no ciberespaço. No Maranhão existem, conforme este estudo do instituto federal, seis municípios sem nenhum domicílio conectado à rede mundial de computadores.

Mesmo pouco conectado o fato é que em algum momento o imperatrizense encontrou notícias locais disponíveis nos seus computadores e a proposta deste artigo foi justamente essa: registrar, cronologicamente, essa trajetória. O mapeamento teve como critério de

seleção aqueles sites que produzissem conteúdo voltado para a cidade de Imperatriz. A ideia da pesquisa surgiu em novembro de 2011 a partir das reuniões de pesquisadores e alunos de iniciação científica da linha de pesquisa em Novas Tecnologias e Mídias Sociais, do Grupo de Pesquisa GMídia, no Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. A monografia completa, resultado desse levantamento, com imagens e fichas detalhadas de cada site pode, inclusive, ser encontrada no acervo do curso de Jornalismo da UFMA, pelo título “Resgate histórico do webjornalismo de Imperatriz-MA”. O artigo aqui apresentado é uma parte resumida da pesquisa completa.

Para a seleção dos sites que recontam essa história foi utilizado primeiramente o conhecimento empírico, através de buscas na internet – Google, em seguida, para que a pesquisa acrescentasse resultados específicos foram utilizados sistemas próprios para busca de cibermeios, como o Archive.org (tutorial que oferece várias **homepages** de sites disponíveis na web no mundo) e o Guia de Mídia (site que busca Cibermeios de todo o Brasil). Nesta etapa, algumas referências encontradas no primeiro levantamento repetiram-se nos sites de busca direcionada; outros foram encontrados através de indicações de colegas e professores e também durante as entrevistas com os responsáveis pelas páginas. O modelo de levantamento de cibermeios e a ficha de catalogação proposta por Palácios (2011) em mapeamentos desse molde foram adaptadas para este estudo. Depois de selecionados veículos, a busca de informações sobre cada um dos 23 sites mapeados foi direcionada por entrevista abertas com os responsáveis pelo conteúdo publicado em cada um deles. Nesta etapa foram entrevistadas 21 pessoas¹.

EXPERIMENTANDO A REDE

Para fins pedagógicos a seleção e apresentação desses veículos selecionados acompanhou a ordem cronológica e foi dividida por décadas, tentando reunir o surgimento dessas páginas entre os anos de 1990 e depois de 2000. Nem todas as publicações aqui apresentadas são, na concepção contemporânea, o que poderíamos chamar de ciberjornalismo, mas estão nessa listagem porque registram as primeiras tentativas de dar início ao modelo de imprensa em rede que conhecemos na atualidade.

¹ A listagem completa com os nomes dos entrevistados e seus veículos pode ser acessada na monografia que deu origem a este artigo, intitulada “Resgate histórico do web jornalismo de Imperatriz-MA”, disponível no acervo do curso de Jornalismo da UFMA, em Imperatriz (MA)

Anos 1990

Na pesquisa, quatro investidas de produção de notícias na rede podem ser consideradas precursoras no ciberjornalismo imperatrizense, sendo que foi também nessa década que temos a inserção do site do jornal **O Progresso** (www.oprogresso.com), ainda em funcionamento, e que efetivamente podemos colocar como o primeiro webjornal da cidade.

A empresa Júpiter Informática, fornecedora de internet mais antiga em atividade de Imperatriz-MA, fundada em 1997, foi a responsável por hospedar a página deste jornal entre os anos de 1998 e 2000. **O Progresso** online foi apontado nas entrevistas com Rafael Paz (funcionário da Júpiter responsável pela parte técnica do site no ano de 2010) e Sérgio Henrique (um dos gerenciadores do site **O Progresso.net**) como o pioneiro no webjornalismo em Imperatriz. Atualmente seis pessoas integram a equipe do jornal e os que escrevem as notícias produzem tanto para o modelo impresso quanto para a versão digital.

Além de hospedar o conteúdo do jornal, a **Júpiter** de Imperatriz também mantinha um site próprio, criado com o objetivo de divulgar a cidade, sendo, portanto, também uma precursora na imprensa online da cidade. O escritor Edmilson Sanches, que havia produzido a **Enciclopédia de Imperatriz** no início daquela década, cedeu o conteúdo ao **house organ** da empresa. Ainda que sem um conteúdo com atualização constante, a página pôde ser entendida como uma referência histórica porque nesse período eram comuns postagens na web sem a dinâmica da atualização, que só veio a se tornar efetivamente uma característica do suporte no fim dos anos 90 do século passado.

Outra iniciativa que também marca um pouco da história da informação neste suporte por aqui é o surgimento do que podemos chamar de “primeiro site colaborativo”, ou até mesmo rede social de Imperatriz-MA: o www.por.com. Criada em 1999 pelo programador Weverson Santos Araújo a página cujo nome foi escolhido por “ser curto” oferecia conteúdo de entretenimento e chegou a atingir mais de 300 mil acessos por mês. O [por.com](http://www.por.com) saiu do ar em 2000 e não tinha finalidade lucrativa. As notícias ali veiculadas eram de autoria dos próprios usuários que viam no espaço um local para promover encontros e trocar mensagens.

OUTROS VEÍCULOS NOS ANOS 1990

Mas se apesar dessas iniciativas e de o Jornal **O Progresso** ser apontado e reconhecido como a primeira iniciativa real de jornalismo na internet por aqui, é importante ressaltar que na década de 1990 ou-

tros veículos tradicionais também enxergaram na rede uma forma de divulgação. Foi o caso do site da **Rádio Terra FM**, a primeira página de uma rádio da cidade de Imperatriz-MA.

Seu projeto teve início no ano de 1999 e foi concluído no ano de 2000. A iniciativa da criação de um site para a rádio foi impulsionado pelo desejo de atender aos pedidos dos ouvintes que moravam em outras localidades. Na atualidade a **homepage** não tem um núcleo de produção de notícias, mas disponibiliza links para webjornais de Imperatriz, como o antigo **Do Minuto**, o pioneiro **O Progresso** e o **Imirante**; bem como portais de notícia que são referência nacional, como o **UOL** e **Globo**.

ANOS 2000

Se a década de 1990 foi lenta na disponibilização de espaços com conteúdos noticiosos, a partir dos anos 2000 multiplicaram-se os números de veículos que surgiram na rede. Sites de conteúdo especializado, a maioria deles voltado para o público religioso; páginas institucionais, que começaram a produzir notícias; outros veículos tradicionais que migraram para a web; além do mercado de entretenimento, com sites de eventos e agendas marcaram o período e a história da imprensa virtual nas terras à beira do rio Tocantins. Também foram nesses 13 anos que nasceu e morreu o primeiro jornal online comercial, de cunho jornalístico, com produção específica e atualização diária da cidade, o **Do Minuto**.

Antes de contar essa história, vale aqui registrar que um dos primeiros nesse período a perceber que a segmentação poderia ser um diferencial da rede foi o site **Cidade Esperança** – www.apazdosenhlor.com.br – da congregação religiosa Assembleia de Deus, voltado para o público evangélico. O conteúdo estreou em outubro de 2000 e fez tanto sucesso que permitiu a criação, no futuro, de uma TV e uma Rádio do mesmo grupo. Apesar de manter plataformas em mídias tradicionais, o site conta ainda hoje com produção de notícias próprias e parceria com outros portais de conteúdo evangélico nacional.

Também entre o fim dos anos 1999 e início de 2000 deu-se entrada a um modelo que vai fazer muito sucesso até hoje na cidade: as coberturas de eventos divulgadas em forma de notícias e fotografias. É, na verdade, uma espécie de colonismo social, modelo típico do jornalismo opinativo, com espaço para divulgar o divertimento de anônimos e gente considerada importante da sociedade, frequentadores das festas,

bares e outras atividades sociais. O primeiro nesse segmento em Imperatriz foi o site **Click-MA** (www.clickma.com.br) que fazia a cobertura de eventos da cidade, bem como de Açailândia, Amarante do Maranhão, João Lisboa e cidades vizinhas. Além de fotografias, a página tinha agenda e notícias sobre as atividades culturais da cidade.

Inspirado nesse modelo, em setembro de 2002 entrou no ar o **Imperlove** (www.imperlove.com.br), idealizado por Kenedy Rocha Ribeiro e Jackson dos Santos Alves, integrantes do UNES (União dos Estudantes Secundaristas) de Imperatriz. Voltada para o público estudantil, a página recebeu, no ano de estreia, o troféu **Top Marketing** de melhor site de cobertura da cidade, no programa televisivo “Programa do Timóteo”, na televisão local. Além de eventos que agradam seu público, o site se especializou em coberturas de aniversários de 15 anos, o que lhe garantiu mais um filão de acessos. Hoje o grupo também atende aos bares do centro da cidade. Além de fotografias costumam publicar notas informativas.

Se o público secundarista tinha uma página onde encontrar informações de seu interesse, também o público universitário foi segmentado nas coberturas pela internet. Um pioneiro nesse modelo foi o **Acontece** (www.acontece.com.br), que começou em 2002. A princípio o foco da página era divulgar as ações da sua maior patrocinadora na época, a Facimp (Faculdade de Imperatriz), até ser estendido para as demais instituições de ensino superior da cidade. Além de eventos de festas, o site se propõe a divulgar assuntos de interesse do universitário, como congressos, ações e outros.

NEM UNIVERSITÁRIOS, NEM ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

O mercado informativo de eventos fez tanto sucesso que outros sites foram criados e mantiveram-se no mercado explorando esse perfil de publicação, tornando-se, sem sombra de dúvidas uma referência na história do jornalismo na web sul-maranhense. Um destes, que tem se tornado uma referência nesse estilo, é o site **Kamaleão** (www.kamaleao.com.br) que inclusive se tornou uma franquia no interior do Estado. São feitas de duas a três postagens diariamente, tanto de eventos particulares, quanto de eventos público de Imperatriz (MA). Os textos, em alguns casos são reprodução de conteúdo de outros sites (parceiros ou não) e alguns são produzidos pela própria equipe, coordenada pelo fotógrafo Sydney Rodrigues.

Outro nesse segmento, só que voltado para o público evangélico, é o site **Impergospel** (www.impergospel.com.br). A página começou em 2006 em parceria com o site **Imperlove**. Ali são disponibilizadas notícias do meio gospel, fotos, comentários sobre cantores, agenda de shows, mural de recados etc.

Mais recentemente a cidade viu surgir na internet outro desses produtos que mistura cobertura de baladas com notinhas informativas: a página **TamosAki** (tamosaki.com.br). O conteúdo é administrado pelo técnico em informática João Farias com o objetivo de divulgar festas e eventos de Imperatriz e cidades do interior do Maranhão e do Tocantins. Bem parecida é a proposta do site **Agito ITZ** (www.agitoitz.com.br) dirigido pelo fotógrafo Hyttelo Bruno Martins Falcão Santos que também atende o público que busca informações sobre festas e eventos.

SITES INSTITUCIONAIS

Mas nem só de sites de balada viveu a história do jornalismo de Imperatriz da década de 2000. Nesse período também surgiram iniciativas mais jornalísticas, em particular das publicações institucionais da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Em 2006 a Prefeitura Municipal de Imperatriz (www.imperatriz.ma.gov.br), época da gestão do prefeito Jomar Fernandes (PT), entrou na rede, embora de maneira efetiva a sistemática de publicação periódica só tenha começado na gestão do prefeito Sebastião Torres Madeira (PSDB). Isso aconteceu devido à exigência do Governo Federal, denominada Portal da Transparência – que exige das Prefeituras, Câmaras e outros órgãos públicos mantenham um portal de notícias atualizado na internet. Embora o site tenha notícias de interesse geral, o foco principal ainda são os concursos e licitações.

Já o site da Câmara Municipal de Imperatriz (www.camaraimperatriz.ma.gov.br) entrou em funcionamento em 2008 com o objetivo de transmitir as sessões em tempo real. A proposta não deu certo, mas o site publica a pauta de discussões e notícias envolvendo os trabalhos do Legislativo.

OUTRAS NOTÍCIAS

Também foi em meados dos anos 2000 que outras iniciativas, particularmente de veículos mais tradicionais de notícia, bem como as primeiras investidas tipicamente jornalísticas para web, com produção

exclusiva de conteúdo noticioso, começam a tomar conta do espaço virtual de foco regionalizado. Foi nesse período, por exemplo, que surgiram as três principais referências no ciberjornalismo de Imperatriz – o site **Imperatriz Notícia**, com produção exclusiva assinada por acadêmicos do curso de Jornalismo da UFMA e dirigida por um professor formado na área; o site **Do Minuto**, o primeiro de cunho comercial exclusivo para web com produção diária; e o **Imirante Imperatriz**, também nos moldes de publicação diárias, vinculado à emissora do grupo Mirante, que representa a Rede Globo no Maranhão. Todos coordenados por um jornalista com ensino superior na área.

Relembrando essa história até chegar nesses três marcos da imprensa cabe citar aqui o site da **FM Difusora**, que deu início a essa mudança a partir de 2006 com a versão online da rádio embora a página não conte com uma equipe própria para a produção jornalística. Nesse mesmo modelo pode-se citar o site do jornal **Tribuna Tocantins**, que surgiu fundado pelo assessor de imprensa Gildásio de Carvalho Silva. A produção do jornal conta com uma equipe de colaboradores não remunerados e geralmente suas notícias são reproduzidas da publicação impressa.

Com uma proposta diferenciada e, enfim, dando o pontapé para uma produção jornalística regional em Imperatriz surge em 2010 o site **Imperatriz Notícias** (www.imperatriznoticias.com.br). O jornal laboratório é um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Maranhão e apesar de ter sido criado recentemente dispõe de ferramentas de interação com o leitor (comentários, plug-in com a rede social Facebook, Fale Conosco, Contato, Mural); e é “alimentado” diariamente. As notícias produzidas são de autoria dos acadêmicos do curso e atendem ao interesse de toda a comunidade.

Neste mesmo período foi registrado o surgimento do site **Portal ITZ** com uma proposta de produção colaborativa de notícias. Havia sorteios de brindes e o site alcançava altos picos no número de visitantes. O veículo não está mais no ar. Também foi em 2010 que o jornal impresso **Correio Popular**, que deixou de circular em 2013, lançou sua página na web. Entre as novidades que a página mantinha era a seção “Corneta Popular”, um espaço para o leitor expressar sua indignação com algum problema de infraestrutura, de saúde, meio ambiente e outras. Além dessa novidade a página não produzia novos conteúdo, com raras exceções. A proposta era mesmo reaproveitar o conteúdo da versão de papel.

Também usando a plataforma apenas para divulgar o conteúdo

da versão impressa entrou na rede em 2012 o site do suplemento rural **Diário da Fazenda**. O veículo também deixou de circular em 2013. Este foi provavelmente o primeiro suplemento no segmento de agronegócio em Imperatriz e no Maranhão na web.

2012 também foi o ano de estreia do primeiro site comercial de cunho jornalístico da cidade, o **Do Minuto** (www.dominuto.com). Ligado à empresa de Comunicação e Publicidade Canal, o veículo era dirigido e produzido por jornalistas formados e tinha uma sistemática profissional, aos moldes tradicionais, com reunião de pautas, publicação diárias, equipe de apoio e produção exclusiva. Uma das idealizadoras do site foi a jornalista Kelly Campos. O nome veio da ideia de que a notícia na internet deveria ser publicada em tempo real, minuto a minuto, embora o site raramente conseguisse uma produção nessa agilidade. O veículo saiu do ar em 2013 por problemas financeiros.

Produção autoral também foi o mote, embora não de textos, mas sim de fotografias, da criação do site dos jornalistas, ex-acadêmicos do Curso de Jornalismo da UFMA, Rosana Barros e Daniel Sena: o **Imperatriz Fotos** (www.imperatrizfotos.com.br). O veículo começou a funcionar em dezembro de 2012 como uma evolução de um blog que abrigava a produção imagética da fotógrafa. Além das fotografias da dupla, espaço também divulga imagem de colaboradores e é, efetivamente, o primeiro site em formato de agência de fotografias da cidade e o primeiro também em fotojornalismo.

Em 2013 foi a vez de entrar no ar o site **Imirante Imperatriz**, uma página voltada para a cobertura jornalística da cidade. O site, vinculado ao sistema Mirante de Jornalismo, que tem a representação regional da Rede Globo, faz coberturas diárias com cunho informativo. Além da produção própria, também é utilizado o material da TV Mirante. Este é hoje o jornal online de referência na cidade, uma vez que é o único em funcionamento no modelo comercial, diário e jornalístico.

PANORAMA

Para enxergar melhor este apanhado de informações, o gráfico que segue mostram um pouco do perfil dos momentos em que a cidade abrigou mais ou menos veículos com algum viés informativo na web.

Através do gráfico pode-se observar que os primeiros sites surgiram entre 1999 e 2002, representado pelos 35% que estrearam neste

Aparecimento de sites em Imperatriz

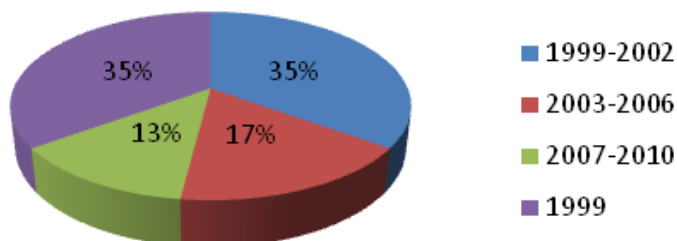


Figura 1. Anos que mais surgiram páginas na web de cunho informativo em Imperatriz

período. Eram modelos bem primários com poucas ferramentas e recursos de apuração, embora representem os primeiros passos do jornalismo virtual na cidade. Já entre os anos de 2003 e 2006 houve uma queda no surgimento de páginas. Vale lembrar que muitos sites foram criados ao longo dos 14 anos da web de Imperatriz, no entanto, boa parte deles não sobreviveu. De 2007 a 2010, poucos sites foram lançados, no entanto, foi o período em que efetivamente viu-se propostas de jornalismo específicas para este suporte.

Já com relação ao perfil de conteúdo dos sites, como pode-se observar se isolarmos os resultados de específicos de jornalismo, ve-

Modelos mais comuns

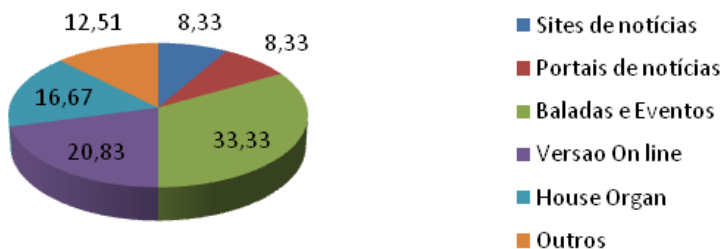


Figura 2. Produções na web mais comuns na história de Imperatriz

mos que são a minoria no ramo em Imperatriz. Na verdade, no formato tradicional de notícia, a cidade teve apenas três experiências nesse sentido: o **Imperatriz Notícias**, embora de caráter acadêmico; e dois comerciais, o **Do Minuto**, que não está mais disponível; e o **Imirante Imperatriz**, este em funcionamento. O aparecimento de páginas institucionais também deve ser visto como um ponto positivo na profissionalização da mídia imperatrizense, seja no ponto de vista das assessorias especializadas, que empregam profissionais de imprensa; seja pela própria qualidade da imprensa local, que tem ao seu alcance informações precisas de fontes oficiais. Ainda no campo das boas experiências do jornalismo o site **Imperatriz Fotos** é, certamente, uma referência na valorização do fotojornalismo e um incentivo a melhoria da qualidade do trabalho por meio da cobertura de imagens.

E apesar de o perfil não ser, pelo menos nesses produzidos aqui, efetivamente de Jornalismo, um outro fator interessante é, com certeza, a grande quantidade de sites de cobertura de eventos e balada disponíveis sobre a cidade. O *colunismo* é um modelo de produção que pode ser aliado do Jornalismo. Os dados mostram aqui, pelo menos, que há público. Talvez possa ser um mercado melhor explorado pelos jornalistas formados, aliando a cobertura social a informações, entrevistas e outros recursos que possam enriquecer e efetivamente contribuir para informar seus leitores especializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não tem a pretensão de ser efetivamente um estudo histórico do webjornalismo em Imperatriz, mas sim, e não é pouco, ser um levantamento de parte dessa história. Até aqui se traçou um perfil inicial desse mercado, das suas tendências e das suas lacunas. A proposta mapear como o ciberespaço começou a dar os primeiros passos para uma cobertura jornalística local foi cumprido. Agora, novas investidas de análises ou até mesmo novos levantamentos sobre produções especializadas ou de assessoria podem ampliar a discussão e registrar mais uma parte dessa construção que não fala só da imprensa, mas da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Santa Catarina: Aleph, Ed.2, 2009.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

DORDELLES, Beatriz. **O Futuro dos Jornais de Interior**. Rio de Janeiro: Intratexto. 2012.

FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel. AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa Para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PALACIOS, Marcos. **Ferramentas para a Análise de Qualidade no Ciberjornalismo**. 2011. Disponível em: www.livroslabcom.ubi.pt . Acesso em: 4 Mar. 2012.

_____. **Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate**. Disponível em: <http://grupojol.files.wordpress.com/2011/04/2002_palacios_informacaomemoria.pdf>. Acesso em: 18. Mai. 2013.

Vida breve: trajetória e análise do site Do Minuto

Rodrigo Nascimento Reis¹

Esaú Maia Moraes²

Paula de Társsia Santos³

¹Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz e mestrando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

²Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

³Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

Este artigo reconstrói a história do site Do Minuto, que teve breve atuação na cidade de Imperatriz (MA), no período de abril de 2012 a maio de 2014. A proposta é compreender o porquê do fim do site, em tempos de crescimento da mídia online. Como metodologia, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de conteúdo, com o intuito de identificar nele a presença das características do webjornalismo, como multimídia, interatividade, hipertextualidade, instantaneidade e perenidade. Arelado a isso, buscou-se resgatar, por meio das vozes dos jornalistas da redação, a rotina produtiva do portal. Nesse contexto, apresenta-se um panorama sobre os fatores que levaram o site a ter vida breve. Entre eles, a falta de planejamento a longo prazo, a falta de atualização constante sobre as mudanças do webjornalismo, a ausência de pesquisa sobre o perfil do internauta, o consumo e circulação da informação na plataforma online. Somam-se a esses outros fatores determinantes, como a resistência do mercado local em anunciar no meio online e a inabilidade da empresa em fazer projeções positivas sobre o futuro do site.

Palavras-chave: Do Minuto. Webjornalismo. Imperatriz (MA).

INTRODUÇÃO

O potencial do jornalismo na era digital é um objeto de estudo em construção. O fazer jornalístico no meio online adaptou-se e readaptou-se bastante, desde o surgimento no país do primeiro jornal disponível em rede – o Jornal do Brasil, em 1995. Nesse curto espaço de tempo, é consenso entre pesquisadores que o webjornalismo passou por, no mínimo, três gerações.

Dalmonte (2009) busca ‘linkar’ o pensamento de vários teóricos da área para delimitar as três fases do webjornalismo. Segundo ele, a primeira geração corresponde a um reaproveitamento do material jornalístico utilizado primeiramente nos moldes do impresso. Assim, o conteúdo elaborado para outro meio era apenas transportado e disponibilizado na rede.

Na segunda geração, o jornal impresso continua como referência. Todavia, surgem novas possibilidades de disposição do conteúdo na rede. Entre as novidades, estão o aparecimento de links, interação do jornalista e leitor através do e-mail e uso do hipertexto. Embora o jornalista desse período esteja mais atento às modificações com o advento da internet, ele continua sendo um sujeito atrelado ao modelo e rotina de produção do impresso.

Quando a produção passa a ser independente e direcionada exclusivamente à web, surge a terceira geração do webjornalismo, conforme aponta Dalmonte, com base nos estudos de Pavlik (2001). “Para o autor, esse estágio é marcado por uma produção jornalística especialmente desenvolvida para a Web, o que compreende a internet como um ambiente inovador, apontado como um novo meio de comunicação” (DALMONTE, 2009, p.122).

Nesse contexto de evolução, as possibilidades do webjornalismo atraíram a atenção de empresas em várias partes do país. Assim ocorreu na segunda maior cidade do Maranhão – Imperatriz – que em 2012 ainda não tinha um site de notícias profissional que atendesse às demandas de informação para uma população de mais de 250 mil habitantes.

Neste cenário, uma empresa de publicidade da cidade formou uma equipe para iniciar um trabalho de webjornalismo na região. Com o slogan “Do Minuto – Sempre Notícia”, o site teve duração apenas de dois anos e sua desativação causa espanto, se considerado um cenário em que o jornalismo migra para o meio online. Por meio desta pesquisa, resgata-se a história do site e buscaram-se apontamentos sobre as

circunstâncias do encerramento das atividades.

O trabalho leva em conta a hipótese de que a adequação das características básicas do webjornalismo, como multimídia, interatividade, hipertextualidade, instantaneidade e perenidade são fatores de utilidade de um site de notícias, associada à compreensão de que o jornalista deve ser mediador em uma sociedade marcada por excesso de informação, muitas vezes superficial, dispersa e desnecessária. É preciso refletir sobre impactos e desdobramentos do jornalismo online.

PERCURSO HISTÓRICO DO SITE DO MINUTO

O site de notícias Do Minuto surgiu oficialmente no dia 10 de abril de 2012, com o endereço eletrônico www.dominuto.com.br. Com o slogan “Sempre Notícia” e usando como logomarca um relógio, cujos ponteiros marcavam 2h25, o Do Minuto trazia consigo não só a ideia de instantaneidade, uma das características da plataforma online, mas também a proposta de ser uma referência no webjornalismo da cidade de Imperatriz e do sul do Maranhão.

Dinâmico no layout, o site foi idealizado nas cores azul, laranja e branco, buscando prender a atenção dos internautas pelo visual e leva-los ao acesso às dez editorias: Brasil, Cultura, Economia, Educação, Política, Política, Saúde, Geral e Mundo. Em seguida, devido às sugestões dos leitores, foi acrescentada a editoria “Opinião” com textos de personalidades da cidade.



Figura 1 – Imagem da página inicial do site (Fonte: www.dominuto.com.br)

A primeira equipe era composta por três profissionais, sendo um jornalista formado e duas estagiárias do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O veículo estava vinculado à Canal Comunicação que, na época, já possuía mais de 20 anos de atuação no mercado. A empresa contava com três setores: Canal Outdoor, Canal Comunicação (Publicidade) e Canal Service. A esta última estavam vinculados o departamento de assessoria de imprensa, monitoramento de mídia e, por último, o site Do Minuto.

Na época, o cenário da imprensa em Imperatriz era formado por dois jornais impressos, duas emissoras de televisão, cinco retransmissoras, cinco rádios comerciais, duas rádios comunitárias, dois blogs policiais - as principais fontes de notícia online - e um site de notícias da UFMA, destinado à produção acadêmica. Nesse contexto, o Do Minuto surgiu como um site de notícias genuinamente da cidade para cobrir a lacuna de informação deixada pela mídia tradicional no município.

Para marcar o lançamento oficial do site, foi publicado um artigo de “Boas Vindas” no jornal impresso O Progresso - o mais antigo da cidade. O texto destaca que o portal pretendia ser um espaço de informação agradável aos leitores, com notícias locais, principais acontecimentos nacionais e internacionais, além da prestação de serviços com espaço para editais de concursos, vagas de emprego e agenda cultural. Ressalta ainda o espaço para participação efetiva dos leitores na produção de notícia, por meio das sugestões de pauta, comentários e interatividade por meio das redes sociais.

Antes do lançamento oficial do site, houve um trabalho de bastidores para que o jornal online ganhasse corpo. Foram feitos testes técnicos e também treinamento dos profissionais que utilizariam a plataforma do site - o **WordPress**. Inicialmente, três profissionais faziam parte da equipe: as estagiárias Paula de Társsia e Priscila Gama e o jornalista Rodrigo Reis.

Por ser o primeiro site de notícias profissional de Imperatriz, foi necessário um trabalho de **marketing** intenso na mídia tradicional para atrair os leitores ao meio online. Isto é, uso de outdoor, spot de rádio, anúncio em jornal impresso e comercial em TV. Em paralelo a esta ação, outros trabalhos foram realizados nas redes sociais para proporcionar interatividade com os internautas e aumentar o número de curtidas no Facebook, que era a principal rede social de interação com o leitor.

Em termos de estrutura, o site utilizava o mesmo espaço físico com o setor de assessoria de imprensa e dividia também equipamen-

tos como gravador, câmera fotográfica, linha telefônica e veículo da empresa. O primeiro ano do site foi bastante desafiador, tanto pelas questões estruturais quanto pelo processo de identidade com o leitor e relacionamento com as fontes oficiais da cidade:

Como era um veículo novo na cidade, as pessoas desconheciam, confundiam nome, às vezes não queriam repassar informações, não concediam entrevista. Também havia na cidade a cultura da falta de credibilidade em relação ao webjornalismo, por relacionar a mídia online com os blogs da cidade, inclusive, os destinados aos assuntos policiais. Chegamos a ouvir: não falo com blogs, eles não são um veículo sério.⁴

No decorrer dos primeiros meses, surgiu a necessidade da contratação de um webdesigner para cuidar das questões estruturais do site; e este acumulou também a função de postagem de banners no Facebook e Twitter. Embora ainda no início, um convênio do site com a UFMA para estágio curricular propiciou a passagem de vários estudantes. Dessa história fazem parte: Joyce Magalhaes, Leticia Maciel, Evandro Raizio, Evanielde Miranda, Edigeny Barros, Helene Lavigne, Esaú Moraes, Andreza Vital, Gizelle Macedo e Ananda Portilho. Muitos deles – com base de referência o ano de 2015 – já estão formados ou em reta final do curso. A função de webdesigner, por sua vez, foi ocupada respectivamente por Elias Barreto, Kayllon Bezerra e Fernando Ralfer.

No ano de 2013, o atual editor-chefe do site, Rodrigo Reis, mudou de cargo na Canal Comunicação e a jornalista Alda Queiroz assume a chefia geral. Sob nova gestão, o site ganhou um layout novo em comemoração a um ano de fundação. Isto poderia ser indício de vida longa ao veículo, mas os rumores do anúncio do fechamento começaram logo nos meses seguintes após o primeiro aniversário do site.

Sobre isso, Jordana Fonseca, que assumiu o cargo de editora-chefe pouco tempo antes do fechamento, afirma que algumas tentativas foram realizadas, com o intuito de reverter a situação. Uma delas foi a realização de promoções em parceria com a rede de cinemas Cinesystem, em Imperatriz, estimulando os internautas a participarem do sorteio de ingressos para as sessões. Ainda assim, não houve retorno no que diz respeito ao acréscimo de anunciantes. Ela ressalta também que a empre-

⁴Entrevista concedida por Paula de Társsia: primeira repórter do site Do Minuto. Imperatriz, 20 de fevereiro de 2015.

sa nunca teve um departamento comercial exclusivo para a captação de anunciantes para o Do Minuto:

Outro fator que contribuiu para a desativação do site foi a falta de interesse do Grupo Canal em continuar com o Do Minuto. Acredito que foi uma opção empresarial, pois o site era um empreendimento bastante diferente dos outros mantidos pela empresa, que tem prestação de serviço na área da divulgação e valorização da imagem dos clientes (campanhas publicitárias e relacionamento com a imprensa, por exemplo) como foco de atuação.⁵

O Do Minuto foi desativado no dia 01 de maio de 2014. De acordo com o proprietário da Canal Comunicação, Chafi Braide, a principal causa foi a falta de anunciantes. Nas palavras dele, o “mercado pequeno” da cidade de Imperatriz não acredita muito na ideia de anunciar em sites de notícias. Segundo Braide, o valor arrecadado com o veículo não era suficiente nem para pagar a folha de funcionários:

Fizemos uma programação para viabilizar o site em dois anos. Porém, ao longo do tempo, as ações de venda resultaram em poucos anunciantes, pois os clientes observaram que o retorno era muito pequeno e, além do que, anunciar na TV, em Imperatriz, era bem mais em conta em relação ao público atingido.⁶

De acordo com o empresário, a Canal ainda tentou manter o site por mais um ano e meio. Contudo, o cenário se repetiu. “A aposta foi feita, porém, sem nenhum retorno. Prejuízo total”, define Braide.

Para Rodrigo Reis, que atuou como editor-chefe durante os primeiros anos do site, um dos fatores que contribuíram para o encerramento foi a falta de planejamento a longo prazo, o que acarretou uma série de limitações. Entre elas, a ausência de uma plataforma que possibilitasse a utilização de mais recursos e permitisse melhor desempenho no gerenciamento do conteúdo. Segundo ele, o único quesito que não pode ser incluído na lista dos fatores que levaram à desativação do site é o de caráter jornalístico: “Em termos de jornalismo, produção e apuração, a equipe conquistou o público da cidade”. Ele menciona casos de matérias que

⁵ Entrevista concedida por Jordana Fonseca: editora-chefe no período de desativação do site. Imperatriz, 14 de abril de 2015.

⁶ Entrevista concedida por Chafi Braide: proprietário da Canal Comunicação, grupo detentor do domínio do site. Imperatriz, 15 de abril de 2015.

repercutiram em todo o estado e até em nível nacional, como a notícia do sequestro do menino Pedro Paulo, na cidade de Imperatriz, cuja primeira foto publicada no Facebook veio do Do Minuto, conquistando milhares de acessos e compartilhamentos em minutos.

Ao acessar atualmente o endereço www.dominuto.com.br aparece a informação “Site em manutenção – acesse o site clicando aqui”. Ao clicar, o internauta é levado apenas a página inicial, porém quando se tenta fazer a leitura das matérias o site informa que não é viável. Antes ainda era possível fazer pesquisas e buscas na plataforma, porém o banco de dados do veículo se perdeu após uma forte chuva que danificou vários computadores da empresa que armazenavam os arquivos, o que inclusive dificultou na restituição da história do site.

A marca e o domínio continuam sob responsabilidade do Grupo Canal, que anunciou que encerraria a rotina de produção para “repensar, planejar, articular e, se tudo for conveniente, voltarmos com mais vigor”, diz uma última publicação do site. Abaixo segue o editorial de encerramento do Do Minuto que contribui para entender – embora hoje desativado – a proporção do crescimento e atuação do jornal online:

Obrigado por cada minuto conosco

O Do Minuto, desde a sua fundação em 10 de abril de 2012, até este mês, teve mais de 500 mil visitas e 1,5 milhão de páginas visualizadas. A média de permanência no site variou entre 3 a 7 minutos durante os meses destes dois anos. Mais da metade dos nossos leitores são homens (55%), na faixa etária de 25 a 35 anos. Os dados são do Google Analytics. Nas redes sociais, temos mais de 8.300 fãs na página do Facebook e mais de 500 seguidores no Twitter

A matéria dos principais fatos da manifestação “Vem Pra Rua”, que abordava a cobertura em tempo real das manifestações em Imperatriz, em junho do ano passado, foi a mais acessada do site. Em seguida, uma série de matérias de prestação de serviços e orientação, como resultados de vestibulares e concursos, tiveram milhares de acessos.

Em 2012, quando o Do Minuto nasceu, não havia sites de notícias em Imperatriz com repórter nas ruas e matérias de cunho autoral. Pioneiro na área, o site mostrou para a cidade que é possível produzir notícias de qualidade para a web. E durante os dois anos, passou por várias adaptações para atender os interesses dos internautas: mudança de layout, agenda de shows, guia de cinema, criação de novas editorias, promoções, etc.

Mesmo com todo o potencial do site e história que fizemos em Imperatriz e região sul do Maranhão, a partir desta quinta-feira (1º) iremos encerrar a nossa rotina produtiva. A causa está relacionada à disparidade entre o crescimento acelerado do site e a rentabilidade financeira. Estamos finalizando as atividades para repensar, planejar, articular, e se tudo for conveniente, voltarmos com mais vigor.⁷

USOS E DESUSOS DE CINCO CARACTERÍSTICAS DO WEBJORNALISMO NO SITE DO MINUTO

Para definir cinco características básicas do webjornalismo, tomaremos como principal referência a obra mais atual sobre a temática, lançada em 2014. Trata-se do livro “Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”, organizado por João Canavilhas, professor doutor da Universidade da Beira Interior, em Portugal, e atuante pesquisador do jornalismo online.

A obra reúne as perspectivas de autores de sete países, com versões atualizadas das particularidades do webjornalismo. A personalização e a ubiquidade foram recortadas ‘para fora’ desta análise por estes pesquisadores discernirem que o estudo de cinco características é suficiente para entendimento de caso, embora não se descarte analisar o site Do Minuto nas perspectivas destas outras duas características, em estudos posteriores.

Salaverria (2014) apresenta a multimídia muito além da convergência de texto, som e imagens. Para ele, o conceito perpassa a ideia de multiplataforma, polivalência e combinação de linguagens. A primeira ideia contribui para uma empresa jornalística coordenar as respectivas estratégias editoriais e comerciais para conseguir um resultado melhor em conjunto.

A polivalência, por sua vez, pode ser mediática, quando o jornalista trabalha simultaneamente para distintos meios; temática, quando o profissional se ocupa simultaneamente de matérias absolutamente distantes de conteúdo; e funcional, quando o jornalista desempenha, na mesma redação, várias funções.

E, por último, a combinação de linguagens bastante presentes no jornalismo conforme situa Salavarria: “Referimo-nos à sua interpretação como combinação de linguagens ou de formatos – texto, som, imagem, vídeo... Esta terceira acepção de multimídia é a mais usual e, de facto, a única que consta no dicionário da Real Academia

⁷Texto dos arquivos do jornalista Rodrigo Reis: primeiro editor do site. Disponibilizado em 17 de abril de 2015.

Espanhola (RAE)”. (SALAVARRIA, 2014, p.29).

Partindo da ideia de que a mensagem multimídia coordena vários tipos de linguagens ou formatos, o autor apresenta oito elementos para produção de conteúdo multimídia: (1) texto; (2) fotografia; (3) iconografia e ilustração; (4) gráficos; (5) vídeos; (6) animação digital; (7) discurso oral e (8) música, efeitos sonoros e vibração.

Diante desta característica, o Do Minuto permaneceu tímido. A plataforma do site não permitia incorporar vídeos que fossem ‘suportáveis’ dentro do próprio servidor. A saída foi a criação de um canal no You Tube para postagens de vídeos. Todavia, esse tipo de produção era pouco usado em função das limitações de equipamentos da equipe. Não houve, por parte dos profissionais, o desempenho de uma função multimídia, muito menos de combinação de linguagens. O texto e a fotografia preponderavam nas matérias. Na análise de conteúdo, percebeu-se uma rara e inconstante frequência de gráficos, vídeos e ilustrações.

A interatividade, na perspectiva de Rost (2014), é uma das características primordiais na comunicação na web, pois se trata de um conceito de ponte entre o meio e os leitores ou utilizadores. Nas palavras dele:

Entendemos a interatividade como a capacidade gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdos (“interatividade seletiva”) como em possibilidades de expressão e comunicação (“interatividade comunicativa”) (Rost, 2006). (...) A interatividade implica uma certa transferência de poder do meio para os seus leitores. Poder, por um lado, quanto aos caminhos de navegação, recuperação e leitura que podem seguir entre os conteúdos que oferece. E, por outro lado, relativamente às opções para se expressar e/ou se comunicar com outros utilizadores/as. (ROST, 2014, p.55).

Na linha de pensamento do autor, a interatividade seletiva relaciona-se às possibilidades de controle que o utilizador possui na recepção dos conteúdos. Desse modo, o grau da interação varia conforme opções de acesso fornecidas pelo meio e ajustes às demandas do utilizador. Na prática, tipo de estrutura hipertextual, motores de busca, índices, opções de personalização de cada página, envio de conteúdos por e-mail ou distribuição deles pelas redes sociais e alertas em dispositivos móveis são fatores que influem e caracterizam esse tipo de interação.

Por sua vez, a interatividade comunicativa engloba a relação do

utilizador entre os conteúdos dos meios de comunicação. A partir desse relacionamento, ele pode discutir, questionar, apoiar e travar diálogos com outros leitores. Percebe-se nesta interação, muitas vezes, que o leitor, em determinadas ocasiões, busca espaço para expressar sua opinião ou prestar informação sem exigência de retorno. Assim, Rost agrupa esse tipo de interatividade em comentários abaixo das notícias, perfis em redes sociais abertas à participação pública, blogs, pesquisas, fóruns, entrevistas de personalidades com perguntas de leitores, publicação de e-mails aos jornalistas, chats, entre outros.

Desse modo, a interatividade seletiva é perceptível no Do Minuto, por meio de uma série de banners postados no Facebook para atrair os leitores ao site e incitá-los ao comentário, debate e sugestão de matérias. Também a criação de promoções (“Envie sua história do Dia dos Namorados e concorra a um jantar”, “Compartilhe este banner e concorra a brindes para o Dia das Mães”) propiciou a participação do público. Em uma perspectiva de interatividade comunicativa, o site, por exemplo, entrevistou candidatos à prefeitura de Imperatriz, com base em perguntas de leitores; abriu uma editoria intitulada “Opinião”, em função de pedidos dos leitores; realizou enquetes e sempre esteve aberto à participação popular, divulgando vídeos feitos por internautas. Na medida do possível, a equipe buscava responder aos comentários deixados abaixo das matérias ou nas redes sociais. Quanto aos e-mails, por serem em escala menor e de fácil organização, todos eram respondidos. Além disso, os leitores costumavam interagir ativamente, com sugestões de pautas por meio de mensagens ‘inbox’ na página do Facebook oficial do site e com mensagens no Whatsapp dos jornalistas.

A perenidade ou memória refere-se à capacidade de arquivamento da informação em pouco espaço e por muitos anos. Para Palácios (2014), tal característica é um elemento de produção de contexto e profundidade para o produto jornalístico. Por isso, é possível aos jornalistas de hoje adicionarem elementos de memória na produção da notícia como, por exemplo, analogias e comparações. Além de remeter textos hipertextualmente com chamadas de “Mais relacionadas”, “Veja também” e “Para ler mais”. Todas estas potencialidades são inexistentes para outros meios, sendo bastante utilizada na web graças ao banco de dados. Marcos Palácios, em obra anterior, já advertia sobre o potencial da memória:

Sem limitações de espaço, numa situação de extrema rapidez de acesso e alimentação (Instantaneidade e Interactividade) e de

grande flexibilidade combinatória (Hipertextualidade), o Jornalismo tem na Web a sua primeira forma de Memória Múltipla, Instantânea e Cumulativa. (PALACIOS, 2002, p.7)

Nesse contexto, surgem as possibilidades de produção jornalística a partir da característica memória, conforme aponta Dalmonte (2009), ao diagnosticar que a adaptação dos conteúdos, muitas vezes apoiada no formato de base de dados, aproxima as empresas web jornalísticas dos seus leitores. Como exemplifica Palácios, o jornalismo se torna mais aberto à participação dos usuários: “Testemunhos tornados públicos a cada dia, disponibilizados na Web por incontáveis escribas (anônimos ou não), acabam por incorporar-se aos produtos jornalísticos contemporâneos (...)”.(PALÁCIOS, 2014, p.95).

A memória, inevitavelmente, estava presente no Do Minuto e podia ser acessada por meio da ferramenta de “Busca” dentro do site, que foi sendo aperfeiçoada ao longo do período de funcionamento do site. Um e-mail do editor na época relata que o jornal online ficou desativado alguns dias por não comportar as notícias no banco de dados:

Elias, Joyce e Paula,
Infelizmente o Do Minuto está fora do ar. Saiu da rede. O técnico me explicou que existe uma cota na localweb e que a Canal em si estourou essa cota. A Canal já vinha sendo avisada que tinha que mudar de servidor. E inclusive começou a fazer isso no fim de semana, motivo este que afetou o funcionamento do site. Não cabe a nós questionar o porquê dessa mudança de servidor ter sido demorada, mesmo porque eu não entendo dessas coisas. E eu nem vou correr atrás disso. Não quero confusão. (...)
Diante esta situação, algumas considerações se fazem necessárias: Ninguém precisa saber o motivo real do site estar fora do ar. A resposta a ser dada, caso sejamos questionados é: estamos em manutenção para melhorar os serviços. O início do projeto é sempre um desafio que precisa de reajustes. Às vezes, alguns procedimentos se fazem de modo mais demorado, mas que com certeza irão aprimorar o trabalho.
Penso que esse intervalo é uma oportunidade pra gente analisar nosso trabalho, revisar conceitos, repensar procedimentos e melhorar. E é isso que estaremos fazendo esses dias que não estivermos na rede. Eu conto com vocês para segurarmos as pontas e nos mantermos firmes e corajosos. Não sei nada do futuro, provavelmente um dia,

mais cedo ou mais tarde, cada um siga seu caminho. Mas quero que nossos nomes estejam registrados na história como os pioneiros daquele que vai ser o portal de notícias mais acessado da região tocantina (risos).

Abraços, boa noite, Rodrigo.⁸

Outra característica marcante do webjornalismo é a instantaneidade. Ou seja, os fatos são transmitidos de forma imediata, instantânea, semelhante à rapidez de informações veiculadas pelo rádio. Todavia, as mudanças no consumo de notícias afetou a instantaneidade, conforme Bradshw (2014). O autor explica que, na perspectiva do jornalista, os contatos estão à distância de um ‘e-mail’, as fontes estão em sua maioria online, buscas, evidências e apuração podem ser feitas virtualmente. Porém, ele não pode mais ficar seguro sobre o que seus leitores sabem, pois o espaço online está complexo, onde uma notícia de um jornal local pode rapidamente se tornar global.

Em função da agilidade exacerbada, falhas de informação e desvios éticos são detectados. “Muitos dos jornalistas online ganharam fama de quem escrevia sem checar e acabaram perdendo credibilidade” (PRADO, 2011, p. 164). Segundo esta autora, foi difícil recuperar a credibilidade no online devido a essa euforia e, embora o comportamento de apuração tenha melhorado na área, ainda surgem casos de informações de primeira mão sem a verificação completa.

A solução deste problema é apontada por Bradshw. Para ele, em tempos de velocidade, alguns já estão explorando novos limites, como ser o primeiro em agregar, verificar e organizar. Quanto à verificação, ele apresenta indicações:

Pistas contextuais incluem: quanto tempo a conta da mídia social existe, quem está conectado e quem se comunica com esta. Caso tenha existido apenas quando uma estória estourou, então é tida como oportunista. As outras contas que a mídia social primeiro ‘seguiu’ ou se tornou ‘amiga’ e quem primeiro as seguiu pode oferecer um motivo para preocupação se não incluem amigos ou colegas. Da mesma forma, se pessoas de uma mesma empresa, comunidade ou localidade não conversam com ou sobre essas redes sociais, devem estas ser vistas com olhar de desconfiança. (BRADSHW, 2014, p.126)

⁸Textos dos e-mails/arquivos do jornalista Rodrigo Reis: primeiro editor do site. Disponibilizado em 17 de abril de 2015.

O próprio nome “Do Minuto” já transmitia a ideia de velocidade, notícia minuto a minuto, instantaneidade e cobertura em tempo real. Mas a realidade era outra. Inicialmente, os jornais impressos da cidade facilmente ‘furavam’ o site e raramente se tinha um notícia em tempo real. Somente depois do primeiro ano que o site passou a ser mais instantâneo, isso ocorreu devido ao amadurecimento da própria redação e ao relacionamento com as fontes. Pois, se antes as fontes oficiais disponibilizavam entrevistas somente à mídia tradicional, o site agora ganhara seu status e era convidado para eventos, entrevistas coletivas e informado de fatos importantes da cidade pelos próprios colegas de imprensa. Em essência, a característica “instantaneidade” foi trabalhada poucas vezes, como em coberturas de notícias factuais como incêndios, manifestações e shows, e isto à medida em que era possível ter um repórter na rua e outro na redação para realizar a postagem e atualização dos fatos, em tempo real.

Por fim, temos a hipertextualidade como característica essencial do webjornalismo. Canavilhas (2014) resgata as origens da palavra hipertexto, explicando que a palavra significava conceitualmente uma escrita não sequencial, a partir da qual o leitor pode fazer escolhas devido às várias opções de leitura que o texto oferece. Ele revela que o conceito foi utilizado, pela primeira vez, nos anos 1960 e, mesmo depois de várias adaptações, a essência do hipertexto permanece, com elementos-núcleo bem definidos. “De forma mais ou menos complexa, as definições incluem sempre dois elementos nucleares: nós e links, ou seja, blocos informativos e hiperligações.” (CANAVILHAS, 2014,p.6).

O significado da palavra “link” perpassa a ideia de atalho, caminho ou ligação. Por isso, os conteúdos são interconectados por links, por meio dos quais é possível ir para outras notícias que podem conter vídeos, imagens, arquivos e sites relacionados e, assim, expandir o contexto da informação. Pinho (2003) esclarece que os links contribuem para dar profundidade à informação e complementar e explicar dados, abreviaturas e termos técnicos. “Na prática, para facilitar a navegação, os vínculos precisam mostrar claramente ao usuário para onde eles estão indo e por que eles devem ir”. (PINHO, 2003, p.187).O autor observa ainda que os links geralmente são sublinhados e em cores, ganhando destaque no texto para atrair a atenção do leitor.

Para atender a essa nova arquitetura da informação, Canavilhas trabalha o conceito de pirâmide deitada como uma proposta de redação hipertextual. “Na Pirâmide Deitada, a notícia é organizada por níveis de

informação ligados por hiperligações internas (embutidas) que permitem ao leitor seguir diferentes percursos de leitura que respondam ao seu interesse particular”. (CANAVILHAS, 2014, p.13). Em suma, a oferta da informação não estaria organizada do fato mais importante para o menos importante, como sugere a técnica da pirâmide invertida, e sim estruturada de um núcleo central, que se expande em vários blocos, para atender aos diversos interesses dos leitores. Por exemplo, uma notícia sobre um acidente teria em si um texto com os principais dados para responder às informações do lead, à medida que traria links que direcionariam o usuário para mais desdobramentos como depoimentos de autoridades, vídeos de internautas, balanço dos últimos acidentes na região e uma gama de possibilidades que cada fato requer.

A hipertextualidade não era utilizada em larga escala no Do Minuto, a não ser em links dentro de uma matéria que direcionava para outras relacionadas ao mesmo assunto. Esporadicamente, os hiperlinks eram utilizados dentro do próprio texto. A explicação para o pouco uso de links advém do planejamento do site. Pois o modo de inserção de link era muitas vezes manual a partir de códigos: “<relacionada>Aqui vai o texto do título...</relacionada>”, este, por exemplo, deveria ser sempre utilizado na criação de um título para uma notícia relacionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os fatores que levaram à desativação do Do Minuto estão falta de planejamento a longo prazo do site e de atualização constante sobre as perspectivas do webjornalismo, perfil do leitor, consumo e circulação da informação na plataforma online. Sobre planejamento a longo prazo: o site foi gerado na emoção, na sede de ter um noticiário instantâneo, acessível e de boa credibilidade para a cidade de Imperatriz e região. Na emoção, não se pensou em uma plataforma de sistema de gerenciamento de conteúdo de múltiplas possibilidades. Isto é uma crítica ao **WordPress** ou ao conhecimento que se tinha dele. Com o passar do tempo, para a demanda de notícias e de interações que se precisava fazer, a plataforma tornou-se frágil.

Outra limitação que não foi pensada devido à justa emoção foi a questão de espaço, provedor. Em três semanas, havia tanto material que o provedor superlotou, como foi observado anteriormente através de e-mail do editor. A saída foi desativar o site durante dias e montar uma base

segura e ampla dentro da agência de publicidade, que hoje está perdida devido a um acidente na empresa. Ora, com planejamento a longo prazo, tais problemas seriam evitados. Quando o site começou a ter um ‘boom’ por ser novidade, teve que sair do ar.

Qual o perfil do leitor da época? Não se sabe. Não há relatos e documentos de que houve pesquisa. Há especulação, conversas entre a equipe e hipóteses. O site foi feito sem saber o comportamento do usuário, suas formas de acessar e meios de acesso e tantas outras informações que uma pesquisa poderia prever. Logo não se tinha noção do consumo e circulação da informação online e sem isso ficava complicado articular um projeto paralelo de publicidade.

Mesmo sabendo que o site não tinha se firmado financeiramente, acreditava-se na possibilidade de que o mesmo permanecesse em funcionamento com o devido investimento no setor comercial. Porém, era visível o desinteresse do grupo ao qual o site pertencia em estruturar o departamento de vendas e fazer o site gerar renda. Além disso, a falta de investimento atingia a estrutura de trabalho da redação como um todo, o que também impedia um maior crescimento da cobertura realizada pelo Do Minuto. A reforma do layout e contratação de jornalistas formados foram avanços, no entanto, não suficientes. Dessa maneira, se continuasse em funcionamento nestas condições de limitação, acabaria estagnado sem crescimento. E, logicamente, perdendo o prestígio entre a opinião pública conquistada ao longo de dois anos. Importante destacar ainda que, quanto à história do site, a estrutura de um artigo não permitiu reconstruir com detalhes a memória do Do Minuto, todavia o trabalho deixa pistas para que outros pesquisadores possam continuar a reconstruir a trajetória do site e pensar novos modos de qualificar o webjornalismo em Imperatriz e região.

REFERÊNCIAS

BRADSHAW, Paul. Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, João (Org.). **WEBJORNALISMO: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros Labcom. 2014.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João (Org.). **WEBJORNALISMO: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros Labcom. 2014.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo**: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAVILK, John. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, informações e memória**. Comunicação apresentada nas jornadas de Jornalismo Online. Porto: Universidade de Beira Interior, 2002

PALACIOS, Marcos. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). **WEBJORNALISMO: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros Labcom. 2014.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro. LTC, 2011.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João (Org.). **WEBJORNALISMO: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros Labcom. 2014.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João (Org.). **WEBJORNALISMO: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros Labcom. 2014.

PARTE IV

O PROFISSIONAL E AS REPORTAGENS



O perfil do jornalista de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso

William Castro Morais¹

¹Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Este artigo objetivou identificar o jornalista de Imperatriz e traçar um perfil desse profissional na cidade. O jornalismo local inicia-se com o surgimento do primeiro jornal “O Alicate”, em 1932. Com a construção da Rodovia Belém-Brasília, já na década de 1960, a cidade se desenvolvia e isso possibilitou o surgimento das primeiras emissoras de rádio, TV e novos jornais no município. Hoje Imperatriz tem um número expressivo de profissionais de comunicação, por isso é relevante conhecer os responsáveis pela divulgação atual das notícias na região. Para alcançar esse objetivo, o estudo foi realizado por meio da aplicação de questionário aos jornalistas, entrevistas com os presidentes dos órgãos de classe e pesquisa bibliográfica. O trabalho monográfico teve dupla abordagem, qualitativa e quantitativa com um roteiro de entrevista semi-estruturada, para possibilitar a análise da opinião dos entrevistados sobre o assunto relacionado. Por meio da tabulação e a análise dos dados coletados, observou-se que Jornalismo é marcado por profissionais mais experientes, porém poucos têm formação acadêmica na área. Os resultados mostraram também as indagações e a avaliação deles sobre o exercício da atividade.

Palavras-chave: Jornalismo; Profissão; Jornalistas; Sociedade; Imperatriz-MA.

Localizada no oeste do Estado, a história da cidade de Imperatriz começa em 1852, quando é fundado o povoado de Santa Teresa, em homenagem a Santa Tereza de A'Vila, cuja imagem o fundador Frei Manual Procopio do Coração de Maria carregava quando chegou nestas terras e hoje é padroeira da cidade. Com o desenvolvimento da povoação, torna-se Vila Nova de Imperatriz, “em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, mulher do imperador Dom Pedro II, a quem os moradores da povoação solicitaram proteção em demandas” (FRANKLIN, 2005, p. 57). Mas, somente sessenta e dois anos depois a Vila foi elevada a categoria de cidade com o nome apenas de Imperatriz, em 1924. A partir disso, com a expansão em vários setores, a cidade caminhava a passos largos para transformar-se na segunda maior do estado em prosperidade e população. De acordo o censo 2010 do IBGE², a população atual da cidade chega a 247.553 habitantes.

O Jornalismo dava seus primeiros passos em 1932 com o surgimento do jornal O Alicate e a profissão começava a ganhar espaço na região. Em 2012, Imperatriz completa oitenta anos de Jornalismo. Entretanto, acredita-se que a sociedade não conhece o jornalista de Imperatriz, os profissionais da imprensa, responsáveis pela elaboração de notícia sobre a cidade. A importância deles é observada na construção de um conhecimento sobre a realidade imediata, onde são acionados pela população para registrar denúncias, pressionar os poderes públicos e defender os direitos do cidadão.

Por essa importância social, surge a necessidade de saber as seguintes questões para conhecê-lo: Quem é o jornalista de Imperatriz? Qual a faixa etária, sexo e escolaridade? Que visão tem de seu papel na sociedade? O que faz nas horas de lazer? Quais as angústias vivenciadas no exercício da profissão? Qual a faixa salarial? Como atuam na atividade jornalística? Quantos conhecem o Código de Ética da profissão? Apresentam problemas de saúde? Qual o estado civil? Quantos têm filhos?

Segundo o Sindicato dos Jornalistas de Radialistas de Imperatriz, a cidade possui em média 500 profissionais atuando na área. Para fazer uma seleção dos participantes desta pesquisa com o objetivo de traçar o perfil do jornalista, serviu como base o Decreto-lei³ n° 972, de 17 de Outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão

²Fonte: www.ibge.org.br. Acessado em 05 de dezembro de 2010.

³Fonte: <http://www.soleis.adv.br/jornalistaprofissao.htm>. Acessado em 10 de outubro de 2010.

de jornalista. Mesmo o diploma não sendo mais exigido desde junho de 2009, por decisão do Supremo Tribunal Federal, esta lei permitiu o uso de critérios para a escolha dos entrevistados, pois há um grande número de comunicadores na cidade ou que atuam em áreas afins. Como o Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo é recente na Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, funcionando desde 2006, não fazem parte da pesquisa apenas os profissionais diplomados na atividade, e sim aqueles que exercem as funções estabelecidas em lei, no Art, 6º.

No rádio, os jornalistas podem exercer as funções de editor, redator, repórter, locutor, comentarista e operador de áudio, e no jornal impresso os cargos são de editor, editor-chefe, redator, colunista, revisor, repórter, pauteiro, fotógrafo, diagramador, ilustrador e editorialista.

Ainda de acordo com o Decreto-lei nº 972, são considerados jornalistas profissionais aqueles que exercem as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º, como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão. As funções variam de acordo com cada mídia, veículo ou canal, mas, muitas vezes a mesma função recebe nomes diferentes nas empresas de Jornalismo. Sabe-se que os cargos estão em torno dos profissionais que elaboram a reportagem, a seleção, redação e a edição das informações para a divulgação.

A cidade, atualmente possui sete emissoras de TV, oito de rádio e dois jornais impressos em circulação. Após um mapeamento nos principais veículos com conteúdo jornalístico de Imperatriz, constatou-se que o campo de atuação do mercado de trabalho é composto aproximadamente por 88 profissionais que atuam na TV, 7 no rádio e de 17 nos jornais impressos locais. Esses números totalizam uma média de 112 jornalistas responsáveis pela apuração, elaboração e divulgação da notícia à sociedade. É um número bastante expressivo, sendo que há ainda na cidade profissionais presentes nas assessorias de comunicação, jornais on line, site de notícias, blogs informativos, entre outros, que no momento não fazem parte desta pesquisa presente, abordando assim somente as três mídias citadas acima, TV, rádio e impresso, onde está a maior parte dos profissionais. O questionário foi respondido por 73 jornalistas do número mapeado, o que representa média de 65% da amostra total.

Identificá-los e estabelecer um perfil desse profissional na cidade torna-se, também, um registro inédito do trabalho sobre o jornalista

de Imperatriz. Em breve, possíveis comparações poderão ser feitas para observar quais mudanças aconteceram neste cenário. A importância de identificar o perfil dele é destacada por Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, no texto *As notícias e os seus efeitos*,

Embora existam vários agentes que com a sua ação pessoal podem modificar “o que é notícia” e o modo como a notícia é construída e fabricada, os jornalistas são, provavelmente, o elo mais relevante do processo, muito embora outros agentes, como as fontes, sejam também seus protagonistas destacados. Importa, então, conhecer minimamente qual é o perfil desses profissionais de comunicação (SOUSA, 1999).

Portanto, para tentar compreender a história do jornalismo e dos jornalistas da cidade, as informações contidas neste trabalho são resultados da análise dos questionários aplicados, de pesquisa bibliográfica, entrevistas de profissionais que atuaram ou ainda exercem a profissão da cidade, além de recentes pesquisas realizadas por estudantes financiadas pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA - do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz. A presente pesquisa foi aplicada entre os dias 25 de outubro e 05 de novembro de 2010.

DADOS PESQUISADOS

Inicialmente, o estudo revela que da amostra pesquisada observa-se que 84% dos profissionais entrevistados são jornalistas que atuam em televisão, 11% representam os que exercem funções em jornais impressos da cidade e apenas 5% trabalham em rádio (Gráfico 01). Isso mostra que a cidade possui mais profissionais atuando na TV, onde o mercado de trabalho é maior devido ao grande número de emissoras na cidade e programas independentes. Vale ressaltar que do total de entrevistados, há profissionais que exercem mais de uma função em meios de comunicação diferentes.

Segundo a análise dos questionários aplicados, destaca-se um número significativo maior de homens atuando no mercado de trabalho do que de mulheres em Imperatriz. A pesquisa revelou que dos 65% que fizeram parte do questionário, cerca de 81% são homens e somente 19% são jornalistas mulheres.

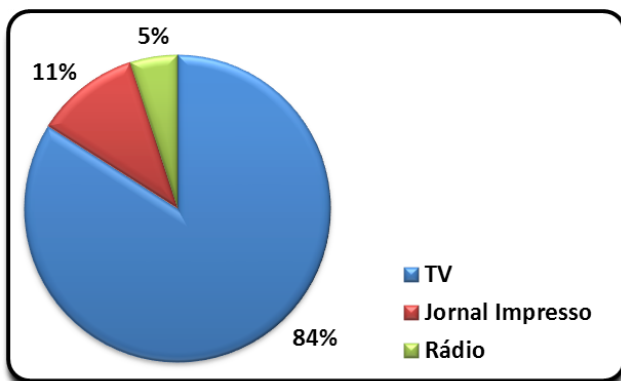


Gráfico 01: Total de profissionais entrevistados por mídia
 Fonte: Elaborado por Diego Sousa

A pesquisa revelou também que as mulheres ocupam menos funções no exercício da atividade jornalística dentro das empresas de Imperatriz. Os homens possuem em média até seis cargos, tendo alguns até com mais, enquanto que as poucas mulheres que tem mais de uma função, não passam de 3 cargos exercidos dentro da empresa. As funções mais comuns para os homens na cidade são de rádio-repórter, noticiarista, chefe de reportagem, editor de imagens, diagramador de jornal impresso, repórter, redator, apresentador de TV e cinegrafista. Já para as mulheres, há cargos exercidos principalmente em edição para o rádio, repórter, apresentadora de TV, arquivista e chefe de reportagem.

Analisando os questionários aplicados, foi possível perceber que a faixa etária correspondente a maioria dos jornalistas de Imperatriz varia dos 41 anos aos 50, desses 29% a maioria tem mais de vinte anos de prática no jornalismo (Gráfico 03). Do total, 21% dos entrevistados têm entre 36 e 40 anos, com média de mais de dez anos de carreira, seguido por 19% de jovens jornalistas, entre 18 e 25 anos, com aproximadamente até cinco anos de atuação no mercado. Observa-se ainda que 15% possui entre 26 e 30 anos e 12% com faixa etária de 31 a 35 anos. Somente 4% dos entrevistados possuem mais de 50 anos de idade, com média de 20 a 30 anos de profissão. Também foi possível verificar que não há diferença da quantidade de cargos exercidos pelos jornalistas como resultados do tempo de carreira ou da idade informada, e no exercício da atividade, há pouca mobilidade quanto a mudanças de funções.

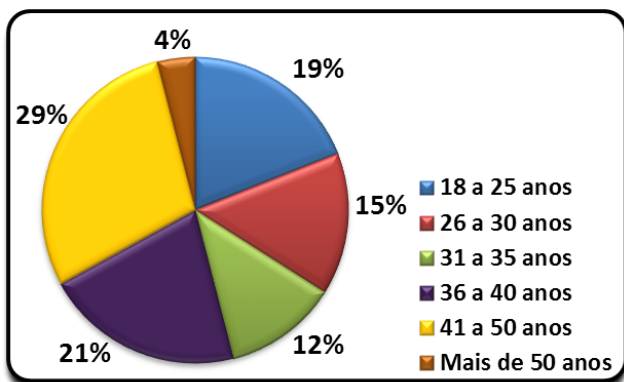


Gráfico 03: Faixa Etária

Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Pelo elevado número de profissionais atuantes no mercado de Imperatriz, é necessário compreender a naturalidade desses jornalistas. A cidade tem um curso de Comunicação Social ainda recente, com a primeira turma a ser formada no final de 2010, então, de onde vieram esses profissionais? É interessante entender sua origem, conhecer o seu local de partida, saber se nasceram no Maranhão, em estados vizinhos ou mesmo de regiões mais distantes do país. Na Região Tocantina, a amostra da pesquisa revelou que a maioria dos profissionais que atuam na cidade, são deste estado, cerca de 79%, e apenas 21% chegaram de estados como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Brasília, Piauí, Goiás, Santa Catarina. Outros quatro são jornalistas do Tocantins, dois do estado do Pará e dois profissionais de São Paulo (Gráfico 04).

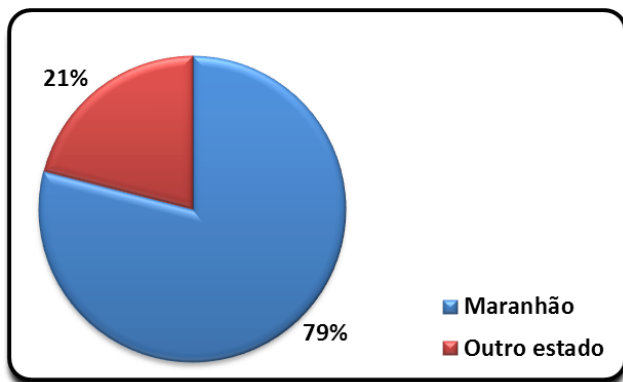


Gráfico 04: Naturalidade

Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Cursar uma universidade é uma forma de conhecer mais a atividade profissional a ser desempenhada, por isso uma das questões levantadas é o grau de escolaridade dos profissionais que atuam em Imperatriz. Observa-se que 45% dos entrevistados possuem somente o ensino médio, seja completo ou incompleto, isto mostra o alto número de jornalistas atuantes na região sem qualificação universitária em Jornalismo ou área afim, dado que representa quase metade dos profissionais da cidade com ensino médio. Da amostra, 31 % estão fazendo faculdade e 21% são formados em alguma área do conhecimento (Gráfico 06). Esse dado representa 22 profissionais formados, mas apenas 7 são habilitados em Jornalismo. Dos 18 jornalistas que estão cursando uma faculdade, também 7 deles fazem Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na UFMA/Imperatriz. Os cursos mais detectados na pesquisa são de Economia, Contabilidade, Administração Hospitalar, Direito, Teologia, Pedagogia, História, Filosofia, Geografia, Turismo, Administração de Empresa e Gestão em Recursos Humanos. Mesmo os profissionais cursando faculdades diferentes de jornalismo, há uma busca por qualificação, pois os jornalistas da cidade

São vistos, lidos e ouvidos por toda população Imperatrizense, do sul do Pará e norte do Tocantins. Por isso, precisam estar devidamente preparados, qualificados para realizarem suas funções de modo que o trabalho seja feito com competência, compromisso, ética, conhecimento amplo e profissionalismo (NEGRÃO, 2007, p. 34)

E com esse gráfico de escolaridade foi possível analisar que a maioria dos profissionais que possui Ensino Médio é composto pelos repórteres-cinematográficos.

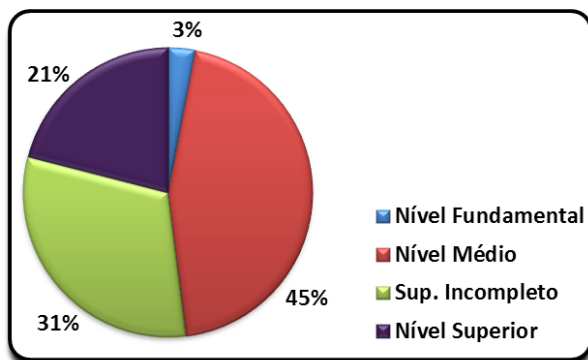


Gráfico 06: Escolaridade
Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Manter-se informado e com leituras diárias para fortalecer o conhecimento sobre a vida humana e a profissão exercida é de fundamental importância para todos os profissionais das mais diversas atividades. Será que os jornalistas de Imperatriz têm hábito de ler livros? A pesquisa revelou que 48% têm o hábito sempre da leitura e 36% às vezes. Os números mostram que somente 15% afirmaram ler raramente e 1% não tem este hábito (Gráfico 14). Sabe-se que a prática jornalística com mais compromisso, ética, conhecimentos e habilidades podem também ser erguidos ou auxiliados pelas leituras adquiridas. Isto pode refletir numa reconhecida qualificação e investimento pessoal para atuarem mais preparados na profissão de jornalista.

São muitos os mitos que giram em torno da profissão de jornalista, um deles é que o profissional trabalha demais na área e nesta pesquisa foi questionado as horas diárias de trabalho nas empresas. O resultado foi surpreendente, pois cerca de 40% responderam trabalhar diariamente apenas 6 horas, são profissionais com as mais diversas funções, 20% disseram que trabalham mais de 8 horas por dia, sendo que estes profissionais, em sua maioria, possuem mais de uma função dentro da empresa ou exercem cargos em mais de um veículo de comunicação. Desta amostra, 18% trabalham 5 horas por dia, que correspondem principalmente aos profissionais com funções de repórter, sendo este o horário estabelecido por lei para o cargo, e 7% tem 4 horas diárias de trabalho, destes, há um destaque para profissionais do rádio, tempo usado em muitos programas radiofônicos (Gráfico 21).

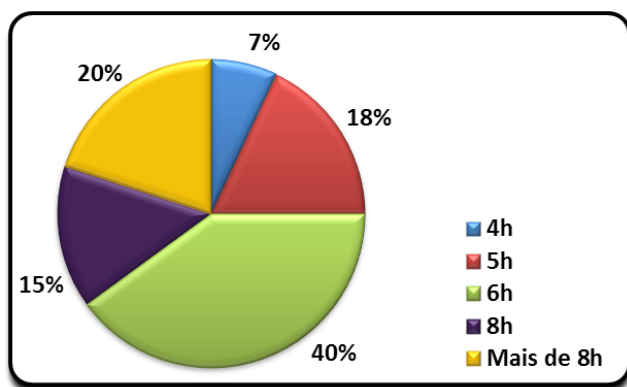


Gráfico 21: Jornada de Trabalho
Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Analisa-se nesta pesquisa também, nos aspectos profissionais, a renda mensal dos jornalistas de Imperatriz. É interessante revelar o que os jovens jornalistas vão encontrar na realidade local sobre o salário destes profissionais e até perceber se há funções que pagam melhor que outras no Jornalismo. Segundo a amostra, cerca de 66% recebem entre dois e quatro salários mensais, que exercem as funções de editor de imagens, rádio-repórter, noticiarista, revisor de texto e a maioria dos repórteres e cinegrafistas. Do total pesquisado, 21% responderam ter uma renda mensal maior que 5 salários, neste dado, foi possível perceber que muitos profissionais deste perfil exercem entre 3 a 8 funções, seja no mesmo veículo ou não, assim também como há mais tempo de carreira e exerce cargos superiores aos demais. E 13% revelaram que ganham até um salário mensal, que correspondem principalmente aos diagramadores de jornal impresso e cinegrafistas (Gráfico 22).

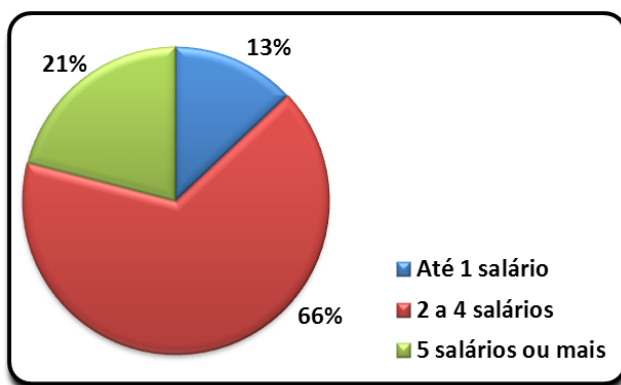


Gráfico 22: Renda Mensal
Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Para fazer Jornalismo, acredita-se que é preciso ter afinidade com a área, pois são horas incessantes em busca da informação, algumas pessoas alegam não serem bem remuneradas de acordo com a atividade que exercem e sentem falta de apoio e valorizadas pelo trabalho realizado, mas há aquelas que são apaixonadas pelo ofício de informar a sociedade e contribuir de alguma forma com a opinião pública. Nesse contexto, foi abordada a satisfação com a profissão pelos jornalistas da cidade por meio de perguntas abertas no questionário. Em média 93% dos entrevistados argumentaram que a satisfação de fazer Jornalismo é resultado da paixão pela atividade; “sentem prazer no que fazem”; “gostam de tra-

balhar com o público”, “prestar um serviço à pessoas”. Outros falaram ainda que estão “realizando um sonho” exercendo o trabalho jornalístico e muitos revelaram que a atuação na atividade é “fruto de vocação”, e que a profissão é um “desafio diário, fazendo com que ela seja uma atraente forma de vida”. Aqueles que responderam não estarem satisfeitos com a profissão, cerca de 7%, alegaram que é por causa da “falta de união entre os profissionais”, e necessitam de “mais valorização” da atividade na cidade. Alguns afirmaram que esperam “conseguir um trabalho melhor”. Houve aqueles que disseram que a insatisfação também é devido ao “baixo salário da categoria”, assim como as pressões exercidas pela diretoria das empresas que trabalham (Gráfico 23).

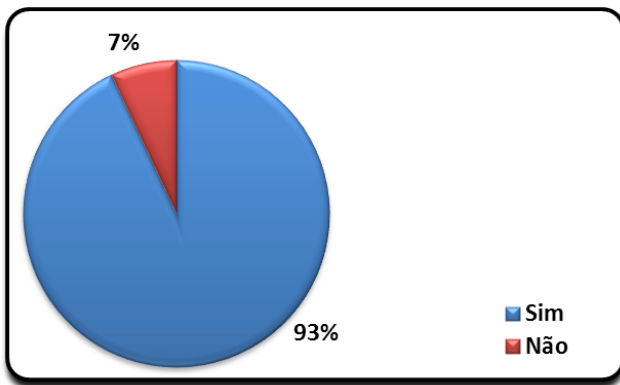


Gráfico 23: Satisfação com a profissão
Fonte: Elaborado por Diego Sousa

Na pesquisa aplicada foram feitas ainda três perguntas para que fosse possível também ter um olhar dos jornalistas sobre alguns aspectos da atividade exercida, como a avaliação da prática jornalística, as mudanças desejadas na profissão e a nota que o Jornalismo da cidade merece. De acordo com as respostas, 26% avaliam a profissão como uma atividade necessária para atender a sociedade, acreditam que o Jornalismo é um aliado na busca do cumprimento dos deveres e direitos dos cidadãos e governantes (Gráfico 28); 12% avaliam o trabalho como “algo importante, mas pouco valorizado na região”, necessitam de reconhecimento em todos os níveis sociais, entretanto 8% disseram ser apaixonados pelo que fazem, exercer o Jornalismo está ligado à paixão que sentem pela área e o prazer que tem do ofício. Já 38% deram as mais diversas respostas e avaliam a profissão como “ótima”; “indispensável”; “interessante porque in-

forma às pessoas” e “o jornalista tem a oportunidade de estar presente em momentos históricos da humanidade”; “arriscada, pois é preciso ser bom para se manter nela”; “satisfatória”; “uma maneira de contribuir no processo democrático da informação”; “envolvente com as pessoas”; “perigosa”. Porém, 16% não responderam a este questionamento.

Entre tantas avaliações sobre a profissão, será que os jornalistas de Imperatriz almejam a mudança em algum aspecto da atividade? Segundo a amostra pesquisada, cerca de 25% mudariam o piso salarial, sendo este um dos maiores anseios da categoria entrevistada, que está ligado à valorização, pois alguns acreditam que recebem pouco porque não estão sendo devidamente valorizados na função que exercem dentro da empresa. Em média, 22% afirmaram estar satisfeitos com a atividade, portanto não mudariam nada, e 10% alegaram que mudariam “as condições que os profissionais trabalham na cidade”. De acordo com a pesquisa, esse dado revelou que os jornalistas de Imperatriz estão “insatisfeitos com os equipamentos” usados na busca da informação. Nessa amostra, 28% falaram que as mudanças no Jornalismo seriam: “exigir o diploma de Jornalista para o exercício da profissão”; “restringir o acesso dos profissionais que usam a atividade jornalística para se autopromoverem com fins eleitorais”; “obter mais respeito com os cinegrafistas”; “lutar contra os jornalistas antiéticos que permitem a corrupção na imprensa”; “mudar a linha editorial do veículo em que trabalham”; “diminuir o acúmulo de funções de uma pessoa”, assim como “retirava o poder da mídia das mãos de políticos”. Do total, 15% preferiram não responder.

Com base nos resultados coletados, observa-se a presença de aspectos que chamaram mais atenção após a conclusão da pesquisa. A amostra indicou que ainda predominam os homens no trabalho jornalístico em Imperatriz. Fator este que pode ser mudado ao longo dos anos, já que a figura feminina está presente em muitas funções ganhando cada vez mais espaço no mercado.

Destaca-se que o exercício da prática jornalística é realizado por profissionais mais velhos, com média de 20 anos de carreira na área, são jornalistas experientes e que viveram os mais diversos momentos históricos do país e da cidade, contando por meio de registros nos veículos de comunicação existentes da época e que muitos atuam na atividade até hoje.

Jornalistas formados na área específica também formam um dado que mostra o impacto que a sociedade pode ter quando todos os anos forem colocados no mercado os formandos do Curso de Comunicação

com habilitação em Jornalismo da UFMA, Campus de Imperatriz. O curso representa a busca por mais qualificação também dos jornalistas que já atuam na área e não possuem ensino superior para dar mais embasamento ao exercício profissional. Vale ressaltar que esse dado foi importante para diagnosticar o grau de escolaridade dos jornalistas da cidade, destacado que ainda há profissionais com nível fundamental e a maioria com nível médio, afetando mais os jornalistas com função de cinegrafistas. Em todas as funções no mercado de trabalho, é imprescindível a busca por uma qualificação para melhor realizar o trabalho proposto.

A pesquisa serviu para traçar o perfil do jornalista de Imperatriz e mostrar um olhar para conhecer melhor seu ambiente de trabalho, seu modo de vida, suas angústias e sua visão sobre o modo de fazer Jornalismo. Foi possível constatar ou mesmo confirmar o que, talvez, muitos que estão hoje nos bancos das universidades sentem ou que estão no mercado de trabalho já sabem: quem exerce a profissão sente amor pelo que faz. Os entrevistados deixaram bem claro que era uma das principais razões para exercerem a atividade, a paixão pela profissão. Não há como negar que mesmo a cidade possuindo poucos profissionais com formação universitária em Jornalismo, a região possui jornalistas que tentam informar a sociedade da maneira mais qualificada e ética possível. Eles terão a partir de 2011 novos colegas de profissão que podem contribuir e compartilhar as experiências do Jornalismo com novos parâmetros para o exercício da atividade.

Essa junção dos novos jornalistas de Imperatriz e dos que já compõem o mercado de trabalho presentes nesta pesquisa pode resultar num impacto no modo de vê e fazer Jornalismo na cidade. Acredita-se que em breve, um novo perfil desse jornalista poderá ser traçado e esta amostra servirá como base para possíveis comparações e respostas de questionamentos feitos por outros pesquisadores deste tema. Portanto, conhecer o jornalista da cidade é uma forma de observar a realidade local vivida na Região Tocantina e esse estudo foi um dos primeiros passos registrados para alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. **Mulheres e imprensa: passado e presente.** HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula (orgs). Comunicação e história: interfases e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X Globo Universidade, 2008. 271p.

ALSINA, MIQUEL RODRIGO. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. 351p. (tradução de Jacob A. Pierce, Coleção Clássicos da Comunicação Social)

ASSUNÇÃO, Thays Silva. **Comunicação em Imperatriz**: A análise dos acervos de jornais impressos (1932 a 2008). Imperatriz. 2010. 41p. (Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMA)

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com Arte, 1992. (Clássicos do jornalismo brasileiro; 5)

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Comunicação em Imperatriz**: As Vozes dos Jornalistas (1932 a 2008). Imperatriz. 2010. 40p. (Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMA)

FILHO, Ciro Marcondes. **Ser Jornalista**: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009. 278p.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. 274p.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. **Breve História de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005. 101p. (Série Ciências Humanas, v.1).

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997. 147p. (Coleção Novas buscas em comunicação; v.54)

LAGE, Nilson. **A formação dos jornalistas e uma falácia descrita por Platão**. Federação Nacional dos Jornalistas (orgs). **Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: FENAJ, 2008. 158p.

MARTINS, Luiz. **O Jornalismo e a vida (civil) humana**: diplomas e carteiras. Federação Nacional dos Jornalistas (orgs). **Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: FENAJ, 2008. 158p.

MEDITSCH, Eduardo. **Novas e velhas tendências**: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. Federação Nacional dos Jornalistas (orgs). **Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: FENAJ, 2008. 158p.

MELO, José Marques de. **Pedagogia da Comunicação**: Matrizes Brasileiras. José Marques de Melo (orgs). 1ed. São Paulo: Angellar, 2006. 312p.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852 – 2002**. Imperatriz – MA: Instituto Imperatriz, 2003.

SCHRÖDER, Carlos Augusto. O Jornalismo como missão impossível. Federação Nacional dos Jornalistas (orgs). **Formação Superior em Jornalismo**: Uma exigência que interessa à sociedade. Florianópolis: FENAJ, 2008. 158p.

SILVA, Antônio Paulo. **A formação dos profissionais de imprensa de Imperatriz**. Imperatriz. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação Santa Terezinha – Fest. Imperatriz, MA, 2007.

SODRÉ, Muniz. Muito além do diploma. Federação Nacional dos Jornalistas (orgs). **Formação Superior em Jornalismo**: Uma exigência que interessa à sociedade. Florianópolis: FENAJ, 2008. 158p.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, v. I, 2005a. 224p.

_____. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, v. II, 2005b. 216p.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Sumus, 1993. 114p.

O que é que o Mercadinho tem

Alexandre Zarate Maciel¹

André Wallyson Ferreira da Silva²

¹Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco

²Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de relatar as histórias da maior feira da região tocantina, o Mercadinho, por meio da realização de um livro-reportagem-retrato que traça o cotidiano do local, sua estrutura e personagens. Da abordagem ao tema, o livro registra e retrata as histórias, problemas, complexidade, os anônimos e as rotinas do local. No processo metodológico, foi necessário criar um cronograma de produção para pesquisas documentais e em campo, entrevistas aprofundadas, a fim de dar voz aos anônimos, fugindo do estreito círculo de fontes legitimadas e abrindo, assim, espaço para vozes variadas. O livro-reportagem “O que é que o Mercadinho tem”, apresenta, em forma de jornalismo narrativo, a possibilidade de visitar o local a partir de uma ampla reportagem recheada de histórias, vivências e descrições.

Palavras-chave: Livro-reportagem; Jornalismo Literário; Feira; Mercadinho.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1950, o Mercadinho não era mais que um quarteirão de comércios de carne construídos com madeira e cobertos de palha. O local teve um grande crescimento com a chegada da Rodovia Belém-Brasília e se tornou um dos maiores polos do setor atacadista do Maranhão e o maior centro abastecedor de hortifruti-granjeiros da região tocantina, que engloba municípios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, em um raio de até 300 quilômetros.

O Mercadinho dá nome ao bairro onde está localizado atualmente e, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura, possui cerca de 300 pontos formais e informais de comércio, por onde passam diariamente cerca de sete mil.

Presentes desde a antiguidade como fenômenos socioeconômicos é praticamente impossível determinar a origem exata das feiras. Alguns registros históricos garantem que por volta do ano 1.000, na Europa, passou a existir uma espécie de população que percorria diversas localidades do continente realizando trocas rudimentares. À medida que foram se espalhando, também cresceram, até chegar aos castelos.

Da Baixa Idade Média para os nossos dias. Das feiras medievais para as feiras livres. Do latim “feria”, que significa “dia de festa”, a feira sempre simbolizou a troca (via dinheiro ou não) por um objeto do desejo. Podia ser um balaio de milho, especiarias ou tecidos que se precisava naquele início de século 11. Agora, pode ser um radinho de pilha usado, uma torneira ou uma boneca nova. Junto com seu representante maior – o comerciante – esta atividade se modernizou. Virou diversão para amigos, compromisso entre pais e filhos e até inspiração para compositores (JUCÁ, 2012).

Assim como o Mercadinho, muitas feiras atualmente são consideradas pontos tradicionais em suas cidades. Se Pernambuco tem a Feira de Caruaru, que virou até música cantada por Luís Gonzaga, nos subúrbios de Paris, existe a Marché aux Puces ou Mercado das Pulgas. Em Curitiba, tem a Feira do Largo da Ordem, em Belém o Mercado do Ver-o-Peso, em São Paulo, a Feira do Bixiga e no Rio de Janeiro, a Feira de São Cristóvão.

OBJETIVO

O trabalho tem o intuito de, por meio de um livro-reportagem-retrato, traçar o cotidiano do Mercadinho, sua estrutura e personagens. A ideia é registrar e retratar as histórias, problemas, complexidade, anônimos e personalidades, e rotinas de uma das maiores feiras do Estado do Maranhão.

Além disso, o livro revela, explica e permite que os leitores possam conhecer a feira em estrutura, rotina, problemática e personagens. O trabalho busca ainda a possibilidade de dar voz a anônimos, fugindo do estreito círculo de fontes legitimadas, abrindo assim espaço para vozes variadas.

Por ser um veículo de comunicação impresso não periódico com reportagens amplas e com tratamento superior ao que comumente é dado nos meios de comunicação diários, o livro-reportagem foi escolhido para falar do Mercadinho por romper com as limitações e vícios jornalísticos frequentes no ofício, contribuindo assim, com a construção de um debate mais amplo e democrático sobre a principal feira de Imperatriz.

JUSTIFICATIVA

Pela importância de registrar e retratar uma das maiores feiras da região, imortalizando os relatos e preservando as histórias, surgiu a necessidade da realização de um livro-reportagem, no qual fosse narrado o cotidiano do Mercadinho, como espaço comercial e popular da segunda maior cidade do Maranhão.

Tendo em vista que, “o livro-reportagem estende a função informativa e orientativa do jornalismo impresso cotidiano uma vez que cobre vazios deixados pela imprensa, e amplia, para o leitor, a compreensão da realidade” (LIMA, 2009, p. 61), o resultado pretende ser uma longa reportagem a partir de relatos circunstanciais, inspirados no jornalismo literário, e de fotos antigas e atuais, a fim de captar os sintomas do cotidiano deste local. A intenção é revelar, explicar e permitir que os leitores possam se projetar para a feira e conhecê-la em estrutura, personagens, rotina e problemáticas.

A proposta é que seja construído um livro-reportagem-retrato, que segundo Edvaldo Pereira Lima (2009):

Exerce papel parecido, em princípio, ao do livro-perfil. Mas, ao contrário deste, não focaliza uma figura humana, mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento da atividade econômica, procurando traçar o retrato do objeto em questão. Visa elucidar, sobretudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade. (LIMA, 2009, p. 53).

A diversidade, marcante e presente no Mercadinho, possibilita uma miscelânea de fontes. De acordo com Edvaldo Pereira Lima, “não estando atrelado ao ritmo compulsivo de produção das redações, o livro-reportagem pode fugir do estreito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas” (LIMA, 2009, p. 84).

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para escrever o livro-reportagem foram utilizadas técnicas jornalísticas e literárias próprias desse tipo de produto. O projeto envolveu etapas, como o levantamento de dados e mapeamento de fontes, além da aplicação de técnicas como as entrevistas em profundidade, humanização, exatidão, histórias de vida, análise documental e a observação participante.

Primeiro foi feito um mapeamento de fontes por meio da observação participante, técnica também utilizada na construção dos textos. Por meio da humanização o trabalho busca, segundo Lima, “lançar um olhar de identificação e projeção humana da nossa própria condição nos nossos semelhantes (...) queremos também conhecer pessoas inusitadas” (LIMA, 2009, p. 359).

Um dos tipos de entrevista utilizados foi também o de História oral, “que se refere a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados” (DELGADO, 2006, p.22.). Depoimentos diretos, com uma narrativa que realce a humanização dos textos, foram dispostos no decorrer do livro.

Para Alberti (2005), a entrevista oral não pode ser vista como a revelação do real, pois, da mesma forma que os outros tipos de fontes históricas, necessita de análise e interpretação. Sendo assim, de acordo com ele a história oral,

(...) consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, aconteci-

mentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (ALBERTI, 2005, p. 155)

Dessa forma, ao longo do período de construção dos textos e arrolamento de fontes, a técnica de história oral se tornou aliada fundamental para o levantamento de informação, uma vez que por meio desse tipo de metodologia é permitida “uma atividade mais democrática, já que tudo será construído a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período” (THOMPSON; 1992, p. 18).

É aí que a fonte oral passa a ser um documento, registrando uma diversidade de fatos, em torno de novas versões dos fatos. De certa forma democratiza a construção das informações, porque privilegia não apenas os documentos escritos, mas dá voz aos mais diversos protagonistas da história.

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido - o tempo presente (DELGADO; 2006, p.16).

Além disso, ela “... requer informação capaz de superar as barreiras do imediato e do superficial, de modo a fazê-lo permanecer como objeto de interesse por muito e muito tempo” (Belo, 2006, p. 42). O que não faz da análise documental menos importante. Aliadas, as duas técnicas contribuíram para a construção de informações relevantes, dispostas ao longo dos capítulos do livro.

Por meio da análise documental foi possível “muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos” (MOREIRA, 2006, p. 276).

Todas as modalidades apresentadas estão dispostas por meio de um texto literário, rompendo assim com as formas tradicionais de jornalismo praticados pela imprensa local, se configurando de forma a ambientar e enfatizar a ação do momento, situando cenários e permitindo que o leitor se projete para o Mercadinho.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A série de relatos e imagens que constituem o livro-reportagem sobre o Mercadinho foi realizada além dos 12 meses utilizados para visitas frequentes ao objeto pesquisado, incluindo inserção em campo, vivências e entrevistas, bem como de pesquisa documental. Na verdade essa vivência nasceu com um autor que tem as raízes fincadas na feira, seja pelos laços familiares ou pelos afetivos.

Este trabalho não teve em nenhum momento a pretensão de escrever a “história” do Mercadinho em Imperatriz, pois como tudo que há naquele lugar, é uma das possíveis vertentes ricas demais para ser descrita apenas com o olhar de um autor e em apenas um livro.

Neto e bisneto de ex-donas de restaurantes de panelada no Mercadinho, o autor deste trabalho cresceu ouvindo causos e histórias de um lugar que se destaca pela pluralidade. Em 2007, quando era repositor de uma loja de utensílios domésticos localizada na feira, passeava pelos corredores e vielas, entre as bancas e comércios, percebendo e contemplando a riqueza que havia ali e que não era documentada. Nascia assim o projeto de um produto que se materializa hoje com o título: **O que é que o Mercadinho tem.**

O nome foi feito para ser lido cantado mesmo, lembrando o trecho da canção de Dorival Caymmi (O que é que a baiana tem?) imortalizada, por sua vez, na voz da cantora Carmem Miranda, que (não) por acaso, já teve sua vida traçada nas linhas de um livro-reportagem de autoria de Ruy Castro, que leva o seu primeiro nome. A diferença é que neste caso não há a interrogação no final da frase, deixando-a com o sentido de afirmação, já que o livro pretende mostrar o que há naquele local.

O processo de aproximação com as fontes aconteceu no início de 2009. Muitos dados foram levantados ao longo de períodos de visitas em diversos horários, mas o trabalho de mapeamento de personagens só aconteceu pra valer nos últimos dez meses de construção da obra.

Foram escolhidos os personagens que melhor representavam o segmento onde trabalhavam. A capa foi elaborada a partir de uma fotografia feita num domingo ensolarado, de ruas lotadas naquele setor. Nela, uma banca de frutas com a vendedora separando verduras e legumes quase escondida atrás de tantos produtos. Sobre a foto foram colocados filtros listrados em três tonalidades.

O vermelho representa, por exemplo, as cores do tomate, pimen-

tão, carnes, corantes, maçãs etc. O verde, como não poderia deixar de ser, lembra a alface, a couve, a rúcula, o cheiro-verde, o feijão verde, debulhado na hora e no meio da rua. Já o alaranjado simula a fruta que dá nome a cor, além de temperos como o açafraão e as garrafas e essências encontradas nos corredores do Mercadinho. As três cores juntas, lembram a diversidade de colorações, coisas, sabores, cheiros e pessoas, presentes no local.

Com o tamanho de 20 cm de altura e 15 cm de largura, a obra tem formato diferenciado, por sem um pouco mais largo que edições comuns, o que pretende facilitar o seu manuseio e uso das orelhas na marcação de páginas, caso seja necessário.

As fontes foram escolhidas de forma que facilitassem a leitura e dessem leveza ao projeto gráfico. O uso de letras com serifas contribui no alcance desse objetivo, por serem as mais utilizadas em livros.

Para chegar a uma conclusão fácil na hora da escolha, observe os padrões existentes e prefira sempre as famílias mais tradicionais. A ousadia é uma das qualidades do projeto gráfico, mas os padrões convencionais, experimentados à exaustão, são mais confiáveis. (KUNTZEL, 2003, p. 183)

Durante os 12 meses de busca por fontes foram ouvidos quase 100 protagonistas diretos ou indiretos. Eles foram divididos em quatro capítulos, que receberam nomes que também lembram trechos da música “O que é que a baiana tem?”. Desta vez, os trechos, foram tomados como referência e deram os nomes de “Tem HISTÓRIA para contar tem”, “Tem ALIMENTOS à venda tem”, “Tem MANDINGA da boa tem” e “Tem comércio de TROCA tem”. Todos procuram lançar um olhar sobre a feira sob um ponto de vista humanizado, representando o dia a dia do local por meio do seu povo.

No primeiro capítulo foi abordado, de maneira breve e introdutória, o processo histórico do Mercadinho, apresentando como se deu a criação da feira, como ela era, de onde nasceu, como se modificou e evoluiu ao longo dos anos, acompanhando o desenvolvimento de Imperatriz.

O trabalho traça um perfil desse setor que movimenta a economia local e mostra por que ele se concentrou nesta localidade. A dificuldade para a construção deste primeiro capítulo se deu devido a escassez de documentação disponibilizada por parte da Prefeitura e do Governo do Estado, que administram ou já administraram setores da feira.

Para dar mais força às informações e confirmar dados, foi entrevistado o historiador Adalbert Franklin. Ele expôs como era o seu olhar de criança, quando aos dez anos de idades passeava pela feira e percebia as peculiaridades do um local.

O segundo capítulo do livro trata da venda de alimentos. A rotina de quem comercializa frutas, verduras, legumes e hortaliças. A vivência aprofundada no dia a dia de personagens que mais moram na feira do que em suas próprias residências. Histórias de famílias inteiras dedicadas ao trabalho de feirante. As frutas regionais também têm destaque, tanto pelas cores quanto pelos preços, que costumam ser bem baixos no Mercadinho. Elas têm a vantagem de serem originadas, em sua maioria, de plantações da própria cidade.

Além das bancas de frutas e verduras, retratamos também os pontos de venda de café da manhã, com comidas tipicamente regionais, feitas na sua grande maioria a base da mandioca. Aqui, assim como no trecho que aborda a existência dos pequenos restaurantes de comidas típicas da cidade, vamos perceber a influência da cultura nortista e nordestina no cardápio imperatrizense. É nele que é descrito, também, a venda de carnes, peixes, frutos do mar, frango, etc. E é em meio a essas histórias que vamos perceber que muita gente até poderia ter se aposentado e ido embora dali, mas não vive sem a movimentação do local e cultiva verdadeira paixão pelo trabalho de feirante.

O terceiro capítulo, que tem a palavra mandinga em seu título, começa fazendo uma abordagem que conta um pouco da rotina do Mercado Central e seus personagens, produtos e histórias. É demonstrada a forma como é comercializado o tempero para os alimentos e como este produto ganhou espaço, dividindo as vendas com remédios naturais e variados tipos de gel de massagem.

O leitor encontra nesse capítulo a variedade de remédios naturais, que prometem curar de uma simples gripe ao câncer. O trabalho desvenda quem são os comerciantes e compradores de plantas, sementes, frutos e raízes que prometem verdadeiros milagres, como a garrafada “chama marido” e o Viagra natural, feito de uma série de misturas.

As barracas de artesanato, que trabalham na venda de artigos que habitualmente são de utilidade diária para quem vive da pesca e da agricultura, também não foram deixadas de fora. São objetos produzidos por artistas que utilizam o barro, madeira, pedra, metal, palha, coco, cordas e o couro como matérias-primas. Além disso, existem as casas esotéricas.

Com velas, incensos, imagens de santos, amuletos, banhos e garrafadas, elas se comprometem a resolver qualquer problema. As revelações de uma católica que trabalha com a venda de produtos na maioria das vezes utilizados por frequentadores do candomblé.

No último capítulo, a intenção foi revelar o comércio informal e muitas vezes ilegal que existe dentro do Mercadinho. Começamos pelo Troca-Troca. Comum em feiras espalhadas por todo o Brasil, esse tipo de comércio consiste em comprar, vender e principalmente trocar qualquer tipo de mercadoria. O mercado negro que envolve esse tipo de comércio e as pessoas que trabalham nele legalmente são alguns dos pontos abordados.

Nestas páginas é mostrado ainda a venda de CD's e DVD's piratas, que definem o estilo musical ouvido nas ruas da feira, e que cresce cada dia mais com o aumento na procura desse tipo de produto. Por meio de depoimentos dos próprios vendedores podemos perceber de onde vem o material revendido, como é feita a entrega, o transporte e a venda.

Aqui, aparecem os personagens de forma mais humana, retratados não como bandidos, como é feito tradicionalmente na mídia, mas como gente que trabalha para o sustento da família e por prazer em uma profissão, que apesar de ilegal, tem suas vantagens.

Ainda no capítulo quatro, menciona-se um assunto que marcou o Mercadinho de forma negativa: o comércio das máquinas caça-níqueis. Diversas operações das polícias Militar e Federal foram realizadas para extinguir de vez os equipamentos da feira.

O texto de cada capítulo foi escrito de forma individual, o que permite ao leitor escolher qual será lido primeiro, sem prejudicar o entendimento de cada história. A ideia foi conferir dinamicidade à leitura e novos sentidos às releituras. O texto preza pela descrição minuciosa dos ambientes, cheiros, personagens e detalhes, que passariam despercebidos, provavelmente, em uma reportagem comum.

As falas dos personagens foram colocadas em fonte itálica e iniciadas sempre com um travessão. Uma vez que “embora dentro de um estilo também tradicional, o uso de travessão dá, por si só, mais vivacidade à entrevista, o que não quer dizer que a declaração entre aspas, quando habilmente introduzida, não possa provocar impacto” (MEDINA, 2004, p. 55).

Na abertura de cada capítulo foi inserida uma imagem tratada em **Photoshop** para dar a impressão de que são desenhos feitos à mão. Cada imagem representa um pouco do que será abordado naquele volume.

As fotos foram dispostas em galerias no final de cada capítulo, con-

cordando sempre com o assunto a ser abordado. Produzidas ao longo da pesquisa e do levantamento de fontes, elas não receberam nenhum tratamento de cor ou contraste, para retratar de forma fiel os tons naturais do local. As duas fotos mais antigas foram cedidas por um trabalhador do Troca-Troca, que já está no local há 27 anos, e por uma senhora que já trabalhou no Mercadinho na década de 1980, quando surgiram os primeiros restaurantes de comidas caseiras na Rua Ceará.

Cada capítulo se tornará mais atraente na medida em que forem acrescentadas informações que responda o quem, o que, onde, quando, como, por que, para quê, e o e daí? O Mercadinho é um lugar de cheiro, cores e sabores, mas é principalmente um local de histórias, lembranças e esperanças de um povo trabalhador e persistente. São esses elementos que farão de cada capítulo um prato cheio para as pessoas que querem conhecer um pouco mais desse verdadeiro universo paralelo, localizado no coração da cidade de Imperatriz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se existe um local em Imperatriz onde os cinco sentidos ficam aguçados, esse lugar se chama Mercadinho. Aqui tato, olfato, audição, visão e paladar se encontram em cada esquina, beco, viela, sorrisos e memórias.

Considerado pela população uma referência na compra de diversos produtos, o Mercadinho passou por muitas modificações ao longo dos anos. Originada de pequenos comércios de carne, construídos com madeira e cobertos de palha, a feira dá nome ao bairro onde está localizado atualmente. Uma pequena feira que não era mais que um quarteirão no início da década de 1960, teve um grande crescimento com a chegada da rodovia Belém-Brasília e se tornou o maior centro abastecedor de hortifrutigranjeiros da região.

O local, que é um verdadeiro universo paralelo, já passou por muitas dificuldades por causa de problemas antigos, como a falta de higiene e infraestrutura, mas melhorou no ano de 2003. Depois de passar por uma reforma, foi inaugurado Mercado Vicente Fitz e melhorado a estrutura do setor, atraindo novamente investidores e a possibilidade de uma administração mais participativa no outro ponto importante da feira, o Mercado Central.

Em Imperatriz, o Mercadinho é sinônimo de diversidade. Em

nenhum outro lugar da cidade e da região se encontra tanta variedade de mercadorias, que vão de alimentos e remédios a eletrodomésticos. De banhos para curar males a refeições tradicionais. Um lugar que é feito mais do que de coisas, de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Fontes orais:** Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem.** São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção Comunicação).

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo.** São Paulo: Summus, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral, memória, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JUCÁ, Kelma. **Breganha, a feira livre de Taubaté.** São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.textovivo.com.br/detalhe.php?conteudo=fl20080114115137&category=reportagem> >. Acessado em: 21 de maio de 2013.

KUNTZEL, Carlos. **Projeto Gráfico:** Personalidade do Impresso – Técnicas e Teorias do Discurso Gráfico no Jornalismo Impresso - Campo Grande, 2003. 183p.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas:** O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista:** o diálogo possível. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

PENA, Felipe. **Jornalismo literário.** São Paulo: Contexto, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas.** São Paulo: Sumus, 1993. 114p.

Piquiá de Baixo: Luta pela dignidade, luta pela vida

Deylanne da Silva Santos¹
Jhene Silva de Assis²

¹Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é abordar jornalisticamente, por meio da reportagem radiofônica, a luta dos moradores do bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, contra os impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela instalação de empresas de ferro gusa no local. A radioreportagem pode ser vista como um importante gênero do rádio, que proporciona um material rico em informações e recursos sonoros, fazendo com que o ouvinte possa ser transportado para a cena relatada. A reportagem intitulada “Piquiá de Baixo: luta pela dignidade, luta pela vida” desenvolve um enredo sobre os principais pontos de discussão do tema: a localização, a problemática social, ambiental e de saúde, além do reassentamento da comunidade. As fontes ouvidas embasaram o fio narrativo e construíram a base para o desenvolvimento do texto jornalístico. Pode-se constatar a importância do jornalismo, que mobiliza a sociedade e valoriza a cidadania. É capaz de ampliar as vozes e problematizar ideias que envolvem os mais diferentes aspectos da realidade.

Palavras-chave: Radiojornalismo. Radioreportagem. Piquiá de Baixo. Siderúrgicas. Açailândia-MA.

INTRODUÇÃO

A principal finalidade deste projeto experimental é relatar jornalisticamente, por meio da linguagem radiofônica, as problemáticas decorrentes da instalação das empresas de ferro gusa no bairro Piquiá de Baixo, em Açailândia - MA. A narrativa discorre sobre os conflitos ambientais e sociais que surgiram com a implantação de guseiras nas décadas de 80 e 90, que se instalaram na região com o intuito de ser um ponto de escoamento do minério produzido pela mineradora Vale e que permanecem até hoje.

O conflito envolve grandes conglomerados de siderúrgicas com visão de empreendimentos e maximização de lucros e mais de 350 famílias que convivem com os impactos de ordem ambiental, territorial e social derivados da ferrovia Carajás e das empresas de ferro gusa. Fazer conhecida esta problemática de Piquiá de Baixo, interpretar e dar vozes aos sujeitos envolvidos nessa situação é um dos pilares deste projeto.

Outro ponto a ser questionado é a conjuntura social, os anseios, os conflitos e as expectativas dos moradores do bairro. O que torna o trabalho do profissional do jornalismo fundamental na estruturação de uma sociedade mais justa. Esta peça prática tem a finalidade de registrar e difundir a situação de violação de direitos humanos, no bairro açailandense, bem como ouvir as empresas, que com o discurso de progresso se instalaram na comunidade e mantém suas atividades há mais de três décadas.

A plataforma do projeto é o rádio, que é característico por sua rapidez, imediatismo e proximidade com o público. Com mais de 90 anos, o veículo continua a transmitir ao público a possibilidade de vivenciar as experiências reportadas. O desenrolar da narrativa e os sons do ambiente descritos constroem referências sobre a realidade. O ouvinte é envolvido na narrativa de acordo com suas leituras de mundo e interesse pelo tema.

A narrativa radiofônica oferece condições de proximidade entre o emissor e o receptor, sendo um meio de comunicação tradicional e com uma penetração eficiente, considerando como público as massas iletradas e também segmentos mais letrados. Um ponto a ser evidenciado na radioreportagem é o uso dos diversos recursos sonoros que enriquecem as possibilidades da narrativa.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz, tem crescido o número de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso que discorrem sobre o rádio. Entre eles, podemos destacar o

trabalho que foi realizado com o tema “Mirante FM: análise da produção jornalística de dezembro de 1986 a dezembro de 2010” (SILVA, 2013), outro trabalho acadêmico foi “A participação da mulher nas rádios de Imperatriz” (RIBEIRO, 2011). Destaca-se também a pesquisa nomeada “Rádio Missão FM: pioneirismo e fé nas ondas comunitárias” (ALMEIDA, 2011) e o trabalho denominado “Na sintonia do ouvinte: estudo de recepção do Programa Rádio Alternativo na comunidade Folha Seca – TO” (ALMEIDA, 2013).

O último trabalho a ser produzido foi o da discente Gleiciane Ferraz que produziu um programa de rádio intitulado “Programa radiojornalístico para FM Terra”, o projeto teve como objetivo valorizar o jornalismo na grade do veículo. Segundo a pesquisadora, as rádios locais possuem 95% de sua programação em entretenimento, ou seja, destinam pouco espaço para notícias. Por isso a necessidade de propor um programa jornalístico para a rádio FM Terra (FERRAZ, 2014).

A importância deste trabalho se reflete em proporcionar visibilidade à causa de Piquiá de Baixo, a considerar que o papel do jornalista é construir um conhecimento sobre a realidade, partindo da complexidade que envolve sujeitos, motivações e projetos. Dessa forma, possibilita ao público reflexões sobre diferentes temas.

A justificativa deste trabalho dar-se-á também para fomentarmos o estudo e projetos experimentais sobre o rádio e incorporá-lo ao acervo do curso de Jornalismo, como fonte de consulta para futuros trabalhos acadêmicos que abordem o contexto regional.

METODOLOGIA

O presente projeto fundamenta-se em diversos autores, que consolidam a pesquisa bibliográfica. Stumpf (2006, p. 51) sustenta que: “a pesquisa bibliográfica é um planejamento inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado.”

Em se tratando de reportagem radiofônica, as pesquisadoras embasaram-se em teóricos como Sampaio (2008) e Ortriwano (1985). Ambos partilham da ideia de que a linguagem do rádio se diferencia dos outros meios de comunicação pela simplicidade e objetividade na transmissão dos fatos. Ortriwano, (1985, p.91) ressalta ainda que “[...] no

rádio, a informação vai apresentar características próprias, sem, contudo perder sua identificação com o conteúdo a ser informado”.

Em seguida parte-se para a análise documental. Gil (2009, p.147) reforça que a pesquisa documental são os dados obtidos de maneira indireta, que apesar de serem referentes às pessoas, adotam a forma de documentos como: jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos.

Tendo em vista que o projeto aborda os impactos causados pelas indústrias de ferro gusa no bairro Piquiá de Baixo, em Acailândia-MA, os sites da “Vale”, das empresas de ferro gusa, do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA) e da “Rede Justiça nos Trilhos” foram essenciais para a consulta de relatórios e arquivos para a pesquisa documental. Dentre relatórios importantes consultados estão os da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH).

Em mais uma etapa do processo de coleta de informações, se faz necessário a utilização da técnica da entrevista. Medina (2008, p.8) ressalta a importância de sua aplicação: “a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação.”

Para realizarmos a reportagem foram entrevistados moradores de Piquiá de Baixo, representantes da Associação de Moradores da Organização não governamental (ONG) “Rede de Justiça nos Trilhos”, das indústrias de ferro gusa e do poder público.’

Inicialmente seriam ouvidas 12 fontes, porém no decorrer da apuração das informações foram entrevistadas 23 pessoas devido a necessidade de ampliações de vozes para melhor contextualização do tema. Pode-se destacar, entre os entrevistados residentes em Piquiá, Edvar Dantas (Presidente da Associação de Moradores do bairro) e William Pereira (morador há 36 anos da comunidade). Destaca-se também a entrevista com o padre Dário Bossi (um dos fundadores da Rede Justiça nos Trilhos e atual coordenador). No âmbito do poder público ressaltam-se as entrevistas com Rita de Cássia da Silva (Secretária de Saúde do Município), com Breno Vasconcelos (Engenheiro Ambiental) e com Clodoaldo Cardoso (Biólogo da Vigilância Ambiental e Sanitária). Obteve-se também uma entrevista por e-mail com Cláudio Azevedo (Presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão). Todos os entrevistados abordaram aspectos da problemática de

acordo com o ponto de vista da sua área de atuação.

Os locais escolhidos para as gravações em sua maioria foram no ambiente de trabalho das fontes ou em suas próprias residências, permitindo assim, deixar os entrevistados à vontade diante dos questionamentos. As pesquisadoras, antes de irem a campo, elaboraram um roteiro de perguntas como forma de organizar e selecionar as informações mais relevantes. Além do roteiro foram elaborados termos de gravações de voz. Caputo (2010, p. 59) orienta que o entrevistado deve ser consultado antes para autorizar ou não a gravação das informações: “[...] gravar ou fotografar. Seja quem for a primeira pergunta é: ‘posso gravar?’ Se estiver fotografando também peça antes de sair clicando. Explico o que é a entrevista e para onde é”.

Lage (2004, p.73) define entrevista como “o procedimento clássico de apuração de informação em jornalismo. É uma expansão da consulta, objetivando geralmente a coleta de interpretação e a reconstituição de fatos”. Considera-se, portanto, a técnica da entrevista fundamental no levantamento de opiniões a cerca do tema.

As entrevistas tiveram início no mês de março encerrando-se no começo de julho. As gravações eram realizadas com um pré-agendamento com os eventuais entrevistados. Para coleta das sonoras as pesquisadoras utilizaram como suporte dois gravadores digitais Sony modelo ICD- PX74 e uma câmera digital Samsung modelo WB-150F para fotografar momentos da produção. Além de dois cadernos de campo fundamentais para o registro de datas, horários, endereços, nomes e telefones. O material coletado fora transcrito na íntegra e posteriormente analisado para facilitar na escolha dos trechos a serem usados na radioreportagem.

Durante o processo de apuração as pesquisadoras buscaram, através dos recursos sonoros e das histórias contadas pelos envolvidos, abordar a realidade vivenciada pela comunidade. Para Chantler (1998, p. 119), a gravação dos sons ambientes permite ao ouvinte a sensação de estar no local do acontecimento.

Passadas as fases de coletas de informações e realização de entrevistas, se fez imprescindível a delimitação dos aspectos mais relevantes a serem abordados na radioreportagem. Wolf (1999, p. 107) explica como funciona o procedimento de apuração de tais fatos, fazendo comparações:

O processo de seleção das notícias pode ser comparado a um funil dentro do qual se colocam inúmeros dados de que apenas um nú-

mero restrito consegue ser filtrado. Pode, porém, fazer-se igualmente uma comparação com um acordeão, dado que há certas notícias que são acrescentadas, deslocadas, inseridas no último momento.

Após esta etapa as pesquisadoras utilizam uma técnica relevante no processo de seleção: a edição. Ainda segundo o autor acima a base principal da atividade de edição é transformar os fatos num enredo que possua começo, meio e fim.

O método da edição exige equilíbrio e atenção na escolha dos trechos considerados mais importantes. Já que numa entrevista, as pessoas tendem a tossir, engasgar, repetir termos e outros vícios de linguagem que são desnecessários ao conteúdo da reportagem.

Porém, editar não significa mudar o sentido da entrevista, mas sim deixá-la concisa e objetiva facilitando a compreensão do ouvinte. Chantler (1998, p. 88) destaca alguns cuidados na edição: “tenha o cuidado de ouvir como o seu entrevistado fala, e preserve seu ritmo natural de falar, observando com cuidado suas pausas”.

Do ponto de vista de Mcleish (2001, p. 35), o objetivo da edição pode ser resumindo em quatro partes:

- 1) Rearranjar o material numa sequência lógica;
- 2) Retirar aquilo que não é interessante ou que é repetitivo, ou tecnicamente inaceitável;
- 3) Compactar material;
- 4) Criar efeitos e produzir novos arranjos de locução, música, som e silêncio.

Ainda segundo o autor, no momento de fazer uma edição é necessário considerar duas questões, o editorial e a técnica. No sentido editorial, por exemplo, seria importante deixar intacta a visão e as razões que embasam o entrevistado. Já quanto à técnica os fatos normalmente podem ser editados e introduzidos de forma a deixar o material mais compacto, sem alterar o sentido do que foi dito e nem sua sequência lógica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O jornalismo propriamente dito surgiu a partir do século XVII, intimamente ligado ao desenvolvimento dos Estados Nacionais e dos avanços dos meios de comunicação. A atividade jornalística constitui-

-se como referência sobre a realidade. E amplia-se a necessidade na medida em que as transformações sociais, políticas, científicas e tecnológicas se desenvolvem em cada época.

O jornalismo, além disso, desempenha papel preponderante na garantia dos direitos democráticos. Se valendo de seu poder, a mídia tem a capacidade de denunciar, investigar e apresentar questões para a sociedade. “O jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto-de-vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade” (MEDITSCH, 1996, p.31).

Considerando o aspecto social e o caráter mobilizador do jornalismo, é necessária a abordagem de diferentes conjunturas sociais nos **mass media**. Abordar aspectos da realidade, fiscalizar a atuação dos poderes públicos e de outros agentes sociais são questões que envolvem a produção jornalística. “A narrativa da contemporaneidade sem a ação social não passa de discurso abstrato, conceitual ou judicativo” (MEDINA, 2003, p.140). A autora enfatiza no livro “A arte de tecer o presente”, que o jornalismo faz da narrativa da atualidade sua matéria-prima. Com abordagens que valorizem as problemáticas sociais e aprofundem o texto jornalístico, primordialmente com a função de interpretar a realidade.

O profissional do jornalismo deve avaliar a realidade de maneira equilibrada, clara e objetiva. Os fatos acontecem a todo instante, mas é necessário utilizar os critérios de noticiabilidade, como proximidade, relevância, público-alvo e imediatismo, para relatar a movimentação de sujeitos e instâncias na sociedade. Em seu artigo intitulado “Construindo uma teoria multifatorial da notícia como uma teoria do jornalismo”, Sousa (2015, p. 18), em sua análise sobre o campo jornalístico, salienta que a construção da notícia traz consigo, entre outros fatores, a força ideológica. “As notícias são originadas por conjuntos de ideias que moldam processos sociais, proporcionam referentes comuns e dão coesão aos grupos, normalmente em função de interesses, mesmo quando esses interesses não são conscientes e assumidos.”

O autor diz ainda que a notícia é um artefato linguístico porque é uma construção humana baseada na linguagem, seja ela verbal ou não-verbal. A notícia nasce da interação entre a realidade perceptível, os sentidos que permitem ao ser humano “apropriar-se” da realidade, a mente que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as linguagens que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo.

O RADIOJORNALISMO

Segundo César (2009, p. 35) as primeiras transmissões radiofônicas ocorreram em 1883, testada pelo cientista e engenheiro brasileiro Roberto Landel de Moura. Entretanto, é reconhecido como o “descobridor do rádio”, o cientista italiano Guglielmo Marconi que realizou teste de transmissões de sinais sem fio pela distância de dois quilômetros, no ano de 1895, conseguiu a patente da invenção do rádio em 1896.

O autor sustenta ainda, que a Segunda Guerra Mundial foi preponderante para o direcionamento do rádio no âmbito jornalístico. Com os recursos tecnológicos desenvolvidos até ali, o rádio se destacava pela agilidade e simultaneidade. A transmissão radiofônica foi um recurso apreciável não só para as forças armadas como para os jornalistas que trabalhavam neste veículo. O período pós-guerra trouxe aprimoramento tecnológico e técnicas de registro, edição e preservação dos acontecimentos históricos, desenvolvidos pelos profissionais do rádio.

No Brasil a data de nascimento do rádio é assunto que gera discussão. César (2009, p.44), explica que existem diversas datas e muitos “pais” para sua implantação. Historiadores sustentam que o nascimento tenha ocorrido no dia 06 de abril de 1919, no Recife, com a fundação da Rádio Clube de Pernambuco. Porém, há relatos que asseguram que a primeira locução transmitida no rádio aconteceu no dia 07 de setembro de 1992, durante uma exposição em comemoração ao centenário da Independência.

O jornalismo passou a ganhar espaço no rádio a partir da década de 1930. O antropólogo Roquette Pinto (1884-1954), considerado um dos “pais do rádio” do país, inaugurou o primeiro jornal de rádio brasileiro, o **Jornal da Manhã**, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Neste jornal Roquette cria a expressão “jornal falado”, que contrapunha com o impresso “jornal escrito” afirma César (2009). Posteriormente comentase que Roquette concebia o rádio como um instrumento educacional. “Roquette Pinto era, acima de tudo, um brasileiro comprometido com a educação e viu naquela nova tecnologia de comunicação, o rádio, um instrumento decisivo para levar informação e conhecimento a crianças e jovens de todo o país” (CÉSAR, 2009, p.47).

O radiojornalismo ganhou novo formato com “O Grande Jornal Falado Tupi” e o “Repórter Esso”, ao oferecer aos ouvintes notícias com mais velocidade e elaboradas especificamente para o rádio. O programa

“Repórter Esso” perdurou por 27 anos fazendo radiojornalismo que buscava mostrar, diariamente, as principais notícias do Brasil e do mundo.

Na cidade de Imperatriz, localizada a oeste do Estado do Maranhão, o radiojornalismo surgiu no ano de 1975, com a instalação da primeira rádio legalizada da cidade, a Rádio Imperatriz Sociedade Limitada, fundada pelo empresário paulista Moacyr Spósito Ribeiro, Henrique de La Rocque e Edison Lobão.

Brito e Maciel (2012, p.6) explicam que durante os 27 anos em que permaneceu no ar, o papel de manter a população informada era apenas uma das missões do jornalismo na emissora. “Faziam-se ainda cobranças às autoridades do município e destinava-se um espaço para as reclamações dos Imperatrizenses”. A rádio foi vendida em 2005, sofreu alteração no nome e voltou-se para o público evangélico.

Atualmente as cinco principais emissoras da cidade são em frequência modulada e cobrem toda a região tocantina: Mirante FM, Difusora Sul FM, FM Terra, Nativa FM e Cidade FM. As rádios em amplitude modulada de Imperatriz são Mirante AM e a Rádio Cidade Esperança AM.

A maior parte do conteúdo apresentado nessas emissoras é voltada para o entretenimento. A parte informativa se resume ao serviço de “Hora Certa” e a pequenos boletins extraídos da internet, exibidos nos intervalos em meio à programação musical, com exceção do boletim de notícias, apresentado por Arimateia Junior, na programação da manhã da Rádio Nativa.

CARACTERÍSTICAS RADIOFÔNICAS

O rádio se sobressai por ser o primeiro veículo de comunicação de massa a divulgar os fatos no exato momento em que acontecem. Além de ser o meio mais popular e o que consegue alcançar o maior número de pessoas. Esses atributos se devem ao fato de sua linguagem ser simples e objetiva.

Dos meios de comunicação em massa, o rádio é o mais privilegiado, por suas características intrínsecas. Entre elas podemos destacar: linguagem oral, penetração, mobilidade sob o ponto de vista do emissor e do receptor, baixo custo, imediatismo, instantaneidade, sensorialidade e autonomia. (ORTRIWANO, 1985, p. 78).

Sampaio (2008, p. 42) afirma que a linguagem radiofônica é simples e coloquial por representar a fala cotidiana:

Linguagem coloquial no radiojornalismo nada mais é do que a linguagem do cotidiano, isto é, a linguagem oral em oposição à escrita. Sendo essencialmente oral, ela estabelece um certo diálogo mental entre emissor e receptor. Mas para que esse fluxo comunicativo se realize há certas regras que não podem ser desprezadas[...] Essas regras são simplicidade, correção e seriedade.

Em se tratando ainda da linguagem radiofônica, ela diferencia-se de outros meios de comunicação por apresentar elementos que aguçam um só sentido: a audição. Parada (2000, p. 32) ressalta que “a utilização do som é uma maneira de transportar o ouvinte para o local do acontecimento. A matéria deve reproduzir o ambiente, para que não se reduza a mera leitura de um texto como o trecho de uma entrevista”. O rádio tem como suas principais características a capacidade de transmitir emoção, seja na melodia ou na entonação do locutor, nos sons ambientes e na repercussão dos fatos.

Ainda segundo o autor, a matéria-prima principal de qualquer radioreportagem, não é a voz do apresentador ou repórter, mas a combinação dos sons que são emitidos durante uma situação e conjunto de informações reunidas. Os recursos sonoros não podem ser representados somente por meio de um texto ou entrevista, pois tem uma força própria na construção da narrativa.

Uma dessas características é observada na reportagem radiofônica, que consiste em um conteúdo jornalístico que busca aprofundar histórias e informações, com a perspectiva de contribuir para uma melhor compreensão dos fatos. A radioreportagem permite o aprofundamento da notícia, desenvolvendo a sensorialidade no ouvinte, sendo a imaginação um recurso importante para estimular o ouvinte a mergulhar no que está sendo noticiado.

O rádio envolve o ouvinte, fazendo-o participar por meio da criação de um “diálogo mental” com o emissor. Ao mesmo tempo, desperta a imaginação através da emocionalidade das palavras e dos recursos de sonoplastia, permitindo que as mensagens tenham nuances individuais, de acordo com as expectativas de cada um. (ORTRIWANO, 1985, p.80).

O texto radiofônico possui diferentes formatos e consequentemente modos distintos de aproximar o ouvinte, para cada situação o

repórter utiliza-se de recursos disponíveis para a reportagem. “A radioreportagem pode ser vista como a mais importante das atividades do repórter de rádio, este é o momento em que ele prepara o ouvinte para ser transportado para a cena relatada” (LOPES, 2013, p.7). A reportagem para o rádio é um gênero jornalístico que proporciona relação diferenciada com o ouvinte. A reportagem radiofônica potencializa a informação e valoriza a dimensão humana na mensagem jornalística.

MINERADORA VALE E ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

A Vale possui o posto de maior mineradora do mundo, com sede no Brasil e presente em mais de 30 países. Além da exploração de minério e carvão, a empresa investe também no setor logístico, infra-estrutura portuária e transporte ferroviário (VALE, 2012).

A trajetória da mineradora iniciou-se em 1909, com a criação da empresa britânica **Brazilian Hematite Syndicate**, destinada a explorar o minério de ferro da região de Minas Gerais. Após dois anos, passou a se chamar **Itabira Iron Ore Company**. Em 1941, foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração.

Em 1942, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, publicou o Decreto 4.352 criando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o objetivo de explorar as jazidas da região de Itabira (MG), bem como garantir o suprimento de ferro para a nascente Companhia Siderúrgica Nacional.

Dez anos mais tarde, a CVRD passou totalmente para o controle estatal. Neste período a companhia consolidou a posição no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. A partir de 1995 começaram o seu processo de privatização, com o Decreto de nº 1510 do governo Fernando Henrique Cardoso a CVRD foi inserida no Programa Nacional de Desestatização. Após dois anos foi consolidada a sua privatização, a empresa foi leiloada pelo valor de R\$ 3, 338 bilhões por um grupo de empresas associadas. E em 2007, adotou o nome de Vale S.A.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi inaugurada em 1985 como parte do Programa Grande Carajás. Com 892 km, ela transporta o minério de ferro das minas da Vale do Sistema Norte, na região de Carajás, Estado do Pará, para o Terminal Portuário Ponta da Madeira, em São Luís (MA), de lá é exportado, principalmente para a China e outros países da Ásia. São 668 km no Estado do Maranhão e 224 km

no Pará, além dos ramais ferroviários que totalizam uma extensão adicional de 240 km. A EFC suporta o maior trem de cargas em operação no mundo, medindo 3,4 km de comprimento, com 330 vagões, e, em 2012, tinha uma frota de 247 locomotivas e 14.957 vagões. A EFC é operada em um regime de concessão, dada pelo Estado de 30 anos com vencimento em 2027, e tem o minério de ferro da Vale como sua principal carga (VALE, 2012).

O trem transporta ainda manganês, ferro gusa, cobre e outros tipos de carga, como soja e combustível. Atualmente, a capacidade diária da ferrovia é de 311.707 toneladas métricas de minério de ferro. A EFC também conduz passageiros, interligando São Luís (MA), a Parauapebas (PA), carregando mais de 360 mil passageiros (VALE, 2012).

Ao longo do percurso da EFC, em 24 viagens de ida e volta por dia, o trem passa por 28 unidades de Conservação e mais de 100 comunidades de diferentes grupos sociais, como quilombolas, camponeses, ribeirinhos e indígenas que vivem nos 23 municípios cortados pela ferrovia no Maranhão e quatro municípios no Estado do Pará.

Em 2012 a Vale S.A. lançou o projeto Ferro Carajás S11D, considerado o maior investimento da empresa. Segundo a Vale, o empreendimento pretende aumentar a extração de ferro em 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano, dos atuais 109,8 contando com um investimento de US\$ 19,4 bilhões, entre abertura de mina e obras de logística para escoar a produção (VALE, 2014).

Esta expansão requer a abertura de uma nova mina, a construção de uma planta de beneficiamento a seco na Floresta Nacional do Carajás (FLONACA), do ramal ferroviário do sudoeste do Pará e da rodovia no município de Canaã dos Carajás, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a ampliação do Terminal Portuário da Madeira.

EMPRESAS SIDERÚRGICAS

A indústria siderúrgica é um local onde o aço e ferro são criados a partir de aquecimento do minério de ferro bruto e outros materiais em um caldeirão. Estas empresas usam grandes caldeirões elétricos para aquecer o minério de ferro, coque, cálcio e uma infinidade de outros materiais em um líquido vermelho quente, uma usina de aço derrama o metal fundido em moldes onde esfria.

Normalmente, nas indústrias siderúrgicas, aço é moldado em

forma de grandes cilindros ou vigas, este aço é martelado enquanto esfria para adquirir o formato desejado. Muitos tipos de aço e ferro pode ser fabricado nas indústrias siderúrgicas, apenas é necessário que seja alternado os ingredientes que são utilizados para fazer o aço.

As primeiras instalações de empresas siderúrgicas na região de Piquiá de Baixo, conforme o Relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos ocorreram no final da década de 80, sendo implantadas até o final dos anos 90 cinco siderúrgicas. Atualmente o complexo siderúrgico de Piquiá de Baixo conta com três empresas de ferro gusa, todas clientes da Vale, são elas: Viena Siderúrgica SA, Gusa Nordeste SA, e Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

Segundo o SIFEMA as empresas escolheram o município de Açailândia por vários motivos, entre eles: o apoio dos governos federal, estadual e municipal, com a disponibilização de uma área de distrito industrial (Distrito do Pequiá), incentivos fiscais, localização próxima ao entreposto de carga da Vale, fornecedora de minério de ferro.

AÇAILÂNDIA E PIQUIÁ DE BAIXO

Localizada a 570 quilômetros da capital maranhense, a cidade de Açailândia foi desmembrada de Imperatriz no dia 06 de junho de 1981. Sua história teve início com a construção da BR 010, no ano de 1958, com a chegada de trabalhadores de diversos lugares do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2014, é a oitava maior cidade do Estado do Maranhão, com uma população estimada em 108.765 habitantes. É um importante polo agroindustrial, sendo as empresas de ferro gusa a principal fonte de renda do município.

Piquiá de Baixo é um dos primeiros bairros de Açailândia (MA), formado nos anos 1970. O nome Piquiá refere-se ao fruto de uma árvore comum na localidade, o pequi. Os primeiros habitantes eram grupos indígenas que começaram a se instalar em meados da década de 1950. No ano de 1980, as famílias que ali viviam, sofreram ameaças territoriais com a construção da Estrada de Ferro Carajás, controlada pela Vale. Em 1987, implantaram-se neste bairro cinco siderúrgicas, que passaram a comprar terras e a construir altos-fornos, incidindo problemas fundiários e impactos sociais e ambientais na comunidade. Com a chegada desses investimentos, o bairro recebeu um forte fluxo de trabalhadores atraídos pelas siderúrgicas.

A Vale foi decisiva para o processo de expansão do bairro, porém acarretou diversas problemáticas. Por conta dessa política de atração de moradores, um número diminuto dos residentes no Piquiá de Baixo efetivamente conseguiu trabalhar nas siderúrgicas (FEDE-RAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2011). Muitos são os agravantes provenientes desse processo, como a poluição do ar, do solo e os danos à saúde pública.

Segundo o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), Piquiá de Baixo tem 298 domicílios, considerando também mais de 22 estabelecimentos não-residenciais, como escolas, igrejas, casas comerciais, etc. A população está estimada em 1.500 pessoas pela associação de moradores. Os impactos provindos das guseiras e da EFC geraram conflitos entre moradores e siderúrgicas.

Em 2007 a Associação Comunitária dos Moradores recebeu apoio dos Missionários Combonianos, Congregação da Igreja Católica e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. Desde então, a comunidade questiona judicialmente a atuação das guseiras, responsáveis pela poluição no bairro, e com a empresa Vale S.A, que fornece a matéria-prima para as siderúrgicas e escoo o produto industrializado, tendo a concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que passa ao lado do bairro. A luta também denuncia a corresponsabilidade dos governos municipal e estadual.

Fundada em 2007, por iniciativa dos Missionários Combonianos, a campanha “Justiça nos trilhos” surgiu com o objetivo de avaliar o real impacto causado pela Vale, ao longo das áreas que sofrem influência da Estrada de Ferro Carajás. A ONG também busca promover debates sobre a construção de mecanismos que possibilite a internacionalização de recursos da Vale, para garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem à margem da EFC.

Ao longo desses oito anos, a campanha tem trabalhado para desenvolver prioritariamente três segmentos da sociedade: os movimentos populares e a base da população, o meio acadêmico e as instituições públicas locais. A coordenação do Justiça nos Trilhos é composta pelos Missionários Combonianos Brasil Nordeste, Fórum Carajás, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Cáritas Regional Maranhão e Pará, Fórum Reage São Luís, Sindicato dos Ferroviários PA-MA-TO e a Central Única dos trabalhadores do Maranhão (CUT-MA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um projeto experimental requer disciplina, paciência e um propósito. E o propósito estava claro: reportar na plataforma do rádio a situação de Piquiá de Baixo. O ponto de partida traz dúvidas e questionamentos, que pouco a pouco se desvendaram. Muitos foram os desafios e obstáculos que precisaram ser ultrapassados. A construção de uma narrativa radiofônica demanda uma interpretação abrangente da realidade e sensibilidade com suas fontes, atentando ao que Medina (2008, p.31) refere-se como um diálogo possível. O repórter e o entrevistado precisam estar cientes de seus papéis e responsabilidades.

Considerando os aspectos quantitativos e qualitativos das entrevistas chegamos a um número satisfatório no que concerne a compreensão da problemática desenvolvida. Os entrevistados foram cruciais para esclarecerem e darem sustentação ao texto da reportagem. A presença das repórteres no local dos acontecimentos foi relevante por viabilizar a narração dos fatos com verossimilhança e detalhamento.

As referências teóricas sobre o rádio, os gêneros radiofônicos e a teoria construcionista, da qual partimos para compreender o jornalismo e as ações do repórter, nos ampararam no sentido de refletirmos sobre o fazer profissional. Dessa forma, construímos um olhar mais crítico e abrangente sobre a realidade e os sujeitos que estão envolvidos na reportagem, postura essencial para o trabalho jornalístico.

Os relatórios da FIDH e o da Plataforma Dhesca trouxeram números e conceitos essenciais para o embasamento da pesquisa, assim como também, a leitura da Constituição Brasileira (BRASIL, 2014, p.127), especificamente o artigo 225, que trata do meio ambiente e a efetividade desse direito ao cidadão. Os sites institucionais da Vale, da Rede Justiça nos Trilhos e Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Brasil, 2015) que trouxe dados expressivos da produção de ferro gusa em Açailândia, também foram importantes fontes documentais. O contato com o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (Sifema) foi fundamental para questionamentos e esclarecimentos a respeito das atividades que as siderúrgicas desempenham na região de Piquiá.

O radiojornalismo é um gênero fascinante. Os recursos sonoros, tais como som ambiente, ruídos e as trilhas musicais trazem ao ouvinte a possibilidade de imaginar a cena. O contato direto com as fontes esti-

mula a sensibilidade e leitura de mundo do jornalista. Pode-se reportar a expressão do entrevistado, suas emoções, seu estado e suas expectativas.

A luta dos moradores de Piquiá de Baixo é reconhecida internacionalmente pelos anseios por mais qualidade de vida e respeito à justiça, porém desconhecida por muitos em nosso Estado. A comunidade conquistou recentemente o espaço para o reassentamento coletivo, sendo um feito histórico para o Brasil. Ao vivenciar a problemática, nota-se como a ideia de unir forças em busca de um objetivo fortaleceu a comunidade. Eles entenderam e fizeram valer seus sonhos para o bem comum.

A cada visita à comunidade, a cada conversa com os moradores e entusiastas da causa, percebemos o brilho de esperança presente no olhar de cada um. Era algo inimaginável que aos poucos tomava corpo: a possibilidade concreta de um novo bairro surgir, longe da poluição e da contaminação. Por isso consideramos que o trabalho foi gratificante para nossa vivência como jornalistas. Fizemos um exercício intenso para apreendermos conflitos, interesses e causas que envolvem o sul do Maranhão.

Respirar o ar espesso de Piquiá de Baixo desde a primeira visita foi algo que nos imprimiu uma realidade que precisa ser mudada, a começar pela informação. Informar é uma das premissas do jornalista. Divulgar essa causa com o intuito de torná-la mais ampla e notória, foi desde o início um dos pilares desse projeto. Que o ouvinte seja transportado para Piquiá de Baixo, que consiga sentir essa realidade e ter mais referências para interpretar a situação. E que, ao final de tudo, possa ter um conhecimento mais ampliado sobre os grandes projetos econômicos e suas consequências para a região tocantina.

Foram inseridos ao corpo do presente relatório apêndices que buscam dinamizar a leitura da conjuntura de Piquiá. Fotografias da região, depoimentos de moradores e envolvidos com a causa contribuem para a contextualização da reportagem. Foram também incorporados o roteiro e a tabela de entrevistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriano Carneiro. **Na sintonia do ouvinte**: estudo de recepção do Programa Rádio Alternativo na comunidade Folha Seca – TO. 2012. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2013.

ALMEIDA, Ângela Maria Barros. **Rádio Missão FM**: pioneirismo e fé nas ondas co-

munitárias. 2011. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/> Acesso em: 02 de jul. de 2015.

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de; MACIEL, Alexandre Zarate. Começou o jornal da Rádio Imperatriz. In: Encontro Nordeste de História da Mídia Trabalho, 2., 2012, Terezina. **Resumos...** Teresina, 2012.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiência**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio: prática de locução AM e FM**. São Paulo: Summus, 2009.

CHANTLER, Paul. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 1998.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Brasil, quanto vale os direitos humanos?: os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia**. Relatório, 2011.

FERRAZ, Gleiciane. **Programa radiojornalístico para FM Terra**. 2014. Trabalho apresentado como requisito para Conclusão de Curso: Projeto Experimental (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOPES, Nadini de Almeida. **A radioreportagem: referências para a prática, o ensino e a pesquisa**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente, a narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio**: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo : Summus, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.

PARADA, Marcelo. **Rádio**: 24 horas de jornalismo. São Paulo: Ed. Panda, 2000.

RIBEIRO, Sara Cristina da Silva. **A participação da mulher nas rádios de Imperatriz**. 2011. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2011.

SAMPAIO, Walter. Jornalismo audiovisual: teoria e prática do jornalismo no rádio, TV e cinema. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2008.

SILVA, João de Deus. **Mirante FM**: análise da produção jornalística de dezembro de 1986 a dezembro de dezembro de 2010. 2013. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como Teoria do Jornalismo**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>. Data de acesso: 20 de jun. de 2015.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

VALE. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 de maio de 2014.

_____. **Nossa história 2012**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. Lisboa: Ed. Presença, 1999.

Morro Das Ilusões: a chegada do sinal de TV em Imperatriz

Walison Silva Reis¹

Maria das Dores de Almeida Silva²

¹Jornalista graduado pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia

²Jornalista graduada pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz

RESUMO

O presente relato corresponde os resultados do trabalho de conclusão de curso que foi defendido e aprovado na Universidade Federal do Maranhão – UFMA no ano de 2013 com o título: Morro das Ilusões: a chegada do sinal TV em Imperatriz. O trabalho visou à produção de um vídeo documentário que faz uma reconstituição histórica acerca da chegada do sinal televisivo na cidade Imperatriz. A história é narrada por alguns personagens que atuaram diretamente na concretização desse projeto que era visto como uma ilusão, devido às diversas tentativas de captar o sinal terem sido frustradas. Porém, com a intervenção do poder político e empresarial da época, o projeto idealizado pelo eletrotécnico Francisco Marques Ramos, foi concretizado em 1975. E hoje o município de Imperatriz se apresenta como um polo na região Sul-maranhense no que tange a rede de comunicação televisiva, contendo quatro canais de televisão.

Palavras-chave: Vídeo Documentário; Televisão; Imperatriz.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A invenção da TV ocorreu graças à soma de descobertas de pesquisas desenvolvidas por inúmeros cientistas. Não se sabe ao certo dizer quem e nem quando o aparelho foi criado, mas estudiosos estimam que tal evento tenha acontecido por volta do século XIX.

No Brasil, as primeiras transmissões de TV foram realizadas no início da década de 50, graças ao pioneirismo de Francisco de Assis Chateaubriand, dono do conglomerado Diários e Emissoras Associados, que incluía emissoras de rádio, jornais impressos e agências.

O contexto histórico da época apresentava um país em processo de crescimento em que o comércio, atividades industriais e serviços estavam em plena expansão. Tendo em vista esta situação, Chateaubriand decidiu trazer a televisão para o Brasil, importando todos os equipamentos necessários para a retransmissão das imagens.

Nesse panorama, os Diários e Emissoras Associadas se voltaram para a TV. Em mais uma jogada de visão, Assis Chateaubriand decidiu trazer os técnicos da RCA - America Radio Corporation - e implantar a televisão no Brasil. Importou também os equipamentos e uma antena, instalada no alto do edifício do Banco do Estado de São Paulo, para retransmitir imagens que seriam geradas dos estúdios montados no prédio dos Diários Associados (PATERNOSTRO, 2006, p. 29).

Por apresentar custo elevado e depender de uma pequena quantidade de aparelhos retransmissores, a televisão, inicialmente, foi restrita às classes sociais mais altas. No dia 18 de setembro de 1950, a TV Tupi-Difusora de São Paulo, que foi a primeira estação de televisão da América Latina, começou a fazer as primeiras transmissões regulares. Conforme registra Ferraretto (2001, p. 135)

Quando a TV Tupi-Difusora, de São Paulo, começa suas transmissões em 18 de setembro de 1950, havia apenas 200 aparelhos na cidade, contrabandeados por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Um receptor custava na época, Cr\$ 9 mil (nove mil cruzeiros), o equivalente a três vezes o preço de uma vitrola de qualidade.

No início, o veículo não atraiu a atenção dos anunciantes e não afetou o império do rádio. Mas com o passar do tempo, este foi

perdendo profissionais para a nova mídia, o que demonstrava o seu rápido crescimento. Já na década de 1960, o aumento na produção e o aparecimento de novas tecnologias ampliaram as vendas do aparelho no Brasil, gerando uma democratização natural da televisão, o que desencadeou de certa forma uma mudança no relacionamento da principal mídia do momento que era o rádio - ou seja, houve uma forte migração do rádio para a televisão.

A televisão firmou-se como a mídia de maior impacto na sociedade brasileira. Goulart (2010, p.8) afirma que ela é a principal opção de entretenimento e informação da grande maioria da população do país e, para muitos, a única. “A televisão faz parte, enfim, da vida nacional. Ela está presente na estruturação da política, da economia e da cultura brasileira”. Na vida dos cidadãos imperatrizenses ela está presente desde a década de 1970.

Estudar esse meio de comunicação em Imperatriz é importante para o conhecimento histórico tanto da cidade como para a trajetória da mídia local. Encontram-se publicados dois trabalhos sobre a televisão em Imperatriz: Carneiro (2010) e Macedo (2011). Porém, por não existir nenhum produto audiovisual que retratasse a história da TV na cidade, sentimos-nos provocados a preencher essa lacuna, com a produção de um vídeo documentário sobre a chegada do sinal de TV em Imperatriz, pois o vídeo documentário é um importante instrumento para conhecer os acontecimentos, de maneira a compreender os mecanismos de construção da realidade.

O documentário não é um mero “espelho da realidade” não apresenta a “realidade tal qual”, ao combinarem-se e interligarem-se as imagens obtidas in loco está-se a construir e a dar significado à realidade, está-se o mais das vezes não a impor significados, mas a mostrar que o mundo é feito de muitos significados (PENAFRIA, 1999, p.2).

Nichols, em sua obra publicada em 2005, ressalta que nos documentários, encontramos histórias que nos permitem ver o mundo de uma nova maneira. Segundo o autor, a capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera nos leva a acreditar que a imagem é a própria realidade representada diante de nós, ao mesmo tempo em que a história, ou o argumento, apresenta uma maneira distinta de observar essa realidade.

Por essa razão, optou-se para a reconstituição dessa realidade pelo o documentário participativo, que de acordo com Bill Nichols (2005) é o audiovisual característico dos anos sessenta em que o entrevistador interage com os participantes e os entrevista, usando imagens de arquivo para recuperar a história. Desse modo, apresentamos os caminhos traçados para a construção do trabalho.

PASSOS METODOLOGICOS

Para responder aos objetivos estabelecidos na construção do vídeo documentário, foram definidos alguns passos. O primeiro diz respeito à realização da revisão bibliográfica sobre o assunto pesquisado, com o propósito de conhecer as diferentes contribuições sobre o tema. Assim, inicialmente a pesquisa foi realizada em publicações, como livros, revistas, teses, dissertações, monografias e artigos científicos.

O segundo passo da pesquisa consistiu na análise documental. Entende-se como documento, ou fonte primária, “[...] todo material escrito ou não, que serve de prova, constituído no momento que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois [...]” (GONÇALVES, 2005, p. 60). Essa parte da pesquisa foi muito difícil em razão de existirem poucos registros em arquivos públicos e particulares acerca do início do sinal televisivo em Imperatriz. Porém, encontramos alguns materiais nas primeiras publicações do jornal O Progresso, no arquivo pessoal de José Viera, primeiro proprietário e fundador desse veículo.

Encontramos algumas fitas de vídeos na TV Nativa de Comunicação que retratavam a realidade da época, assim como algumas fotos com a família do eletrotécnico Francisco Marques Ramos sobre a implantação da TV. Durante essa fase, nós já procurávamos pessoas envolvidas diretamente na implantação do sinal televisivo em Imperatriz para participarem como personagens do vídeo documentário, e encontramos o empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo e o Sr. José Moreira Sobrinho. No entanto, foi muito difícil encontrar essas pessoas, primeiramente, porque foram poucas as que participaram de maneira efetiva na implantação do sinal televisivo - e algumas já haviam falecido, como o eletrotécnico Francisco Marques Ramos, considerado o idealizador do projeto de implantação do sinal televisivo em Imperatriz. Outros não residem mais na cidade, e os que ainda moram em Imperatriz são de difícil acesso,

como o empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo.

Com os personagens já definidos, iniciamos o terceiro momento da pesquisa que foi a realização da gravação das entrevistas. As entrevistas aplicadas foram de formato não-estruturadas nas quais o entrevistador tem a liberdade para desenvolvê-las em qualquer situação, de acordo com a flexibilidade do entrevistado - e entrevistas estruturadas, que são aquelas em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido.

De modo geral, foram entrevistadas 14 pessoas, entretanto escolhido somente nove para participar como personagens do documentário por estas se enquadrarem no perfil. As gravações das entrevistas com os personagens escolhidos demoraram 29 dias, realizadas no período 30 de maio a 27 de junho de 2013. Todas foram feitas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. É válido destacar que o último dia de gravação foi dedicado à gravação das imagens de passagens.

Ao todo, foram gravadas duas horas e vinte minutos de entrevistas e duas horas de imagens de passagens, totalizando quatro horas e meia de imagens *in natura*. As imagens foram gravadas no padrão da atual TV digital de alta resolução brasileira: Full HD (**full high definition**), resolução de 1920x1080p, 29.9 fps (frames ou quadros por segundo) e aspecto na proporção 16 por 9. Para a gravação foi utilizada uma câmera fotográfica DSLR modelo Canon EOS REBEL T3i. Para a gravação do áudio, foi utilizado um gravador profissional de mão H1. Foram utilizados outros equipamentos, tais como: suporte de ombro para a câmera, lentes 50mm, microfone direcional, vara boom, iluminação e rebatedor de sol, que foram cedidos pelo Núcleo Imperatrizense de Cinema Experimental (NICE).

Em seguida, iniciamos a fase da pós-produção que, segundo Pucini (2007, p.175) é a “etapa de montagem do filme documentário que marca o momento em que o documentarista adquire total controle do universo de representação do filme”. Nessa fase final de montagem do vídeo documentário, primeiramente assistimos e discutimos todo o material gravado e logo depois fizemos a transcrição de todas as entrevistas.

Após esse momento, fizemos a seleção/corte dos trechos considerados importantes e, a seleção das trilhas sonoras como também os ajustes do áudio. Depois partimos para a edição final na qual foram removidas algumas imperfeições e ruídos. O tempo gasto para o processo de edição e sua finalização foram duas semanas, entre os dias 01 a 15 de julho.

VÍDEO DOCUMENTÁRIO: UMA POLISSEMIA DE CONCEITOS

A discussão sobre o que é documentário engloba uma série de conceitos e interpretações variadas, pelo fato de não existirem definições precisas, nem tampouco modelos a serem seguidos como parâmetros únicos.

A definição de “documentário” não é mais fácil do que a de “amor” ou de “cultura”. Seu significado não pode ser reduzido a um verbete de dicionário, como “temperatura” ou “sal de cozinha”. Não é uma definição completa em si mesma, que possa ser abarcada por um enunciado químico de átomo de sódio e um cloro (NaCl). (NICHOLS, 2005, p.47).

As imprecisões de se definir o que é documentário são devidas às distintas visões/interpretações que os teóricos lançam acerca dessa atividade, como também por não adotar um conjunto de técnicas fixas, por não tratar somente de um único modelo de questões e nem por apresentar apenas um universo de formas e estilos. Por essa razão, considera-se complexo e difícil fornecer uma definição única sobre o que é documentário. Nesse sentido, compreendemos que é por meio dessa diversidade de interpretações que a identidade dessa atividade vem sendo construída e lapidada.

Assim sendo, para Manuela Penafria (2004), o documentário é um gênero audiovisual utilizado como forma de expressão da sociedade e de registro dos acontecimentos. Para Bill Nichols (2005) o vídeo documentário é um filme de não-ficção.

Outros estudiosos entendem o vídeo documentário como um gênero da atividade jornalística que possui características próprias de tratar os acontecimentos (caráter autoral, profundidade acerca do tema e contextualização). Zandonade e Fagundes (2003, p.13) compreendem o documentário como um gênero jornalístico na concepção de que:

[...] o jornalismo deve se voltar para a exaltação dos pequenos gestos da comunidade e acrescentar a sua vivência em suas criações. Sendo assim, entende-se que a imparcialidade não contribui para construção da consciência crítica. É, portanto, no vídeo documentário que se permite à criatividade do profissional e a possibilidade de uma atuação interpretativa da realidade apresentada.

Zandonade e Fagundes (2003) sistematizam as produções do vídeo documentário em dois modelos: o clássico e o moderno. Os documentários clássicos datados a partir do século XX apresentam características estruturais de imagens rigorosamente compostas, fusão de música e ruídos, montagem rítmica e comentário em voz *off* despersonalizada.

Já os documentários modernos desenvolvidos a partir da década 1960 se caracterizam pela atenção dada aos fragmentos de uma determinada realidade, buscando assim a reflexão e a compreensão aprofundada da questão abordada, deixando para o espectador, o papel de relacioná-la com seu contexto histórico, econômico, político, social e cultural, permitindo ao espectador suas próprias conclusões.

Os vídeos documentários modernos são também conhecidos por suas modalidades (expositivo, observacional, interativo, reflexivo) de representação da realidade e tendo o passado como parte da realidade, os vídeos documentários buscam tratar essa questão a partir das reconstituições, reconstruções ou encenações. Nesse sentido, surgem questionamentos: como a voz do documentário fala sobre passado? O que procuramos quando voltamos ao passado? Quando se faz um vídeo documentário, qual o propósito de não apenas lembrar e recontar, mas também de reencenar, reconstruir, fazer algo novamente, mesmo sabendo que isso já se passou?

A RECONSTITUIÇÃO NO DOCUMENTÁRIO: RECRIANDO O PASSADO

Para Nichols (2005), a volta ao passado é para lhe dar sentido, ou seja, para lhe propiciar uma certa compreensão. Para André Bonnoto (2009, p. 257), “o passado é um fantasma que está quase presente: ele voa no ar, nós o sentimos próximo, nós quase conseguimos voltar àquilo que se passou”.

É nesse sentido, de que o tempo pretérito está sempre presente, que o concernente trabalho desenvolvido buscou discutir/reconstruir o processo inicial da implantação do sinal televisivo em Imperatriz que ocorreu em 1975.

O surgimento da televisão em Imperatriz aconteceu em uma época na qual o Brasil passava por um momento de instabilidade política, marcada pela ausência da democracia, pela implantação da censura e pelo desrespeito aos direitos constitucionais, como a instauração do Ato institucional nº5, considerado o mais severo por censurar os meios de comunicação. Para as pessoas que contrariassem os ditames

estabelecidos, havia punição por meio de tortura ou de morte. Porém, a Ditadura Militar, que vigorou de 1964 a 1985, se manifestou de forma diferenciada em todas as cidades brasileiras, ou seja, em cada espaço suscitou reações adaptações e resistências diferenciadas.

A cidade de Imperatriz, no início da década de sessenta, começava a se fortalecer enquanto município, chegando a ganhar o título de segundo maior centro econômico político, cultural e populacional do Maranhão (FRANKLIN, 2005).

A partir de 1950, observa-se políticas de integração nacional e de crescimento acelerado - políticas essas que foram intensificadas no período dos militares que lançaram projetos de ocupação e de desenvolvimento corroborando assim em grandes transformações na Amazônia Oriental, como demonstra o quadro a baixo:

Quadro 01: Estratégias políticas de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia (1950/1990)

ANO	PROGRAMA/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	Elaborar planejamento quinzenais visando a valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1966	SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia Ocidental mediante a criação de um centro industrial com isenção de impostos
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expansão da rede rodoviária e implementação de projetos de colonização em áreas da SUDAM/SUDENE.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.

1974	POLOAMAZÔNIA – Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada em grande escala, recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1988	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar rede hidrelétrica para desenvolvimento industrial da região Amazônia.

Fonte: Becker (1982)

Entende-se que as referidas estratégias, especificamente a Rodovia Belém-Brasília (BR/010) e o Programa de Integração Nacional (PIN) desempenharam papéis primordiais no processo de ocupação e desenvolvimento na cidade de Imperatriz uma vez que foram capazes de induzir fluxos migratórios, causando expressivo crescimento demográfico, e assim contribuindo para o fortalecimento do comércio e das atividades pecuaristas.

Foi nesse cenário de instabilidade política e de desenvolvimento econômico que, em 1975, foi implantado o primeiro sinal televisivo em Imperatriz. Segundo o historiador Adalberto Franklin, a televisão se fortalecia e se popularizava no Brasil desde os anos 1960 e, nessa época, cidades menores do estado do Maranhão já possuíam sinal de TV.

De acordo com José Moreira Sobrinho que foi uma das pessoas que acompanhou de perto o processo de implantação do sinal televisivo em Imperatriz, a história desse meio de comunicação na cidade começa com as primeiras tentativas de captação do sinal de TV que o eletrotécnico Francisco Marques Ramos, fazia em alguns pontos da cidade. Porém, os sinais captados eram de emissoras bolivianas e venezuelanas e se manifestavam de maneiras inconstantes e ofuscadas. Como relata José Moreira Sobrinho:

O fator teste nós começamos a fazer lá pela cidade mesmo. A gente chegou a improvisar algumas torres lá pelo centro da cidade no intuito de captar algum sinal de televisão, o que realmente não tinha, porque a emissora que ficava mais próxima de nós aqui de Imperatriz era de Belém, a 600 km e São Luis também a 600 km. Então, não tinha como captar nenhuma imagem, mas a gente ficava naquela de improvisar as coisas e botar antena e tentar, na realidade não pegava. Apareciam alguns sinais, eram da Bolívia da Venezuela, porque o sinal batia nas nuvens voltava e refletia aqui dentro em Imperatriz, mas era aquele sinal inconstante³.

A implantação do sinal de televisão em Imperatriz foi um grande desafio e resultou de muita persistência, pois a população não acreditava na viabilidade do projeto. Segundo José Moreira Sobrinho, os idealizadores eram sempre criticados, principalmente pelo único jornal da época - O Progresso, que acreditava nas afirmações do engenheiro da Embratel - Luís Crispino, de que era impossível ter sinal de televisão em Imperatriz.

O Jornal O Progresso criticava muito esse fator de vir e não vir televisão para Imperatriz. Então começaram a dizer: “essa televisão não sai, isso é uma ilusão, aquilo lá, aquele morro lá onde estão montando. Aquela torre, aquilo é uma coisa de ilusão”. Jurivê Macedo, que era o colunista do jornal da época, dizia na página dele que escrevia todo dia: “sinal de televisão não existe, aquilo é morro das ilusões”⁴.

Em 1975 foi nomeado como interventor da cidade de Imperatriz, Carlos Alberto Barateiro da Costa, que era coronel da Polícia Militar. Ele, juntamente com o major Goulart comandante do 50º Batalhão Infantaria e Selva, o eletrotécnico Francisco Marques Ramos, Luis Dantas (gerente do armazém Paraíba) e o empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo, aderiram ao projeto de implantar o sinal de TV em Imperatriz.

Com uma comissão formada pelo interventor Carlos Alberto Ba-

³Entrevista concedida por José Moreira Sobrinho: Um dos responsáveis técnicos pela implantação do sinal de televisão em Imperatriz, em maio 2013.

⁴Entrevista concedida por José Moreira Sobrinho: Um dos responsáveis técnicos pela implantação do sinal de televisão em Imperatriz, em maio 2013.

rateiro da Costa, deu-se início à materialização do projeto de implantação do sinal televisivo em Imperatriz. Foram designados o eletrotécnico Francisco Marques Ramos e o empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo para a compra dos equipamentos necessários na cidade de Manaus.

Depois da primeira reunião, nós partimos para angariar fundos, e depois fizemos outra reunião para saber quem iria comprar os equipamentos, naquela época, na cidade de Manaus. E ficou designado nessa reunião que seria eu e o meu compadre Francisco Marques Ramos. Eu pela facilidade de conversar com o povo, e Francisco Ramos por ser o técnico, para ver o que era necessário para fazer a implantação do sistema aqui. Em Manaus nós passamos uns três dias⁵.

Com o apoio do interventor Carlos Alberto Barateiro da Costa e do comandante do 50º BIS, Major Goulart, que ajudaram convencendo o governo militar para implantação da retransmissora na cidade, foi transmitido no dia 24 de dezembro de 1975 o primeiro sinal de televisão para a cidade de Imperatriz.

Me recordo que tanto o Armazém Paraíba como as lojas Pernambucanas, que naquela época ainda existia, eram carradas e mais carradas de televisão chegando e o povo na fila para comprar. Era uma febre, cada um queria a sua televisão para poder assistir no dia 24 para o dia 25 a Missa do Galo, que era celebrada lá do Vaticano. Eu não me recordo o nome do papa dessa época, mas, quando foi no dia 24 para o dia 25 a Missa do Galo foi transmitida lá do Vaticano e a comunidade imperatrizense teve o prazer de assistir - aqueles que tinham televisão na sua própria residência - a Missa do Galo que foi a abertura do sinal de televisão em Imperatriz⁶.

A retransmissora, que foi denominada de TV Imperatriz, canal 4, retransmitia a programação tanto da TV Globo como da TV Tupi. Portanto, os imperatrizenses tiveram a oportunidade de assistir as novelas “Xeque-Mate” e “A Viagem”, de produção da Tupi, e “Saramandaia” da Globo. A TV Imperatriz esteve sob o controle da

⁵ Entrevista concedida por José Nonato Vieira Cabeludo: Participante da comissão delegada para implantação do sinal televisivo em Imperatriz, maio 2013.

⁶ Entrevista concedida por José Nonato Vieira Cabeludo: Participante da comissão delegada para implantação do sinal televisivo em Imperatriz, maio 2013.

prefeitura durante quatro anos, e o eletrotécnico Francisco Marques Ramos foi o responsável pela assistência técnica junto com José Moreira Sobrinho e Osvaldo Nascimento. Atualmente a TV Imperatriz integra o Sistema Mirante de Comunicação.

Em 1978 foi instalada a segunda retransmissora, a TV Tropical, afiliada da Rede Bandeirantes de Televisão. Seus primeiros proprietários foram Raimundo Nonato Vieira Cabeludo, Francisco Marques Ramos e Bayma Júnior. Atualmente a TV pertence ao grupo TV Chico do Rádio Comunicação Ltda, do empresário e político Chico do Rádio.

Logo depois em 1981, foi criada a TV Karajás que hoje integra o SBT (Sistema Brasileiro de Comunicação). Alguns proprietários se repetem como Raimundo Nonato Vieira Cabeludo, Francisco Marques Ramos e Osvaldo Nascimento. Hoje, essa emissora é denominada de TV Difusora Sul.

Em 1983 surge a TV Curimã, retransmitindo a Rede Manchete. Os primeiros proprietários foram Raimundo Nonato Vieira Cabeludo e Gilberto Bontempo. Atualmente pertence somente ao empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo com o nome de Sistema Nativa de Comunicação, canal 13, da Rede Record.

Percebe-se então que foi em um contexto de progresso econômico e de repressão política que a televisão surge em Imperatriz, por intermédio de empreitadas particulares e não de projetos empresariais. No entanto, com as transformações midiáticas e com as novas configurações políticas, surgem novos gestores nas empresas midiáticas de Imperatriz como os políticos, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do vídeo documentário “Morro das Ilusões” foi uma atividade em que pudemos colocar em prática o que aprendemos em sala de aula, nas disciplinas de técnicas de reportagem, metodologia da pesquisa em comunicação, comunicação e realidade brasileira e fotojornalismo. Além do aprendizado nos proporcionou também muita emoção por meio dos longos relatos minuciosos, pois durante as entrevistas, muitos personagens se emocionavam e nos emocionavam, quando recordavam os desafios e dificuldades que tiveram para instalar o tão sonhado e desejado sinal televisivo; nesses momentos, percebíamos que esse passado ainda se faz presente nas suas vidas.

A história da implantação do sinal de TV em Imperatriz é ex-

tensa e complexa, envolve questões particulares, empresariais e políticas. Procuramos mostrar de maneira simples e fidedigna esse acontecimento ainda pouco conhecido na cidade, e valorizar o trabalho dos sujeitos que se dedicaram ao projeto, como também contribuir para o conhecimento da história de Imperatriz e da mídia local.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

CARNEIRO, Pollyanna Vieira. **Bom Dia Imperatriz: um estudo sobre os telejornais matutinos.** Imperatriz: 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Curso de Comunicação Social - Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2011.

DALLO, Clárcia Elicléia; OLIVEIRA, Fernando Ralf de Jesus. **De Costas pra Rua: um documentário sobre a panelada em Imperatriz - MA.** Imperatriz: 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Curso de comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2013.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve História de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2005.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio o veículo a história e a técnica.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GOULART, Ana Paula; RIBEIRO, Igor Sacramento; ROXO, Marco (Org.). **História da televisão do Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: Contexto, 2010.

MACEDO Gizelle de Jesus. **Na linha do tempo: As transformações no telejornalismo da TV Mirante (1980-2010).** Imperatriz: 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Curso de Comunicação Social - Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2011.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV.** Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PENAFRIA, Manuela. **O Documentarismo do Cinema.** BOCC: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade:** a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e as suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOARES, Sergio José Puccini. **Documentário e Roteiro de Cinema:** da pré-produção à pós-produção. Campinas, SP. 2007.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz - 150 anos: 1852-2002.** Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

ZANDONADE, Vanessa. FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O Vídeo Documentário como Instrumento de Mobilização Social.** 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acessado em agosto. 2013.

